



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

**KIM TAIUARA CHAVARRIA BROCHARDT**

**O recrudescimento da autocracia burguesa nos governos Temer e  
Bolsonaro.**

**Brasília, novembro de 2025**

KIM TAIUARA CHAVARRIA BROCHARDT

**O recrudescimento da autocracia burguesa nos governos Temer e  
Bolsonaro.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB, como requisito para obtenção do título de doutor em Política Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Doutora Maria Lucia Lopes da Silva.

**Brasília, novembro de 2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Chavarria Brochart, Kim Taiuara  
CB864r O recrudescimento da autocracia burguesa nos governos  
Temer e Bolsonaro / Kim Taiuara Chavarria Brochart;  
orientador Maria Lucia Lopes da Silva. Brasília, 2025.  
294 p.

Tese(Doutorado em Política Social) Universidade de  
Brasília, 2025.

1. Autocracia Burguesa. 2. Dominação de classes. 3.  
Burguesia . 4. Contrarreforma. I. Lopes da Silva, Maria  
Lucia, orient. II. Título.

KIM TAIUARA CHAVARRIA BROCHARDT

**O recrudescimento da autocracia burguesa nos governos Temer e  
Bolsonaro.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB, como requisito para obtenção do título de doutor em Política Social.

Aprovada em: 26/11/2025

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Maria Lucia Lopes da Silva (orientadora)  
Departamento de Serviço Social da UnB

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Janaína Lopes do Nascimento Duarte (Examinadora interna)  
Departamento de Serviço Social da UnB

---

Prof<sup>º</sup> Dr<sup>º</sup> Carlos Alberto Ferreira Lima (Examinador suplente interno)  
Departamento de Serviço Social da UnB

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Eblin Joseph Farage (Examinadora externa)  
Escola de Serviço Social da UFF

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Elaine Rossetti Behring (Examinadora externa)  
Escola de Serviço Social da UFRJ

## AGRADECIMENTOS

Aos amigos e amigas pelas incontáveis conversas, pela paciência frente ao afastamento, pela compreensão diante do silêncio, das ausências, dos esquecimentos e, talvez, até de alguma eventual insensibilidade.

Às e aos camaradas do Gempp, do PPGPS e do PCB pelo estímulo, por acreditarem, pelo encorajamento, interlocução, questionamentos e divergências.

À minha orientadora, com quem tanto aprendi, pela confiança, pela exigência, pelo rigor, pela troca sempre profícua, avaliação crítica e leitura cuidadosa, tão dura quanto terna.

À minha namorada pelo companheirismo, pelas horas de biblioteca, pelos almoços e comidinhas especiais, pela profunda sensibilidade, apoio desde os primeiros dias, sambas aos finais de semana, passeios por Brasília e pelo Cerrado, pela grandiosidade do amor e pelas noites infindas.

Pelo abraço morno, afável e amparo incondicional que mesmo à distância e nos momentos de maior dúvida eu senti me confortar: à mainha, painho, meu irmão, minha família.

## RESUMO

Esta tese investiga o recrudescimento da autocracia burguesa no Brasil nos governos Temer e Bolsonaro, analisando as transformações políticas, econômicas e sociais que marcaram esse período. A categoria “autocracia burguesa”, baseada em Florestan Fernandes, refere-se a forma particular de dominação de classes no Brasil, caracterizada pela exploração intensiva da força de trabalho, apropriação dual do excedente econômico (partilhado entre a burguesia nacional e o capital estrangeiro) e pelo regime democrático restrito, que oscila entre a cooptação e a repressão. O período estudado inicia-se com o governo Temer e estende-se até o fim do mandato de Jair Bolsonaro em 2022. Identificamos no curso da pesquisa o recrudescimento das tendências autocráticas, marcado pela radicalização do programa neoliberal da burguesia brasileira, fundamentalmente centrado nas contrarreformas estruturais (trabalhista, previdenciária, administrativa), na austeridade fiscal (como a EC 95/2016) e no avanço de forças reacionárias e neofascistas. A pesquisa parte da análise do estilo de atuação de frações da burguesia brasileira — industrial (CNI), ruralista (CNA), comercial (CNC) e financeira (Febraban) — na defesa das contrarreformas citadas, como meio para retomar o controle direto de instâncias estratégicas do Estado e para restabelecer suas condições de lucratividade. Documentos como "Uma Ponte para o Futuro" (MDB, 2015) sintetizam esse programa, que foi implementado de forma acelerada após o golpe jurídico-parlamentar contra a ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016. Os governos Temer e Bolsonaro radicalizaram a implementação desse programa, com desmonte de políticas sociais, flexibilização de direitos, avanço sobre territórios indígenas e ambientais, e militarização da sociedade. A tese também analisa a ascensão do bolsonarismo como expressão do recrudescimento autocrático, com componentes neofascistas, fundamentalismo religioso, negacionismo e armamentismo. A estrutura da tese divide-se em três partes: a primeira aborda fundamentos teóricos sobre acumulação capitalista, luta de classes, ideologia e Estado; a segunda discute a formação do capitalismo dependente e da autocracia burguesa no Brasil; e a terceira analisa o período recente, com atenção central no programa da burguesia e no espectro da regressão reacionária enquanto determinantes e expressões do recrudescimento autocrático burguês no Brasil. Conclui-se que o recrudescimento da autocracia burguesa no Brasil reflete uma resposta das classes dominantes à crise do capital, buscando recompor taxas de lucro, retomar o rígido controle sobre a política de Estado e controlar conflitos sociais por meio do aprofundamento da exploração da força de trabalho e da autocratização do Estado e da sociedade.

**Palavras-chave:** Autocracia burguesa. Dominação de classes. Burguesia. Contrarreforma.

## ABSTRACT

This thesis investigates the resurgence of bourgeois autocracy in Brazil during the Temer and Bolsonaro administrations, analyzing the political, economic, and social transformations that marked this period. The category “bourgeois autocracy,” based on Florestan Fernandes, refers to the particular form of class domination in Brazil, characterized by intensive exploitation of the workforce, dual appropriation of economic surplus (shared between the national bourgeoisie and foreign capital), and a restricted democratic regime that oscillates between co-optation and repression. The period studied begins with the Temer administration and extends until the end of Jair Bolsonaro's term in 2022. In the course of our research, we identified a resurgence of autocratic tendencies, marked by the radicalization of the Brazilian bourgeoisie's neoliberal program, fundamentally centered on structural counter-reforms (labor, social security, administrative), fiscal austerity (such as EC 95/2016), and the advance of reactionary and neo-fascist forces. The research is based on an analysis of the actions of factions of the Brazilian bourgeoisie—industrial (CNI), rural (CNA), commercial (CNC), and financial (Febraban)—in defense of the aforementioned counter-reforms as a means of regaining direct control of strategic state institutions and reestablishing their profitability. Documents such as “A Bridge to the Future” (MDB, 2015) summarize this program, which was rapidly implemented after the legal-parliamentary coup against former President Dilma Rousseff in 2016. The Temer and Bolsonaro administrations radicalized the implementation of this program, dismantling social policies, relaxing rights, encroaching on indigenous and environmental territories, and militarizing society. The thesis also analyzes the rise of Bolsonaroism as an expression of autocratic resurgence, with neo-fascist components, religious fundamentalism, denialism, and armamentism. The structure of the thesis is divided into three parts: the first addresses theoretical foundations on capitalist accumulation, class struggle, ideology, and the state; the second discusses the formation of dependent capitalism and bourgeois autocracy in Brazil; and the third analyzes the recent period, with a central focus on the bourgeoisie's program and the specter of reactionary regression as determinants and expressions of bourgeois autocratic resurgence in Brazil. It concludes that the resurgence of bourgeois autocracy in Brazil reflects a response by the ruling classes to the crisis of capital, seeking to restore profit rates, regain rigid control over state policy, and control social conflicts by deepening the exploitation of the workforce and the autocratization of the state and society.

**Keywords:** Bourgeois autocracy. Class domination. Bourgeoisie. Counter-Reformation.

## RESUMEN

Esta tesis investiga el recrudecimiento de la autocracia burguesa en Brasil durante los gobiernos de Temer y Bolsonaro, analizando las transformaciones políticas, económicas y sociales que marcaron este período. La categoría «autocracia burguesa», basada en Florestan Fernandes, se refiere a la forma particular de dominación de clases en Brasil, caracterizada por la explotación intensiva de la fuerza de trabajo, la apropiación dual del excedente económico (compartido entre la burguesía nacional y el capital extranjero) y el régimen democrático restringido, que oscila entre la cooptación y la represión. El período estudiado comienza con el gobierno de Temer y se extiende hasta el final del mandato de Jair Bolsonaro en 2022. En el transcurso de la investigación, identificamos el recrudecimiento de las tendencias autocráticas, marcado por la radicalización del programa neoliberal de la burguesía brasileña, centrado fundamentalmente en las contrarreformas estructurales (laboral, previdenciaria, administrativa), en la austeridad fiscal (como la EC 95/2016) y en el avance de las fuerzas reaccionarias y neofascistas. La investigación parte del análisis del estilo de actuación de fracciones de la burguesía brasileña —industrial (CNI), ruralista (CNA), comercial (CNC) y financiera (Febraban)— en defensa de las contrarreformas citadas, como medio para retomar el control directo de instancias estratégicas del Estado y restablecer sus condiciones de rentabilidad. Documentos como «Una puente para el futuro» (MDB, 2015) sintetizan este programa, que se implementó de forma acelerada tras el golpe jurídico-parlamentario contra la expresidenta Dilma Rousseff en 2016. Los gobiernos de Temer y Bolsonaro radicalizaron la implementación de este programa, con el desmantelamiento de las políticas sociales, la flexibilización de los derechos, el avance sobre los territorios indígenas y medioambientales y la militarización de la sociedad. La tesis también analiza el auge del bolsonarismo como expresión del recrudecimiento autocrático, con componentes neofascistas, fundamentalismo religioso, negacionismo y armamentismo. La estructura de la tesis se divide en tres partes: la primera aborda los fundamentos teóricos sobre la acumulación capitalista, la lucha de clases, la ideología y el Estado; la segunda discute la formación del capitalismo dependiente y la autocracia burguesa en Brasil; y la tercera analiza el período reciente, con atención central en el programa de la burguesía y en el espectro de la regresión reaccionaria como determinantes y expresiones del recrudecimiento autocrático burgués en Brasil. Se concluye que el recrudecimiento de la autocracia burguesa en Brasil refleja una respuesta de las clases dominantes a la crisis del capital, que busca recomponer las tasas de ganancia, retomar el control rígido sobre la política del Estado y controlar los conflictos sociales mediante la profundización de la explotación de la fuerza de trabajo y la autocratización del Estado y la sociedad.

**Palabras clave:** Autocracia burguesa. Dominación de clases. Burguesía. Contrarreforma.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGF – Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias

Abrapp – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade

Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar

BC – Banco Central

Ceagesp – Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo

Ceitec – Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada

CGU – Controladoria-Geral da União

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CNS - Confederação Nacional do Serviço Público

CNT - Confederação Nacional do Transporte

CNCOM – Confederação Nacional da Comunicação Social

CNCOOP – Confederação Nacional das Cooperativas

CNF – Confederação Nacional das Instituições Financeiras

CNSaúde – Confederação Nacional da Saúde

CNSeg – Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

Covid – 19: Doença Causada pelo coronavírus

CRSS – Comissão Setorial de Responsabilidade Social e Sustentabilidade

Dataprev – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social

DEM – Democratas

DRU - Desvinculação das Receitas da União

EC – Emenda Constitucional

Emgea – Empresa Gestora de Ativos

Febraban - Federação Brasileira de Bancos

Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FUG - Fundação Ulysses Guimarães

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNI – Fórum Nacional da Indústria

FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária

Funai – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

Gempp: Grupo de Estudos Marxistas e Pesquisa em Política Social e Trabalho

Icms: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

LC – Lei Complementar

Lgbtqiapn+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, queers, Intersexos, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e outras identidades de gênero e orientação sexual

MEB – Movimento Endireita Brasil

MEI – Mobilização Empresarial pela Inovação

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NR – Norma Regulamentadora

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PIB - Produto Interno Bruto

PL – Partido Liberal

Pmdb - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Ppgps - Programa de Pós-Graduação em Política Social

PP – Partido Progressista

PPI – Programa de Parcerias de Investimentos

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PRD – Partido Renovação Democrática

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados

SICOMÉRCIO – Sistema Comércio

STF - Supremo Tribunal Federal

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

TST - Tribunal Superior do Trabalho

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1º - As relações da dominação burguesa.....</b>	<b>31</b>
1.1. Elementos econômicos da dominação de classes no capitalismo.....	36
1.2. Estranhamento, fetiche e ideologia.....	44
1.3. Estado capitalista.....	54
<b>CAPÍTULO 2º – Síntese das determinações socioeconômicas do capitalismo dependente no Brasil.....</b>	<b>68</b>
2.1. A via de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.....	70
<b>CAPÍTULO 3º - Autocracia burguesa no brasil como forma particular de dominação de classe.....</b>	<b>90</b>
3.1. Uma interpretação e três dimensões.....	91
3.1.1. Autocracia burguesa: particularidade da dominação de classes.....	93
3.1.2. Autocracia burguesa como “estilo de atuação”.....	100
3.1.3. Autocracia burguesa como forma estatal.....	109
3.2. Estado autocrático burguês, autorreforma e Congresso Constituinte.....	119
<b>CAPÍTULO 4º - A direção da autocracia burguesa no século XXI.....</b>	<b>138</b>
4.1. O programa das frações da burguesia brasileira.....	144
4.1.1. As contrarreformas estruturais.....	153
4.1.2. Outras medidas centrais.....	167
4.2. Uma ponte para o futuro.....	181
4.3. O governo Temer e o programa da burguesia brasileira.....	184
4.4. O governo Bolsonaro e o programa da burguesia brasileira.....	196
<b>CAPÍTULO 5º – Sob o espectro da regressão reacionária.....</b>	<b>208</b>
5.1. Causas recônditas e forças telúricas.....	211
5.2. Alterações conjunturais de uma reestruturação orgânica.....	224
5.2.1. Hegemonia lulista e democracia de cooptação.....	225
5.2.2. O cenário econômico nos governos Dilma.....	230
5.2.3. Outros detonadores do recrudescimento autocrático burguês.....	238
5.3. A tentativa do novo clímax da autocracia burguesa no Brasil.....	248
5.4. Governo Bolsonaro e neofascismo: uma aproximação.....	259
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>265</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>276</b>
Bibliografia teórica e metodológica.....	276
Fontes primárias e secundárias.....	283

## INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado é requisito para o título de doutor pelo programa de pós-graduação em política social (PPGPS) da Universidade de Brasil e versa sobre o recrudescimento da autocracia burguesa no Brasil, no período de 2013 e 2022. É uma tese que se vincula à linha de pesquisa Política Social, Estado e Sociedade do PPGPS, que abrange pesquisas sobre as políticas sociais na sociabilidade capitalista, orientada e pautada por diferentes abordagens teórico-conceituais, além de ressaltar as relações entre o Estado e as classes sociais, as lutas por direitos, emancipação política e humana.

A história recente do Brasil, no período investigado, registrou profundos retrocessos econômicos, políticos e sociais. Economicamente, sob a *radicalização do neoliberalismo*, o país sofreu uma diminuição do seu crescimento de 2013 a 2014, amargou uma acentuada recessão nos anos de 2015 e 2016, viveu um cenário de estagnação nos anos 2017, 2018 a 2019, voltando à recessão em 2020, ao que se seguiu um certo crescimento até 2022<sup>1</sup>. Nessa mesma década, a dívida líquida do setor público saltou de 33,6%<sup>2</sup> para 60,8%<sup>3</sup> do Produto Interno Bruto (PIB). Esta situação foi agravada pelo aprofundamento da política de austeridade representada pela Emenda Constitucional nº 95 de 2016. Esta Emenda Constitucional foi transmutada no chamado novo arcabouço fiscal (Lei Complementar 200/2023) -, preservando a política de austeridade que favorece à burguesia brasileira em suas diferentes frações: a industrial, ruralista, comercial e bancária-financeira.

Politicamente, foi observada a desintegração do pacto de conciliação de classes representado pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Executivo Federal. O país viveu um golpe jurídico-parlamentar em 2016, violando o mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff e os votos dos eleitores(as) que haviam, democraticamente, renovado o seu governo. Ressurgiu, no cenário nacional, uma extrema-direita neofascista nutrida por um sincretismo ideológico altamente reacionário amparado nos ideais de militarização da sociedade, de combate à corrupção, de reevangelização neopentecostal do país, de negacionismo da ciência, e tendo ainda por componentes o explícito elitismo, racismo, a misoginia e a incitação do ódio à população LGBTQIAPN+.

---

<sup>1</sup> Segundo dados contidos nos relatórios de contas nacionais trimestrais do IBGE, o crescimento do PIB em 2013 foi 2,3%, em 2014 0,1%, 2015 -3,8%, 2016 -3,3%, 2017 1,3%, 2018 1,1%, 2019 1,2%, 2020 -3,3%, 2021 4,8%, 2022 2,9%. Disponível em: [IBGE | Biblioteca](#). Acesso em: 04/04/2025.

<sup>2</sup> “A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) somou R\$1.626,3 bilhões ao final de 2013 (33,6% do PIB)” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, p. 66, 2013). Disponível em: [Boletim do Banco Central do Brasil – Relatório Anual 2013](#). Acesso em: 04/04/2025.

<sup>3</sup> “Em 2023, a DLSP atingiu 60,8% do PIB (R\$6,6 trilhões)” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, p. 3, 2024). Disponível em: [202401 Texto de estatísticas fiscais.pdf](#). Acesso em: 04/04/2025.

Esse neofascismo ganhou corpo, em parte, com revigoração político das forças armadas e das diversas polícias para o exercício de cargos nos poderes civis, sobretudo, executivo e legislativo; com a operação lava-jato e a propaganda de suas ações de combate à corrupção amplificada pela grande mídia; com a sólida expansão e fortalecimento político-econômico das igrejas evangélicas neopentecostais no Brasil; com o crescimento político de partidos referenciados no bolsonarismo nas esferas do executivo e do legislativo, em maior ou menor medida; e de forma, relativamente, subterrânea, com a ampliação vertiginosa de células neonazistas pelo Brasil, em particular, nas regiões Sul e Sudeste<sup>4</sup>. Esse conjunto de tendências veio a projetar um espectro de regressão reacionária como forma particular do recrudescimento autocrático burguês.

Socialmente, a década de 2013-2022 foi marcada pelo crescimento do desemprego<sup>5</sup>, aumento do trabalho precário, bem como do trabalho informal<sup>6</sup>; a renda média baseada no salário sofreu um rebaixamento<sup>7</sup>; viu-se crescer a concentração de renda entre os ricos em desfavor dos mais pobres<sup>8</sup>, com a elevação do número de milionários<sup>9</sup> e bilionários<sup>10</sup> brasileiros; a desigualdade social foi ampliada, a pobreza e a extrema pobreza também grassou espaço<sup>11</sup>; em meio à pandemia do novo CORONAVÍRUS mais de 100 milhões de pessoas viviam em insegurança alimentar leve, moderada ou grave, recolocando o Brasil no mapa da fome<sup>12</sup>.

Esses dados representam uma síntese das manifestações da autocracia burguesa na dinâmica do capitalismo dependente no Brasil, sendo este o objeto desta pesquisa. De maneira mais específica, a presente tese tem por objeto de investigação o *recrudescimento da autocracia burguesa no Brasil, sob as determinações socioeconômicas e políticas decorrentes*

---

<sup>4</sup> Disponível em: [Conselho leva à ONU alerta sobre avanço do neonazismo no Brasil | Agência Brasil](#). Acesso em: 04/04/2025.

<sup>5</sup> “A série histórica do IBGE começa em 2012, quando a taxa de desocupação média ficou em 7,4%. O menor índice já registrado foi em 2014 (7%). Em 2019, último ano antes de começar a pandemia, o desemprego era de 11,8%, e chegou a alcançar 14% em 2021, pico da série” (AGÊNCIA BRASIL, 2024). Em 2022 a taxa de desemprego marcava 9,3% (IBGE, 2023).

<sup>6</sup> Disponível em: [Emprego sem carteira assinada atingiu volume recorde em 2022 | Agência Brasil](#). Acesso em: 04/04/2025.

<sup>7</sup> Disponível em: [Em 2021, rendimento domiciliar per capita cai ao menor nível desde 2012 | Agência de Notícias](#). Acesso em: 04/04/2025.

<sup>8</sup> Disponível em: [Renda dos 10% mais ricos é 14,4 vezes superior à dos 40% mais pobres | Agência Brasil](#). Acesso em: 04/04/2025.

<sup>9</sup> Disponível em: [Brasil deve ter 83 mil novos milionários em 4 anos com aumento da concentração de renda, diz UBS | CNN Brasil](#). Acesso em: 04/04/2025.

<sup>10</sup> Disponível em: [Número de bilionários cresce no Brasil; soma das fortunas supera 200 bilhões de dólares | Exame](#). Acesso em: 04/04/2025.

<sup>11</sup> Disponível em: [Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012 | Agência de Notícias](#). Acesso em: 04/04/2025.

<sup>12</sup> Disponível em: [Relatório da ONU sobre fome no Brasil usou dados de 2020 a 2022 — Secretaria de Comunicação Social](#). Acesso em: 04/04/2025.

*das imbricadas relações entre o Estado, a burguesia e a classe trabalhadora no período de 2013 a 2022*. Isso posto, é um objeto que articula, prioritariamente, o debate sobre as mudanças recentes na conjuntura nacional e a autocrática da burguesia no Brasil num contexto de aprofundamento da crise estrutural do capital.

O recrudescimento autocrático burguês manifesta-se, atualmente, primeiro, pela imposição radical do programa neoliberal de contrarreformas estruturais, combinada à deflação do valor da força de trabalho, repondo a dependência como traço particular do capitalismo brasileiro; e, segundo, pela obliteração, esgarçamento e diminuição do tecido democrático, restaurando a forma típica da *democracia restrita*, que, quando muito, oscila para uma *democracia de cooptação*, ou seja, aberta à contestação esterilizável, passível de ser neutralizada no campo da ordem.

Para Fernandes ([1975] 2020), a *autocracia burguesa* é o modo particular de dominação capitalista consolidado no Brasil que se difere da forma instituída nos países de capitalismo desenvolvido, envolvendo a manutenção sempre tensa de níveis acentuados de exploração da força de trabalho, voltado a criar as condições para a *apropriação dual do excedente econômico* a ser absorvido, internamente, pela burguesia brasileira e no plano externo pelas burguesias estrangeiras, o que impõe pesadas limitações ao desenvolvimento do capitalismo dependente. Em suas palavras:

A dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência legal e formal, mas eram socialmente inoperantes) (Fernandes [1975], 2020, p. 243).

A satisfação dessas condições, em maior ou menor medida, demanda o recurso à coerção, à repressão violenta do movimento popular e proletário e mesmo de grupos tão somente progressistas, instituindo, invariavelmente, uma *democracia restrita* diretamente atrelada ao firme controle exercido pelas classes dominantes sobre o Estado, cujo resultado, em certos momentos, foi expresso com a formação do Estado autocrático burguês, e, em outros, na forma do Estado democrático de direito mediante à qual a autocracia burguesa se dissimulava e se repunha.

Entendemos autocracia burguesa como a forma particular de dominação burguesa no capitalismo dependente, em cujo marco a depreciação medular da força de trabalho, determinada pela apropriação dual do excedente econômico, provoca por sua vez uma hipertrofia dos fatores políticos e sociais da dominação de classe no Brasil materializado no

controle de instâncias estratégicas do Estado pelas burguesias brasileiras numa típica relação particularista, privatista e de uso instrumental autodefensivo (Fernandes [1975], 2020).

A análise sobre o recrudescimento da autocracia burguesa no Brasil nos governos Temer e Bolsonaro, parte da atuação da burguesia brasileira em suas diferentes frações no cenário atual - sua relação associada ou conflituosa com as burguesias imperialistas, sua reação frente aos tímidos ganhos da classe trabalhadora e a sua unificação por meio do Estado nacional - em torno de uma agenda de “reformas” regressivas aos trabalhadores e favoráveis à acumulação do capital. Trata-se de uma atuação cujo protagonismo muitas vezes não é reproduzido em primeiro plano, inclusive, porque a ação política das frações da burguesia passa por discreta, não estampando os grandes jornais impressos, virtuais e televisivos - ainda que estes sejam também porta vozes dos interesses do capital -, mas que se revela intensa quando observada com a atenção requerida.

Ao investigar a processualidade do recrudescimento da autocracia burguesa na última década (2013-2022) elegeu-se como prioridade de análise quatro grandes frações da burguesia brasileira: a industrial, a ruralista, a comercial e a bancária-financeira, as quatro representadas, respectivamente, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Isso não impediu que outras fontes fossem utilizadas.

O primeiro a ser dito é que as frações industrial, ruralista, comercial e bancária-financeira da burguesia brasileira, antes mesmo do aparecimento do programa *Uma Ponte Para o Futuro*, lançado pelo PMDB em 2015, já vinham defendendo as contrarreformas<sup>13</sup> estruturais na previdência e no trabalho; há tempos reivindicavam uma limitação mais rígida dos gastos públicos; pautavam também mudanças profundas no sistema tributário brasileiro e a redução da máquina pública via contrarreforma administrativa, além, evidentemente, de propor processos de privatização direta e indireta do patrimônio público.

A CNI, no Mapa Estratégico da Indústria (2007-2015), no que se refere a legislação trabalhista afirmava que

A adequação da legislação trabalhista envolve ações que incentivem a introdução de *formas alternativas de contratação, diminuam os encargos trabalhistas e reduzam os obstáculos legais à livre negociação entre as partes* [...] *A modernização da legislação trabalhista é um elemento*

---

<sup>13</sup> Neste trabalho optou-se pela expressão “contrarreforma” para designar as mudanças regressivas realizadas na esfera dos direitos. O intuito é preservar o sentido da palavra reforma, como usada pela classe trabalhadora ao longo dos anos, para significar conquistas. Palavra, que vem sendo utilizada pelo neoliberalismo para confundir e fazer disputas ideológicas. Assim, quando a palavra reforma for utilizada entre aspas é para criticar o seu sentido quando usada por setores que atuam sob a ótica neoliberal.

fundamental na estratégia da indústria de ampliar sua produtividade e qualidade, permitindo a aceleração do crescimento do produto industrial e da participação brasileira no comércio global ([Grifo nosso] CNI, 2007, p. 29).

A Febraban, no relatório anual de 2012, falava sobre os obstáculos domésticos para o desenvolvimento do país:

Os gargalos que dificultam um fluxo mais vigoroso do desenvolvimento são conhecidos no País, como a infraestrutura ainda modesta, o elevado custo de produção, a *pesada carga tributária* e a questão da logística. São temas que estão na pauta do governo e da iniciativa privada e devem ser atacados com respeito ao tripé macroeconômico que transmite confiabilidade aos negócios: *disciplina fiscal*, câmbio flutuante e sistema de metas de inflação. ([grifo nosso] Febraban, 2012, p. 29).

Por sua vez, a CNC em 2011 publicou “Um novo Brasil”, documento em que, entre outras coisas, defende a realização da reforma da previdência, pois:

Na medida em que vão se aprofundando os estudos demográficos referentes às mudanças que estão ocorrendo na estrutura etária da população brasileira, torna-se mais evidente e premente a necessidade de se proceder a uma *profunda reforma no sistema nacional da previdência social* (CNC, 2011, p. 33)

E mais a frente complementa com sugestões inescapáveis para tal reforma: “a idade mínima para aposentadoria e o tempo mínimo de contribuição terão de ser aumentados, para os novos integrantes” (CNC, 2011, p. 35). Por fim, a CNA, no documento “o que esperamos do próximo presidente” (2015-2018), defende a generalização da terceirização:

Atualmente, não existe legislação regulamentando a terceirização. O parâmetro normativo utilizado para o tema é a Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que veda a terceirização de atividade fim, entre as quais o plantio e a colheita. Não sendo lícita a terceirização de atividade-fim, o setor rural tem nesta matéria outro sério empecilho para o aumento de produtividade (CNA, 2014, p. 45).

Entre si, as citadas frações da burguesia brasileira defendiam todas as propostas trazidas e que, hoje, vigoram como lei. Documentos mais recentes dessas representações reforçam a necessidade da realização das contrarreformas neoliberais, além das ações junto ao Congresso Nacional e ao Executivo Federal que se intensificaram após o golpe de 2016 para o encaminhamento das pautas e a sua rápida aprovação. Há diversos registros de encontros com bancadas parlamentares, Ministros dos Governos Temer e Bolsonaro, com os próprios últimos dois Presidentes, entrega de reivindicações dos setores, convites à Deputados e Senadores para participação de seminários sobre as “reformas”, presença em audiências públicas das comissões parlamentares etc., ou seja, uma série de articulações envolvendo agentes públicos e as representações político-corporativas das frações industrial, ruralista, comercial e

bancária-financeira da burguesia brasileira para a aprovação de leis que contemplavam seus interesses de classe.

Mas, ainda que as frações da burguesia tenham realizado a defesa daquela agenda anteriormente a sua aprovação - conforme os trechos dos documentos citados podem evidenciar -, a agenda contrarreformista só foi possível ser viabilizada de modo profundo e célere em um contexto político e econômico de crise aguda, responsável por alterar substancialmente as relações de força entre as classes sociais.

Nesse sentido, as jornadas de junho de 2013 imprimiram o primeiro grande abalo aos governos petistas, tendo colocado nas ruas milhões de manifestantes que reivindicavam, de modo geral e difuso, políticas públicas (Sampaio Jr., 2014). Embora essas manifestações tenham revelado componentes à esquerda e à direita, a análise do seu início, do desenvolvimento e de sua dispersão informa uma predominância de sentido político progressista, seja pelas bandeiras agitadas mesmo que ecleticamente<sup>14</sup>, seja pela composição social que demonstrou maior presença de uma juventude precarizada (Braga, 2017).

Com os impactos econômicos da crise estrutural no Brasil entre os anos 2014 e 2016; a deflagração da Operação Lava-Jato na sua suposta “cruzada” contra a corrupção e a sua cobertura veiculada diariamente pela grande mídia, as manifestações de rua da direita e da extrema-direita pelo impeachment da ex-Presidenta Dilma Rousseff, também amplificada pela mídia, começaram a ocorrer e ganhar apelo de massas. Compreende-se que entre as jornadas de junho de 2013 e as mobilizações da direita e da extrema-direita pelo “impeachment” em 2015/2016, não há uma relação linear de continuidade. Há, sim, uma mudança de qualidade em que segmentos da direita tradicional e a extrema-direita passaram a investir de maneira ponderável e com base social de massas contra a decisão democraticamente sufragada no pleito presidencial do ano de 2014. Nas palavras de Souza (2024, p. 290): “consideramos que entre 2013 e 2015/2016 houve não uma continuidade, mas uma ruptura na qualidade predominante das grandes manifestações, um movimento geral que representou uma guinada à direita”.

Somada à eleição do Congresso Nacional (2015-2019) mais conservador desde a ditadura empresarial-militar (1964-1985), à eclosão da Operação Lava-Jato (2014), às pressões de algumas frações da burguesia brasileira por uma agenda contrarreformista e à

---

<sup>14</sup> Sampaio Jr. registrou algumas das bandeiras agitadas nas jornadas de junho de 2013: “‘Passe livre’, ‘Educação pública não mercantil’, ‘Saúde não é mercadoria’, ‘Moradia: direito de todos’, ‘Fora FIFA’, ‘Contra a privatização do Maracanã’, ‘Fora Eike’, ‘Não às remoções’, ‘Fora rede Globo’, ‘Da copa eu abro mão, não da saúde e educação’, ‘A polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela’, ‘Contra a homofobia’”. (Sampaio Jr., 2014, p. 89).

aplicação de uma política de austeridade fiscal pelo segundo Governo Dilma, anunciava-se, então, as movimentações na direção do recrudescimento da autocracia burguesa no Brasil.

Àquela altura, as frações da burguesia estavam vindo a público manifestar suas supostas preocupações com o quadro político-econômico nacional. Em agosto de 2015 a CNI, em conjunto com outras organizações nacionais, lançou um documento chamado “Carta à Nação”, que inicia assim:

O Brasil se encontra numa crise ética, política e econômica que *demand* ações imediatas para sua superação. Independentemente de posições partidárias, a nação não pode parar nem ter sua população e seu setor produtivo penalizados por disputas ou por dificuldades de condução de um processo político que recoloca o país no caminho do crescimento. É preciso que as forças políticas, de diversos matizes, trabalhem para a correção de rumos da nação. É uma tarefa que se inicia pelo Executivo, a quem cabe o maior papel nessa ação, mas exige o forte envolvimento do Congresso, Judiciário e de toda a sociedade. *Mudanças, respeitando-se a Constituição, se fazem necessárias.* ([Grifo nosso] CNI; CNS; CNT; OAB, 19/08/2015, p. 01).

E continua falando dos casos de corrupção e da urgência da implementação de medidas em favor dos negócios no país:

Por um lado, é preciso dar força aos órgãos de investigação e ao Poder Judiciário para que, nos casos de corrupção, inocentes sejam absolvidos e culpados condenados. A corrupção não pode seguir como um empecilho para o desenvolvimento do país. *É preciso implementar, de maneira célere e efetiva, medidas para melhorar o ambiente de negócios no país, evitando o crescimento do desemprego ou o prolongamento da recessão.* Entre elas, destaca-se a necessidade de ampliação da *segurança jurídica* no país, com regras claras e cumprimento de contratos e obrigações, evitando que potenciais investimentos sejam perdidos. A nação também precisa ser *desburocratizada*, facilitando o processo produtivo e garantindo um ambiente de negócios em que o Estado deixe de agir como um freio à expansão econômica. É preciso que seja realizado um forte investimento em infraestrutura, em parceria com a iniciativa privada nacional e estrangeira, para retornar o processo de crescimento econômico. Deve-se, ainda, *reduzir imediatamente o tamanho do Estado, assegurando que o mérito e o profissionalismo sejam os critérios na escolha de servidores.* Também não é mais possível postergar a *reforma tributária*, que deve eliminar fontes de cumulatividade e garantir direitos aos contribuintes. Noutro campo, também *deve-se rever as regras de crescimento automático de gastos* ([Grifo nosso] CNI; CNS; CNT; OAB, 19/08/2015, p. 01).

Nesta “Carta à Nação”, nota-se a pressão das frações de classe sobre o governo, um leve tom de ameaça com “mudanças, respeitando-se a Constituição Federal, se fazem necessárias”, e a agenda a ser seguida: segurança jurídica, desburocratização, investimento em infraestrutura, redução do tamanho do Estado e a reforma tributária. Sendo aplicada, essas

medidas somadas a outras criariam as condições para a retomada do bom ambiente de negócio e o conseqüente crescimento econômico.

Contudo, a instabilidade política permaneceu em nível elevado. O ano de 2015 foi bem característico dessa atmosfera, não só pelas mobilizações de direita e da extrema-direita, nem somente pelo desgaste do PT fomentado pela Operação Lava-Jato, senão também pela vitória do ex-Deputado Federal Eduardo Cunha para a Presidência da Câmara dos Deputados e todas as conseqüências que seu mandato impôs ao governo Dilma, primeiro com as conhecidas “pautas bombas”, segundo com a manutenção de um clima permanente de instabilidade política e, terceiro, com o acolhimento do pedido de impeachment, mas este só veio a acontecer em dezembro do referido ano. Além desses fatos, há que se recordar das famosas cartas de Temer à Dilma, vazadas à mídia em que o vice-Presidente reclamava por se sentir mero objeto decorativo no governo, ingrediente que temperava ainda mais a instabilidade política.

Nesse contexto, é publicado pela Fundação Ulysses Guimarães (FUG), vinculada ao Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o documento programático “Uma Ponte Para o Futuro” cuja coordenação foi realizada pelo ex-Ministro de Minas e Energia do Governo Temer, Wellington Moreira Franco, à época presidente da FUG. O documento apresentado como uma contribuição para o Brasil sair da crise, continha, entre outras, as seguintes propostas:

a) construir uma trajetória de equilíbrio fiscal duradouro, com superávit operacional e a redução progressiva do endividamento público; b) estabelecer um limite para as despesas de custeio inferior ao crescimento do PIB, através de lei, após serem eliminadas as vinculações e as indexações que engessam o orçamento; [...] d) executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se a Petrobras o direito de preferência; e) realizar a inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, com maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes – Estados Unidos, União Europeia e Ásia – com ou sem a companhia do Mercosul, embora preferencialmente com eles. [...] i) na área trabalhista, permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais, salvo quanto aos direitos básicos; j) na área tributária, realizar um vasto esforço de simplificação, reduzindo o número de impostos e unificando a legislação do ICMS, com a transferência da cobrança para o Estado de destino; desoneração das exportações e dos investimentos; reduzir as exceções para que grupos parecidos paguem impostos parecidos (FUG; PMDB, 29/10/2015, p. 18-19).

Desse trecho é possível perceber que as principais demandas das frações industrial, ruralista, comercial e bancária-financeira da burguesia brasileira estavam ali contempladas. A divulgação deste documento articulada aos acontecimentos da conjuntura mantinha o governo Dilma sob elevada pressão e risco de “impeachment” que posteriormente fora aberto. Pouco depois do anúncio de abertura do processo de "impeachment", a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) veio a declarar apoio formal ao processo de “impeachment”<sup>15</sup>, dando origem à campanha “não vou pagar o pato”.

Esse contexto contribuiu para que no Brasil avançassem as forças e os projetos reacionários, tendo aplicado uma direção neoliberal à política econômica, a começar pela indicação de Joaquim Levy ao Ministério da Fazenda, um genuíno representante do capital bancário-financeiro, a ex-presidenta Dilma Rousseff realizou cortes no orçamento social, elevou a taxa de juros, modificou regressivamente o acesso a benefícios previdenciários (Silveira Jr., 2018), entre outras ações, numa conjuntura de recessão econômica e crescimento do desemprego, quando, na verdade, na campanha para reeleição, em 2014, propagara que não mexeria em nenhum direito da classe trabalhadora. O descumprimento dessa promessa eleitoral, em alguma medida, teria impacto sobre sua base social que não demonstrou força suficiente para defender o governo e interromper as investidas pelo golpe.

Às vésperas da votação do “impeachment” na Câmara dos Deputados, a CNI<sup>16</sup> e a CNA<sup>17</sup> soltaram notas em favor da deposição da Presidente Dilma Rousseff, destacando a importância das contrarreformas estruturais como meio para impulsionar a saída da crise. Após a aprovação na Câmara, foi a vez da CNC<sup>18</sup> e da Febraban<sup>19</sup> - esta depois da aprovação no Senado Federal - divulgarem sua posição favorável ao curso que vinha sendo seguido pelo processo de “impedimento” da então Presidenta. Em agosto de 2016 viria a ser consumado no Senado Federal, sob a condução do Supremo Tribunal Federal, na pessoa do Ministro Ricardo Lewandowski, o golpe jurídico parlamentar contra a primeira mulher eleita democraticamente Presidenta da República do Brasil.

Com Temer assumindo efetivamente a Presidência do país, a agenda contrarreformista neoliberal teve sua aprovação acelerada, muito embora em meio a fortes abalos e crises que

---

<sup>15</sup> Disponível em: [Economia - Fiesp anuncia apoio formal ao processo de impeachment de Dilma \(globo.com\)](http://economia.globo.com). Acesso em: 04/04/2025.

<sup>16</sup> Disponível em: [Presidente da CNI escreve aos deputados sobre processo de impeachment contra Dilma | Política em Foco \(politicaemfoco.com\)](http://politicaemfoco.com). Acesso em: 04/04/2025.

<sup>17</sup> Disponível em: [CNA decide apoiar o movimento em favor do Impeachment da Presidente Dilma Rousseff | Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil \(CNA\) \(cnabrazil.org.br\)](http://cnabrazil.org.br). Acesso em: 04/04/2025.

<sup>18</sup> Disponível em: [CNC se manifesta sobre o processo de impeachment – Fecomércio DF \(fecomerciof.com.br\)](http://fecomerciof.com.br). Acesso em: 04/04/2025.

<sup>19</sup> Disponível em: [Febraban diz que Temer assume em momento difícil, mas com expectativas positivas | Economia: Diário de Pernambuco](http://diario.depernambuco.com). Acesso em: 04/04/2025.

atravessaram o governo do início ao fim. Um dos fatores da crise governamental foi a Operação Lava Jato que continuava a sua “cruzada” contra a corrupção, derrubando no seu caminho 7 Ministros do governo Temer e abrindo uma crise com o próprio Presidente no episódio em que Joesley Batista, empresário da JBS, gravou uma conversa comprometedoras entre ele o chefe do Executivo Federal, vazada dias depois<sup>20</sup>.

A despeito das crises ininterruptas, o governo Temer foi exitoso em realizar uma série de medidas social, econômica e politicamente regressivas: renovação da Desvinculação das Receitas da União (DRU) até 2023<sup>21</sup>; alteração do regime de partilha para exploração do petróleo na área do pré-sal, com diminuição da participação da Petrobras e maior abertura à petrolíferas estrangeiras; contrarreforma trabalhista com o advento da prevalência do negociado sobre o legislado, flexibilização da jornada de trabalho e adoção do trabalho intermitente; regulamentação da terceirização, autorizando sua generalização para atividade-fim; mudança do cálculo base para reajuste do salário mínimo, interrompendo seus ganhos reais e, por consequência, corroendo seu poder de consumo; e o estabelecimento do chamado teto dos gastos públicos por 20 anos, por meio da Emenda Constitucional nº 95, de 16 de dezembro de 2016 que congelou o investimento nas áreas sociais, como saúde e educação, mas deixou livre para os encargos financeiros, sendo substituído seis anos depois pelo chamado “novo arcabouço fiscal”.

A CNI, em reconhecimento aos serviços prestados e agradecendo os feitos do Presidente Temer, ao fim de seu mandato, realizou uma homenagem com a entrega do “Grande Colar da Ordem do Mérito Industrial”:

*A Confederação Nacional da Indústria (CNI) condecorou o presidente Michel Temer, nesta terça-feira (30), com o Grande Colar da Ordem do Mérito Industrial. A comenda, a mais importante homenagem prestada pelo setor a autoridades, foi entregue pelo presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, em cerimônia realizada em Brasília. A medalha é um reconhecimento da indústria brasileira às realizações de Temer em prol da agenda de competitividade do país, como na discussão e realização de reformas estruturais ([Grifo nosso] CNI, 30/10/2018, online).*

O ex-Presidente Michel Temer deixou o cargo como o mandatário mais impopular desde a retomada de governos não militares, em 1986, um crescimento econômico pífio de 1,3%, mais de 12 milhões de desempregados, mais outra dezena de milhões passando fome e tendo desidratado diversos programas sociais, como o Bolsa Família, além de das contrarreformas já citadas.

---

<sup>20</sup> Disponível em: [Veja transcrição de trechos do áudio de reunião de Temer com dono da JBS | Agência Brasil \(ebc.com.br\)](#). Acesso em: 04/04/2025.

<sup>21</sup> Disponível em: [Promulgada emenda que prorroga desvinculação de receitas — Senado Notícias](#). Acesso em: 04/04/2025.

É importante frisar que o contexto de fortalecimento da direita e da extrema direita no Brasil coincide com o panorama internacional em que essas mesmas forças políticas conquistaram posições estratégicas em diversos países, sobretudo, após a crise estrutural do capital que se manifesta de maneira mais dura em 2007-2008. Nos Estados Unidos, em diversos países da Europa e alguns da América Latina foi observado tanto o crescimento da direita e extrema-direita na forma de movimentos de massas, como também a partir da ascensão política institucional de partidos e ou lideranças ligados a este campo político-ideológico.

No Brasil, após a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva como desdobramento da Operação Lava Jato e a decisão do STF em mantê-lo preso, Jair Bolsonaro, ao derrotar Fernando Haddad na obscura eleição presidencial de 2018, herdou de bom grado a agenda contrarreformista afiançada pelo ministro da economia, Paulo Guedes, dando prosseguimento ao brutal ataque contra os direitos da classe trabalhadora e ao patrimônio público nacional, através de diversas contrarreformas e processos de privatização.

Afora isso, o governo Bolsonaro registrou em seu currículo político a morte de aproximadamente 695 mil pessoas vítimas do descaso e do COVID 19<sup>22</sup>, quando alguns estudos mostram que centenas de milhares de mortes poderiam ter sido evitadas<sup>23</sup>, caso o governo tivesse agido rapidamente com as medidas restritivas e com a compra das vacinas quando teve oportunidade.

O governo Bolsonaro reuniu em seu ministério o que havia de mais reacionário na sociedade brasileira: o Olavismo como referência “intelectual-filosófica” inspirada no, recentemente falecido, propagandista de extrema-direita, Olavo de Carvalho; temporariamente, o lavajatismo encarnado no ex-juiz federal e ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, eleito Senador; o fundamentalismo neopentecostal, cuja expressão mais caricata foi a ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos humanos, Damare Alves, eleita Senadora; o militarismo tão bem representado nos mais de 6 mil militares que tiveram cargos no governo e os tantos ministros oriundos das Forças Armadas; o agronegócio dirigido pela ex-Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, Tereza Cristina, eleita Senadora; e o capital financeiro ultraneoliberal, muito bem contemplado pelo ex-Ministro da Economia, Paulo Guedes. Acrescenta-se ainda que as

---

<sup>22</sup> Números atualizados em 10/01/2023, disponível em: [Coronavírus Brasil \(saude.gov.br\)](https://saude.gov.br). Acesso em: 04/04/2025.

<sup>23</sup> Disponível em: [Mortes Evitáveis por Covid-19 no Brasil | Oxfam Brasil](https://oxfambrasil.org.br). Acesso em: 04/04/2025.

frações industrial e comercial da burguesia brasileira também colaboraram bastante com a gestão que se findou.

Falando sobre a composição do governo Bolsonaro, Mattos (2020, p. 204-205) diz:

Em quase todas as análises sobre a composição e o primeiro ano do governo Bolsonaro, foram destacados os diferentes grupos que o integram. Um forte núcleo militar está presente do primeiro ao quarto escalões dos ministérios, secretarias, autarquias e fundações federais. A ele se soma um núcleo dito “ideológico” (como se os demais fossem “técnicos”), fortemente influenciados por Olavo de Carvalho, de um lado, e pelo fundamentalismo evangélico, de outro, que teria ocupado os postos de comando nos ministérios das Relações Exteriores, da Família e da Educação. O terceiro núcleo é o dos economistas ultraliberais, comandados por Paulo Guedes. Aos três núcleos se somou a chancela da figura pública de maior popularidade do governo entre os setores que foram às ruas “contra a corrupção” e votaram em Bolsonaro: ex-juiz Sergio Moro, no Ministério da Justiça.

Essa caracterização das forças que compuseram o governo Bolsonaro expressou ser até aquele instante o coroamento da extrema-direita brasileira ou, visto por outro ângulo, o auge do recrudescimento da autocracia burguesa, ensejando um ambiente mais propício para o fortalecimento das tendências *neofascistas* representadas pelas forças que compuseram este governo e bem visíveis em certas ações da gestão. Em várias ocasiões, ao longo dos quatro anos de mandato, foi possível assistir as bases de massas do bolsonarismo serem mobilizadas pelo seu “mito”, ora para demonstrar a sua força social, ora para confrontar, em especial, alguma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), assim como do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no pleito de 2022.

A propaganda armamentista seguida do afrouxamento das legislações que regulavam e limitavam o acesso às armas, resultou, por um lado, na ampliação desse mercado, e, por outro, no crescimento do tráfico de armas, municiando organizações “criminosas”, como as chamadas milícias - alimentando mais uma vez o tal mercado. Por ocasião do questionamento ao decreto presidencial emitido pelo governo Bolsonaro em janeiro de 2019, a CNA protocolou petição no STF para manifestar a sua legalidade e importância para a fração ruralista da burguesia brasileira:

Ao se posicionar favoravelmente ao decreto presidencial publicado em janeiro, a CNA alega que a criminalidade no campo ameaça o produtor, seus familiares e funcionários e que “são cada vez mais frequentes os furtos e roubos nas propriedades rurais de insumos agropecuários, tais como fertilizantes, máquinas agrícolas e pesticidas, em função de seu alto valor, bem como a ocorrência do crime de abigeato”. “A eventual restrição de posse de armas nas dependências dos estabelecimentos rurais deixa os produtores em condição de extrema vulnerabilidade, dada a notória ausência de segurança pública no setor rural”, diz a CNA no pedido de *amicus curiae* feito na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). Em um trecho da petição, a CNA diz “ter a responsabilidade estatutária de também zelar, no

plano jurídico, pelo reforço das medidas normativas que possam fortalecer o exercício legítimo da autodefesa do homem do campo, seja para proteger a sua integridade física, e de seus familiares e eventuais funcionários, seja para garantir também a integridade patrimonial de sua propriedade”. (CNA, 30/01/2019, online).

A verve armamentista do governo Bolsonaro tinha eco e simpatia dessa fração da burguesia brasileira que sentiu-se completamente autorizada a agir de maneira violenta no campo para, supostamente, salvaguardar seus interesses, elevando os conflitos no meio rural. Outra linha de ação do governo relaciona-se à pauta da expansão da fronteira agropecuária e exploração das mineradoras, madeireiras e dos garimpos, avançando sobre as terras indígenas, quilombolas, camponesas e também sobre a floresta amazônica e outros biomas.

No que diz respeito a agenda contrarreformista neoliberal, como mencionado, foi mantida sob a perspectiva do governo Bolsonaro, sendo a sua primeira a contrarreforma da previdência, realizada em 2019, mas também foram retomadas as modificações para maior flexibilização da legislação trabalhista. Somado a essas iniciativas, também vieram as tentativas de privatização que foram parcialmente bem sucedidas do ponto de vista do capital. Em relatório anual de 2019 a Febraban destaca que, embora o crescimento econômico tenha ficado em 1,1%

2019 pode ser considerado um ano de consolidação do cenário de enfrentamento dos problemas fiscais do País. Depois de vários anos de discussão, o Congresso Nacional promoveu mudanças no sistema previdenciário brasileiro que, de um lado, ataca o crescimento insustentável de tais gastos e, de outro, reduz a desigualdade do sistema. Com a reforma, robusta do ponto de vista fiscal, está prevista uma economia próxima a R\$ 1 trilhão em dez anos (Febraban, 2019a, p. 15).

Esse destaque não é só comemorado pela fração bancária-financeira, mas também pelas frações industrial, ruralista e comercial. A convergência entre o governo Bolsonaro e as frações da burguesia brasileira nesta e noutras matérias mencionadas anteriormente, revela a predominância da agenda contrarreformista neoliberal no horizonte estratégico político e econômico dessas frações de classe e de suas expressões políticas no Estado, o que sugere a atualidade do “estilo autocrático de atuação histórica” da burguesia brasileira, conforme Florestan Fernandes refletiu. Mas é preciso ter em vista que a agenda neoliberal só se viabilizou, considerando o golpe de 2016 e a atividade das forças golpistas antes e depois de sua consumação.

Tem-se, portanto, a conjunção dos eventos no seguinte quadro: a violação dos resultados de uma eleição democrática através do golpe jurídico parlamentar, expondo a dinâmica particular da *democracia restrita* na sociedade dependente brasileira; a

determinação político-econômica pela aplicação de uma agenda contrarreformista cujo conteúdo está associado à necessidade das frações burguesas promoverem *a apropriação dual do excedente econômico* particular ao capitalismo dependente; o estreitamento da margem para o crescimento e o desenvolvimento econômico brasileiro; a exponenciação das desigualdades sociais; e a ascensão ao governo federal de uma composição de forças políticas de tendência neofascista e neoliberal, capaz de levar a termo a aplicação dessa agenda contrarreformista, impondo de *cima para baixo sem rebuços* os interesses das classes dominantes.

Apesar dos elementos trazidos refletirem as tendências do recrudescimento da autocracia burguesa, algumas dúvidas permanecem: Ocorreu um recrudescimento da autocracia burguesa no Brasil no período investigado? *Quais determinações socioeconômicas e políticas desencadearam o recrudescimento da autocracia burguesa no Brasil nesse período?*

Ao levantar a possibilidade de existência de um recrudescimento da autocracia burguesa foi importante procurar identificar seus elementos de particularidade, portanto, sua especificidade histórica em relação a processos de recomposição da burguesia como o que se deu na transição da ditadura empresarial-militar ao regime democrático, momento em que foi operada a reorganização da autocracia burguesa sob uma institucionalidade democrática. Ademais, colocamo-nos quais foram as propostas estratégicas das frações da burguesia brasileira no período (2013-2022) com vistas ao desenvolvimento socioeconômico e político nacional?

Sabe-se que o coescionamento da burguesia brasileira em torno do Estado nesse período resultou no fortalecimento das tendências neofascistas e suas investidas contra o Estado democrático de direito protagonizadas pelo ex-presidente Bolsonaro. Ao fim de seu mandato, no entanto, iniciou-se um movimento de afastamento de parcelas das frações da burguesia brasileira em relação ao ex-capitão do Exército brasileiro, expresso na carta pela democracia, assinada por diversos segmentos da burguesia brasileira<sup>24</sup>.

O período de investigação delimitado volta-se à 2013 porque foi neste ano que os governos do PT sofreram o seu primeiro grande abalo político expresso nas Jornadas de Junho (Braga, 2017; Iasi, 2017) e no crescimento de greves que bateu o recorde naquele ano (Dieese, 2015), seguindo numa crescente até o ano de 2016 ao atingir 2.093 greves e total de 140.214 horas paradas (Dieese, 2017), os dois índices mais altos registrados desde o início da

---

<sup>24</sup> Disponível em: [Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito! \(usp.br\)](https://www.usp.br/manifesto); e [manifesto \(conectas.org\)](https://conectas.org). Acesso em: 04/04/2025.

série histórica em 1984. E estabelece o ano de 2022 como marco limite, em função do fim do mandato do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, cujo governo não foi reeleito, deslocando do Executivo Federal as forças políticas a ele vinculadas.

O arco temporal dos dez anos que se pesquisou contém acontecimentos cruciais da conjuntura nacional recente que, embora objeto de cuidadosas investigações no transcorrer desses anos, durante a pesquisa, ainda revelaram a necessidade de reflexão mais sistemática e totalizante. Assim, investigou-se o que significaram as grandes manifestações de 2013; o sentido das mobilizações da direita e extrema-direita pelo impeachment em 2015-2016; as interpretações sobre os motivos múltiplos que levaram ao golpe de 2016; o desenvolvimento da Operação Lava-Jato e seus vínculos com os interesses imperialistas; o governo Temer; a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2018, o fortalecimento do neofascismo e sua agenda neoliberal; e a problematização das categorias neofascismo e ultraneoliberalismo como chave interpretativa de fenômenos da conjuntura do país. Temas que aparecem sob uma perspectiva de unidade orgânica traduzida no recrudescimento da autocracia burguesa no Brasil e não de núcleos problemáticos isolados e desarticulados entre si.

Para a realização da pesquisa foram analisados, como mencionado antes, os documentos da CNI, CNA, CNC e Febraban como representantes das frações burguesas industrial, ruralista, comercial e bancário-financeira. A escolha por estas entidades representativas se deu, *primeiro*, por serem as maiores de seus ramos, representarem uma parte importante do Produto Interno Bruto (PIB) e por responderem por parcela significativa de trabalhadores empregados no país. A CNI (2022) representa 27 federações de indústrias e 1.250 sindicatos patronais, aos quais são filiadas quase 470 mil indústrias, respondendo por 20% do PIB e 9,7 milhões de empregos. A CNA (2022) representa 27 federações e mais de 2 mil sindicatos rurais aos quais estão vinculados 5 milhões de “produtores rurais”, respondendo por mais de 19 milhões de pessoas ocupadas no setor e por 25% do PIB. A CNC (2022) representa 34 federações, entre elas 27 estaduais e 7 nacionais às quais estão associados 1048 sindicatos, representando mais de 5 milhões de empresas e 25 milhões de empregos aproximadamente. A Febraban (2022) é a maior e mais importante representação dos banqueiros no país, reúne 119 instituições associadas de um universo de 155 em atividade no Brasil, as quais representam 98% dos ativos totais e 97% do patrimônio líquido das instituições bancárias brasileiras.

*Segunda* razão, pela natureza da atuação das mesmas em defesa dos interesses das categorias econômicas que representam, deixando explícito o seu caráter político e, portanto,

sua dimensão classista. A CNI (2021, p. 7) objetiva "I. Representar, defender e coordenar os interesses gerais da indústria, contribuindo, direta ou indiretamente, para fomentar a expansão e a competitividade do setor industrial e o desenvolvimento econômico e social do País". A CNA (2015, p. 02) tem por objetivos: "I. Coordenar, promover o desenvolvimento, a defesa e a proteção da categoria econômica de que trata o caput Art. 1º e representá-la legalmente; II. representar, organizar e fortalecer os produtores rurais brasileiros, defender seus direitos e interesses, promovendo o desenvolvimento econômico socioambiental do Setor Agropecuário". A CNC (2006, p. 05) tem por prerrogativa. "I - representar, no plano nacional, os direitos e interesses do comércio brasileiro de bens, de serviços e de turismo". A Febraban (2011, p. 01) "tem por finalidade a congregação de suas ASSOCIADAS, para fortalecimento do Sistema Financeiro e de suas relações com a sociedade, de forma a contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País".

*Terceiro* motivo, porque na representação das pautas que lhes dizem respeito tais entidades mobilizam amplos recursos: financeiros, intelectuais, propagandísticos, institucionais, políticos, jurídicos etc., junto a instituições públicas e privadas; e *quarto*, porque a sua intervenção revela uma orientação estratégica para o seu setor e ao mesmo tempo por pretender que esta orientação contemple também os interesses de toda a nação brasileira, ou seja, uma espécie de projeto nacional<sup>25</sup>. Todas as quatro entidades formulam documentos de dimensão estratégica nos quais apresentam suas principais reivindicações e propostas relacionadas ao seu setor específico e, supostamente, ao desenvolvimento nacional. Será realizada uma análise documental do material formulado por essas frações da burguesia brasileira, somando também à análise de notas oficiais sobre o andamento no Congresso Nacional de pautas de interesse central das frações burguesas citadas, assim como também serão considerados os posicionamentos públicos dessas frações acerca de acontecimentos com repercussão nacional. A análise documental permitiu situar não só a perspectiva de atuação estratégica das frações da burguesia, isto é, a sua agenda de "reformas estruturais" para o país, mas também acompanhar as suas movimentações táticas ao longo dessa década, a sua abordagem em relação às instituições do Estado, em especial, o Congresso Nacional e o Executivo Federal quando da tramitação de pautas de seu interesse, e também de seu comportamento em relação à sociedade de modo mais geral.

---

<sup>25</sup> Todas as quatro entidades formulam documentos de dimensão estratégica nos quais apresentam suas principais reivindicações e propostas relacionados ao seu setor específico e ao desenvolvimento nacional. Realizaremos uma análise documental do material formulado por essas frações da burguesia brasileira.

Afora isso, compreende-se a relevância do objeto de pesquisa, considerando a área de concentração programática da pós-graduação em que se inscreve, bem como a escassa produção de conhecimento sobre o cerne deste objeto, isto é, o recrudescimento da autocracia burguesa em anos recentes, seja no PPGPS ou em outros espaços acadêmicos. Esta é mais uma das razões que mobilizou e justificou a realização desta pesquisa. Ademais, a compreensão das mudanças em curso também foi importante para vislumbrar as alterações que já alcançam o exercício profissional das e dos assistentes sociais e as tendências que disputam esta profissão e a direção de seu projeto ético-político.

Por fim, como assistente social comprometido com a perspectiva do projeto ético-político e integrante do Grupo de Estudos Marxistas e Pesquisa em Política Social e Trabalho (Gempp), desenvolver esta pesquisa foi também um desafio profissional, acadêmico e militante na direção do fortalecimento das armas da crítica que possam contribuir para instrumentalizar as lutas no país, na direção de uma sociedade humanamente emancipada. Sob o impulso destas dimensões constitutivas de minha individualidade histórica e socialmente construídas, o grande propósito foi identificar o recrudescimento da autocracia burguesa brasileira no contexto socioeconômico e político de aprofundamento da crise estrutural do capital, nos governos Temer e Bolsonaro.

Esta tese está organizada em cinco capítulos. No *capítulo 1º - as relações da dominação burguesa* -, refletimos a partir de categorias essenciais para compreender as classes sociais e as lutas de classes sob o modo de produção capitalista; a relação entre acumulação, exploração capitalista e luta de classes; as bases da divisão antagônica das classes sociais e de seus confrontos; e os fundamentos econômicos da dominação burguesa sobre o trabalho assalariado. Abordamos também as categorias fetiche, estranhamento, ideologia e Estado para compreender a luta de classes, bem como a dominação exercida pela classe dos capitalistas. O esforço para precisar teoricamente as categorias citadas nos possibilitou enfrentar o objeto desta tese com maior segurança, visto que, fundamentalmente, ela trata da luta de classes no Brasil.

No *capítulo 2º - síntese das determinações socioeconômicas do capitalismo dependente no Brasil* -, recuperamos a contribuição de Florestan Fernandes, mas também de outros clássicos da formação social brasileira, para o entendimento da constituição do capitalismo dependente no Brasil, seu desenvolvimento e suas expressões atuais. Em seguida, no *capítulo 3º - Autocracia burguesa no Brasil como forma particular de dominação de classe* -, em diálogo privilegiado com Florestan Fernandes, desenvolvemos nossa interpretação acerca da autocracia burguesa sob três dimensões distintas e articuladas;

debatemos com outros intérpretes da obra florestaniana; abordamos a constituição do Estado autocrático burguês como clímax da dominação burguesa no Brasil; e, por fim, afirmamos a permanência da autocracia burguesa reconfigurada sob o Estado democrático.

No *capítulo 4º - A direção da autocracia burguesa no século XXI* - abordamos aquilo que chamamos de programa da burguesia no Brasil, considerando os documentos elaborados pela CNI, CNA, CNC e FEBRABAN, além de, eventualmente, outras federações e associações patronais; e analisamos o programa *Uma Ponte para o Futuro*, identificando os pontos em comum com as medidas implementadas durante os governos Temer e Bolsonaro. *Capítulo 5º - Sob o espectro da regressão reacionária* - realizamos também uma interpretação da dinâmica conjuntural - política e econômica - e das relações de força, abrangendo o ocaso dos governos petistas, o golpe jurídico-parlamentar em 2016, o governo Temer, o governo Bolsonaro, a terceira eleição de Lula e a tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023. Finaliza-se com a explanação das marcas neofascistas e neoliberais enquanto manifestação do recrudescimento da autocracia burguesa no país sob a forma da regressão reacionária.

## **CAPÍTULO 1º - As relações da dominação burguesa**

As classes existem em determinadas relações de produção. A luta entre elas está baseada nas condições da existência social. Uma classe subordina a outra ao regime de exploração; a outra se insubordina contra a forma assalariada de exploração. Uma classe é a proprietária dos meios fundamentais de produção, a outra detém apenas a sua força de trabalho. A classe proprietária dispõe dos meios materiais para produzir o valor; a classe assalariada, da força de trabalho para despertar o potencial dos instrumentos produtivos. Esta trabalha, mas não possui; aquela possui, mas não trabalha. A riqueza socialmente produzida lhe pertence privadamente, assim como o tempo em que a classe trabalhadora está a sua disposição em troca de um salário. A força de trabalho dá vida à produção, materializa seu potencial criativo, multiplica a riqueza social, mas, na mesma medida, vê sua pobreza crescer, seu produto ser alienado, seu tempo de trabalho ser consumido. Sua qualidade não é ser para si, é ser para o capital. Para o capital sua única razão de ser é lucrar. Enquanto há lucro, não há emancipação. Enquanto há capital, há trabalho assalariado. Nisto reside o antagonismo desta sociedade de classes e sobre este antagonismo, a luta de classes.

Em seu propósito de valorização do valor, o capitalista precisa consumir a força de trabalho, continuamente renovar sua supremacia, inflexivelmente disciplinar o trabalho, intensificar a produção, capturar o tempo da força de trabalho, cooptar sua livre criação e transformar a classe trabalhadora em adepta do ideal burguês. Segundo Marx ([1859], 2008, p. 47) “na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade”. Estas são determinações do tempo histórico do capital. É nesse modo de produção específico que se fundamentam “as relações jurídicas” do capital e suas “formas de Estado”. É a lógica do capital que dá conteúdo e forma ao poder burguês; induz o capitalista no sentido da valorização; lhe obriga a estas “relações determinadas” de produção; determina suas ações como personificação dos interesses de sua classe. Aí se encontram as raízes historicamente específicas da sua dominação.

A pluralidade de capitais individuais é instada a perseguir o mais-valor, o lucro, a reprodução ampliada, a acumulação do capital. Só assim a sua forma individualizada encontra e realiza o seu conteúdo especificamente capitalista. Essa reprodução, no entanto, compreende uma série de momentos encadeados e permeados por contradições, percalços, interrupções, crises. Ela é atravessada pelas tensões dos interesses antagônicos das classes sociais. Da mesma maneira que a autovalorização do capital implica numa forte atração do capitalista

pela força de trabalho, a exploração como termo desta relação implica também numa forte repulsão do capitalista pelo trabalho.

Desse modo, a luta de classes não se manifesta apenas em situações de conflito aberto, mas também quando o conflito social permanece oculto ao longo da rotação do capital. Ainda assim, quando em silêncio a força de trabalho cumpre a sua jornada diária, a produção de mercadoria realiza a sucção de valor. Mesmo quando disfarçada por sofisticadas tecnologias, a extração do mais-valor supõe a exploração, a dominação e a supremacia de classe, isto é, supõe a dominação da burguesia sobre toda a sociedade e, em especial, sobre a classe trabalhadora. Supõe a luta de classes.

No Brasil, especificamente, a burguesia e o capitalismo desenvolveram-se sem trilhar o caminho das revoluções burguesas clássicas (Fernandes [1975], 2020). Não obstante esses fatos históricos particulares, o Brasil é um país capitalista e a sua classe dominante é a burguesia em suas diferentes frações. Independentemente da condição de capitalismo dependente e de sua classe dominante não figurar entre as hegemônicas no sistema imperialista, prevalece o elemento substantivo das relações de produção capitalistas terem se generalizado no Brasil, fazendo deste um país capitalista constituído de burguesia e proletariado, portanto, de um país fundado na propriedade privada dos meios de produção e na exploração capitalista da força de trabalho. Desta forma, assim como em qualquer país, a burguesia no Brasil precisa criar e recriar continuamente as condições para extrair o máximo possível de mais-valor, mediante a exploração da força de trabalho, obtendo, assim, o seu lucro. Ao perseguir esse objetivo vital, contudo, ela aciona toda uma cadeia de contradições econômicas, políticas e sociais inerentes ao processo de acumulação capitalista e à luta de classes.

Ao enfatizar essa determinação geral também constitutiva da realidade brasileira, não se pretende aqui diluir, tampouco ignorar os traços específicos da transformação capitalista no Brasil e nem da sua conformação como país de capitalismo dependente. Objetiva-se, tão somente, neste momento da exposição, asseverar que, sendo o Brasil um país capitalista, nele vigoram as leis de acumulação do capital<sup>26</sup>, sob as quais se dinamizam a luta de classes, a

---

<sup>26</sup> No prefácio da primeira edição d'O Capital, Marx ([1867] 2013, p. 78) faz uma advertência: “o que pretendo nesta obra investigar é o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação. Sua localização clássica é, até o momento, a Inglaterra. Essa é a razão pela qual ela serve de ilustração principal à minha exposição teórica, mas, se o leitor alemão encolher farisaicamente os ombros ante a situação dos trabalhadores industriais ou agrícolas ingleses, ou se for tomado por uma tranquilidade otimista, convencido de que na Alemanha as coisas estão longe de ser tão ruins, então terei de gritar-lhe: *De te fabula narratur* [A fábula refere-se a ti]!”

Na verdade, não se trata do grau maior ou menor de desenvolvimento dos antagonismos sociais decorrentes das leis naturais da produção capitalista. Trata-se dessas próprias leis, dessas tendências que atuam e se impõem com

exploração, a propriedade privada, e, igualmente, as relações de poder e dominação de classe. Registre-se, novamente, salvaguardando as suas particularidades. O procedimento de abstrair<sup>27</sup> de elementos particulares não resulta, em absoluto, numa deformação ou descaracterização da realidade pesquisada. Trata-se, apenas, de um momento da investigação que examina as leis universais de um modo de produção específico, cuja “estrutura e dinâmica” constituem uma realidade comum em diferentes formações sociais. Evidentemente, para sua efetiva concretização no plano teórico, exige-se a apreensão inclusiva daquilo que lhe é particular, concatenando-o à totalidade social<sup>28</sup> na qual tal realidade se particulariza. Este procedimento, de início, parecerá cair numa síntese “desequilibrada” dos elementos da totalidade sobre os da particularidade. Conduzindo dessa forma o resultado se revelaria equivocado. Entretanto, o que se quer é evitar o agigantamento mistificador dos fenômenos particulares ao ponto de neles enxergar-se uma realidade radicalmente autônoma, dissociada e exteriorizada ao complexo total do capital, quando, em verdade, nele ela se inclui e por ele se realiza. Portanto, levou-se sempre em conta a necessidade de encontrar os nexos dialéticos que interconectam as diversas totalidades constitutivas do real.

Referido na introdução, o objeto desta tese é o recrudescimento da autocracia burguesa no Brasil nos governos Temer e Bolsonaro. Para Florestan Fernandes ([1975] 2020), a dominação de classes no Brasil conformou-se numa autocracia burguesa caracterizada, em especial, nos anos da ditadura empresarial-militar, mas também quando da suposta redemocratização consagrada na Constituição Federal de 1988, momento em que a autocracia burguesa é reconfigurada sob o regime estatal democrático e de direito.

A autocracia burguesa consiste num modo particular de realização da dominação de classes no Brasil que se difere da dominação capitalista em outros países, sobretudo, dos países imperialistas. A dominação burguesa no Brasil, segundo Fernandes ([1975] 2020), é determinada por uma dupla articulação: uma que vem de fora, ou seja, dos influxos

---

férrea necessidade.” Essa fábula também é válida para o Brasil, pois nele as “leis naturais da produção capitalista” “atuam e se impõem com férrea necessidade”.

<sup>27</sup> “[...] Na análise das formas econômicas, não podemos nos servir de microscópio nem de reagentes químicos. A força da abstração [*Abstraktionskarft*] deve substituir-se a ambos.” (Marx, [1867] 2013, p. 78) Nas palavras de Netto (2011, p. 44) “a abstração é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável - aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força em que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador. A abstração, possibilitando a análise, retira do elemento abstraído as suas determinações mais concretas, até atingir ‘determinações as mais simples’. Neste nível, o elemento abstraído torna-se ‘abstrato’ - precisamente o que não é na totalidade de que foi extraído: nela, ele se concretiza porquanto está saturado de ‘muitas determinações’”.

<sup>28</sup> “Para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um ‘todo’ constituído de ‘partes’ funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade” (Netto, 2011, p. 56).

imperialistas e enlaça o setor exportador brasileiro ao mercado mundial; e outra, interna, própria da burguesia brasileira, onde a mesma fixa suas bases de acumulação na relação de um setor moderno ao “arcaico”, mas que precisa partilhar, na posição muitas vezes de sócia menor, da sua lucratividade com as burguesias estrangeiras, diminuindo as potencialidades do desenvolvimento capitalista no Brasil. Essa *apropriação dual do excedente econômico* é possível graças à desvalorização acentuada do valor da força de trabalho, que faz sobressaltar os flagelos sociais experimentados pela maior parte da população nacional. Tais condições peculiares de reprodução do capitalismo dependente demandam o reforço permanente dos mecanismos de cooptação, controle e repressão contra os *de baixo*, elevando a pressão política da dominação de classe. A história do século XX e século XXI mostra que o poder burguês lançou não poucas vezes mão da instituição de um Estado autocrático burguês, alternando com uma *democracia restrita* e uma *democracia de cooptação* como atenuantes que não eliminam a autocracia burguesa, pelo contrário, lhe dá sobrevida.

Na história recente do país, a dominação autocrático-burguesa foi recrudescida. O capitalismo brasileiro amargou mais um decênio de estagnação alternado com recessão, intensificando sua condição capitalista dependente; o programa neoliberal defendido por distintas frações da burguesia brasileira e estrangeira vem sendo imposto com radicalidade; o valor da força de trabalho foi deprimido de modo acentuado; a direita e a extrema-direita conquistaram posições mais destacadas na luta de classes; e o golpe de 2016, somado à tentativa de golpe em janeiro de 2023, à retirada e ataques a diversos direitos expuseram a vigência do Estado de *democracia restrita* no Brasil como uma das faces da autocracia burguesa.

Destacamos que o recrudescimento autocrático burguês no período investigado se deu num contexto de baixo crescimento econômico intercalado com cenários recessivos, isto é, em condições nas quais a acumulação do capital no Brasil enfrentou óbices à sua valorização. O que significa que as frações da burguesia brasileira foram confrontadas por uma conjuntura de diminuição da taxa de lucro, tornando necessário que as mesmas agissem no sentido de contrarrestar aquela tendência e restabelecer ou estabilizar a taxa de lucro em nível satisfatório à acumulação capitalista, exacerbando, por sua vez, as contendas da luta de classes.

Essa discussão foi central para o alcance dos objetivos da presente tese por demonstrar as bases econômicas da dominação capitalista, e, assim, que no caso brasileiro, a dominação autocrática da burguesia também tem bases econômicas, não sendo autorizado lhe atribuir

características exclusivamente políticas. A classe dominante no Brasil não é burguesa por ser autocrática; ela é autocrática por ser burguesa nas condições de um capitalismo dependente.

Por isso, para uma primeira aproximação ao objeto, buscamos desenvolver alguns elementos gerais sobre a luta de classes, trabalhando, assim, aspectos das relações econômicas sob o capitalismo como função de dominação. Determinar as bases do poder da burguesia permitiu destacar aquilo que é típico dessa classe enquanto agente econômico e poder dominante e, portanto, o que é característico da burguesia, seja nos países imperialistas, seja nos países dependentes, em suma, onde as relações capitalistas foram generalizadas, pois, a despeito das diferenças, tanto no Brasil como nos países de capitalismo avançado, a dominação de classes é exercida pela burguesia. Isto é, o poder dominante é burguês. Está lastreado no modo de produção capitalista e obedece às leis de acumulação do capital.

Ademais, a dominação burguesa não é obtida por meios exclusivamente econômicos, nem tampouco a luta de classes é movida, apenas, por esses mesmos interesses. Ela envolve determinações de outra natureza, como, por exemplo, o estranhamento provocado pelo trabalho alienado, o fetiche da mercadoria, a ideologia dominante e o Estado capitalista. O estranhamento e o fetiche são fenômenos desencadeados no âmbito do processo de trabalho ou do processo de produção de mercadorias, constitutivos de relações sociais e de uma consciência reificadas, que obstaculizam a compreensão da exploração do trabalho e da sua alienação, seja em qual formação social capitalista for, não sendo diferente no Brasil. Mas aqui, o aviltamento, o grau de exploração e a precariedade a que é submetida a força de trabalho, radicalizam a fetichização e o estranhamento vivido pela classe trabalhadora, atando-a fortemente à coisificação das relações sociais. A autocracia burguesa é edificada sobre relações de exploração do trabalho altamente selvagens. Se por um lado, a selvageria do capitalismo brasileiro faz da dominação burguesa uma relação de poder acentuadamente opressora e, portanto, mais suscetível, em tese, a insubordinações políticas da classe trabalhadora, por outro lado, o trabalho alienado, tal como configurado atualmente na sociedade brasileira, radicaliza o seu caráter desumanizante, estraçalhando os vínculos classistas de solidariedade e a pertença de classe. Afora isso, ele interdita o entendimento do trabalho como atividade potencialmente realizadora da emancipação humana e colabora para a preservação das próprias relações sociais capitalistas, como se fosse o fim insuperável, a civilização, enfim, encontrada.

A dominação capitalista no Brasil está intoxicada por componentes ideológicos que, inclusive, têm colaborado para a reprodução da conjuntura regressiva do país de modo espantoso. E o Estado não só tem sido um zeloso garantidor da ordem, como foi palco e

executor do golpe jurídico-parlamentar de 2016, apoiado pelas frações da burguesia brasileira e estrangeira, além de cada vez mais vir sendo convertido num Estado neoliberal sob a sombra sempre crescente de uma regressão reacionária. Por isso, pensamos ser indispensável tratarmos da ideologia e do Estado. Tanto no sentido geral como específico, esses determinantes se relacionam ao objeto estudado. De modo que, pretende-se, no momento adequado, expor essas categorias em face do objeto para uma aproximação mais segura e devidamente mediada, enriquecendo assim a compreensão sobre o fenômeno pesquisado na qualidade de uma “síntese de múltiplas determinações” (Marx, [1857-1858] 2011a, p. 54). Nesta parte da exposição situamos as relações de exploração alicerçadas pelo estranhamento, pelo fetichismo e pela ideologia das classes dominantes, bem como pelo Estado, interpretando-os como determinantes da dominação de classes no capitalismo e, nessa perspectiva, como fundamento geral da dominação autocrático-burguesa, não podendo ser esta explicada sem a remissão àquelas categorias.

### 1.1. Elementos econômicos da dominação de classes no capitalismo

A problemática da presente tese inscreve-se no âmbito da dominação de classes, compreendida como uma categoria da totalidade social, síntese da estrutura econômica com a superestrutura política. A dominação burguesa produz cristalizações que sob determinada temperatura da luta de classes podem mudar de forma e no limite se pulverizar por completo. Ela produz - sempre mediada pelo confronto das classes - instituições políticas, estruturas e relações econômicas, ideologia, cultura e moralidade; produz realidades, padrões de vida, hierarquizações sociais, clivagens de classe, assimetrias sociorraciais e entre os sexos. A dominação de classe não pode ser associada somente a mais ou menos democracia, a mais ou menos autoritarismo, mesmo porque, a despeito de uma sociedade ser formalmente democrática, ela pode ter tradições, governos, parlamento que manifestam postura autoritárias e conservadoras. Ou ao contrário, uma sociedade profundamente autoritária pode manter instituições como o sufrágio universal para dar uma aparência democrática ao seu Estado.

Da dominação de classes extraímos fundamentos que nos obrigaram a transitar pelo terreno das relações econômicas, articulando-as à discussão da formação e consolidação da dominação autocrático-burguesa no Brasil, com ênfase nos elementos materiais configuradores das classes sociais no capitalismo, na capacidade da classe capitalista de explorar a força de trabalho, extraindo-lhe o mais-valor e, simultaneamente, reproduzindo a sua condição proletária. Nestas circunstâncias, Marx desenvolveu a teoria do fetiche da

mercadoria, outra determinação para nós central no modo de dominação burguês que permeia necessariamente a forma particular de dominação de classes no Brasil.

Para Marx, no amadurecimento das relações capitalistas, a separação dos produtores diretos, isto é, dos trabalhadores em relação à propriedade de seus meios de produção, os transformou em força de trabalho livre para ser vendida, e ao mesmo tempo converteu em capital os meios de produção e reprodução da vida, isto é, os instrumentos de produção, seus insumos, seus produtos e os itens para a subsistência humana. Nas palavras de Marx ([1867] 2013a, p. 786):

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados.

O autor observou que, na processualidade histórica de emergência da sociedade burguesa, as próprias relações capitalistas de produção trataram de envolver e condicionar a classe trabalhadora àquelas condições de trabalho, diminuindo, assim, o peso da repressão extraeconômica sobre a dinâmica das relações de produção entre as classes, ainda que o elemento coercitivo não deixasse jamais de se fazer presente na sociabilidade burguesa.

É desse processo que a classe dos capitalistas e a classe trabalhadora<sup>29</sup>, numa relação permanente, aparecem de maneira melhor constituída, possibilitando o advento do modo de produção burguês. A detenção da propriedade privada dos meios de produção pelos capitalistas, viabilizou a exploração da força de trabalho dos proletários. E isso, porque, como Marx identificou, na procura por valorizar o seu capital, foi necessário ao capitalista encontrar um tipo de mercadoria específica, cujo consumo revelasse a qualidade singular de criar valor novo, isto é, a força de trabalho<sup>30</sup>.

Encerrada a “pré-história” do capital, as relações capitalistas e, assim, a existência das classes sociais fundamentais - a burguesia e o proletariado - expandem-se e se desenvolvem. Sabe-se que Marx e Engels não despenderam um tratamento sistemático acerca das classes

---

<sup>29</sup> “Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver” (Engels [1888], 2007, p. 40, nota 1).

<sup>30</sup> “Para poder extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro teria de ter a sorte de descobrir no mercado, no interior da esfera de circulação, uma mercadoria cujo próprio valor de uso possuísse a característica peculiar de ser fonte de valor, cujo próprio consumo fosse, portanto, objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado uma tal mercadoria específica: a capacidade de trabalho, ou a força de trabalho. Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [*inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo” (Marx [1867], 2013a, p. 242).

sociais, mas, em diversas passagens de suas obras, há menções relevantes a esse respeito. Das passagens pode-se extrair a referência em relação a duas classes: a burguesia e o proletariado. Em outros momentos também aparece a menção a classe dos proprietários fundiários. Essas três classes têm por fundamento material a propriedade do capital, a força de trabalho e a propriedade fundiária, ao que correspondem, respectivamente, o capitalista, o trabalhador assalariado e o proprietário fundiário, na medida em que todos personificam categorias econômicas e “são portadoras de determinadas relações e interesses de classes” (Marx, [1867] 2013a, p. 80). Acrescenta-se ainda, que os seus rendimentos são baseados no lucro, no salário e na renda da terra e a geração dos mesmos se ampara nas relações que aquelas classes, necessariamente, estabelecem entre si. Marx ([1894] 2017), inclusive, chegou a iniciar um capítulo específico sobre o assunto no livro III d’O capital, o capítulo 52, interrompido ainda em seu princípio, onde registrou:

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários fundiários, que têm no salário, no lucro e na renda da terra suas respectivas fontes de rendimento, isto é, os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, fundada no modo de produção capitalista (Marx [1894], 2017, p. 947).

Embora Marx e Engels tenham destacado a existência dessas “três grandes classes”, outras tantas comparecem em suas análises históricas e conjunturais, como a pequena-burguesia e os camponeses. Partimos de alguns determinantes para caracterizar as classes fundamentais na sociedade capitalista. Enquanto a burguesia detém a propriedade privada dos meios de produção, a classe trabalhadora dispõe apenas de sua força de trabalho.

Nessa relação, importa ao capital a sua autovalorização, ampliar sua margem de mais-valor, avançar sobre as fronteiras do trabalho excedente e diminuir o tempo de trabalho necessário. De nada adiantaria deter o controle privado dos meios de produção se a burguesia não empregasse aquela tal mercadoria singular, cujo consumo resulta na produção de um novo valor acrescido de valor a mais. Cabe à burguesia, na condição de proprietária dos meios de produção, mediante a introdução da força de trabalho, fazer essa relação funcionar como capital.

Para tanto, interessa ao capitalista que a liberdade do trabalhador seja posta a seu serviço, seja liberdade para servir ao capital, liberdade para criar novos produtos com um valor específico, não qualquer valor, e sim um valor a mais, um mais-valor. Em suma, que esta liberdade seja para criar um valor que se converta em lucro para o capital<sup>31</sup>. A consecução

---

<sup>31</sup> “A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de

desse objetivo do capitalista depende da exploração da força de trabalho, de fazê-la entregar um valor maior em relação ao que é investido no início do processo produtivo; de envolvê-la numa relação na qual ela não tenha outra opção a não ser aceitar a parte menor que lhe cabe do todo maior que lhe sugam, ou seja, aceitar um valor menor do que o total por ela produzido e apropriado pelo capitalista, pois

Como capitalista, ele é apenas capital personificado. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga (Marx [1867], 2013a, p. 307).

Não seria por outro motivo que o capital, para preservar sua taxa de lucro, avançaria sobre o trabalho; e não foi por outro motivo que a burguesia brasileira, historicamente, agiu pela contenção e ou pela depauperação do valor da força de trabalho, esta sendo uma das características do que Florestan chamou de estilo histórico de atuação autocrático da burguesia brasileira, quer dizer, a ação econômica e política da classe dominante pela acentuada elevação da taxa de exploração da força de trabalho como uma constante no capitalismo dependente brasileiro.

Na luta pelo exercício da dominação de classes, a fundamental conquista para os capitalistas foi a de submeter o proletariado, indivíduos detentores apenas da sua força de trabalho, para servir a valorização do capital. Aqui reside a fonte e a condição genuína do poder da classe dominante. Quanto mais valoriza o seu capital, mais poder político e econômico detém. A sujeição de vários grupos humanos à condição proletária selada pela revolução burguesa e reproduzida assim como se reproduzem as relações capitalistas de produção, é tanto uma necessidade econômica quanto uma vitória política do modo de produção capitalista. Esta condição obriga os possuidores da força de trabalho a venderem a sua capacidade física e intelectual para outrem que requer não apenas aquelas habilidades, mas o emprego delas durante um tempo determinado.

No Brasil, o processo de constituição e subordinação da classe trabalhadora ao jugo do capital perpassou a libertação da força de trabalho negra escravizada e a adoção pelo Estado de uma forte política imigracionista, esta por sua vez, amparada numa ideologia racista de embranquecimento do povo brasileiro. A classe trabalhadora nacional, portanto, não fora produto de uma conversão “natural” da força de trabalho negra feita escrava por séculos para

---

produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (Marx [1867], 2013a, p. 578).

uma classe trabalhadora livre (Mattos, 2003). Ademais, as relações capitalistas de trabalho configuradas no país combinaram um baixo padrão de proteção social, tentativas constantes de cooptação das organizações sindicais e trabalhistas somada à repressão pelo Estado e a taxas acentuadas de exploração da força de trabalho (Santos, 2012). Nesse sentido, a burguesia brasileira, em sua aliança dependente do capital estrangeiro, foi eficiente em submeter a classe trabalhadora do país ao regime de exploração capitalista. Porém, é importante registrar que essa exploração econômica não pode ser compreendida como resultado estrito de uma genética autoritária daquela burguesia, ainda que essa característica lhe seja inerente. É difícil acreditar que o seu autoritarismo seria preservado caso ele fosse imediatamente nocivo aos negócios e à sua lucratividade. Pelo contrário, ele lhe é funcional.

A ascensão histórica do modo de produção capitalista, de relações sociais de produção inéditas, da moderna sociedade de classes e da mais nova classe dominante, como fartamente demonstrado por Marx ([1867] 2013a) n'a *assim chamada acumulação primitiva*, tiveram um pressuposto específico:

O ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalista foi a subjugação do trabalhador. O estágio seguinte consistiu numa mudança de forma dessa subjugação, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista (Marx [1867], 2013a, p. 787).

Esta relação de subjugação/exploração desenvolveu um modo de existência social economicamente coercitivo, frente ao qual a classe trabalhadora vê-se compulsoriamente instada a vender sua força de trabalho em troca de um salário, entregar trabalho excedente, produzir mais-valor, para assegurar lucro ao capital, independente de considerar justo ou injusto, pois essa não é uma relação baseada em julgamento moral, mas na necessidade do processo de acumulação.

Nesse sentido, com a emergência do modo de produção capitalista não é apenas mais um novo modo de organizar a economia que emerge. Ao criar as condições em que os detentores da força de trabalho são obrigados a vendê-la para poder reproduzir a sua existência, o desenvolvimento do capitalismo, baseado na propriedade privada dos meios de produção, passa a organizar o processo de trabalho, sob o regime de produção de mercadorias. Dessa forma, são os capitalistas que definem o que produzir, como, quando e sob qual ritmo produzir. É imposta uma relação de comando, controle e supervisão sobre os trabalhadores que se desenvolve como função de exploração<sup>32</sup> da burguesia sobre os trabalhadores.

---

<sup>32</sup> “O comando do capitalista não é apenas uma função específica, proveniente da natureza do processo social de trabalho e, portanto, peculiar a esse processo, mas, ao mesmo tempo, uma função de exploração de um processo

Nessas novas relações de produção, por decorrência, a classe trabalhadora, durante o tempo de trabalho, se relaciona tanto com o processo de produção quanto com o objeto produzido, como produto de uma vontade alheia, estranha e hostil. Os meios de produção não lhe pertencem, o objeto produzido tampouco e a riqueza gerada cresce na mesma medida em que a sua pobreza, seja em termos relativos ou absolutos. Cria-se um regime de trabalho no qual o capital personifica o poder antagônico, exercendo uma nova forma de dominação<sup>33</sup>, uma supremacia de classe.

Mesmo quando cresce a acumulação de capital e, nessa medida, cresce também a massa de trabalhadores ocupados, bem como os seus salários, ainda assim o que ocorre não é nada além da expansão do domínio e da exploração do capital sobre um número maior de assalariados.

No contínuo processo de reprodução do capital, por motivos de ordem cultural, educacional e social, a resistência antes apresentada pela classe trabalhadora ao novo regime econômico de produção, dá lugar a maior aceitação deste mesmo regime, posto que ele passa a ser legitimado socialmente como o modo natural de se produzir:

A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. A violência extraeconômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às “leis naturais da produção”, isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada (Marx [1867], 2013a, p. 808-809).

Não obstante, a dinâmica de acumulação capitalista, ao demandar constantemente a extração do mais-valor, eleva o nível de tensionamento oriundo do acentuado grau de exploração da força de trabalho, desencadeando, assim, uma possível resistência da classe trabalhadora e, por conseguinte, a reação do capital que visa aplacá-la. Resta a descobrir que a lei absoluta da acumulação do capital engendra imediata ou mediamente, os confrontos classistas, ou seja, suscita as condições socioeconômicas nas quais a luta de classes se desenvolve na especificidade da sociabilidade capitalista.

Marx e Engels ([1848] 2007), no Manifesto do Partido Comunista, afirmaram:

---

social de trabalho, sendo, por isso, determinada pelo antagonismo inevitável entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração” (Marx [1867], 2013a, p. 406).

<sup>33</sup> “Ela [a divisão capitalista do trabalho] não só desenvolve a força produtiva social do trabalho exclusivamente para o capitalista, em vez de para o trabalhador, como o faz por meio da mutilação do trabalhador individual. Ela produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho” (Marx [1867], 2013a, p. 438).

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito (Marx; Engels [1848], 2007, p. 40).

Ao fazerem tal afirmação, os autores apontaram para os confrontos reais entre as classes em suas distintas dimensões de realização, que se procura explicar teoricamente. A luta de classes é o dinamismo essencial da história de todas as sociedades divididas em classes sociais. A luta das classes, assim, determina, em maior ou menor medida, a existência concreta das classes sociais, o modo pelo qual elas se apresentam em uma sociedade qualquer em cada tempo histórico específico. Dessa maneira, por óbvio, não é possível existir luta de classes sem classes sociais, e nem seriam as classes sociais fenômenos inteligíveis, caso se fizesse abstração da luta de classes. As classes se realizam como fenômeno concreto mediadas pela luta de classes. Não é possível entender a existência concreta das classes sociais fora da luta de classes, do mesmo jeito que também a luta de classes, numa determinada época, é movida por interesses opostos de classes sociais antagônicas.

Sendo assim, o desenvolvimento e a realização das classes tal como elas se apresentam não é produto de uma evolução autônoma e independente da relação de cada classe consigo mesma. Pelo contrário, é exatamente por estarem imersas numa relação social constituinte de conflitos antagônicos que sua concretização assoma à realidade enquanto resultado de permanente movimento e interações recíprocas. Portanto, embora as classes existam com características próprias, as mesmas só podem ser apreendidas como desdobramento da relação de permanentes conflitos, em alguns momentos agudos, em outros moderados. Assim, as classes supõem-se mutuamente. Mas, ainda que se suponham mutuamente, a compreensão de suas distinções não se faz inacessível, pois elas são efetivas, objetivas, isto é, mesmo enredadas umas às outras, elas portam aspectos particulares distintivos. Suas posições na divisão social do trabalho não se confundem. O que autoriza e, a bem da verdade, exige a captura, no plano da reprodução teórica, daquilo que, no plano do real, lhes marca diversamente.

Os interesses das classes estão fundados em modos de produção específicos que condicionam a relação entre elas - ao mesmo tempo em que são produto destas - e, por conseguinte, também da própria luta das classes realmente existente em determinado momento histórico de uma dada formação social. Conforme anunciado por Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, esses confrontos de classe, elevados ao seu ápice, ou

irrompem numa alteração radical, integral e generalizada de uma forma societária, ou na supressão das classes antagônicas. Os choques de interesses pela perpetuação das condições fundamentais de existência das classes ou pela substancial subversão das mesmas, vão conformando, reciprocamente, a realidade concreta das classes e, portanto, as funções desempenhadas por cada uma em um modo particular de produção e reprodução social.

Nas condições da organização social burguesa, a luta de classes se desdobra no terreno concreto de seu particular modo de produção, ou seja, sob o imperativo da valorização do valor. O capital precisa constantemente se valorizar e os seus agentes individuais, os capitalistas, atendem a esse imperativo de modo que as suas escolhas e ações, enquanto personificações dos interesses e relações capitalistas, devem resultar na valorização permanente do capital. Essa é a condição de sua existência. Como a sua valorização supõe a exploração da força de trabalho, suposto também está, nesta relação, o choque de interesses das classes antagônicas. Insiste-se aqui que a necessidade de valorização, sendo condição da existência do capital, determina as escolhas e ações dos capitalistas individuais ou das grandes associações entre eles. Estes farão o que for possível e preciso para lograr êxito ante os seus objetivos de valorização do valor, determinando o ambiente socioeconômico e político para a luta das classes antagônicas.

As relações de exploração capitalista da força de trabalho, portanto, constituem em si, relações de dominação nas quais a desigualdade do poder econômico fundamenta, na particularidade histórica do capital, a desigualdade de poder político entre as classes sociais, não ignorando que ele dispõe também de outras fontes. A elevada concentração de riqueza econômica nas mãos de uns poucos capitalistas no Brasil elucida o seu poder de classe e a sua dominação frente à classe detentora da força de trabalho. Deter a propriedade dos meios de produção e o valor como capital, enquanto a classe majoritária da sociedade dispõe apenas de sua capacidade de trabalho, é deter, privadamente, a fonte essencial do poder e da dominação de classe no capitalismo. De modo que a reprodução da condição de classe é a reprodução da condição de dominância e subalternidade ou, simplesmente, das relações de dominação.

Há de se observar que, além de estar assentada na estrutura econômica capitalista, a luta de classes, como não poderia ser diferente, está também envolta por sua superestrutura política, jurídica e ideológica, cujas bases encontram-se intrinsecamente entrelaçadas à estrutura mencionada, formando assim uma totalidade social. A importância disto está no fato de que as formas de consciência correspondente àquela superestrutura, expressão das ideias dominantes de cada época, desenvolvem-se, entre outros sentidos, como mediação da dominação de classe, que, por sua vez, é determinada pelas condições materiais de produção

da existência, o que nos leva a abordagem de outras categorias inerentes a dominação burguesa.

## 1.2. Estranhamento, fetiche e ideologia

Na esfera da produção material, Marx verificou o fenômeno do estranhamento se pronunciar como desdobramento do trabalho na sociedade da propriedade privada capitalista. É na obra *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844 que essa discussão aparece pela primeira vez, tendo repercussão, ao menos, em mais outras duas obras, *A sagrada família* de 1845 e a *Ideologia alemã* de 1845-1846, estas escritas em parceria com Engels. Ranieri (2001) indica, inclusive, juntando-se à hipótese defendida por vários marxistas, que os manuscritos de 1844 apresentam uma forte unidade com o conjunto da obra marxiana e não só com algumas delas inscritas na fase do jovem Marx. E, nas palavras de Mészáros, aqueles manuscritos revelaram uma obra *in status nascendi*.

Nos Manuscritos de 1844, as categorias de alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*), orbitando em torno do trabalho como central, compõem de modo articulado, existindo entre elas uma “unidade conceitual que concerne a uma situação de saída de um determinado estado (*Entäusserung*) e o estranhamento (*Entfremdung*) no momento de entrada em outro, em decorrência do caráter de alcance, chegada ou atribuição da referida situação” (Ranieri, 2001, p. 10). Mas, mesmo guardando uma íntima relação, pois determinado um pelo outro, eles também se distinguem, como a citação sinaliza. Alienação (*Entäusserung*) seria exteriorização, objetivação do trabalho executado pelo homem; enquanto estranhamento (*Entfremdung*) significa a manifestação histórico-concreta do impedimento da realização humana, mediante a determinação particular da exteriorização (Ranieri, 2001).

Para Marx ([1844], 2010c), o estranhamento se manifesta ao trabalhador em quatro dimensões: no produto do trabalho; no trabalho enquanto atividade; na genericidade humana do trabalhador; e de um trabalhador em relação ao outro. A reflexão do autor, pressupondo a sociedade capitalista, parte do trabalho como produtor de objetos, de valores, de riqueza, em suma, do trabalho como produtor de mercadorias. Mas ele observou que quanto mais riqueza o trabalho cria, mais pobre ele se encontra; quanto mais mercadoria ele produz, mais barato ele se torna como mercadoria. Ademais, “o trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (Marx [1844], 2010c, p. 80). Nessa condição, tudo aquilo

produzido pelo trabalho se objetiva e se exterioriza como algo tornado independente, com sua própria existência e que lhe é estranho.

No entanto, não é só o objeto concretizado pelo trabalho que se lhe defronta como uma coisa estranha. Não poderia ser assim se o próprio trabalho enquanto atividade não o fosse também estranho. O processo de trabalho não é uma atividade definida por critérios e finalidades estabelecidas pelo agente produtivo, o trabalhador. Pelo contrário, assim como o objeto não pertence àquele que o produz, tampouco pertence a ele o seu próprio processo de trabalho. Sua atividade específica é orientada por interesses outros que não os seus, que não a satisfação de suas necessidades, convertendo-se em simples meio para outros e sobrevivência para o trabalhador.

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele (Marx [1844], 2010c, p.83).

Há ainda mais duas formas de aparição do estranhamento do trabalho. O “homem” como ser da natureza, precisa desta para reproduzir a si mesmo, pois ele mesmo, um ser natural. Essa permanente interação mediada por sua atividade vital, o trabalho, é condição para o gênero humano manter-se vivo. Como agente produtivo ele faz da natureza o seu corpo inorgânico, sua fonte de satisfação de necessidades imediatas, como de alimentação, e de produção de instrumentos de trabalho etc. À medida que estende o seu domínio sobre a natureza, mais ele se universaliza enquanto gênero. Do mesmo modo, ele se relaciona consigo mesmo, isto é, se relaciona com outro ser humano, e assim, faz-se gênero, se universaliza.

Porém, quando o trabalho se encontra numa configuração de estranhamento, a realização da existência humana como ser genérico é subvertida. Isso ocorre, pois, ao perceber a natureza apenas como um meio que lhe serve, submetendo-a aos seus interesses, o ser genérico impõe uma relação instrumental, enxerga o meio natural como uma coisa exterior e objeto de seu domínio ou a ser dominado. Ininteligibiliza-a como parte sua, e a si mesmo não vê como parte dela, inexoravelmente vinculados, inelutavelmente dela dependente. Acontece também que o “homem” deixa de conceber o trabalho como a atividade generalizadora do ser. Não compreende o trabalho como atividade criadora e livre, como atividade característica da humanidade. A toma, na verdade, como um meio para satisfação de seus interesses e não enquanto mediação da realização do gênero humano, de sua genericidade. Ao fazer isso, ele rebaixa o trabalho como mediação universalizadora e rebaixa o trabalhador como representante do gênero humano. Para ele, o outro que trabalha se

transforma apenas em coisa à disposição de uma necessidade individual. Nas palavras de Marx:

Uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o estranhamento do homem pelo [próprio] homem. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem (Marx [1844], 2010c, p.83).

Portanto, esse estranhamento ao alcançar a atividade essencial do humano, retirando a capacidade deste de projetar a qualidade universalizante do trabalho, põe os indivíduos sociais, uns frente aos outros, de maneira hostil, estranhada, com se se tornassem irreconhecíveis enquanto seres do mesmo gênero. Ora, se assim se processa o estranhamento, significa que o trabalho e a sua objetivação, já que não apropriada pelo produtor direto, a alguém deve pertencer e possuir. E neste caso, “só pode ser o homem mesmo” (Marx [1844], 2010c, p. 86). O trabalho estranhado não é atravessado pelo nada. Não é uma ordem divina ou o acaso o seu determinante. É o próprio gênero humano, um representante seu que subordina o outro. É a ele mesmo que pertencem tanto o produto como o próprio trabalho estranhado. E esse representante é o capitalista, o proprietário privado do trabalho exteriorizado, hostil, independente e estranho ao trabalhador.

Ora, numa realidade como esta, os indivíduos que trabalham se reproduzem com extrema dificuldade não só de opor resistência à alienação e exploração do seu trabalho como também de meramente percebê-las enquanto tais e, assim, de conceber a dominação de classes exercida, fundamentalmente, na forma de sua subjugação à condição proletária. Por isso, a exploração, a alienação e o estranhamento constituem fenômenos que organizam, reproduzem e reiteram a dominação burguesa no plano das relações econômicas.

Marx, de um modo diferente e com novas determinações, avança nesse debate na sua obra máxima, *O capital*. Ao discutir sobre “o caráter fetichista da mercadoria e seu segredo”, Marx desvelou no âmbito da estrutura econômica, a forma reificada de consciência social correspondente. Ele inicia o tópico dizendo: “uma mercadoria aparenta ser, à primeira vista, uma coisa óbvia, trivial. Sua análise resulta em que ela é uma coisa muito intrincada, plena de sutilezas metafísicas e melindres teológicos” (Marx [1867], 2013a, p. 146). Desse caráter enigmático resulta que, nas relações sociais capitalistas, a mercadoria aparece para os seres sociais como coisa ao mesmo tempo natural e estranha, como algo que sempre existiu e parte constitutiva da sociedade, ainda que não se saiba explicar exatamente o processo de sua produção. Ela simplesmente é e aí está. No entanto, na forma de valor de uso ela não põe

nenhuma incógnita na cabeça de seus produtores e consumidores. Eles sabem da sua utilidade na satisfação de necessidades e sabem também que os seus atributos como objeto útil foi obtido pelo emprego da força de trabalho especializada no processo em que a matéria natural é metabolizada para adquirir novas formas e assim servir para uma finalidade previamente concebida, “mas tão logo aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa sensível-suprassensível” (Marx [1867], 2013a, p. 146). O autor avança e afirma não ser igualmente do complexo de elementos constitutivo do valor de onde provém o enigma da mercadoria, visto que, no trabalho em suas distintas manifestações particulares, as capacidades postas em andamento são uma síntese de força física e energia intelectual, destreza operativa e projeção criativa, estas como parte de uma dimensão mais propriamente orgânico-social. Noutra dimensão, o tempo de trabalho para a produção de um bem como medida de determinação da grandeza do valor, também é algo observado pelos produtores: “sob quaisquer condições sociais, o tempo de trabalho requerido para a produção dos meios de subsistência havia de interessar aos homens, embora não na mesma medida em diferentes estágios de desenvolvimento” (Marx [1867], 2013a, p. 147). E quando os distintos trabalhos privados, com as mudanças históricas nas relações de produção nas diferentes sociedades, passam a se conectar, eles ganham conotação propriamente social: “de onde surge, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho, assim que ele assume a forma-mercadoria? Evidentemente, ele surge, dessa própria forma” (Marx [1867], 2013a, p. 147).

A mercadoria é a forma material da igualdade dos trabalhos humanos em que o valor se manifesta como produto de diferentes trabalhos privados. A quantidade de trabalho contida nas mercadorias determina a grandeza do valor, e a relação entre os produtores constitui-se como uma relação social quando, enfim, a troca de mercadoria se generaliza na sociedade, pondo em contato, por meio dela, todos os trabalhos privados.

Na produção de mercadoria, a força de trabalho imprime as características sociais da sua atividade produtiva aos objetos, mas tais características lhe aparecem como próprias do objeto-mercadoria. É por refletir as características sociais do trabalho como algo inerente a sua forma objetiva, como algo pertencente a sua natureza, e, por sua vez, por refletir as características do trabalho total como relações sociais entre coisas que o caráter fetichista se apresenta: “esse caráter fetichista do mundo das mercadorias surge, como a análise anterior já mostrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias” (Marx [1867], 2013a, p. 147).

Os objetos úteis são produzidos pelos trabalhos privados e o conjunto dos trabalhos privados compõem o trabalho social total. O produto dos trabalhos individuais aparece para os

produtores particulares a partir dos processos de troca, momento em que as características sociais do trabalho lhes surgem. Isto é, o elo dos trabalhos privados como expressão do trabalho social total, são percebidos nas relações de troca dos produtos e, por meio desses, também as relações de troca entre os produtores. “A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas” (Marx [1867], 2013a, p. 148).

É ainda na troca que o valor de mercadorias de diferentes trabalhos adquire a existência enquanto valor socialmente equiparado. Elas, as mercadorias, são compreendidas pelos produtores privados em dois aspectos: como coisas úteis vindas dos seus trabalhos privados e coisas de valor igual, posto que são produtos do trabalho em geral. Ao trocarem seus produtos de diferentes valores de uso e, portanto, de processos de trabalho úteis distintos, os produtores estabelecem espontaneamente um elemento de igualdade entre eles, qual seja: o trabalho humano abstrato. Ora essa equiparação de distintos trabalhos concretos - a “redução desses trabalhos ao seu caráter comum como dispêndio de força humana de trabalho” (Marx [1867], 2013a, p. 149) -, consagrada no processo de troca, permite a circulação de mercadorias com valores de uso distintos, satisfazendo uma gama enorme e diversa de necessidades; ora essa equiparação fornece o critério de unidade que está na base da formação social do valor de produtos particulares.

Portanto, os homens não relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas meros invólucros materiais de trabalho humano de mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem (Marx [1867], 2013a, p. 149).

Apesar da descoberta científica do “segredo” do valor ter feito história no desenvolvimento humano, a expressão reificada, a nível fenomênico, das relações de produção capitalistas não é suprimida. Interessa aos produtores privados saber por quantos produtos dos quais eles têm necessidade, as suas mercadorias podem ser trocadas. Quando esse sistema de equivalência entre produtos distintos conquistam uma certa estabilidade, os valores dos mesmos passam a ser vistos como características intrínseca a eles e não como decorrência da grandeza que lhes constitui, isto é, o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção.

É a partir da análise do preço das mercadorias que se alcança a sua determinação de valor; e é a partir da sua expressão monetária que se fixa o seu caráter de valor. Mas, é sob a forma dinheiro por excelência que se oculta o caráter social dos trabalhos privados e, assim, a

relação social entre os produtores. Portanto, é sob o modo de produção capitalista que a equivalência entre os diferentes trabalhos concretos expressos na igualdade realizada através dos processos de troca entre diferentes mercadorias, adquire, no âmbito da relação dos produtores, a forma de relações sociais entre coisas. Por decorrência, a valorização de qualquer mercadoria não parece ser obra do trabalho humano nela cristalizado, mas uma peculiaridade sua, como se dispusesse da capacidade inata de multiplicar o próprio valor. Esse processo fetichista também se aplica ao dinheiro, e na forma em que o dinheiro gera mais dinheiro, o capital atinge o ápice da sua fetichização. Essa aparente e relativamente autônoma qualidade se manifesta plenamente no capital portador de juros, é nele que “produz-se em toda sua pureza esse fetiche automático do valor que se valoriza a si mesmo, do dinheiro que gera dinheiro, mas que, ao assumir essa forma, não traz mais nenhuma cicatriz de seu nascimento” (Marx [1894], 2017, p. 442). O capital aparenta ter propriedades mágicas, ser dotado da capacidade de produzir juros, isto é, mais dinheiro sem passar pelo processo de produção propriamente dito. Nesta forma, ele parece ser “simples coisa” com funcionamento próprio, leis próprias, dissociada e independente da base material de produção do valor, como uma fonte em si de valorização do capital. Na verdade, porém, os juros constituem parte do lucro ou do mais-valor produzido pelo emprego da força de trabalho no processo real de valorização capitalista do valor, ainda que pareça ser a fonte de sua própria fertilidade.

O fetiche da mercadoria e do capital portador de juros, tendencialmente, faz com que os produtores naturalizem suas próprias relações como relações entre coisas, e como coisas que se relacionam, elas lhes são exteriores, independentes e alheias ao seu controle; movimentam-se numa dimensão aparentemente inacessível, rígida, ao mesmo tempo em que lhes contorna e preenche como um dado banal e ordinário da vida. Assim, relações que são históricas, portanto, transitórias, tornam-se para a consciência algo imperecível. A reificação da consciência e da prática dos produtores diretos do valor, resulta por ser funcional à dominação burguesa e, assim, para a reprodução ampliada do capital. Todavia, o fetiche da mercadoria não é a única mistificação que repercute no plano da consciência da classe trabalhadora de maneira a reforçar a manutenção do modo de ser do capital. Marx e Engels, desde cedo, demonstraram o papel em geral da ideologia para este fim.

Antes de mais nada, no prefácio da “Contribuição à crítica da economia política”, Marx estabelece postulados concisos e imprescindíveis para a compreensão mais precisa acerca das “formas ideológicas” e, brevemente, da relação entre estrutura econômica e superestrutura política e jurídica. Para o autor, a superestrutura e as formas de consciência correspondentes têm suas raízes nas condições materiais de produção da existência, não sendo

possível explicá-las por si mesmas, como se elas dispusessem de independência absoluta em relação a base material da vida social, atendendo apenas a leis e estímulos próprios. Ao contrário disto, o modo de produção vigente condiciona todo o desenvolvimento social, político e intelectual da vida em sociedade, selando uma interdependência da superestrutura com a estrutura e, por conseguinte, determinando a relação entre ser e consciência:

A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (Marx [1859], 2008, p. 47).

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels ([1845-46] 2007) vão dizer que a classe que controla os meios materiais de produção da vida, controla também os seus meios espirituais, de modo tal que as ideias dominantes em cada fase da história correspondem às ideias da classe dominante. Em suas palavras:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (Marx; Engels [1845-46], 2007, p. 47).

Para Marx e Engels (2007), a ideologia é uma forma de consciência distorcida sobre a realidade engendrada por esta mesma realidade. Fundada na atividade dos indivíduos reais e concretos, a consciência social só poderia representar as relações estabelecidas entre aqueles. Se esta representação da consciência reflete o modo de ser dos indivíduos sociais como que invertido, é porque a produção e reprodução da vida em sociedade numa determinada fase histórica assim lhe fez refletir:

A consciência [Bewusstsein] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [bewusste Sein], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida (Marx; Engels, 2007, p. 94).

Dado que no âmbito das relações capitalistas de produção as desigualdades sociais são gestadas como um imperativo de sua própria lógica, havendo, entretanto, a igualdade formal que o Estado a todos confere, a consciência social formada sob essas relações de produção

expressa-se na forma de uma naturalização eternizadora. Nesta exata medida, qualquer forma de consciência que justifique relações de exploração de homens e mulheres pelos seus iguais, constitui-se como uma forma ideológica de representar o ser social. A ideologia, portanto, cumpre papel importante na manutenção das relações sociais capitalistas, às quais, como não poderia ser diferente, encontram forte ressonância na conformação do Estado.

Sob o comando de frações expressivas do capital, o Estado capitalista no Brasil, em diversos momentos, foi um importante alicerce para que a dominação burguesa autocrática se estabelecesse, principalmente no período da ditadura militar, mas também durante os governos Temer e Bolsonaro. A ideologia foi um fabuloso sustentáculo em ambos os momentos. Exatamente por isso, é essencial compreendê-la em sua magnitude.

O modo de ser burguês aparece não só como o ideal a ser perseguido por todos os indivíduos sociais e por todas as classes, mas como o modo mais elevado do ser social, ele mesmo tornado o modo natural da existência em sociedade, portanto, historicamente acabado e intransponível. Essa forma de compreender a totalidade social do mundo histórico capitalista é a manifestação ideal advinda das suas classes dominantes, da burguesia, ou seja, é um constructo ideal assentado numa classe particular que exerce em toda sua extensão a dominação de classe, universalizando abstratamente para as demais classes sua visão particular de mundo. Na medida em que essa concepção se dissemina por toda a sociedade, envolvendo as classes dominadas em seu conjunto, o exercício da dominação passa a ser apoiado pelas - ao mesmo tempo que serve de suporte às - “formas ideológicas” do capital, naturalizando as relações sociais burguesas. Essas manifestações ideais das relações materiais de produção convertem-se, com a sua universalização, em força material operante<sup>34</sup>. Não meras ideias que pairam ou influenciam essa ou aquela classe, mas “formas ideológicas” que conformam a consciência social e tornam-se realidade prática mesmo na atividade das classes dominadas, coesionando-as sob a sociabilidade capitalista, o que evidencia o poder da ideologia quando assimilada ativa ou passivamente pelos dominados.

Mas, sendo a sociedade uma totalidade dinâmica movida pelas lutas das classes, as contradições e antagonismos entre as mesmas complexifica o exercício e a manutenção da dominação da classe capitalista, posto que, em maior ou menor medida, o desenvolvimento do capitalismo engendra os confrontos das classes antagônicas com repercussões inevitáveis na produção material da existência e nas relações jurídicas, políticas e ideológicas. Isso para dizer que, embora a dominação capitalista disponha de enormes recursos, estes não anulam as

---

<sup>34</sup> “A teoria também se torna força material quando se apodera das massas.” (Marx, [1844] 2013b, p. 157). Na interpretação aqui adotada, teoria é uma expressão da consciência, “formas ideológicas”.

contradições, os embates, os choques entre as classes sociais, sobretudo, em momentos de crise do capital, quando os antagonismos tendem a ser agudizados e o futuro torna-se potencialmente imprevisível.

As jornadas de 2013 são exemplos dessa imprevisibilidade de desdobramentos de um movimento que se iniciou com reivindicações importantes da classe trabalhadora contra o aumento das tarifas dos transportes e depois teve sua direção fortemente disputado por setores antagônicos de direita.

Nos livros *A luta de classes na França* e *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, Marx analisa a complexidade conjuntural do processo que resultou no golpe de Estado dado por Napoleão III na França do século XIX. As reflexões do autor nesses livros, entre tantos outros motivos, são importantes, pois elucidam a relação mediada entre os posicionamentos das classes e frações de classe e os seus interesses na conjuntura específica de uma formação social particular, demonstrando, inclusive, a autonomia relativa das instituições de Estado entre si e destas frente às classes sociais.

A realidade francesa reproduzida por Marx nessas obras mostra a existência concreta das classes e de frações de classe em meio a um confronto político bastante acentuado. Diferentemente da afirmação de existência de três grandes classes (capitalistas, proprietários de terra e trabalhadores), nos livros em questão o autor traz à tona, partindo da realidade efetiva, a pequena burguesia, o campesinato, a aristocracia financeira, a burguesia industrial, comercial, os grandes proprietários fundiários, o proletariado e o lumpemproletariado. Embora nem todas apresentem-se como classes com interesses autônomos, uma parte está muito bem fundamentada neles, tanto de um ponto de vista político como econômico. O contexto movediço, no entanto, desencoraja deduções lógicas das relações entre as classes, suas representações políticas e a defesa de seus interesses. Se em algumas circunstâncias tais relações podem ser identificadas de maneira mais explícita e diretamente, em outras elas parecem não guardar correspondência ou, no máximo, estabelecer relações indiretas, seja quando se trata de interesses econômicos ou políticos.

Essa complexidade também é observada no que se refere à aliança entre as classes, frações de classe e em suas relações com as instituições estatais. As alianças e coalizões de classe se fazem e se desfazem pressionadas pelos confrontos classistas, dando espaço para conformações extremamente diversas e muitas vezes confusas. Reflete-se ora os embates clássicos entre exploradores e explorados, ora as colisões entre frações da mesma classe de exploradores, situação essa em que os explorados assumem uma posição coadjuvante, subalterna e dependente das primeiras. Por isso, a remição analítica a um terreno histórico

concreto é de suma importância para tornar inteligível a luta de classes de uma determinada formação social.

O período investigado nessa pesquisa foi rico de exemplos dessas disputas e luta de classes em momentos relativamente acirrados de disputa pelo controle do Estado, o que favoreceu os setores conservadores após o golpe contra o governo, que resultou no “impeachment” da presidenta Dilma.

Ainda retomando a realidade específica da França, Marx ([1852] 2011) expõe como numa conjuntura de contradições sociopolíticas significativamente agudas, a dinâmica da luta de classes se torna incerta, um tanto imprevisível. Em meio a instabilidade permanente, cresce o desencontro entre as classes e suas expressões políticas e ideológicas, e abre-se a possibilidade para a autonomização de instituições do Estado capitalista e mesmo de indivíduos ante os antagonismos classistas. Nesses momentos, a solução dos impasses pode ganhar forma nas saídas de força, ainda que estas venham a custar a condução direta das classes dominantes sobre os seus negócios no âmbito do Estado. Em verdade, os negócios das classes dominantes, em tais circunstâncias, dependem exatamente do êxito das forças que lhes tiram parcial ou totalmente da condução do Estado.

Esse estado de coisas assim se apresenta quando o dinamismo da luta de classes, numa fase específica de uma formação social particular, engendra as condições para a autonomização das instituições do Estado frente aos confrontos sócio-políticos e econômicos das classes sociais. No entanto, mesmo essa autonomização, quando se explicita, é em termos relativos aos interesses imediatos não equacionados das classes e suas frações, e não em termos absolutos, mesmo porque afirmar uma autonomia plena seria o equivalente a admitir a possibilidade de existir uma instituição do Estado capitalista completa e radicalmente independente dos dinamismos da sociedade capitalista em que ela se ancora.

A recuperação de elementos sobre estranhamento e fetiche, sobre ideologia e luta de classes, tomando como referências principais, Marx e Engels, deve-se à compreensão de que a dominação burguesa não é exercida exclusivamente com base na exploração do trabalho, muito menos mediante as formas repressivas de exercício do poder. A conjuntura brasileira, no período investigado, demonstra o uso intensivo de mecanismos ideológicos com a difusão de uma concepção de mundo bizarramente reacionária e a conquista de uma adesão significativa de amplos setores, mesmo entre a classe trabalhadora, ao projeto das classes dominantes. A justaposição do caráter ideológico à fetichização e estranhamento disseminado pela mercantilização generalizada da vida social alcançada com contrarreformas profundamente nocivas como a contrarreforma trabalhista, a regulamentação da terceirização,

a contrarreforma da previdência, evidencia uma dimensão do recrudescimento autocrático burguês, isto é, do momento específico da luta de classes e da dominação burguesa no Brasil. Todavia, outros recursos são mobilizados como função de domínio, reforçando as relações sociais capitalistas, destacando-se, neste encadeamento, o papel decisivo e incontornável do Estado burguês.

### 1.3. Estado capitalista

Indiscutivelmente, o Estado desempenha, de maneira múltipla, funções de domínio, seja ao intervir direta e coercitivamente contra a mobilização da classe trabalhadora, seja ao atuar em nome dos interesses das classes dominantes, ou ainda ao colaborar ativamente com as engrenagens reprodutoras das relações de produção capitalistas. Não dá para abordar satisfatoriamente a dominação de classes sem analisar o papel que o Estado cumpre na luta de classes, no modo de produção capitalista e na dominação burguesa. No Brasil, a função desempenhada pelo Estado para induzir o desenvolvimento econômico e para garantir a direção social de classe foi fundamental no passado e continua a ser no presente do país, sendo, inclusive, muito característico da autocracia burguesa o firme controle do Estado nacional. Por isso, assim como nos itens anteriores, buscaremos neste introduzir elementos gerais para a compreensão do Estado na luta de classes e na dominação capitalista.

O debate do Estado no campo da tradição marxista é complexo e muitas vezes, colidente. Diversos autores e autoras vinculadas a esta tradição teórico-política produziram variada reflexão sobre o tema, mas ainda assim ela se mantém com lacunas. Embora Marx tenha planejado escrever um livro a esse respeito, ele não conseguiu levar seu projeto a termo. Apesar disso, a produção teórica desenvolvida pelo mesmo, ao longo da sua vida, contribuiu, significativamente, para o empreendimento constantemente intencionado de elaboração de uma teoria marxista do Estado por outros intelectuais. Por isso, dela servimo-nos, bem como da de Engels e de outros marxistas, para desenvolver a discussão a respeito da luta de classes e da dominação burguesa, mediada pelo Estado. Nesse item buscamos refletir sobre o papel do Estado como reprodutor das relações sociais capitalistas, como expressão do poder burguês e sua atuação na luta de classes. Especialmente importante para nós é identificar o envolvimento do Estado nas relações de poder de classe atreladas às relações de produção e reprodução capitalistas que constituem a dominação social burguesa.

Na visão de Engels ([1884], 2018), a aparição histórica do Estado é resultado da divisão social do trabalho e da divisão da sociedade em classes sociais. À medida que determinadas contradições sociais se mostraram insolúveis, um organismo, aparentemente,

exterior e acima da sociedade, desempenhando, com crescente autonomia, atividades superestruturais, se estabeleceu como espaço público para resolução do conflito de interesses provenientes do espaço privado, de maneira supostamente neutra e em nome do bem comum. Mesmo destacando-se pela atuação superestrutural, o Estado, todavia, se constituiu também, mediando as relações materiais de produção, a estrutura de classes e, portanto, as atividades econômicas:

O Estado, portanto, de modo algum é um poder imposto de fora à sociedade; tampouco é “a efetividade da ideia ética”, “a imagem e a efetividade da razão”, como afirma Hegel. É, muito pelo contrário, um produto da sociedade em determinado estágio de desenvolvimento; é a admissão de que essa sociedade se enredou em uma contradição insolúvel consigo mesma, cindiu-se em antagonismos irreconciliáveis e é incapaz de resolvê-los. Porém, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos conflitantes, não consumam a sociedade e a si mesmos em uma luta infrutífera, tornou-se necessário um poder que aparentemente está acima da sociedade e visa abafar o conflito, mantê-lo dentro dos limites da “ordem”; e esse poder, que é oriundo da sociedade, mas colocou-se acima dela e tornou-se cada vez mais estranho a ela, é o Estado (Engels [1884] 2018, p. 211).

Para Marx, o Estado supõe uma base, uma estrutura material-econômica que lhe determina e constitui historicamente<sup>35</sup>. Afirmar que o Estado é erigido sobre relações materialmente existentes é dizer também que ele se finca num terreno histórico particular; não é um Estado atemporal, abstratamente universal, pois nem ele sempre foi o mesmo e nem mesmo sempre existiu. Ele corresponde a um ser social determinado, no caso concreto de que aqui se trata, ao ser social burguês, o ser do capital, sendo esta a sua historicidade particular e a totalidade em que se inscreve. Para Poulantzas (2000), a *ossatura material do Estado* é determinada pela primazia que a divisão social do trabalho e a relação de exploração exerce sobre a sua constituição, sendo esta a relação que ele desenvolve no plano mais imediato com as classes sociais e a luta de classes.

No entanto, mesmo determinado pelo modo de produção capitalista, o Estado não pode ser concebido como reflexo ou um epifenômeno das relações de produção estabelecidas, pois a “base econômica’ e a superestrutura se associam, existindo simultaneamente e não sequencialmente - há uma interação dialética entre ambas” (Harvey, 2006, p. 92). Se por um lado, ao Estado são postas determinações economicamente constitutivas da sociedade em que ele se inscreve, por outro, esse mesmo Estado é também uma dimensão complexa da realidade

---

<sup>35</sup> “Os diferentes Estados dos diferentes países civilizados, apesar de suas variadas configurações, *têm em comum o fato de estarem assentados sobre o solo da moderna sociedade burguesa*, mais ou menos desenvolvidas em termos capitalistas. É o que confere a eles certas características comuns *essenciais*” (Marx [1875], 2012a, p. 42, grifos nossos).

que dispõe de uma relativa autonomia, permanentemente em interação com outras dimensões ou complexos<sup>36</sup> da totalidade social.

Ao referir à interação entre Estado e a base econômica, é preciso cuidado para não estabelecer uma dissociação rígida entre tais esferas como se fossem partes completamente autônomas de um mesmo todo, pois embora Estado e economia não se confundam, as relações de produção capitalistas se produzem e reproduzem também, mediadas ativamente pelo Estado. É impossível conceber a gênese, o desenvolvimento e a consolidação da sociedade capitalista sem a mediação histórica do Estado, desempenhando distintas funções neste decurso. Dando ênfase na origem do capitalismo, Marx registra a instrumentalização do Estado para a transição entre antigo regime e sociedade burguesa:

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. [...]. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica (Marx [1867], 2013a, p. 821).

No mesmo sentido, no âmbito das relações econômicas de produção, as contradições e antagonismos, como pudemos demonstrar no primeiro tópico, também se expressam, expondo a organicidade entre economia e política.

Essas contradições se manifestam fundamentalmente pela luta entre as classes, repercutindo, imediata ou mediadamente, no Estado, ao mesmo tempo que refletem a atuação deste frente aos conflitos decorrentes da luta de classes, moldando-os, de modo que as relações econômicas e políticas, permeadas pelos antagonismos entre capital e trabalho, desbordam a arena dos interesses estritamente econômicos e ressoam na superestrutura estatal. Sendo o Estado uma das determinações fundamentais da reprodução do sistema do capital, os interesses de valorização do valor são, via de regra, por ele preservados, o que não quer dizer que os interesses do trabalho não sejam, em alguma proporção, absorvidos<sup>37</sup> pelo Estado ou ainda que, ao absorvê-los, o capital seja necessariamente prejudicado. Pode ser, inclusive, que aqueles interesses sejam funcionalizados em favor da reprodução do capital, como a história demonstra sobejamente.

---

<sup>36</sup> Servimo-nos da formulação lukacsiana acerca da realidade como um complexo constituído de complexos (Lukacs, 2013).

<sup>37</sup> “É inapropriado considerar o Estado capitalista como nada mais do que uma grande conspiração capitalista para a exploração dos trabalhadores” (Harvey, 2006, p. 88).

No processo de acumulação de capital emerge a dinâmica específica da luta de classes sob o capitalismo, a dominação burguesa e a exploração do trabalho, a relação capital-trabalho, na qual o Estado está imerso, assegurando o direito da propriedade capitalista, a liberdade de compra e venda da força de trabalho, portanto, o direito à exploração e, sobretudo, o direito do capitalista sobre a mercadoria produzida, sobre o valor valorizado. Ao conferir estatuto legítimo a essa relação de produção, o Estado não só fortalece o poder da burguesia, como também consolida, politicamente, a sua posição enquanto classe dominante:

Dado que o Estado surgiu da necessidade de manter os antagonismos de classe sob controle, mas dado que surgiu, ao mesmo tempo, em meio ao conflito dessas classes, ele é, via de regra, Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante, que se torna também, por intermédio dele, a classe politicamente dominante e assim adquire novos meios para subjugar e espoliar a classe oprimida (Engels [1884], 2018, p. 213).

O mesmo fundamento econômico do controle capitalista sobre a propriedade, parece se refletir no Estado como garantias políticas e jurídico-legais para o exercício dessas relações de poder e dominação. O Estado capitalista reflete em si os fundamentos do modo de produção capitalista e, dessa forma, atua na sua reprodução. Sua atuação, portanto, não é passiva. Quando a propriedade e o direito capitalista à explorar indefinidamente a força de trabalho são questionados, o Estado intervém para salvaguardar, em última instância, a ordem do capital, mesmo que essa intervenção não seja imediatamente favorável aos capitalistas.

Postas essas primeiras considerações, nos parece evidente que, situado no modo de produção capitalista, o Estado não pode ser outro que o Estado do capital. Não meramente o Estado de uma classe dominante, por ela instrumentalizado, mas o Estado de uma relação social historicamente determinada. Garantidor do direito à propriedade privada dos meios de produção e à exploração da força de trabalho, o Estado atua para a reprodução das relações de produção e de dominação capitalistas. Não é um Estado neutro ou árbitro que se instaura de fora para dentro das relações sociais burguesas.

Ele desempenha funções precípuas na reprodução das relações de dominação, mediado pela luta de classes, entre as quais, destacamos a ideológica, a coercitiva e a econômica, todas elas convergindo em essência para a perpetuação das relações sociais capitalistas, portanto, para a dominação burguesa. No que concerne à função econômica, n’*O Capital* Marx traz a emissão e circulação do dinheiro como uma das funções exercidas pelo Estado<sup>38</sup>. É sabido que

---

<sup>38</sup> Nos trechos a seguir fica evidente que compete ao Estado a emissão e circulação do dinheiro: “trata-se, aqui, apenas de papel-moeda emitido pelo Estado e de circulação compulsória” (Idem, p. 200). “Cédulas de dinheiro, nas quais se imprimem denominações monetárias [...] são lançadas no processo de circulação a partir de fora, pelo Estado.” (Marx [1867], 2013a, p. 201).

o dinheiro desempenha, nas relações sociais capitalistas, o papel de equivalente geral, signo do valor, meio de circulação, de entesouramento, de pagamento, sendo fundamental para o permanente movimento de acumulação do capital (Marx [1867], 2013a, p. 169-219). Esse momento da circulação de capital na forma dinheiro<sup>39</sup> é imprescindível para o processo de compra de meios de produção, de força de trabalho, da produção de mercadorias e da realização delas por meio do consumo.

O Estado também, segundo Marx, subsidia empreendimentos capitalistas quando os mesmos não dispõem de montantes necessários para explorar certos nichos econômicos. Isto é, na ausência de capital suficiente por parte de capitalistas particulares para abrir caminhos ao processo de valorização do capital, nosso autor observou que o Estado serviu de financiador para indivíduos privados que não reuniam o mínimo de capital necessário para iniciar uma empresa potencialmente lucrativa, contribuindo decisivamente para a expansão das fronteiras de valorização e, portanto, para acumulação do capital. Esse favorecimento comparece, também, em medidas que legalizam a exploração monopólica de algumas áreas da economia capitalista. Nas suas palavras:

Certas esferas da produção requerem, já nos primórdios da produção capitalista, um mínimo de capital que ainda não se encontra nas mãos dos indivíduos isolados. Isso leva, em parte, ao subsídio estatal a tais particulares, como na França de Colbert e em muitos Estados alemães até a nossa época, e, em parte, à formação de sociedades com monopólio legal para explorar certos ramos das indústrias e do comércio - as precursoras das modernas sociedades por ações (Marx [1867], 2013a, p. 381).

Outro mecanismo econômico vinculado ao Estado é a dívida pública. Marx situa a importância da dívida pública no contexto da “assim chamada acumulação primitiva”, contudo, mostrando como dela ganham força processos fetichistas de valorização do valor e que ela continua a exercer papel fundamental no processo de acumulação do capital:

A dívida pública torna-se uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva. Como com um toque de varinha mágica, ela infunde força criadora no dinheiro improdutivo e o transforma, assim, em capital, sem que, para isso, tenha necessidade de se expor aos esforços e riscos inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária. Na realidade, os credores do Estado não dão nada, pois a soma emprestada se converte em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que, em suas mãos, continuam a funcionar como se fossem a mesma soma de dinheiro vivo. Porém, [...] a dívida pública impulsionou as sociedades por ações, o comércio com papéis negociáveis de todo tipo, a agiotagem, numa palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia. (Marx [1867], 2013a, p. 824-825).

---

<sup>39</sup> “Ora, se tomarmos as formas particulares de manifestação que o valor que se autovaloriza assume sucessivamente no decorrer da sua vida, chegaremos a estas duas proposições: *capital é dinheiro, capital é mercadoria.*” (Marx [1867], 2013a, p. 230, grifos nossos).

Chama-se a atenção para dois aspectos: primeiro, os credores da dívida ao converter seu dinheiro parado em empréstimos ao Estado, tendo a garantia de poder comerciá-los por meio da propriedade dos títulos da dívida, o insere num processo de aparente valorização, pois passa a incidir juros e a receber um montante a mais que o dinheiro emprestado. Segundo, essas operações dão causa à constituição de uma fração de rentistas ou financistas que enxergam a possibilidade de lucratividade cada vez mais segura nesse negócio. Posteriormente, iriam se tornar o segmento mais poderoso do capital. O Estado, em função de seu endividamento público, é obrigado a fazer receita o suficiente para pagar os juros, o empréstimo e outros serviços da dívida, atuando, assim, como receptáculo do “dinheiro improdutivo” para devolvê-lo como dinheiro que gerou mais dinheiro.

Mandel (1985), seguindo essa trilha, chama a atenção para a dependência cada vez maior do Estado no capitalismo tardio em relação ao crédito bancário de curto prazo, a partir do qual se exerce a dominação financeira e econômica do sobreproduto social arrecadado pelo Estado, configurando a dívida pública em verdadeiras “cadeias de ouro” às quais os Estados se veem atados ao capital monopolista.

Para o marxista franco belga as funções econômicas do Estado:

Incluem a manutenção de relações universalmente válidas, a emissão de moedas fiduciárias, a expansão do mercado local ou regional, e a criação de um instrumento de defesa dos interesses competitivos específicos do capital nativo contra os capitalistas estrangeiros - em outras palavras, o estabelecimento de leis, moeda, mercado, Exército e barreiras alfandegárias a nível nacional. (Mandel, 1985, p. 337).

Segundo o autor, a burguesia mudou a forma de se comportar ante o Estado no processo de transição entre o capitalismo concorrencial e o monopolista. Essa nova fase do capitalismo foi marcada profundamente pela geração tendencial de superacumulação, inclinação à exportação de capitais, divisão do mundo em colônias pelos países imperialistas que, por conseguinte, visando preservar seus interesses frente às outras potências imperialistas passaram a ter uma atitude distinta do período anterior em relação ao Estado. Essa nova atmosfera internacional despertou uma aceleração da produção armamentista e do militarismo, resultando na expansão do aparato estatal e no maior direcionamento de rendimentos ao Estado. A produção armamentista veio atender uma função de defesa das posses coloniais dos países imperialistas, além de garantir uma fonte robusta de acumulação de capital. Destaca também a função do orçamento do Estado no financiamento de pesquisa e nos custos do desenvolvimento voltados à indústria. (Mandel, 1985)

Outra importante função do Estado na fase do capitalismo tardio, segundo Mandel (1985) coincide com as iniciativas anticíclicas para administração das crises, buscando

sempre a constante valorização do capital. Isso envolve a criação e ampliação de mecanismo garantidores da integração da classe trabalhadora, pois em momento de crise há uma forte tendência à mobilização social para enfrentar as consequências econômicas. Por isso, o Estado cumpre uma função importantíssima em momentos críticos da acumulação capitalista ao manter o proletariado em estado apassivado ou quando consegue cooptar suas pautas com alguma reforma.

Na fase de transição entre o capitalismo concorrencial e o capitalismo monopolista, Mandel pontua que a classe trabalhadora passou a usar largamente as liberdades democráticas, criando obstáculos para a viabilização dos projetos capitalistas através do Estado. Nesse mesmo período os processos de concentração e centralização do capital deram um salto significativo, de modo que os negócios burgueses tratados dentro do Estado passaram a ser deslocados do parlamento para outras esferas de decisão mais restritas e especializadas “tecnicamente”. Uma enormidade de leis é formulada, normas, regulamentações etc., de modo que mesmo políticos profissionais não entendem. Aí entram em cena e se fortalecem os grupos de pressão ligados às frações da burguesia industrial, comercial, financeira, comercial, rural.

Essa “reprivatização” não oficial, por assim dizer, da articulação de interesses de classe da burguesia é uma contrapartida da concentração e centralização crescentes do capital. É a sombra inseparável da autonomia e hipertrofia cada vez maiores do Estado burguês tardio. Atinge o ponto máximo quando as decisões que afeta não mais opções secundárias, mas sim opções estratégicas e históricas da classe burguesa como um todo (Mandel, 1985, p 344).

Essa “reprivatização” não oficial leva a relações pessoais entre o alto funcionário do aparelho técnico-administrativo do Estado e os interesses das grandes corporações monopolistas. Acrescenta-se que mesmo uma parte não desprezível desse alto funcionário é oriundo das classes dominantes, além de ser formado muitas vezes em instituições de ensino superior com histórico de preparar quadros para o aparelho de Estado.

As funções econômicas desempenhadas pelo Estado não só reproduzem as relações sociais capitalistas. Ao fazê-las, ele abre espaço, ampara, organiza, induz e desenvolve as condições para a acumulação do capital, e, desse modo, a sua intervenção econômica na luta de classes reforça, ininterruptamente, a posição dominante e dirigente da burguesia, sendo o Estado mesmo, nessa dimensão, uma reverberação dessas relações de poder e dominação de classe, ainda que se considere o seu caráter contraditório em face da luta de classes. Nesse sentido, a reprodução das relações de produção capitalistas é a perpetuação dos fundamentos do poder e dominação burguesa.

Em socorro à necessidade de valorização, o Estado apresenta diversas formas de intervenção e como mencionamos, a violência por si só é uma potência econômica que retira obstáculos e garante oportunidades bastante lucrativas ao capital. Se existem mecanismos propriamente econômicos mobilizados pelo Estado para valorizar o capital, existem também aqueles que atuam para proporcionar, manter e acelerar condições profícuas de valorização do valor. Aqui nos referimos ao papel repressor do Estado<sup>40</sup> enquanto forma política da violência concentrada e organizada.

A ação repressiva do Estado comparece como defesa da propriedade privada, como meio para expropriação de terras e, simultaneamente, liberação de massas camponesas que se convertem em proletários; como forma de arregimentação de força de trabalho em número necessário às necessidades dos capitalistas privados; como contenção ou eliminação de parte da população sobrando; e como de terrorismo contra a insurgência revolucionária da classe trabalhadora (Marx [1867], 2013a).

Marx demonstra essa face do Estado em diversos escritos, mesmo em escritos iniciais de sua produção teórica. Em suas *Glosas Críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano”*, publicado em 1844, ele trava um debate com Arnold Ruge, hegeliano de esquerda, sobre a natureza da derrota sofrida pelos trabalhadores silesianos e a violenta repressão por eles sofrida. No seu *As lutas de classes na França*, de 1850, Marx aborda com argúcia ímpar o desenrolar histórico e conjuntural da realidade francesa em meio às aceleradas transformações políticas dinamizadas por revoluções e contrarrevoluções. Após a insurreição de fevereiro de 1848 liderada vitoriosamente pelo proletariado francês, cuja iniciativa foi responsável por depor a monarquia de julho e proclamar a república francesa, ao mesmo tempo em que revelou seu potencial revolucionário, as outras classes se puseram em alerta<sup>41</sup>, se organizaram, primeiro, para isolá-lo, e, em sequência, debelá-lo do modo mais sanguinário. É preciso colocar em relevo o significado histórico desses acontecimentos: o proletariado francês foi exitoso na sua luta pela derrubada da monarquia e proclamação da república, trazendo a questão da revolução para o centro da encruzilhada em que se encontrava a luta de classes. A revolução proletária estava viva, mas, conforme Marx explica,

---

<sup>40</sup> “Os economistas burgueses tem em mente apenas que se produz melhor com a polícia moderna do que, por exemplo, com o direito do mais forte. Só esquecem que o direito do mais forte também é um direito, e que o direito do mais forte subsiste sob outra forma em seu ‘estado de direito’” (Marx, 2011a, p. 43). Essa citação nos parece traduzir bem como o uso da força está pressuposto nas entrelinhas do direito e do Estado burguês.

<sup>41</sup> “Ao ditar a república ao governo provisório e, por meio do governo provisório, a toda a França, o proletariado ocupou imediatamente o primeiro plano como partido autônomo, mas, ao mesmo tempo, desafio toda a França burguesa a se unir contra ele.” (Marx, 2012b, p. 44).

pelo nível de amadurecimento do proletariado revolucionário<sup>42</sup> e pela força da contrarrevolução, as frações burguesas, a pequena burguesia, o campesinato e os monarquistas, através da sua união em torno do Estado, puseram de modo sanguinário um fim a ação política do proletariado francês<sup>43</sup>.

Em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, de 1852, contemplando a insurreição do proletariado, sua iniciativa exitosa seguida de derrota; as disputas intraburguesas que se encerram no golpe de Estado de Bonaparte, Marx mais uma vez destaca a característica coercitiva do Estado burguês a partir de várias situações particulares ao longo dos conflitos de classe abertos entre 1848 e 1852 na França, no entanto, trazendo elementos de complexidade e originalidade sobre a relativa autonomia política do Estado. De todo modo, restou o ensinamento que em conjunturas de tenso equilíbrio entre as classes e frações de classe e indefinição política, as saídas de força ganham peso e se projetam de maneira significativa, sendo alternativas reais e viáveis, como ocorreu naquela França (Marx, 2011c).

Outro escrito fundamental, *A guerra civil na França*, publicado em 1871, coloca o Estado no centro da luta de classes sob duas perspectivas: primeiro, como produto da conquista política revolucionária do proletariado parisiense que edificou a Comuna de Paris e adotou uma série de medidas, cuja importância é analisada por Marx sob o ângulo da emancipação humana; e a segunda, enquanto instrumento do terrorismo de classe por parte da burguesia francesa e internacional contra a classe trabalhadora sublevada. Um elemento distinto dos outros escritos é a coalizão entre as burguesias de países distintos, unidas em torno da necessidade de derrotar a iniciativa independente e autônoma do proletariado de Paris. Embora Marx e Engels tenham registrado que os interesses da burguesia transcendem os limites de fronteira nacionais, *A guerra civil na França* expressa muito bem esta aliança entre as classes dominantes de países não só distintos, mas que naquele contexto se enfrentaram numa guerra, cujos resultados impuseram significativas perdas à burguesia francesa em relação ao Estado e à burguesia prussiana.

O caráter policial do Estado também é observado em várias passagens de *O Capital* nos seus três volumes, destaco aqui, no primeiro volume nos capítulos 8 (A Jornada de

<sup>42</sup> “Uma classe na qual os interesses revolucionários da sociedade se concentram encontra, no momento em que ascende, diretamente em sua própria condição, o conteúdo e o material de sua atividade revolucionária [...]. Contudo, a classe operária francesa ainda não tinha chegado a esse ponto; ela ainda era incapaz de realizar sua própria revolução.” (Marx, 2012b, p. 47).

<sup>43</sup> “Quando o proletariado fez de seu túmulo o berço da *república burguesa*, obrigou-a simultaneamente a vir a frente em sua forma pura, ou seja, como o Estado cujo propósito confesso é eternizar o domínio do capital, a escravidão do trabalho. Tendo constantemente diante dos olhos o inimigo coberto de cicatrizes, irreconciliável, invencível – invencível porque sua existência é a condição da sua própria vida -, o domínio burguês livre de todas as amarras teve de converter-se imediatamente em *terrorismo burguês*”. (Marx, 2012b, p. 64).

Trabalho), 13 (Maquinaria e grande indústria) e 24 (A assim chamada acumulação primitiva). Refere-se com mais ênfase este último. O processo de expropriação de terras de camponeses e dos meios de produção de outras categorias tanto para liberação de espaços para o desenvolvimento da produção capitalista como para fornecimento de força de trabalho livre e proletarizada foi extremamente violento.

No caso da expropriação de terras:

Os capitalistas burgueses favoreceram a operação, entre outros motivos, para transformar o solo em artigo puramente comercial, ampliar a superfície da grande exploração agrícola, aumentar a oferta de proletários absolutamente livres, provenientes do campo etc. Além disso, a nova aristocracia fundiária era aliada natural da nova bancocracia, das altas finanças recém-saídas do ovo e dos grandes fabricantes, que então se apoiavam sobre tarifas protecionistas (Marx [1867], 2013, p. 796).

Por fim, Mandel aponta o caráter estruturalmente conservador do Estado que fica escancarado quando em situações de crise acentuadas em que a classe proletária se move com ímpeto revolucionário:

Quando se defronta com esse perigo, a classe burguesa ainda pode continuar manobrando. Pode prometer ou decretar reformas, criar uma impressão temporária de mudança fundamental, de preferência a permitir que ocorra uma verdadeira revolução social. Mas no final será obrigada a lançar mão da *ultima ratio* da força bruta. A verdadeira natureza do aparelho de Estado capitalista é então revelada de maneira súbita e inequívoca. Fundamentalmente continua sendo o que sempre foi, um “grupo de homens armados” contratados para manter a dominação política de uma classe social. Se necessário, proclamará um “estado de sítio” (Mandel, 1985, p. 349).

Apreende-se, assim, que o Estado usa sua força repressora contra a classe trabalhadora para contê-la, dispersá-la, dividi-la, em suma, para neutralizar o seu potencial desafiador do poder hegemônico. Mas, além disso, a coerção estatal visa também defender a propriedade privada, as condições de dominação da classe capitalista e a ordem social burguesa como um todo. Assim, na luta de classes, a classe dominante tem a sua disposição os instrumentos coercitivos do Estado para reafirmar o seu poder de classe e para ver reafirmada a própria ordem do capital. Outras obras de Marx, Engels e outros autores também evidenciam esse caráter do Estado capitalista, porém as citadas nos parecem deslindar de maneira inequívoca que tal aspecto é inerente ao Estado capitalista e não um expediente meramente acessório.

Uma dimensão do Estado também bastante investigada é a ideológica. Como vimos, a ideologia é um fenômeno mais amplo que o Estado, mas também o invade e lhe constitui a ossatura material<sup>44</sup>. Ao ser erigido sobre a sociedade burguesa moderna, o Estado é legitimado

<sup>44</sup> “A ideologia dominante invade os aparelhos de Estado, os quais igualmente tem por função elaborar, apregoar e reproduzir esta ideologia, fato que é importante na constituição da reprodução da divisão social do trabalho, das classes sociais e do domínio de classe” (Poulantzas, 2000, p. 27).

como representante do interesse geral, da nação, aparentemente dissociado e acima dos interesses particulares das diferentes classes e dos indivíduos sociais, esta mesma uma fundação ideológica. No entanto, conforme afirmamos logo de partida, o Estado nem paira sobre os interesses antagônicos das classes fundamentais, nem tampouco é expressão de um suposto universalismo.

A constituição do Estado burguês é produto histórico do capital, da supremacia burguesa; está ancorada nas relações sociais especificamente capitalistas, por isso mesmo, resultado preponderante da iniciativa histórica da burguesia. Para ter força e legitimidade social, esse Estado de classe precisa manifestar uma aparência de Estado-nação, Estado-povo, de Estado de todos; consagrar os princípios particulares como supostamente universais, a exemplo da igualdade, da liberdade formais e arbitrar, aparentemente, de maneira justa e imparcial. Apesar disso, quando o Estado, dinamizado pela luta de classes, incorpora demandas da classe trabalhadora, reconhecendo direitos, o seu conteúdo ideológico encontra assento em um pilar da realidade, o que facilita os processos de integração do proletariado à sociabilidade capitalista, com a geração de consensos, de consentimento.

A ação ideológica do Estado também se manifesta através do sistema educacional onde há reforço ativo da compreensão de mundo intelectualmente referenciada na manutenção das relações capitalistas, ainda que esse sistema suporte perspectivas teóricas diametralmente opostas à ideologia dominante. Ademais, o sistema de justiça, o fomento à cultura e o desenvolvimento de políticas públicas, em geral, na medida em que elas são colocadas como ideologicamente neutras, tendem a endossar o ocultamento e a naturalização dos antagonismos fundamentais da sociedade de classes burguesa.

Assim, o Estado desenvolve uma vasta maquinaria de manipulação ideológica para “integrar” o trabalhador à sociedade capitalista tardia como consumidor, “parceiro social” ou “cidadão” [...]. O Estado procura constantemente transformar qualquer rebelião em reformas que o sistema possa absorver, e procura solapar a solidariedade na fábrica e na economia [...]. A pressão geral no sentido de um controle maior de todos os elementos do processo produtivo e reprodutivo, quer diretamente exercido pelo capital ou indiretamente pelo Estado capitalista tardio, é uma consequência inevitável da dupla necessidade de evitar que as crises sociais ameacem o sistema e de proporcionar garantias econômicas ao processo de valorização e acumulação do capitalismo tardio (Mandel, 1985, p. 341).

De acordo com Marx, nas suas *Glosas críticas ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social’ de um prussiano”*, o Estado assim se apresenta, porque ele é a forma de organização da sociedade, não se confunde com ela, embora nela esteja fundado. Ele é a atividade organizadora da sociedade, administra as falhas geradas pela própria dinâmica da

sociabilidade capitalista, mas sem atuar diretamente sobre as suas causas fundamentais, em vista do que fica evidente a sua temporização inevitável a respeito das profundas desigualdades provocadas por esta sociedade. Não sendo seu objetivo eliminá-las, posto que isso demandaria atuar sobre sua própria raiz, quer dizer, atuar nas verdadeiras causas, levando a dissolução dos fundamentos a partir dos quais o próprio Estado se mantém, resta a este intervir de maneira paliativa, administrando algumas falhas do sistema e, portanto, deslocando os motivos causais para o âmbito das relações naturais, ou seja,:

O Estado é a organização da sociedade. Na medida em que o Estado admite a existência de anomalias sociais, ele procura situá-las no âmbito das leis da natureza, que não recebem ordens do governo humano, ou no âmbito da vida privada, que é independente dele, ou ainda no âmbito da impropriedade da administração, que é dependente dele (Marx [1844], 2010a, p. 38).

O papel na legitimação social se manifesta não só na suposta representação de universalidade e de sua adesão mais ou menos ativa por todos os indivíduos, ainda que não representados efetivamente naquela pretensa universalidade. Em momentos de maior acirramento da luta de classes ou de crise da dominação burguesa, Marx (2011c) demonstrou como certos componentes ideológicos são mobilizados pelo Estado ao lado também dos seus mecanismos coercitivos, de modo a recuperar o controle que lhe escapava e fazer preponderar o poder político burguês. Nessas conjunturas, o Estado adota o “signo” da conservação e o difunde como suporte para a repressão. Em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* nosso autor destacou a função desempenhada por certas “palavras-chave” de cariz conservador tanto no intuito de preservação da ordem estabelecida como no de ter êxito na contrarrevolução:

Durante o mês de junho, todas as classes e todos os partidos se uniram no Partido da Ordem contra a classe proletária, considerada o partido da anarquia, do socialismo, do comunismo. Eles “salvaram” a sociedade dos “inimigos da sociedade”. O lema repassado por eles às suas tropas consistia nas palavras-chave da antiga sociedade: “Propriedade, família, religião, ordem”, instigando a cruzada contrarrevolucionária com a frase: “Sob este signo vencerás!” (Marx [1852], 2011c, p.36).

Além da impregnação ideológica no desempenho da função repressiva estatal constatada naquela conjuntura contrarrevolucionária na França, vê-se, também, o Estado atuando, em última instância, para salvaguardar os interesses econômicos das classes dominantes francesas. Ao que destacamos em acréscimo, a íntima relação entre reprodução das relações de propriedade e de trabalho sob o capitalismo – isto é, da defesa da propriedade privada e da exploração da força de trabalho – e a ação legitimadora do Estado como parte de sua função ideológica ante o conjunto das relações sociais.

Portanto, seja ao operar uma universalização abstrata dos projetos particularistas das classes dominantes, coesionando todos os indivíduos sociais em torno dela; seja ao naturalizar as verdadeiras causas da “mazelas” sociais, administrando apenas suas manifestações epidérmicas; seja mobilizando componentes ideológicos conservadores ou ainda ao sacramentar a propriedade privada capitalista e a exploração do trabalho, o Estado revela o seu caráter ideológico no processo de reprodução das relações sociais burguesas. Isso reveste a dominação capitalista de legitimidade, consegue a adesão das classes dominadas, oculta os conflitos da luta de classes e naturaliza a divisão da sociedade em classes sociais.

Embora se tenha dito que o Estado moderno é o Estado da sociedade burguesa, portanto, um Estado que reflete a supremacia histórica da burguesia, falamos também que o Estado não é algo impermeável, sendo ele mesmo, em grande medida, expressão das contradições sociais desdobradas da luta de classes. A passagem bastante conhecida do Manifesto do Partido Comunista que diz “o executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx; Engels, [1848] 2017, p. 24), até hoje se sedimentou como um grande e polêmico cânone da concepção de Estado pela tradição marxista. Existem questionamentos, indicando ser esta formulação restritiva, pois o Estado seria mais que o afirmado. Da perspectiva aqui adotada, a análise dos principais escritos de Marx não deixa dúvidas de que ele tinha compreensão sobre as possibilidades do proletariado impor conquistas ao Estado burguês e às classes proprietárias.

Quando Marx se coloca favorável à luta pela jornada diária de oito horas de trabalho<sup>45</sup>, ele está ao mesmo tempo pressupondo ser possível alcançar esta conquista na ordem do capital, imprimindo-a no arcabouço legal do Estado burguês, como historicamente se verificou, tanto em seu tempo como depois. Não somente quanto à limitação da jornada de trabalho, mas outros direitos, em especial ao longo do século XX, foram conquistados pela classe trabalhadora, a partir de suas lutas, seja por causas mais pontuais, reformistas, seja por modificações societárias. Marx, entretanto, foi contemporâneo de poucas conquistas mais amplas do proletariado sob a ordem burguesa, talvez, por isso mesmo – além de não ter conseguido cumprir com o seu plano de escrever uma obra sobre o Estado - não tenha

---

<sup>45</sup> “O primeiro fruto da guerra civil foi o movimento pela jornada de trabalho de 8 horas, que percorreu, com as botas de sete léguas da locomotiva, do Atlântico até o Pacífico, da Nova Inglaterra à Califórnia. O Congresso Geral dos Trabalhadores, em Baltimore (agosto de 1866), declarou ‘A primeira e maior exigência do presente para libertar o trabalho deste país da escravidão capitalista é a aprovação de uma lei que estabeleça uma jornada de trabalho normal de 8 horas em todos os Estados da União americana. Estamos decididos a empenhar todas as nossas forças até que esse glorioso resultado seja alcançado’. Ao mesmo tempo (início de 1866), o ‘Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores’, em Genebra, decidiu, por proposta do Conselho Geral de Londres: ‘Declaramos a limitação da jornada de trabalho como uma condição prévia sem a qual todos os demais esforços pela emancipação estão fadados ao fracasso [...]. Propomos 8 horas de trabalho como limite legal da jornada de trabalho’” (Marx, [1867] 2013a, p. 372-373).

desenvolvido tanto sobre esse aspecto contraditório que caracteriza o Estado burguês, isto é, o de ser relativamente permeável às reivindicações da classe trabalhadora.

Chega-se a algumas conclusões num grau de aproximação maior do que antes. Parece sólido afirmar que em Marx o Estado não pode ser outro senão um Estado de classe, o Estado do capital, pois calçado na materialidade do modo de produção capitalista e envolto, inevitavelmente, na totalidade do ser social deste tempo histórico, isto é, do ser social burguês. O Estado, como demonstrado, desempenha funções diretamente econômicas, coercitivas, ideológicas; expressa, em diferentes momentos da luta de classes, as contradições e as relações de força entre elas. Na economia, atua diretamente, por meio da emissão e circulação de dinheiro; dá vazão ao dinheiro improdutivo mediante o alargamento da dívida pública; subsidia capitalista privados para viabilizar empreendimentos de grande lucratividade; realiza obras públicas; e, portanto, tem participação imprescindível nos processos de valorização do valor.

O mecanismo da força também é outro componente característico do Estado burguês, seja para acelerar o desenvolvimento da sociedade capitalista, seja para a defesa dessa mesma ordem social, reprimindo, sobretudo, a ação autônoma do proletariado. Vale ressaltar que o uso da força está intimamente vinculado às necessidades do modo de produção capitalista na sua busca incessante pela realização do capital. No que se refere ao caráter ideológico do Estado, se considera ser a forma como ele aparece para a sociedade, um dos seus pilares de sustentação, pois ao ser reconhecido como Estado acima das diferenças, autônomo em relação a particulares, mas submetido à vontade geral do povo, ele se legitima perante este, que nele enxerga a igualdade humana, sem conseguir, no entanto, enxergá-la no seu semelhante.

O Estado também é resultado das contradições determinadas da luta de classes. Manifesta, fundamentalmente, os interesses das classes dominantes, mas reflete, em conjunturas históricas específicas, a força das classes dominadas. Ele é parte constituída e constituinte desse modo de ser particular inscrito na história humana. Porém, em relação ao confronto mais ou menos (i)mediato entre as classes sociais, o Estado demonstra ser passível de modificações relevantes também à classe trabalhadora, mas não necessariamente incompatíveis com a manutenção do capital, embora ele seja irremediavelmente contraditório. Portanto, o Estado não é apenas o Estado-classe, mas o Estado de uma relação social historicamente determinada, que no nosso caso é o Estado do capital. A combinação do desempenho das três funções exploradas anteriormente, converge para a perpetuação do poder e da classe dominante.

Buscamos apresentar o que para nós constituem os determinantes da luta de classes no capitalismo, isto é, o processo de acumulação do capital como ativador, na esfera da estrutura econômica, dos confrontos classistas e base do poder burguês; a articulação do estranhamento, do fetiche e da ideologia como fenômenos que, em níveis distintos, mas entrelaçados, da realidade, operam a reificação das relações sociais, a mistificação da consciência e a adesão ativa ou passiva à ideologia burguesa; e o papel do Estado como uma superestrutura que age pela reprodução das relações sociais capitalistas com rebatimentos na luta de classes, via de regra, em favor do poder e da dominação burguesa.

Traçados num nível de abstração mais elevado, os elementos apresentados contribuem para desvelar a dinâmica multideterminada da luta de classes, os fundamentos da dominação burguesa e, portanto, aquilo que também constitui a autocracia burguesa e o capitalismo dependente no Brasil num plano geral. Fenômenos como o estranhamento, o fetiche e a ideologia sintetizam-se aos mecanismos especificamente coercitivos da dominação de classe, selando a supremacia autocrático-burguesa no capitalismo dependente brasileiro, de modo que a forma particular de dominação classista no Brasil não é destituída do estranhamento do trabalho, da reificação fetichista, nem dos efeitos produzidos pela ideologia dominante. Tampouco a luta de classes no Brasil está isenta da lei de acumulação capitalista, sendo ela uma das suas determinações mais elementares, o que nos conduz a uma apreciação mais cuidadosa da dinâmica específica do capitalismo dependente na formação social brasileira.

## **CAPÍTULO 2º – Síntese das determinações socioeconômicas do capitalismo dependente no Brasil**

Nessa parte da tese apresentamos, no âmbito do debate sobre a formação do capitalismo no Brasil, as suas principais determinações e consequências, sua gênese, desenvolvimento e constituição, tanto de um ponto de vista histórico como de uma perspectiva política e socioeconômica. Esse procedimento nos pareceu imperativo posto que indissociável da nossa problemática principal situada mais propriamente na dimensão da dominação autocrática burguesa, do mesmo modo que é impensável o desenvolvimento econômico do capitalismo dependente e imperializado brasileiro se se prescindir dos condicionantes sócio-políticos para a sua correta apreensão. A transformação capitalista no Brasil e a dominação autocrática burguesa deram-se em necessária e simultânea interação, como uma totalidade complexa constituída por totalidades relativamente parciais e de menor complexidade. Fazemos essa observação apenas para ressaltar que o desenvolvimento do capitalismo e a formação da dominação burguesa não interagem de maneira sincrônica, tampouco somam um todo rígido, cujas partes são soldadas fixamente umas às outras, movendo-se sempre numa mesma e única

direção em perfeita consonância com os rumos gerais do capitalismo dependente. Se assim fosse, essa realidade seria um todo inerte, sem vida. Pelo contrário, em alguns momentos do seu desenvolvimento, especificamente no caso nacional, a sua estrutura produtiva deu saltos e pareceu caminhar no sentido do desenvolvimento autônomo, autopropelido, elevando a fricção com a dupla articulação da economia dependente, pressionada, inclusive, pela crescente mobilização das classes trabalhadoras, das camadas médias e de algumas poucas frações da burguesia brasileira pró reformas. Ou seja, mesmo uma economia dependente, sendo ela capitalista, é movida pela lei geral da acumulação do capital, portanto, obedece ao “dinamismo espontâneo” que este modo de produção lhe inocula. Mas, suas conexões dependentes - que não residem tão somente na dominação imperialista externa; é ela também produto do desenvolvimento desigual interno - retiram-lhe ou lhe diminuem as potencialidades inerentemente expansivas do capital. Soma-se a essas determinações, o próprio arranjo do poder político no qual a dominação burguesa se forjou autocraticamente, repelindo de maneira ostensiva a participação mesmo coadjuvante das classes trabalhadoras, mas se associando ao imperialismo e ao capital estrangeiro. Desta aliança proveio uma revolução burguesa sem uma típica revolução nacional e democrática. Assim, se constituiu uma estrutura econômico-produtiva voltada para atender o mercado internacional e os interesses do capital estrangeiro e imperialista - espaço onde o capital “nativo” realiza parte do seu capital ao mesmo tempo em que o perde através da transferência de valor considerando a deterioração dos termos de troca – que impõe uma constante e superlativa exploração da força de trabalho como mecanismo para de apropriação do mais-valor em níveis suficientes para acumulação e reprodução do capital internamente à sua condição dependente. Portanto, são nessas circunstâncias históricas, envolta por esses determinantes, que a luta de classes transcorre no Brasil, bem como as possibilidades da autocracia burguesa que aqui se analisa e se reconstrói a partir da formulação categorial florestaniana em interlocução com outros(as) intelectuais, dando também importante atenção ao momento de recomposição da dominação de classe no processo de “transição democrática” com o ocaso da ditadura empresarial-militar, o nascimento da “Nova República”, da Constituição Federal de 1988 e do ingresso do Brasil na época neoliberal até meados do recrudescimento da autocracia burguesa, sob o espectro da regressão reacionária entendida como um fenômeno compósito de direita que emerge, disputando a direção intelectual e moral da sociedade brasileira no momento de crise de hegemonia, com o objetivo de instaurar um novo clímax para a autocracia burguesa. De modo sintético, este é o conteúdo do segundo e do terceiro capítulos.

## 2.1. A via de desenvolvimento do capitalismo no Brasil

Entre os intérpretes da formação social brasileira ao longo do século XX foi uma constante a reflexão acerca do que vinha a ser a nossa nação. Em especial, na plural tradição marxista, o grande debate se deu em torno da particularidade do desenvolvimento capitalista em nosso país. Florestan Fernandes se insere nesse rol como um dos intelectuais brasileiros de maior fertilidade na formulação de uma teoria para a devida compreensão da gênese, do desenvolvimento e da consolidação do capitalismo e da revolução burguesa no Brasil e América Latina. Para ele, o modo pelo qual o capitalismo pode se estabelecer nas diversas realidades nacionais é muito variado, rechaçando perspectivas que compreendem um único padrão de desenvolvimento capitalista. Em suas palavras:

Não é intrínseco ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. Podem distinguir-se vários padrões de desenvolvimento capitalista, os quais correspondem aos vários tipos de capitalismo o que se sucederam ou ocorreram simultaneamente na evolução histórica (Fernandes [1975], 2020, p. 225).

Ruy Mauro Marini, fundador da teoria marxista da dependência, faz uma observação metodológica que dialoga com essa formulação de Florestan. Para Marini ([1973] 2005) os marxistas cometeram dois grandes erros ao elaborar uma teoria para o capitalismo latino-americano: o primeiro, por substituírem o fenômeno concreto pelo conceito abstrato, forçando um enquadramento da realidade em conceitos marxistas genéricos ou específicos de uma época aos quais ela não corresponde; e o segundo, por mobilizarem categorias, metodologias e teorias de matrizes outras que não marxistas, caindo assim no ecletismo, na imprecisão teórica e, no limite, na própria negação do marxismo. Para o autor, isso acontece pois,

Frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiência e outras – nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras – como deformações. Não é acidental portanto a recorrência nos estudos sobre América Latina a noção de “pré-capitalismo”. O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional (Marini [1973], 2005, p. 03).

Tanto um como outro mobiliza as categorias de universalidade e particularidade para a compreensão da realização do capitalismo mediada pelas formações sociais específicas.

Florestan acentua as diversas vias possíveis de desenvolvimento do capitalismo e seus variados padrões históricos; Marini salienta diretamente a “peculiaridade” ou o caráter “sui generis” do capitalismo na América Latina frente ao capitalismo “puro”. Os dois, de formas diferentes, contribuem para o entendimento da natureza substantivamente capitalista das relações que se difundem na realidade brasileira. Por isso, o processo de revolução burguesa tido como clássico ou “puro” não deveria ser encarado como uma espécie de modelo fora do qual outras vias de transformações capitalistas seriam classificadas como ilegítimas ou tendentes a estacionar num não capitalismo. Caberia, portanto, ao pesquisador, identificar não só os elementos comuns entre casos clássico e não clássicos de revoluções burguesas, mas, sobretudo, nesses últimos, apreender o seu aspecto “essencial e diferencial” (Fernandes [1975], 2020), que para os autores configurava a situação brasileira.

Aqui, priorizaremos a discussão sobre o capitalismo dependente a partir da contribuição de Florestan Fernandes, considerando também intérpretes seus, bem como outras formulações que tenham empreendido importantes interpretações sobre a formação do capitalismo no Brasil, especialmente, Ruy Mauro Marini, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré.

Numa passagem do livro *Nova República?* Florestan se refere ao capitalismo no Brasil como “a forma periférica e dependente de capitalismo monopolista (o que associa inexorável e inextrincavelmente as formas ‘nacionais’ e ‘estrangeiras’ de capital financeiro)” (Fernandes, 1985, p. 50). Salta   vista nessa primeira aproximação a compreensão do capitalismo enquanto uma totalidade “macroscópica e inclusiva” (Netto, 2011), na qual se insere o capitalismo dependente, de modo que Florestan não aparta este último do primeiro, como se fossem realidades concorrentes, aut nomas e exteriores uma   outra. Para ele, o capitalismo dependente está inscrito e se manifesta na etapa que Lênin chamou de imperialista, cujo aspecto historicamente distintivo é a predominância da forma monopolista do capital. Acrescenta-se também, o destaque que o autor dá ao capital financeiro na forma das frações do capital seja ele “nacional” ou “estrangeiro, evidenciando ainda as classes dominantes na história do capitalismo dependente. É uma definição rica de múltiplas determinações que se inclina para uma síntese da realidade concreta.

Miriam Limoeiro Cardoso (1997) apresenta uma observação muito estimulante relacionando a concepção de Florestan às interpretações sobre capitalismo dependente na América Latina. Segundo a autora, também socióloga da Universidade de São Paulo, Florestan articula na construção do seu objeto de pesquisa, elementos de generalidade e de especificidade, no qual o capitalismo aparece como pertencente ao âmbito da generalidade e o conceito de capitalismo dependente enquanto uma sua manifestação específica, sendo assim,

antes de tudo, em sua substância, capitalismo, mas na sua realização histórica específica um momento do desenvolvimento capitalista, o capitalismo dependente. Nas suas palavras,

Em primeiro lugar, quando pensa a heteronomia ou dependência, Florestan a precisa por meio do seu conceito de *capitalismo dependente*. Trata-se, assim, antes de mais nada, de capitalismo. E, em seguida, de capitalismo numa das formas específicas de uma das fases de seu desenvolvimento. Nesse sentido, esse conceito é, ao mesmo tempo, estrutural e histórico: define-se como parte de um determinado “sistema de produção”, para usar a expressão pela qual Florestan o designava preferencialmente (o capitalismo); como parte desse “sistema” num determinado momento do seu desenvolvimento na história (o capitalismo monopolista); e como parte que é uma de suas especificidades nessa fase (parte heterônoma ou dependente do capitalismo monopolista). Florestan não formula uma “teoria da dependência”. Sua formulação do capitalismo dependente constitui uma contribuição teórica à teoria do desenvolvimento capitalista (Cardoso, 1997, p. 100).

Para Cardoso (1997), a teorização de Florestan acerca do desenvolvimento capitalista perscruta as relações e as lutas de classes - âmbito em que se instala a heteronomia -, não enquadrando a conceituação de dependência enquanto uma relação entre nações, pois os sujeitos da história não são as nações, mesmo considerando a importância incontornável das mesmas. A história é feita pela ação de homens e mulheres, das classes em luta:

[Florestan] não pensa a dependência propriamente entre nações. Porque para ele o Estado-nação, embora seja uma instância importante na análise, nela não aparece como agente histórico. Segundo Florestan, a história é obra dos homens. [...] Nas sociedades de classes, portanto, a explicação da história se encontra nas relações de cooperação ou de luta das classes sociais. As teorizações de Florestan sobre o capitalismo dependente nunca abstraem o sistema de classes das formações capitalistas, quer sejam dependentes, autônomas ou hegemônicas. Ao contrário, as classes e suas relações desempenham papel central na sua teoria (Cardoso, 1997, p. 101).

A interpretação de Cardoso sobre o capitalismo dependente em Florestan assim como a própria citação feita por nós deste autor, evidencia diferenças em relação a outra síntese sobre o capitalismo dependente bastante aceita na esquerda marxista brasileira, atualmente – a teoria marxista da dependência em cuja elaboração, Ruy Mauro Marini tem destaque. Portanto, trata-se da formulação mariniana, cujo texto se refere à “dependência entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini [1973], 2005, p. 04). Nesta passagem, duas questões se nos assomaram. Antes, porém, é importante que se diga, encerrando a compreensão de capitalismo dependente nesse trecho citado, o conceito de Marini restaria equívoco. Mas, basta uma leitura atenta sobre a *Dialética da dependência* e sobre *Subdesenvolvimento e revolução* para perceber que o fundador da Teoria Marxista da

Dependência – TMD - não se limitou ao aspecto ressaltado na citação mencionada, indo, naquelas obras, às categorias da crítica da economia política, bem como aos confrontos classistas para a devida apreensão da realidade particular do capitalismo latino-americano. Ainda assim, pensamos ser oportuna a colocação de Cardoso no sentido de buscar a melhor explicitação do conceito trabalhado por Florestan Fernandes de capitalismo dependente, como também nos pareceu que a sua observação guarda grande coerência metodológica com o método da economia política, o que enseja a apresentação do primeiro problema. Conforme Marx:

Se consideramos um dado país de um ponto de vista político-econômico, começamos com sua população, sua divisão em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos de produção, a importação e a exportação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu comesse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [Abstrakta] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações. A primeira via foi a que tomou historicamente a Economia em sua gênese. Os economistas do século XVII, p. ex., começam sempre com o todo vivente, a população, a nação, o Estado, muitos Estados etc.; mas sempre terminam com algumas relações determinantes, abstratas e gerais, tais como divisão do trabalho, dinheiro, valor etc., que descobrem por meio da análise. Tão logo esses momentos singulares foram mais ou menos fixados e abstraídos, começaram os sistemas econômicos, que se elevaram do simples, como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último é manifestamente o método cientificamente correto (Marx [1857-1858], 2011a, p. 54).

Ora, o trecho síntese especificamente referenciado de Marini nos parece ter priorizado uma formulação sobre dependência restritiva à relação entre *nações formalmente independentes*, quando a análise e o trato teórico-metodológico, tendo alcançado determinações como o trabalho assalariado, o capital, a troca, a divisão do trabalho, o preço, o dinheiro, deveria reproduzir essa *rica totalidade de muitas determinações e relações*. Posto que não foi feito, a formulação como está se presta a mistificações acerca dos elementos reais

qualificantes das relações de dependência entre capitais imperialistas e capitais dependentes. O segundo problema diz respeito a uma distinção apresentada por Marini ao dizer que, embora existam elementos de continuidade entre relações coloniais e as relações de dependência, uma não se confunde com a outra já que ambas guardam elementos de diferencialidades originais. Acrescenta-se a isso o próprio modo como Lenin caracterizou a etapa imperialista do capitalismo, vincando o monopólio como o fenômeno marcante desse momento do desenvolvimento capitalista. Ele destaca o papel do capital financeiro monopolista para a criação de uma extensa rede de dependência. Ou seja, a dependência, mesmo entrelaçando necessariamente o Estado-nação, envolve uma relação entre o capital monopolista de países avançados e os capitais dependentes dos países da periferia, o que nos faz considerar a seminal formulação mariniana parcial, embora sua contribuição no todo nos auxilie a capturar importantes determinações sem as quais a compreensão da dependência do capitalismo latino-americano se torna mais empobrecida.

Cardoso (1997) destaca outros elementos. Ela ressalta as consequências políticas desdobradas da concepção de capitalismo dependente de Florestan. Além de não ser restrita às relações entre nações, ela, ademais, não está circunscrita ao âmbito da relação entre burguesia hegemônica e dependentes. A dominação externa é associada à dominação interna, operando de forma simultânea e complementar o processo de sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalista, isto é,

A dominação externa se duplica na dominação interna e os setores sociais dominantes internamente superexploram e, conseqüentemente, superdominam a massa da população – população trabalhadora e excluída para garantir seus privilégios e a partilha do excedente econômico com as burguesias das economias hegemônicas (Cardoso, 1997, p 103).

Ao discutir dependência em Florestan, Gabriel Cohn (2001) diz que dependência é muito mais que subordinação externa:

Mesmo que leiamos essa referência a uma “dupla polarização” como referindo-se a uma polarização simples, é fundamental a caracterização da dependência como muito mais do que a mera subordinação externa. Ao mostrar que a dependência envolve uma tensa dinâmica *interna* de uma estrutura com uma ponta orientada por influxos externos e a outra voltada para dentro, essa caracterização assinala que se está falando da revolução burguesa, sim, mas *no Brasil* (Cohn, 2001, p. 405).

Na interpretação florestaniana o fluxo “estrutural e dinâmico” de revolucionamento das relações sociais tipicamente capitalistas que alcançam o Brasil, irradiaram, originariamente, de “fora para dentro”, da ampliação do raio de ação das sociedades capitalistas estrangeiras, com destaque para a Inglaterra. Por isso, Fernandes (2009) situa a

América Latina, - e por suposto o Brasil - simultaneamente, como produto da expansão da civilização ocidental em seu período de consolidação do sistema mercantil-colonial, e suporte de constituição da moderna sociedade capitalista sem perder de vista o papel da articulação interna baseada na ação das classes dominantes locais como agentes do próprio capitalismo dependente.

Caio Prado Júnior ([1942] 2011), na sua *Formação do Brasil contemporâneo*, aborda o aparecimento das colônias na “américa tropical” no contexto da expansão comercial europeia, dando àquelas o mesmo *sentido* e consequência da disseminação da empresa comercial capitalista situada na Europa ocidental. Diz ele:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (Prado Jr. [1942], 2011, p. 28).

E para Prado Jr., de essencial, pouco havia se modificado no curso dos acontecimentos que vão dos três séculos de colonização ao momento da emancipação nacional com a independência e mesmo ao início do século XX, alcançando a expansão do capitalismo propriamente dito: “o Brasil contemporâneo se define assim: o passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no decorrer do centênio anterior a este e no atual” (Prado Jr. [1942], 2011, p. 8).

Marini, referindo-se a América Latina, seguiria a mesma toada que os seus contemporâneos. O autor demonstra como este continente foi talhado, por um lado, em função da expansão do capitalismo mercantil e, por outro, como o próprio desenvolvimento do capitalismo moderno dependeu, em grande medida, da inserção da América Latina no comércio mundial, na posição de produtora e exportadora de produtos agrícolas para possibilitar a especialização produtiva em mercadorias manufaturadas nos países capitalistas europeus:

Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria (Marini [1973], 2005, p. 03).

Ademais, as colocações a respeito da relação entre colonização, dependência e a função desempenhada por elas na expansão do capitalismo ou ainda a sua própria existência como decorrência da expansão capitalista em seus diferentes momentos históricos, guarda plena congruência com a interpretação de Marx quando o mesmo está a tratar d'*A assim chamada acumulação primitiva*, como pode-se observar na passagem a seguir:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e o saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva (Marx [1867], 2013, p. 821).

Em outro trecho, relacionando de modo mais azeitado o desenvolvimento capitalista ao processo de colonização para produção de matérias-primas e à criação de uma nova divisão internacional do trabalho, Marx põe a questão da seguinte forma:

A constante “transformação em supranumerários” dos trabalhadores dos países da grande indústria estimula de modo artificial a emigração e a colonização de países estrangeiros, transformando-os em celeiros de matérias-primas para a metrópole, como ocorreu com a Austrália, convertida num centro de produção de lã. Cria-se, assim, uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, divisão que transforma uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial (Marx [1967], 2013, p. 523).

Nesse caso, resta inequívoco o papel da determinação externa para a constituição das sociedades latino-americanas e, especialmente, do Brasil no âmbito histórico da expansão da moderna sociedade ocidental em seu período capitalista mercantil, seguindo ao capitalismo industrial e à sua fase imperialista-monopolista, bem como foram igualmente fundamentais tanto a colonização como os laços de dependência criados para a *assim chamada acumulação primitiva* e para a constituição do capitalismo industrial.

Para Marini, é a posição dos países de capitalismo dependentes da América Latina como um todo na divisão internacional do trabalho, determinada pela expansão e exigências do capitalismo na sua fase concorrencial e imperialista, que define o sentido, o ritmo e a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo nesta parte do mundo. Sem contar com eles, muito dificilmente o capitalismo teria avançado no ritmo que conseguiu para o momento de eclosão da grande indústria. Não só a *produção de mercadorias* nas economias dependentes se constituiu em função das demandas do mercado externo e do capital estrangeiro como também *o que especificamente* ela veio a produzir:

À sua capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos, que aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional

capitalista, prontamente será agregada a contribuição para a formação de um mercado de matérias primas industriais, cuja importância cresce em função do mesmo desenvolvimento industrial (Marini [1973], 2005, p. 05).

Segundo Marini, a função cumprida pelos países de capitalismo dependente permitiu, também, aos países de capitalismo central se especializarem nas etapas mais avançadas do desenvolvimento industrial, favorecendo, além do mais, o deslocamento da produção baseada no mais-valor absoluto para a produção baseada no mais-valor relativo, o que, por consequência, iria influenciar em outro aspecto da relação de dependência. A inserção dependente da América Latina na divisão internacional do trabalho e os diferentes níveis de produtividade determinaram, nas relações com os países capitalisticamente avançados da Europa, a troca desigual responsável pela transferência de valor da economia dependente ao centro da acumulação do capital, caracterizada pelo autor da seguinte forma:

Transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias primas – o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, venda seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, ainda que não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um preço sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividades mais elevada (Marini [1973], 2005, p. 10).

A interpretação de Florestan Fernandes sobre a constituição do capitalismo dependente não parte propriamente da crítica da economia política conforme o faz Marini em sua *Dialética da dependência*. Fernandes opera sua análise noutra dimensão da realidade. Segundo Fernandes (2020), a difusão das relações capitalistas no Brasil se deu de maneira adversa e particular, primeiro, porque, desdobrada da irradiação imperialista e do mercado internacional, a estrutura econômica capitalista brasileira forjou-se numa relação de dependência àqueles agentes externos; e segundo, pois as condições políticas e socioculturais para impulsionar internamente uma revolução burguesa no sentido clássico não só eram fracas como praticamente inexistiam. De modo que a necessária acumulação de capital, a constituição da propriedade privada especificamente capitalista, o aparecimento do trabalho livre assalariado, o surgimento e ampliação de uma economia industrial, o horizonte político-ideológico burguês e a edificação do Estado nacional foram realidades ausentes que só vieram a se desenvolver no interior do país após os interesses demandantes da dominação

capitalista estrangeira induzirem o ambiente doméstico. Nesse aspecto da análise, a articulação externa da economia brasileira, isto é, o atrelamento dependente do setor exportador nacional ao mercado internacional, nos termos florestanianos, nos parece dialogar, em dimensões distintas, com as funções desempenhadas pela economia dependente na divisão internacional do trabalho e suas relações com os centros capitalistas, particularmente, tratada por Marini.

A articulação “externa”, todavia, se constituiu também internamente à realidade nacional. A ênfase aqui dada à determinação “externa” se presta tão somente a explicitar uma dimensão da dupla articulação constituidora do capitalismo dependente brasileiro, sendo a outra, não menos fundamental para a compreensão da sua “estrutura e dinâmica”, qual seja, a articulação interna entre o nascente setor moderno e o setor arcaico, cujo desenvolvimento não os opõe numa dualidade rígida, mas os entrelaça numa relação funcional à acumulação de capital em que o setor moderno tira vantagens do atraso inerente ao setor arcaico, tornando-se este condição para o avanço e continuidade daquele.

Essa dupla articulação da economia dependente, por sua vez, impõe um padrão de *apropriação dual do excedente econômico* absorvido pela burguesia brasileira e pelas burguesias estrangeiras, repercutindo numa depreciação crônica do valor da força de trabalho nacional (Fernandes [1975], 2020). Marini ([1973] 2005) trará uma discussão aproximada a partir da categoria da superexploração da força de trabalho das economias dependentes como mecanismo de compensação para acumulação interna de capital frente à transferência de valor às economias centrais. Para Marini ([1973] 2005, p. 12-13),

Os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva [...]. Em termos capitalistas, esses mecanismos [...] significam que o trabalho é remunerado abaixo do seu valor, e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho.

Florestan vai trabalhar com outra noção:

A acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos [...]. Em termos abstratos, as aparências são de que estes setores sofrem a espoliação que se monta de fora para dentro, vendo-se compelidos a dividir o excedente econômico com os agentes que operam a partir das economias centrais. De fato, a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados destituídos da

população, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobre-expropriação capitalistas (Fernandes, 2009, p. 52).

Embora os conceitos de “sobreexpropriação” - ou “sobre apropriação” – de Florestan, e de superexploração de Marini tenham definições diferentes, há um ponto de contato: os dois autores estão se referindo a um nível mais intenso de extração do mais-valor típico das sociedades de capitalismo dependente que não se observava nos países de capitalismo avançado. Nessas condições socioeconômicas particulares, a luta de classes também se desenrola com mediações específicas, conformando tanto o horizonte cultural e político ideológico das classes, bem como a formatação do Estado nacional, e delimitando as conquistas democráticas vindas com a instauração da ordem social burguesa.

Ao abordar a especificidade nacional, Florestan fala de três fases do desenvolvimento capitalista no Brasil: a) a eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno, fase de transição neocolonial datado por ele da abertura dos portos à aproximadamente a sexta década do século XIX; b) a formação e expansão do capitalismo competitivo, compreendendo o período que vai da sexta década do século XIX até 1950; c) e a irrupção do capitalismo monopolista a partir de 1950, adquirindo um caráter de transformação estrutural em 1964. Em nenhuma dessas três fases houve, porém:

- 1) ruptura com a associação dependente, em relação ao exterior (ou aos centros hegemônicos da dominação imperialista);
- 2) a desagregação completa do antigo regime e de suas sequelas ou, falando-se alternativamente, das formas pré-capitalistas de produção, troca e circulação;
- 3) a superação de estados relativos de subdesenvolvimento, inerentes à satelização imperialista da economia interna e à extrema concentração social e regional resultante da riqueza (Fernandes [1975], 2020, p. 226).

Esse fato revela a postura contemporizadora das classes dominantes locais em relação à presença imperialistas sobre o mercado interno; o trato ativo quanto à manutenção das formas de produção e exploração de raízes pré-capitalistas; e uma certa indiferença acerca dos dinamismos débeis da economia “subdesenvolvida”, fazendo crer que a dependência não é uma realidade tão somente imposta de fora para dentro, mas uma relação mediante a qual as classes dominantes (re)organizaram o poder burguês, prescindindo de uma revolução clássica que envolvesse “os de baixo”.

Para a devida compreensão da importância do mercado capitalista moderno sobre o dinamismo das economias dependentes é preciso observar *três enlacs*: primeiro, o vínculo do mercado interno com o mercado mundial, especificamente, com o mercado da potência hegemônica da época, a Inglaterra, por meio do qual se aplicou, *de fora para dentro*, um impulso dinamizador com força o suficiente para provocar um rápido e vigoroso crescimento

econômico, ficando a cargo do mercado interno a assimilação da nova estrutura econômica e a reorientação institucional típica da ordem social competitiva. O segundo, é “o enlace do mercado capitalista moderno às cidades e à sua população”: as cidades se transformaram em centros de absorção do desenvolvimento econômico irradiado dos países avançados e, ao mesmo tempo, serviram como microcosmo de reprodução do novo sistema produtivo em expansão no mercado interno. Terceiro, o “enlace do mercado capitalista moderno com o sistema de produção escravista”: nesta conexão o grande excedente econômico inscrito na dinâmica de acumulação capitalista, diferente do sistema produtivo anterior, gerava uma apropriação do excedente por parte do mercado estrangeiro, bem como passava a ser apropriado produtivamente pelos agentes privados internos, algo não observado na “economia escravista”, quando predominava a prática de entesouramento de parte do excedente. Desse modo, as relações de produção capitalistas foram se sobrepondo ao que o autor chamava de “sistema escravista”, mas permitindo sua persistência - refuncionalizada e reconfigurada - de acordo com o padrão de desenvolvimento capitalista que se instaurou na periferia do mundo (Fernandes [1975], 2020, p. 228-229).

Há um extenso debate a respeito da existência ou não de um modo de produção escravista no Brasil durante o período colonial e meados do império, e, embora não seja nosso foco, desenvolveremos, brevemente, a forma como enxergamos essa discussão. Como já falado páginas atrás, primeiro em condição de colônias e depois como países da América Latina, estes foram constituídos enquanto tais no momento de expansão comercial do capitalismo mercantil europeu, servindo ao mesmo tempo para a sua própria consolidação. As atividades ali instaladas, a ocupação do território, a exploração econômica de suas riquezas naturais, a adoção do uso de força de trabalho escravizada conjugada ao lucrativo tráfico de indivíduos de África feitos cativos, sobretudo para o Brasil, e, posteriormente, a formação dos Estados-nação daquele continente, estão vinculadas direta e indiretamente universalização e consolidação do capitalismo:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro, diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Esse início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que

ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país (Prado Jr. [1942] 2011, p. 29).

Nesse sentido, o impulso orgânico que resultou e vertebrou as colônias e os países de capitalismo dependente em seguida, proveio do capitalismo em formação mundialmente. Nelson Werneck Sodré, a esse respeito, expressa que a sociedade escravista formada no Brasil tem origem na transplantação de elementos advindos do exterior, atendendo aos desígnios das atividades comerciais de fora, no momento histórico contemplado pela “assim chamada acumulação primitiva” e sob a predominância do capital comercial. Nas suas palavras:

O escravismo foi a forma pela qual a colonização, no caso brasileiro, venceu as dificuldades iniciais, quase insuperáveis; sem ele, certamente insuperáveis. Foi etapa necessária, historicamente. Sem ela, não haveria Brasil. Supor que isso teria sido escravismo colonial, para distingui-lo do escravismo clássico, é possível. Mas supô-lo modo de produção diverso, obedecendo a leis diversas, não passa de fantasia, sem a mais mínima base. O escravismo brasileiro, que surgiu porque o escravismo já existia, enquanto moderno, em contraposição ao clássico, era vigente em outras áreas, presidiu a montagem do sistema produtor colonial, que nele encontrou uma de suas características básicas. Mas a outra, que não pode ser esquecida, esteve ligada ao fato de ser a produção destinada a mercados externos e distantes. A colonização, em seu início, assentou na particularidade da inexistência de mercado interno: a produção em larga escala era, finalisticamente, destinada à exportação (Sodré, 1990, p. 14).

Nesse trecho fica explícita a tese advogada por Sodré, qual seja, para o mesmo tanto o escravismo brasileiro fora produto das necessidades metropolitanas de montagem de um sistema produtor colonial, como tal sistema se organizara tendo sua atividade orientada à exportação, o que do ponto de vista do autor invalidava a hipótese do “escravismo colonial” como um “modo de produção diverso, obedecendo a leis diversas”. Na mesma linha, Mazzeo (2015) também recusará categoricamente a existência de um “modo de produção escravista colonial” como um modo de produção que se distingue do capitalismo ou mesmo que a ele foi “subsidiário”. Para o mesmo, aqueles que adotam essa teoria revelam suas “incorr es teórico-metodológicas”:

Descartamos qualquer concepção que defina a formação social brasileira como um modo de produção distinto do capitalista, ou como “modo de produção subsidiário” ao capitalista, como fazem as interpretações que o definem como modo de produção escravista colonial. [...] Como enfatizou Caio Prado Jr., a América Latina esteve desde sua g nese – da descoberta à colonização e à estruturação econômica –, dialeticamente integrada, em sua processualidade histórica, ao capitalismo: Inicialmente o capitalismo mercantil, depois o capitalismo indústria concorrencial e, em seguida, subalternamente, à cadeia imperialista, sendo, portanto, parte integrante e constitutiva de seu desenvolvimento – quer dizer, da totalidade capitalista (Mazzeo, 2015, p. 21).

Assim, embora Florestan Fernandes não trabalhe de modo explícito com a teoria de um modo de produção especificamente escravista colonial ao lado e distinto do modo de produção capitalista ou mesmo que lhe sirva subsidiariamente, ao referir-se à existência de um “sistema de produção escravista” no Brasil ou à sua “economia escravista” e relacioná-los como realidades estranhas e exteriores, parece-nos que a sua formulação fertiliza interpretações que se inclinam naquele sentido. Por esse motivo, aqui adotamos a perspectiva apresentada pelos autores anteriormente citados, segundo a qual, não houve um modo de produção escravista colonial no Brasil, mas sim a instalação de uma produção baseada no trabalho escravizado como reflexo das demandas externas e com uma produção voltada para exportação das mercadorias aqui produzidas.

Retomando o debate com Florestan sobre a constituição do capitalismo dependente, a abertura para a transição do país para o mercado capitalista moderno em sua fase concorrencial ou competitiva teria sido uma impossibilidade, observa o autor, caso se estivesse tratando de um salto direto entre as relações de trabalho escravizado para as relações de exploração da força de trabalho livre. Ocorre, todavia, que “a transição que se configurava [...] era muito menos complexa; a aristocracia agrária bem como os grupos ligados à dinamização do esquema exportação-importação empenhavam-se, de fato, na consolidação do mercado capitalista moderno e em sua difusão interna” (Fernandes [1975], 2020, p. 231) e se utilizaram da enorme superpopulação relativa para viabilizar esse projeto, restringindo desde cedo aos setores de rendas altas o acesso amplo às mudanças trazidas com o estabelecimento do capitalismo competitivo dependente, e deixando “de fora” a grande parcela miserável da população.

A difusão das relações de produção tipicamente capitalistas exigia uma série de condições prévias que naquele momento o Brasil não reunia. Mesmo assim, existiram pressões externas do mercado mundial para a assimilação estrutural das suas demandas emergentes, coincidindo com pressões internas pelo crescimento econômico que impuseram às classes dominantes locais a necessidade de reorganização do espaço socioeconômico sob o risco de colapso, como consumado em outros países latino-americanos nessa fase de transição do sistema neocolonial à expansão do capitalismo competitivo (Fernandes [1975], 2020).

Foram as necessidades externas da expansão e do desenvolvimento capitalista que alteraram qualitativamente a relação das economias centrais, em especial, a hegemônica, com as economias da periferia do sistema. Do controle indireto sobre as relações comerciais se transitou à implantação de controles econômicos por meio do:

Desenvolvimento institucional da livre empresa em todos os níveis do comércio e, progressivamente, do movimento bancário e da produção que o fluxo comercial-financeiro exigisse. Para isso, não era suficiente um mercado capitalista especificamente moderno suportado por um fluxo limitado de modernização institucional. Impunha-se a reorganização do espaço ecológico, econômico e social, para ajustá-lo não só a potencialidades reais ou virtuais do desenvolvimento capitalista, mas aos dinamismos das sociedades hegemônicas, que irrompiam na periferia, precisando de condições concretas para se consolidarem e se expandirem (Fernandes [1975], 2020, p. 235).

Para lograr este objetivo foram mobilizados amplos recursos (financeiros, humanos, científicos e tecnológicos) da parte externa do mercado capitalista moderno e a capacidade das classes dominantes brasileiras em equacionar os problemas surgidos com a fase da transição que se atravessava. No entanto, a envergadura de tal empreendimento colocava no horizonte a possibilidade de se desatar nas sociedades capitalistas dependentes um tipo de desenvolvimento econômico suficientemente forte ao ponto de impulsionar o desenvolvimento autônomo e autossustentável à semelhança do que se passara nos países de capitalismo avançado na era das revoluções burguesas clássicas. Frente a esta possibilidade amedrontadora às nações capitalisticamente desenvolvidas - pois significaria a criação de concorrentes capitalistas nos países dependentes -, se pôs em andamento uma nova estratégia cujo sentido visava reformular a satelitização econômica dos países periféricos, realizando a incorporação por meio do “volume de similaridades estruturais e funcionais que a economia hegemônica, como um todo, pode transferir para a economia periférica, como um todo” (Fernandes [1975], 2020, p. 237). Esta modalidade de incorporação garantiria a regulação, a modernização tecnológica e institucional e o fluxo econômico a partir de dentro das economias periféricas em consonância com as economias centrais. O impulso destas, mediante a modalidade de incorporação referida, contribuiu efetivamente para o adiantamento da revolução econômica experimentada pelos países dependentes, contudo, tal adiantamento significou menos um desenvolvimento em si mesmo do capitalismo, do que um mecanismo de adaptação aos novos dinamismo emanados das nações motoras do capitalismo monopolista, resultando, para a periferia, numa economia com “potencialidades dinâmicas próprias muito pobre” (Fernandes [1975], 2020, p. 238) que impediu a realização de empreendimentos capitalistas autônomos e autossustentáveis.

De todo modo, ainda que carecendo de força necessária para impulsionar uma dinâmica de reprodução ampliada livre das restrições do imperialismo, a penetração das relações de produção capitalistas no Brasil, na fase de emergência e expansão do capitalismo competitivo, mostrou-se fértil ao ponto de irradiar as tendências do livre mercado com a

reclassificação social da força de trabalho, a disseminação de novos hábitos de consumo, estilo de vida etc., tudo isso convergindo para a gradual suplantação das relações escravistas, levando-o ao seu declínio e, por fim, a sua extinção. Nas palavras de Fernandes ([1975] 2020, p. 241):

Nesta etapa, o mercado capitalista moderno põe os homens uns diante dos outros em termos de valor de bens e serviços. Classifica-os fora e acima da ordem estamental e de castas da ordem escravista, erguendo forças muito ativas contra esta e forçando os homens livres a “passar pelo mercado” para fim de estratificação social. Isso significava o fim da escravidão, pois esta não poderia manter-se a partir do momento em que o mercado era visto e aceito como uma fonte legítima de classificação social. E também significava o começo de uma nova era, que iria consolidar-se no trabalho livre. Vendo-se as coisas desta perspectiva, no Brasil a “crise do antigo regime” lança aí suas raízes.

Esta indução, partindo de fora, transfere à sociedade brasileira uma estrutura socioeconômica que movimenta a vida social no sentido da autorreprodução capitalista, inicialmente, por meio da constituição e consolidação do setor novo urbano-comercial, para, em seguida, instaurar o desenvolvimento do setor novo urbano-industrial propriamente dito, demonstrando a plenitude da incorporação do capitalismo dependente brasileiro à fase competitiva do capital. Ora, este entendimento poderia induzir a pensar que o destino das sociedades dependentes, como é o caso da brasileira, as conduziria pelo caminho das revoluções burguesas clássicas e ao capitalismo que nelas amadureceu, o que, evidentemente, seria um equívoco de interpretação, pois, embora o Brasil tenha alcançado o desenvolvimento do capitalismo competitivo, nele a sua expressão se deu sem anular a dupla articulação econômica que impede o capitalismo dependente de superar o seu próprio ciclo reprodutivo no sentido do desenvolvimento autônomo e autossustentável. A dupla articulação característica do desenvolvimento dependente, na ótica de Fernandes ([1975] 2020) se configura

1) internamente, através da articulação do setor arcaico ao setor moderno, ou urbano-comercial (na época considerada transformando-se, lentamente, em um setor urbano-industrial); externamente, através da articulação do complexo econômico agrário-exportador às economias capitalistas centrais (Fernandes [1975], 2020, p. 243).

As classes dominantes encararam a dupla articulação na sua dimensão interna como uma oportunidade dada pela realidade que deveria ser aproveitada, nunca tendo tentado de maneira intransigente superar ou combater as formas arcaicas de produção que persistiram ao longo da transição. Na dimensão externa da articulação a postura também não foi diferente: o mercado externo era visto como algo natural, sendo aceito como a única forma de empreender

a industrialização e o desenvolvimento econômico no país. Assim, a dupla articulação foi mais uma vez mantida intocável, enquanto mecanismo particular ao desenvolvimento capitalista nos países dependentes, agora sob a consolidação do capitalismo competitivo (Fernandes [1975], 2020).

Ainda sobre a natureza do desenvolvimento do capitalismo competitivo no Brasil, a participação estatal no desenvolvimento econômico revelou-se imprescindível para o ingresso do país na fase capitalista de então. Desde medidas protecionistas, passando pelo investimento em infraestrutura logística e de amparo à produção industrial, até a criação de empresas públicas ou semipúblicas, a intervenção do Estado na economia mostrou cumprir diversas funções para o êxito da política de incorporação plena do Brasil ao circuito do capitalismo competitivo. Apesar desse fato histórico incontestável, a dupla articulação econômica permaneceu atuante na vida do desenvolvimento capitalista dependente, confirmando novamente o enredo de nossa história até ali:

Mantida a dupla articulação, a alta burguesia, a burguesia e a pequena-burguesia “fazem história”. Mas fazem uma história de *circuito fechado* ou, em outras palavras, a história que começa e termina no capitalismo competitivo dependente. Este não pode romper consigo mesmo. Como a dominação burguesa, sob sua vigência, não pode romper com ele, a economia capitalista competitiva da periferia fica condenada a dar novos saltos através de impulsos que virão de fora, dos dinamismos das economias capitalistas centrais (Fernandes [1975], 2020, p. 251).

Passamos agora à emergência e expansão do capitalismo monopolista e a assimilação do Brasil nessa fase do desenvolvimento capitalista. Segundo Fernandes ([1975] 2020), esta transição foi ainda mais difícil do que as transições anteriores. O contexto internacional era diferente, exigiu até mesmo das nações que dispunham de posição avançada no desenvolvimento capitalista. A partir da primeira guerra mundial e em seguida com a revolução russa o nível de tensão geopolítica se elevou ainda mais, tanto pela intensa disputa intercapitalista, como pela existência de um padrão civilizatório alternativo ao capitalismo. No caso das sociedades situadas na periferia do mundo do capital, a incorporação à fase monopolista se mostrou um processo de nível mais complexo e difícil que a implicação nas fases de expansão do capital, pois requisitos altos eram demandados para que pudesse ser desencadeada uma dinâmica própria da fase monopólica:

Concentração demográfica, não só em cidades-chave mas em um vasto mundo urbano-comercial e urbano-industrial; de renda per capita, pelo menos da população incorporada ao mercado de trabalho e, em especial, dos estratos médios e altos das classes dominantes; de padrão de vida, pelo menos nesses setores da população; de diferenciação, integração em escala nacional e de densidade econômica do mercado interno; de capital incorporado ou incorporável ao mercado financeiro, para dar maior

flexibilidade e intensidade ao crescimento do crédito ao consumo e à produção; modernização tecnológica realizada e em potencial; de estabilidade política e de controle efetivo do poder de Estado pela burguesia nativa etc (Fernandes [1975], 2020, p. 252).

Muitos países não dispunham das condições de amadurecimento interno que contemplassem os requisitos citados. Nesses casos, o processo de transferência da estrutura de desenvolvimento monopolista e de incorporação a esse espaço socioeconômico se deu de maneira segmentar “como técnica de ocupação do meio, de alocação de recursos materiais e humanos, ou de controle econômico” (Fernandes [1975], 2020, p 253). Operando a transferência desse modo, as grandes corporações conseguiram implantar um modo de controle parcial sobre as economias dependentes que lhes garantiram acesso às matérias-primas, ao mercado e à produção interna e ritmos intensos de exploração e produção. Esse ritmo intenso foi consequência das próprias transformações ocorridas na estrutura urbana e tecnológica dos países hegemônicos, desdobrando no consumo ultradestrutivo das matérias-primas fornecidas pela periferia que situou os países dependentes numa posição de imensa importância para a manutenção do crescimento econômico alcançado entre as potências hegemônicas. No entanto, por contrapartida era cobrado das sociedades dependentes estabilidade política para o fluxo normal do crescimento e para a cooperação econômica. Ora, diante de uma transição, como já frisamos, difícil, que foi acompanhada também por protestos contra as iniquidades econômicas, sociais e políticas, houve uma forte dissociação entre transformação capitalista e desenvolvimento da democracia.

O Brasil adentra propriamente à fase monopolista na década de 1950 não só contribuindo com a acumulação de capital nos países centrais, como dinamizando a economia regionalmente, nesta parte da periferia capitalista. Três foram os fatores decisivos para a incorporação do Brasil à transformação monopolista do capitalismo: 1- a realização de vultosos investimentos no país por parte das economias centrais; 2- como desdobramento do primeiro fator, o deslocamento de grandes corporações para implementar no país a organização necessária ao empreendimento almejado; 3- a decisão dos agentes internos de assumir e assegurar a execução da transição capitalista em curso (Fernandes [1975], 2020).

Mas é apenas sob a ditadura militar que as corporações vão poder contar com um ambiente socioeconômico, modernização institucional e suportes infraestruturais para crescer e se desenvolver nessa fase do capitalismo. É nesse momento em que os agentes internos (iniciativa privada e Estado) vão dispor de plena liberdade para realizar os ajustes necessário no sentido do desenvolvimento monopolista, bem como se precaver, com medidas

autodefensivas<sup>46</sup> por meio do Estado, para evitar tanto uma reversão neocolonial patrocinada de fora quanto a instabilidade interna provocada pelas pressões populares. A ação imprescindível do Estado brasileiro para a conformação do panorama histórico em favor do desenvolvimento perseguido põe abaixo a suposta ideia de que o mesmo paira acima da luta de classes ou ainda que ele teria uma “vocação inflexível para o nacionalismo econômico puro” (Fernandes [1975], 2020, p. 261).

Importa a esta altura analisar tr s questões:

Primeiro, como se processa a soluço da crise do poder burguês, no plano econômico. Segundo, quais são as principais consequências e repercussões imediatas do padrão de desenvolvimento capitalista sobre a economia brasileira. Terceiro, o que a referida transi o representa para as classes sociais antagônicas   domina o burguesa. (Fernandes [1975], 2020, p. 262).

O primeiro aspecto ressaltado pelo sociólogo paulista é a perspicácia das classes dominantes em capturarem e rapidamente sincronizarem seus ritmos e dinâmicas às exigências socioeconômicas dos países centrais; segundo, a sua força de mobiliza o social e política enquanto classe economicamente dominante; terceiro, sua habilidade em instrumentalizar o Estado, equacionando a questão da domina o de classe, da concentra o econômica e da liberdade em utilizar o poder político inerente ao Estado.

Como falado, o desenvolvimento do capitalismo monopolista nas sociedades dependentes, assim como de outras fases do mercado capitalista, partiu de estímulos dos países avançados, isto é, de estímulos externos, pois os países de economia dependente não reuniam condi es objetivas e subjetivas o suficiente para saltar de um estágio a outro diretamente sem romper com a dupla articula o econômica que os atava irremediavelmente ao padrão de reprodu o do capitalismo dependente. Diferente das economias centrais, os países da periferia foram incorporados ao sistema capitalista sem a fase prévia conhecida por acumula o originária ou primitiva, o que colocou inúmeros obstáculos ao nascimento do capitalismo na América Latina. Mas, alcançado o desenvolvimento capitalista, a tendência até hoje observada foi o seu espraiamento e com isso a predominância sobre as formas pré-capitalistas de produ o, sem deixar contudo, de assimilá-las funcionalmente ao processo de acumula o de capital. Pelo Contrário, ao gerarem o excedente econômico necessário, tais formas arcaicas de produ o, combinadas ao desenvolvimento do setor novo

---

<sup>46</sup> “Iniciativa privada interna e Estado conseguem, na verdade, ‘armar-se’ autodefensivamente para enfrentar a aludida transi o, que teria de transcorrer, inevitavelmente como um processo de conquista econômica externa [...]. Se tudo ficasse, pura e simplesmente, ao arbítrio das grandes corpora es e dos interesses econômicos ou políticos das na es hegemônicas, burguesia e Estado nacional, perderia, ao mesmo tempo, os anéis e os dedos. Estariam trabalhando não por uma nova transi o econômica dentro do capitalismo, passível de controle político interno, porém por uma reversão colonial ou neocolonial insofre vel” (Fernandes [1975], 2020, p. 259).

urbano-industrial, foram fundamentais ao financiamento da modernização econômica, institucional e tecnológica realizadas no Brasil, e desempenharam também papel similar ao da acumulação originária em relação ao desenvolvimento capitalista-monopolista.

Com a consolidação do capitalismo monopolista no Brasil outras mudanças vieram em sequência, como da base econômica, da superestrutura, das relações de classe etc. A expansão industrial gerou o crescimento do proletariado, elevação dos salários, ensejando a organização e fortalecimento do sindicalismo, e ao mesmo tempo trouxe novas contradições, empurrando as classes para conflitos típicos do desenvolvimento capitalista.

Cláudio Katz (2020), *a teoria da dependência 50 anos depois*, realiza um profundo balanço sobre as distintas perspectivas da dependência. Ele avalia que desde a década de 1980 está em curso um processo de retração industrial nos países latino-americanos, citando como exemplo o Brasil, Argentina e o México, antes mesmo do pleno “amadurecimento” de todas as possibilidades desse setor da economia dos respectivos países. O autor mostra, através de dados das últimas décadas, a diminuição da indústria na formação dos produtos internos das nações da América Latina, e uma das consequências relacionadas ao que ele mesmo chama de desindustrialização se expressa na diminuição dos postos de trabalho no setor industrial que levou ao empobrecimento da classe trabalhadora e, por conseguinte, a restrição do poder de compra.

No Brasil, o aparato industrial perdeu a dimensão alcançada nos anos 1980. A produtividade estagna, o déficit externo se expande e os custos aumentam com a deterioração da infraestrutura de energia e transporte. Por isso, o país enfrenta um visível retrocesso nas exportações de alta e média tecnologia (Katz, 2020, p. 319).

Essa realidade em que o consumo interno dos países latino-americanos permanece estreito, mas com um importante mercado acessado pelas camadas médias e altas, na interpretação do autor, “mantém o padrão dualizado de consumo que Marini atribuiu ao ciclo dependente” (Katz, 2020, p. 319).

Outro elemento importante destacado pelo autor refere-se às mudanças econômicas derivadas da maior tecnificação e capitalização da agricultura dos países mencionados, bem como no ramo da mineração, demonstrando uma vez mais a predominância das demandas externas sobre o desenvolvimento das economias dependentes:

Esse modelo de extrativismo de exportação reforça a preeminência das atividades primárias, em detrimento da produção industrial voltada para o mercado interno. A renda derivada da propriedade dos recursos naturais é mais relevante do que os lucros derivados do investimento fabril. As grandes empresas priorizam a apropriação de um excedente que é remetido ao exterior, recriando a tônica do ciclo dependente. Essa drenagem, combinada

com a crescente abertura comercial, multiplica as tensões que os teóricos da dependência previram (Katz, 2020, p. 320).

Ao ter parte fundamental de seu dinamismo econômico voltado para fora, as sociedades dependentes latino-americanas, em momentos de bonança, têm bons desempenhos econômicos com crescimento de divisas, valorização das moedas, afora a ressonância social que, embora seja limitada reflete com real impacto na vida da população trabalhadora. Em compensação, quando aparecem as tempestades, as sociedades dependentes são fortemente abaladas pela diminuição da demanda externa, queda do preço das mercadorias de exportação no plano internacional, além da fuga de capitais, queda do consumo, diminuição da arrecadação, dificuldades fiscais que no capitalismo dependente vai encontrar como elemento compensador a superexploração da força de trabalho.

O período considerado por Katz (2020) coincide com o desembarque do neoliberalismo na América Latina. Sobre isso o autor diz:

O neoliberalismo estreou na década de 1990 com políticas econômicas de conversibilidade, dolarização e altas taxas de juros. Posteriormente, foram realizadas a privatização, reestruturação produtiva e estrangeirização dos setores estratégicos da economia. Essas medidas aprofundaram a vulnerabilidade descrita pelo teórico da dependência. A livre circulação de capitais abriu as comportas para uma escala sem precedentes de especulação financeira e a redução de tarifas exacerbou o *déficit* comercial da indústria (Katz, 2020, p. 322).

Como mencionado, tais políticas serviram para acentuar ainda mais o quadro de desigualdades sociais e pauperização da classe trabalhadora, trazendo à tona novamente a crônica contração do mercado de consumo interno. Como sabido, ao fim da década de 1990 as forças políticas que sustentaram as experiências neoliberais, em função do imenso desgaste gerado pelo que produziu no “novo mundo”, foram derrotadas pelo chamado “ciclo progressista” que não necessariamente viera para romper com as diretrizes do Consenso de Washington.

Segundo Katz (2020) esse ciclo progressista deu origem a experiências desenvolvimentistas combinando “auxílios estatais, baixas taxas de juros e taxas de câmbio competitivas” com o objetivo de “superar o atraso econômico” (Katz, 2020, p. 322). Diferentemente da experiência desenvolvimentista verificada no século passado, o empreendimento neodesenvolvimentista promovido pelos governos do “ciclo progressista” na América Latina contou com a aliança das frações burguesas do agronegócio e da mineração, tendo estes setores econômicos como peças fundamentais da estratégia criada. Durante o período de alta internacional das commodities esses governos se mostraram bem-sucedidos,

mas assim que o mercado mundial entrou em crise, considerando que as determinações da dependência não foram enfrentadas, os governos progressistas, - com poucas exceções e, ao menos, temporariamente - ruíram e viram se impor o dinamismo típico do capitalismo dependente latino-americano

A dinâmica do capitalismo dependente elaborada pelos autores trabalhados contribui para pensar o objeto pesquisado, porque consegue trazer à tona as determinações estruturais do seu padrão de reprodução, o que é de suma importância para compreender o período delimitado em que houve uma baixa significativa das commodities, desaceleração do crescimento econômico, elevação do desemprego e, por conseguinte, estreitamento do mercado de consumo interno pressionado também pelos baixos salários. Tais teses são fundamentais para a compreensão da *autocracia burguesa* no Brasil – eixo central do objeto de investigação deste projeto.

Num país em que todos os grandes dilemas foram resolvidos intramuros pelas classes dominantes, as pressões vindas “de baixo para cima” forçaram, em alguma medida, a alteração das relações de classe e, por conseguinte, da conformação do tipo de regime que se teve até o momento. As perspectivas não eram animadoras, visto que a burguesia controlava o Estado e imprimia, por meio dele, o seu típico estilo de atuação historicamente autocrática para dirigir o país, mas a dinâmica do capitalismo dependente em sua fase monopolista também não inspirava um clima de pacificação entre as classes. Haveria de se assistir, talvez sem grandes surpresas, mais do que a um genuíno advento da democracia, uma autocracia burguesa dissimulada, quando muito, uma democracia de cooptação.

### **CAPÍTULO 3º - Autocracia burguesa no Brasil como forma particular de dominação de classe**

Neste capítulo, analisaremos mais detidamente a categoria autocracia burguesa. A obra em que Florestan Fernandes desenvolve de maneira mais sistemática a complexa categoria autocracia burguesa, é *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*<sup>47</sup>. Este livro, escrito em dois momentos, a primeira e a segunda partes no ano de 1966, e a terceira em 1973 e 1974, pretendia apresentar uma resposta intelectual ao golpe empresarial-militar de 1964<sup>48</sup>. Como essa categoria é central para a tese, proceder-se-á com a sua exposição naquilo que parece ser mais essencial, e dado que toda reprodução teórica é igualmente uma interpretação, tal reconstrução pretende, ademais, problematizar a reflexão

---

<sup>47</sup> Daqui em diante nos referiremos a obra apenas por seu título, deixando seu subtítulo pressuposto.

<sup>48</sup> Ver a *Nota Explicativa* contida no livro *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (Fernandes [1975], 2020, p. 21).

florestaniana, criticá-la no que for necessário, bem como atualizá-la frente às modificações da realidade, especialmente, em se tratando do período analisado nesta pesquisa.

### 3.1. Uma interpretação e três dimensões

Em *A revolução burguesa no Brasil* é possível observar, na elaboração da categoria autocracia burguesa, diferentes níveis de abstração: teórico, histórico e conjuntural<sup>49</sup>. O nível teórico dá conta dos determinantes permanentes e universais que caracterizam a autocracia burguesa mais propriamente enquanto um modo de dominação burguesa particular aos países de capitalismo dependente latino-americanos, destacando o Brasil. Conforme o próprio autor:

O principal tema é, naturalmente, de cunho teórico. Ele diz respeito a conexão geral da dominação burguesa com a transformação capitalista, sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido na fase mais adiantada da eclosão industrial. Ele impõe, pois, a discussão da forma, da natureza e das funções da dominação burguesa nas condições em que se dá, concretamente, a transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista, sem a desagregação do caráter duplamente articulado da economia brasileira e com a intensificação da dominação imperialista externa (Fernandes [1975], 2020, p. 296).

O nível histórico, evidencia-se na abordagem que Florestan faz acerca do processo de desencadeamento da revolução burguesa, dividindo nas três fases tratadas no item anterior. Para Gabriel Cohn, “não admira, nessas circunstâncias, que a reconstrução histórica ocupe posição central no livro. Mas não se trata de historiografia no sentido estrito. [...] Florestan não faz historiografia [...]. Ele faz, nos seus próprios termos ‘sociologia histórica de longa duração’” (Cohn, 2001, p. 399). O nível conjuntural aparece nas modificações específicas operadas em cada momento da recomposição da dominação burguesa ante os desafios da transição entre as três fases citadas e nas suas manifestações “morfológicas”, segundo o próprio autor. Embora a nossa interpretação articule sempre os três níveis de abstração, posto que são indissociáveis, nos debruçaremos mais detidamente sobre o plano teórico. Essa priorização se explica, porque um dos objetivos é demonstrar a validade da categoria autocracia burguesa para a caracterização da dominação de classes no Brasil atual, e os elementos teóricos, nesse caso, são os que melhor auxiliam essa pretensão. Mas, como mencionado, não se dispensará a remissão de ordem histórica e conjuntural quando se fizer necessário, mesmo porque é só a partir delas que a teoria, de uma perspectiva materialista e

---

<sup>49</sup> Referindo-se às condições demográficas, econômicas e sociais do Brasil; à assistência técnica, econômica e políticas dos países imperialistas; à forte identificação das Forças Armadas com a dominação burguesa; à ambiguidade da burguesia reformista e à fragilidade ideológica do proletariado, Florestan diz que “esses fatores são, de fato, suficientes para ‘explicar o que houve’, mas eles fixam a resposta no *plano morfológico das relações e conflitos de classe*” (Fernandes [1975], 2020, p. 306-307).

dialética, se produz. Esses breves apontamentos já dão mostra da dificuldade de abordar essa categoria que acompanha a reflexão de Florestan até os seus últimos escritos.

Nesse mesmo sentido, diz Ricupero (2015, p. 47) “Florestan Fernandes criou, como nota Fernando Henrique Cardoso, uma linguagem. Linguagem difícil, aparentemente até impenetrável. A dificuldade e o rigor da linguagem não são, porém, gratuitos, mas visam garantir precisão no que é dito”. Gabriel Cohn (2015), em texto de dez anos atrás, ao tratar da produção de Florestan, assinala a alta complexidade para acessar e transitar pela formulação teórica deste, posto que ele conjuga numa mesma reflexão níveis de abstração distintos, processos históricos e fenômenos observáveis, empíricos; tendências sincrônicas e diacrônicas:

Ele junta dimensões das grandes questões que em outros poderiam ser separadas. Se penso “ordem” posso ter uma referência substantiva, uma referência observável, no limite uma referência empírica, é o arranjo das partes num conjunto maior. Mas posso ter uma referência conceitual, analítica, e neste caso “ordem” tem a ver com fenômenos que ocorrem de uma maneira não casual, não aleatória. Em Florestan é difícil distinguir quando ele está pensando em um nível e quando ele está pensando no outro, porque ele joga de um para outro constantemente. E em parte isto ocorre porque ele está interessado não simplesmente na composição do conjunto social “aqui” e “agora” e não também simplesmente em eventuais tendências internas. Para poder localizar o que é problemático nisto ele tem que captar qual é o padrão de organização deste conjunto, qual é, digamos, a lógica interna deste conjunto, qual é no fundo aquilo que amarra a dimensão empírica, substantiva, com a dimensão conceitual e analítica. Enfim, é preciso chegar ao que solda a sociedade e ao mesmo tempo se manifesta através de ações, de organizações de fenômenos que têm isso de não serem simplesmente aleatórios, de serem regulares de algum modo (Cohn, 2015, p. 35-36).

Segundo Cohn (2001), ao investigar *a revolução burguesa no Brasil*, Florestan reconstrói a sua particularidade histórica compreendendo-a como “um processo multidimensional [...] e que ocorre em múltiplos níveis. Reconstruir esses níveis nas suas diferenças e nas suas articulações em cada fase do processo é a principal e a mais espinhosa tarefa da análise”. E destaca o cerne da obra: “a dimensão central da análise não é econômica, mas sim sociopolítica; daí a ênfase na revolução *burguesa*” (Cohn, 2001, p. 397). Avançando na sua interpretação, Cohn (2001) diz não entender a autocracia burguesa como autoritarismo, ainda que ela também não seja destituída de expressões autoritárias. Tampouco pode-se reduzi-la a formas ditatoriais de exercício do poder e da dominação de classes. Autocracia burguesa está mais relacionada ao modo de dominação de classe específico ao capitalismo dependente brasileiro e às formas com que a burguesia mantém sua relação com o poder político:

A autocracia de que fala Florestan não é sinônimo de autoritarismo – pois este corresponde a uma forma de exercício do poder e não da sua organização – e nem mesmo se confunde com ditadura, embora não a exclua. Tem mais a ver com a concentração exclusiva e privatista do poder. Na sua caracterização por Florestan, esse regime é marcado pela concentração do poder numa classe (Cohn, 2001, p. 404).

Em Arruda (2021, p. 34), a problemática de Florestan é dimensionada pela busca por “entender a modernização capitalista, dependente, e combinada ao regime político autocrático”. A autora frisa, assim como Gabriel Cohn, que autocracia não se confunde com autoritarismo, na verdade, ela é baseada numa relação em que a burguesia brasileira trata o poder político como algo que lhe é privativo.

Essas observações acerca do objeto e de cunho teórico-metodológico apresentadas pelos autores anteriormente citados, são importantes pois tanto elas enfatizam a hermeticidade e complexidade do texto florestaniano, como dão sustentação a nossa própria interpretação acerca da existência de diferentes níveis de abstração contidos na abordagem da revolução burguesa no Brasil e da autocracia burguesa aqui implantada.

De nossa perspectiva, a autocracia burguesa pode ser abordada sob três enfoques: primeiro, o da dominação de classes no sentido lato; segundo, como um *estilo histórico de atuação* das classes dominantes brasileiras, especificamente, com a emergência do capitalismo dependente; e, terceiro, como forma política estatal, ou seja, como *Estado autocrático-burguês*.

### 3.1.1. Autocracia burguesa: particularidade da dominação de classes

Começaremos pela definição enquanto dominação de classes no capitalismo dependente brasileiro. Para Florestan Fernandes, a autocracia burguesa é o modo particular de dominação de classe no Brasil sob o capitalismo dependente. Dizia ele,

A dupla articulação não cria, apenas, o seu modelo de transformação capitalista. *Ela também engendra uma forma típica de dominação burguesa*, adaptada estrutural, funcional e historicamente, a um tempo, tanto às condições e aos efeitos do desenvolvimento desigual interno quanto às condições e aos efeitos da dominação imperialista externa (Fernandes [1975], 2020, p. 297).

O sociólogo Ricardo Antunes segue a mesma linha de interpretação ao endossar a

Ideia da autocracia burguesa em Florestan, entendida como a forma de dominação possível em países como o nosso, que tem uma burguesia débil, de origem senhorial e colonial. Traços que marcam a especificidade da nossa revolução burguesa. [...] A partir desse conceito, a discussão que Florestan oferece sobre os anos 70 acaba sendo também bastante rica e original, para o entendimento da dominação burguesa no Brasil (Antunes, 1997, p. 116).

De partida, o que foi dito anteriormente nos põe uma primeira questão: o que caracteriza a dominação de classe? E segundo, qual o elemento distintivo do caso brasileiro ou, mais precisamente, qual a sua particularidade?

Recuperando Marx e Engels (2007) em *A ideologia alemã*, compreendemos que a dominação de classe está fundada no controle de uma classe específica sobre as condições materiais e imateriais de produção e reprodução da existência social, o que lhe permite e lhe assegura exercer seu domínio. Portanto, a dominação não está fundada apenas no controle mais ou menos acentuado das superestruturas políticas, jurídicas e ideológicas. A própria expansão do modo de produção capitalista estabelece uma estrutura econômica de dominação política de classe, na qual os proprietários da força de trabalho veem-se submetidos aos detentores privados dos meios de produção<sup>50</sup>. Por isso, a venda da força de trabalho, mesmo quando realizada de forma, aparentemente, voluntária em função da supremacia burguesa, nunca, porém, deixa de ser, essencialmente, um ato compulsório, sem o qual os indivíduos da classe trabalhadora correm um alto risco de não conseguirem reproduzir a sua própria existência.

Ainda no primeiro capítulo falamos que o estranhamento do trabalho, o fetiche da mercadoria e a ideologia tanto ocultam a realidade da exploração, como, especificamente a ideologia, envolve ativa e passivamente os explorados no ideal burguês, desempenhando, assim, funções de domínio conjugadas no plano estrutural e superestrutural. Somado a essas determinações, o Estado se configura como instância estratégica para o exercício da dominação de classes, sendo a sua conquista momento precípua da revolução política ou social de uma classe que aspira ao poder e à dominação<sup>51</sup>.

A nova classe dominante, para assim se manter, precisa ter êxito em promover o seu interesse como o interesse de todos os indivíduos sociais que compõe a sociedade, precisa recobrir de áurea universal as suas ideias particulares, difundi-las como representações ideais verdadeiras, esclarecedoras da realidade, promotoras do bem-comum, válidas igualmente para todos. Em outras palavras:

Toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a

---

<sup>50</sup> “Cada fase de desenvolvimento das forças de produção serve de base à dominação de uma determinada classe da sociedade” (Marx; Engels [1845-1846], 2007, p. 42, nota a).

<sup>51</sup> “Toda classe que almeje à dominação, ainda que sua dominação, como é o caso do proletariado, exija a superação de toda a antiga forma de sociedade e a superação da dominação em geral, deve primeiramente conquistar o poder político” (Marx; Engels [1845-1846], 2007, p. 37, nota a).

apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas (Marx; Engels [1845-1846], 2007, p. 48).

Mas não só. Toda nova classe dominante tem por necessidade permear o Estado conquistado de seus interesses, reconfigurá-lo em suas funções, constitui-lo como seu poder e através dele expressar sua dominação como manifestação do interesse comum, como Estado de todos e representante da vontade geral<sup>52</sup>. Esses aspectos da dominação não são mera falsificação da consciência, eles trazem consigo o enlace das classes dominadas que se vinculam, num primeiro momento, à nova classe dominante, tanto porque alguns de seus interesses estão ali representados, como porque a sua condição anterior de classe se elevou a outro patamar, em função do que a revolução foi capaz de realizar. Quer dizer:

Sua vitória [da nova classe dominante] serve, também, a muitos indivíduos de outras classes que não alcançaram a dominação, mas somente na medida em que essa vitória coloque agora esses indivíduos na condição de se elevar à classe dominante. [...] Cada nova classe instaura sua dominação somente sobre uma base mais ampla do que a da classe que dominava até então (Marx; Engels [1845-1846] 2007, p. 49).

Ao se elevar à condição de classe dominante, sempre mediada pela luta de classes, uma nova classe circunscreve o seu campo de dominação, entretece a relação com as classes dominadas, institucionaliza suas ideias de domínio, fazendo concessões, em maior ou menor medida, sem que estas ofereçam ameaça à sua dominação de classe. No entanto, a dominação de classe não se conforma de um único modo na história. Não é algo dado como uma realidade que aí está posta, estaticamente. Ela é construída enquanto produto da ação histórica de mulheres e homens de diferentes classes e por isso mesmo é processual, dinâmica e contraditória, interferindo nas relações econômicas, culturais, psicológicas e não só políticas. Pode se viabilizar mediante uma transformação disruptiva das anteriores relações de classe ou ser um processo truncado, permeado por concertações e lentos ajustes contínuos.

Florestan Fernandes, em diversas passagens das obras nas quais ele aborda a temática da revolução, insiste em afirmar o caráter *altamente variável* com que as revoluções burguesas se processam, desbordando o enquadramento dos modelos clássicos consagrados nas experiências de países como França, Inglaterra e Estados Unidos. Diz o autor: “a relação entre a dominação burguesa e a transformação capitalista é altamente variável. Não existe, como se supunha a partir de uma concepção europeucêntrica [...], um único modelo básico democrático-burguês de transformação capitalista” (Fernandes [1975], 2020, p. 287). Para o

---

<sup>52</sup> “Os indivíduos que dominam nessas condições, abstraindo do fato de que seu poder deve se constituir como Estado, têm de conferir à sua vontade condicionada por essas condições bem determinadas uma expressão geral como vontade do Estado, como lei” (Marx; Engels [1845-1846], 2007, p. 318).

mesmo, os elementos contidos no nexo *transformação capitalista/dominação burguesa*, interagem de maneira significativamente diversa, podendo resultar em combinações as mais particulares sem, no entanto, infirmar a substância universal inerente ao modo de produção capitalista nas específicas formações nacionais (Fernandes [1975], 2020).

O qualificante *variável* compreende os múltiplos componentes das distintas realidades que se cruzam nos típicos processos de revolucionamento das relações sociais, como o que correu no Brasil. Falamos, anteriormente, que a luta de classes supõe as classes sociais e vice-versa, e que estas estão fincadas em específicos modos de produção, determinando suas relações sociais, as forças produtivas, o caráter da propriedade em vigor, a natureza do Estado, da consciência social, de suas práticas e, assim, da própria luta de classes. Ora, a luta de classes que se processou no Brasil em direção à revolução burguesa, compreendeu a ação do capital internacional e do imperialismo, dos quais proveio o impulso inicial da transformação capitalista; uma sociedade dividida fundamentalmente entre uma classe senhorial e o trabalho escravizado e de residual trabalho livre; uma estrutura produtiva arcaica e de baixa dinamização econômica, centrada no setor agrário-exportador; e na existência de um Estado nacional dominado essencialmente pela corte imperial e pelos senhores ou oligarquias rurais, amparadas nas forças armadas. Aqui cabe recuperar que para Florestan Fernandes “Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial” (Fernandes [1975], 2020, p. 207).

De um ponto de vista histórico, as revoluções trouxeram consigo formas específicas de dominação de classe. Por isso, para a sua devida e rigorosa explicitação faz-se necessário buscar as determinações que as particularizam. No caso brasileiro, entre as determinações do padrão particular de dominação burguesa desponta, inicialmente, no nosso horizonte, os pressupostos da emergência do capitalismo no país.

No Brasil, como trabalhado no tópico anterior, o impulso “modernizador” do capitalismo se deu por consequência da ação e interesses externos, isto é, das nações hegemônicas do capitalismo e de sua principal potência imperialista à época, a Inglaterra - padrão que se reproduziria, grosso modo, também, sob a dominação imperialista estadunidense. Esse impulso encontrou no país a colaboração das classes dominantes locais, que não se opuseram ao empreendimento, apresentando-se, na verdade, como parceira da implementação, amadurecimento e expansão do sistema de produção capitalista no Brasil, postura essa marcadora das classes dominantes dos países de economia dependente na América Latina.

Com a expansão e consolidação do setor urbano-comercial e depois urbano-industrial a relação entre dominação burguesa e transformação capitalista passa por uma alteração significativa, mas ainda assim mantendo a dupla articulação da economia brasileira, revelando, pois, que mesmo com adensamento industrial na economia nacional o peso do “setor atrasado” apenas diminuiria em termos relativos, sendo modificadas suas condições de existência<sup>53</sup>. Esse aspecto ressaltado por Florestan Fernandes ajuda, inclusive, a desmistificar, submetendo à crítica, as teses clássicas desenvolvimentistas e o neodesenvolvimentismo da atualidade como teorias de uma política econômica capaz de levar o país à superação do “subdesenvolvimento” e do “atraso”.

Acrescenta-se a este quadro o fato histórico da ausência de uma “acumulação primitiva de capital” no espaço nacional a fomentar as condições socioeconômicas e políticas para o impulsionamento da empresa capitalista, conforme ocorrera nas nações do capitalismo central. O reflexo dos elementos supracitados se observou na correlação truncada entre disseminação do mercado capitalista no interior de uma nação de passado colonial-escravista e manutenção das formas de trabalho e produção pré-capitalistas; expansão do capitalismo competitivo e preservação de privilégios estamentais herdados por uma burguesia compósita; e consolidação do setor moderno urbano-industrial do capitalismo monopolista e reforço dos laços de dependência econômica, política, cultura e tecnológica:

O capitalismo monopolista não eclode nas economias periféricas rompendo o seu próprio caminho, como uma força interna irreprimível que destrói estruturas econômicas arcaicas ou simplesmente obsoletas, dimensionando e reciclando o que deveria ser preservado e forjando suas próprias estruturas econômicas ou extraeconômicas. Vindo de fora, ele se superpõe, como o supermoderno ou o atual, ao que vinha antes, ou seja, o “moderno”, o “antigo” e o “arcaico”, aos quais nem sempre pode destruir e, com frequência, precisa conservar (Fernandes [1975], 2020, p. 268).

Entre as determinações para a aceleração histórica da transformação capitalista e da dominação burguesa no Brasil, além da ausência de capital na sua forma monetária em quantidade suficiente para a realização de empreendimentos vultuosos; do controle dos meios industriais ou de forças produtivas avançadas; é importante considerar também a falta de pessoal capacitado, suprida por parte das potências estrangeiras, tornando as classes senhoriais brasileiras, em certo sentido, reféns daquelas. Ademais, não se pode ignorar a residual disponibilidade de força de trabalho livre, bem como o não só atrasado, mas o

---

<sup>53</sup> “Não adianta levar em conta alternativas utópicas da burguesia [...] como por exemplo: que a ampliação e a aceleração do desenvolvimento industrial promoveriam a destruição do ‘atraso econômico’, eliminando por si mesmas, a dependência e o subdesenvolvimento” (Fernandes [1975], 2020, p. 296-297).

reduzido sistema de comunicação, de infraestrutura e logística e de geração de energia elétrica.

Não dispondo de recursos e disposição histórica suficientes para catalisar um processo de modernização capitalista autônoma, as classes dominantes locais serviram de receptáculo da indução modernizadora oriunda do capital estrangeiro, organizando a expansão econômica, política e institucional do sistema de produção capitalista no interior do país de modo a reforçar suas posições de poder dominante ao mesmo tempo em que lhes foi um negócio lucrativo. Para modular essa difusão de maneira mais segura a sua posição de classe, fez-se necessário controlar as pulsões espontâneas típicas do desenvolvimento capitalista como o assalariamento mais ou menos generalizado da força de trabalho, a refuncionalização das formas de trabalho e produção arcaicas, preservando-as em articulação com o setor moderno, a repressão às pressões políticas decorrentes da organização da classe trabalhadora e a limitação às possibilidades de democratização da sociedade tanto do ponto de vista político como, sobretudo, econômico.

Cabe acrescentar também que uma das determinações fundamentais da edificação do modo de dominação particularmente autocrática da burguesia brasileira reside na dupla articulação que enreda a economia brasileira, por um lado, na relação de dependência de seu setor exportador ao mercado internacional, especialmente, ao da superpotência imperialista; e, por outro lado, no vínculo indissociável entre o setor moderno e o setor arcaico. Por sua vez, essa dupla articulação, na medida em que situa o capital estrangeiro e imperialista numa posição privilegiada na acumulação do capital no espaço nacional brasileiro, dá origem ao que o autor chamou de *apropriação dual do excedente econômico* a partir da qual tanto a burguesia brasileira quanto a burguesia estrangeira absorvem a parcela do valor produzida no Brasil.

Para viabilizar este empreendimento, garantindo tanto a expansão interna da sociedade capitalista como a formação do poder burguês, a alta lucratividade do capital estrangeiro e os níveis de extração de mais-valor gerado pela exploração da força de trabalho nacional são acentuados de forma brutal. Em relação a este processo Florestan diz:

Ignorou-se que a apropriação dual do excedente econômico - a partir de dentro, pela burguesia nacional; e, a partir de fora, pelas burguesias das nações capitalistas hegemônicas e por sua superpotência - exerce tremenda pressão sobre o padrão imperializado (dependente e subdesenvolvido) de desenvolvimento capitalista, *provocando uma hipertrofia acentuada dos fatores sociais e políticos da dominação burguesa*. A extrema concentração social da riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, a consequente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do valor do trabalho

assalariado, em contraste com altos níveis de aspiração ou com pressões compensadoras à democratização da participação econômica, sociocultural e política produzem, isoladamente e em conjunto, consequências que sobrecarregam e ingurgitam as funções especificamente políticas de dominação burguesa (quer em sentido autodefensivo, quer numa direção puramente repressiva) (Fernandes [1975], 2020, p. 290).

A modalidade de acumulação baseada nesse tipo característico de apropriação no capitalismo dependente indica a tendência histórica de extraordinária sucção do valor produzido pela classe trabalhadora brasileira e também de limitação do espaço político para a mesma. Ora, a manutenção desse estado permanente de tensão econômica e política no processo de transformação e acumulação capitalista no Brasil, acompanhada simultaneamente da necessidade de estabilidade para o bom curso dos negócios, resultou na forma particular de democracia instituída no país, isto é, a “democracia restrita”: aberta às classes altas e médias, mas preservando sua ritualística ao absorver as classes baixas numa típica forma de “democracia de cooptação” acessível apenas a contestação esterilizável.

Dessa maneira, a conformação da democracia no Brasil se apresenta como tal, pois a “revolução dentro da ordem” - cuja realização associaria transformação capitalista com soberania nacional e mudanças estruturais democráticas baseadas na aliança entre burguesia nacional, camadas médias e o proletariado, sob uma direção antiimperialista - jamais esteve no horizonte político-concreto das classes dominantes brasileiras, ainda que algumas de suas frações tenham adotado, conjunturalmente, posturas de maior conflito com os interesses estrangeiros, e que segmentos das camadas médias e do proletariado em expansão tenham exercido pressão sobre aquelas. Tais frações da burguesia, porém, sempre foram minoritárias no interior das classes dominantes locais. Não era do interesse dessas classes uma revolução nacional e democrática no sentido clássico, porque isso levaria inevitavelmente a maior participação do proletariado na democratização política e econômica da sociedade capitalista em consolidação e, por conseguinte, à extinção dos privilégios preservados pelas “classes altas e médias”, podendo, inclusive, conduzir a um dinamismo de “revolução contra a ordem”; além de parecer, do ponto de vista delas, pouco alvissareiro confrontar os interesses do capital estrangeiro oriundos dos países imperialistas. Portanto, o modo encontrado para resolver este impasse foi a associação dependente das frações dominantes brasileiras em relação às frações estrangeiras, tendo por pressuposto a instrumentalização do Estado e, por consequência, - entre outras coisas - a conformação de uma “democracia restrita”, nada mais que uma autocracia burguesa dissimulada.

Portanto, a dominação burguesa no Brasil é constituída por uma dominação conjugada, em que a burguesia brasileira não reina soberana independentemente de suas concorrentes estrangeiras muito mais poderosas, mas é suprema frente às classes trabalhadoras e setores populares nacionais. Por ser uma dominação capitalista conjugada ou, como diz Florestan, heteronômica - e posto que a dominação de classes não reside estritamente no âmbito da política, ela também habita o ambiente da exploração econômica – a apropriação do excedente econômico é realizada dualmente, tendo por consequência a *hipertrofia dos fatores sociais e políticos* da dominação de classes, como a crônica depressão do valor da força de trabalho, o estreitamento da democracia e a irrealização das típicas tarefas democráticas e nacional-burguesas, engendrando invariavelmente situações explosivas, mais ou menos administráveis, da luta de classes.

### 3.1.2. Autocracia burguesa como “estilo de atuação”

Passemos agora à análise da autocracia como “estilo de atuação” da burguesia brasileira. Esse “estilo de atuação histórica” das classes dominantes tem entre suas características o fato delas bastarem a si mesmas para o reconhecimento de sua própria legitimação, impondo de “cima para baixo”<sup>54</sup>, enquanto direção a ser seguida pela nação, os seus próprios interesses e projetos particularistas como se estes contemplassem a toda sociedade nacional. Esse modo vertical de exercer, sem nenhum constrangimento, seu poder e dominação, dispensou o reconhecimento político e social por parte de outras classes e, inclusive, em momentos nos quais a decisão da maioria da população apontou em sentido oposto aos seus interesses, elas reprimiram violentamente a vontade coletiva ali expressa de forma democrática.

Segundo Miriam Limoeiro Cardoso, a organização das relações de classes no capitalismo dependente mostra a importância e a posição da burguesia dependente na sua associação com as burguesias hegemônicas e imperialistas; e a “exasperação” da relação entre as classes antagônicas no capitalismo dependente marcada pela sobre-exploração e sobreexpropriação da força de trabalho e da população em geral que dificilmente se insere no

---

<sup>54</sup> “Mantendo ou aumentando sua capacidade de iniciativa política, apesar dos efeitos limitativos do padrão dependente e subdesenvolvimento de desenvolvimento capitalista, o poder burguês logra atingir o ponto ótimo possível de controle da mudança nas condições reais de estruturação, de funcionamento e de crescimento da ordem social competitiva sob o capitalismo dependente. [...] Ao atingir esse ponto, e para manter-se dentro dele, preservando sua capacidade relativa de iniciativa, o poder burguês procura impedir que o fluxo da mudança, a partir de pressões internas ou/e externas, transborde aquela ordem social, provocando o deslocamento do poder real ou para as classes oprimidas ou para fora. Isso quer dizer que, ao lado dos requisitos políticos do desenvolvimento capitalista dependente, deve-se considerar atentamente a esfera na qual o poder burguês se realiza plenamente sob o capitalismo dependente, como um poder político de classe que se impõe tanto de “cima para baixo” quanto “de dentro para fora” (Fernandes, 1974, p. 56).

mercado ou nele se mantém. “Sobre-apropriação capitalista e dependência constituem a substância do processo” (FERNANDES, 2009). Para a autora, a lógica da exploração no capitalismo dependente influi diretamente na própria organização da democracia no seu interior, notando-se uma redução em seu significado *dinâmico e estrutural* na forma de uma democracia dos mais iguais, concretizando assim a articulação da sobreexpropriação com autocracia, traços típicos do que Florestan também muitas vezes chamou de *capitalismo selvagem*. Nele, forma-se uma burguesia altamente avessa a socialização da participação política:

Uma burguesia assim constituída, que só reconhece direitos para si e para as burguesias às quais está subordinada, que não abre nem cede espaço para as demais classes se desenvolverem autonomamente como tais, para assim formarem em conjunto a “ordem social competitiva”, não se torna apenas uma burguesia tirânica. Além de exercer a tirania burguesa de forma crua, sem disfarces, tal burguesia não ganha forças para se contrapor às estruturas da dependência e assim poder exercer com plenitude a condição burguesa, isto é, com a autonomia que a especificidade dependente do capitalismo lhe impede. Por isso ela não consegue assumir localmente a revolução burguesa. Não lidera nem a revolução nacional e nem a revolução democrática (Cardoso, 1997, p 106).

Assim, para Cardoso (1997, p. 107-108) “no capitalismo dependente a autocracia é decorrência da própria estrutura compósita da sua burguesia”, afirmativa esta que reforça a tese aqui sustentada segundo a qual a autocracia burguesa é a tradução particular da dominação de classes no Brasil capitalista.

Ressaltamos que as classes dominantes nacionais, ao tempo da eclosão do capitalismo no país, não eram a burguesia e nem vieram a constituí-la rapidamente com seus traços clássicos reconhecidos como de moldura civilizatória. Predominavam, enquanto poder político e econômico, as oligarquias rurais, ou, em notação florestaniana, os “estamentos senhoriais”, que controlavam e se serviam do Estado para reforçar suas posições de poder<sup>55</sup>. Essas “elites estamentais” foram se convertendo em burguesia, mas sem romper radicalmente com os seus privilégios da sociedade anterior, ou seja, “a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária; e encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível” (Fernandes [1975], 2020,

---

<sup>55</sup> “A ordem social competitiva não deita raízes mais longínquas em um estamento burguês revolucionário; mas em estamentos senhoriais que pretendiam usar suas posições-chave no controle da economia e de Nações-Estados emergentes, como fonte de privilegiamento do poder senhorial, realizando assim a integração horizontal de estruturas de poder estamentais (antes impedida pelas Coroas espanhola e portuguesa e pela administração colonial). A ‘condição burguesa’ não foi o requisito mas o produto imprevisto e quase inexorável dessa evolução” (Fernandes, 2009, p. 92).

p. 208). No processo de transição ao modo de produção efetivamente capitalista, emergiram os rebentos propriamente burgueses que se amalgamaram às oligarquias rurais sem superá-las, efetuando uma “recomposição das estruturas do poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês” (Fernandes [1975], 2020, p. 207), ou ainda, um *padrão compósito de dominação burguesa*.

A origem dessas classes dominantes, a estrutura político-econômica da sociedade brasileira e o horizonte cultural que impregnava a mentalidade dessas mesmas classes, combinadas à dominação imperialista, foram determinantes para a contenção de um horizonte de modernização autônoma e autossustentável, pois a consecução de objetivos macrossociais similares implicava no enlaçamento das massas populares como aliadas e base de sustentação - algo a todo sempre impensável no curso da transformação capitalista no Brasil -, e também, no confronto às classes e nações estrangeiras econômica e politicamente hegemônicas, processo este que se mostrou demasiadamente arriscado e pouco vantajoso no curto prazo. Diante disso, Florestan Fernandes vai afirmar sobre a burguesia brasileira que ([1975] 2020, p. 208):

Ela não assume o papel de paladina da civilização ou de instrumento da modernidade, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do atraso quanto do “adiantamento” das populações.

Esses são alguns traços da formação da burguesia no Brasil e da própria constituição da autocracia burguesa. Antunes (1997), ao refletir a respeito da via da revolução burguesa no Brasil em Florestan Fernandes, coloca a aproximação intelectual deste com o debate da época sobre as vias não clássicas de desenvolvimento do capitalismo e também com o resgate de apontamentos de Marx, de Gramsci e, especialmente, de Lenin sobre sua formulação da via prussiana:

Nesse diálogo, podemos lembrar as indicações de Marx, especialmente nos estudos de juventude, sobre a miséria alemã e as particularidades de uma revolução de tipo tardio. Podemos lembrar também a ideia da revolução passiva, de revolução /restauração do qual tratou Gramsci. Penso também que a discussão leniniana da via prussiana e da revolução pelo alto, como forma de constituição de um capitalismo tardio, influenciou bastante essa obra de Florestan. Lenin, tematizando a questão da via prussiana, do caso alemão, ofereceu indicações importantes das formas não clássicas de constituição do capitalismo (Antunes, 1997, p. 117).

Antunes (1997), comenta que o processo de desenvolvimento capitalista na Alemanha, a despeito de diferenças importantes, guarda características comuns com o processo brasileiro,

em particular, o uso de formas autocráticas pelas classes dominantes aburguesadas para a instituição do capitalismo e o desprezo para com os mecanismos democrático-burgueses de dinamização das relações capitalistas nascentes. O autor enfatiza a origem colonial e a fragilidade econômica da burguesia brasileira como elementos centrais que explicam o recurso recorrente da mesma a formas autocrática de exercício da dominação de classe, o que de certo modo também se relaciona com as típicas mudanças graduais sem grandes rupturas com o passado, os arranjos no “tope” do poder, as recomposições entre as classes dominantes.

No mesmo sentido que Antunes (1997), mas referindo-se, especificamente, à inflexão no pensamento de florestaniano, José Paulo Netto (2004) pontua que a radicalização das perspectivas do autor de *A revolução burguesa no Brasil*, ocorrida em meio ao golpe militar e a adoção do modelo autocrático-burguês de incorporação capitalista em sua era monopólica, manifestou-se pela dedicação do sociólogo paulista às obras de Marx, Engels e, especialmente, Lenin, resultando numa influência notória destes na produção teórica de Florestan do período citado em diante. É nesse contexto, por exemplo, que Florestan assimila e adensa a reflexão acerca das conexões “entre o sistema imperialista [...] e os capitalismo dependentes nacionais, conexões que gravitam num campo travejado pelo subdesenvolvimento e pela estrutura de classes próprios à periferia explorada do circuito capitalista” (NETTO, 2004, p. 213).

Esse diálogo de Florestan Fernandes com clássicos do marxismo e com a produção teórica da época implicada e preocupada em pensar o desenvolvimento do capitalismo nas sociedades dependentes, contribuiu para que o autor avançasse em diversas frentes de pesquisa, por exemplo, na caracterização da sociedade de classes na América Latina. Nesse debate, um traço característico das classes dominantes de sociedades de capitalismo dependente ainda não aventado por nós é que elas são, sincronicamente, dominantes e dominadas: dominantes no espaço nacional; dominadas na órbita imperialista. O sentido mais precisamente atribuído por Gramsci (2024 [1934-1935]) de *direção* na relação hegemônica, se adequa melhor a situação analisada, não ignorando que mesmo a *direção* é também uma *função de domínio*<sup>56</sup>, além do que toda atividade vinculada ao exercício da hegemonia supõe, invariavelmente, mecanismos coercitivos. Inserimos essa observação pelo seguinte motivo: como a classe dominante brasileira no processo de revolução burguesa se associou subalternamente, desde o início, ao capital internacional e à potência imperialista, por um

---

<sup>56</sup> “A supremacia de um grupo social se manifesta em dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada e é dirigente dos grupos afins e aliados. [...] Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio [...]” (Gramsci [1934-1945] 2024, CC 19 [X], § 24, p. 2118).

lado, e por outro não se voltou - nem poderia - contra os interesses particularistas e os privilégios da sociedade estamental da qual ela mesma fora parte, no prisma ideológico e político-cultural se erigiu um amálgama altamente conservantista mesclado bizarra e artificialmente aos ideais liberal-burgueses, sempre podados naquilo que eles pudessem apresentar de radicalidade. O radicalismo aqui viria num signo invertido, de contrarrevolução e reacionarismo. Portanto, ideais democráticos, igualitários, libertários e de revolução nacional, quando convertidos em prática, foram constantemente circunscritos a parcelas restritas da sociedade, manipulados retoricamente e jamais instrumentalizados para a mobilização de um sentimento nacionalista de desenvolvimento autônomo averso à presença nociva de agentes externos e imperialistas. A *satelitização* da classe dominante brasileira em relação ao capital estrangeiro e imperialista não se dava unicamente no terreno da dependência econômica. Ela se revelava também no âmbito cultural e político-ideológico<sup>57</sup>.

Assim, a transição ao capitalismo, como se deu, em seu princípio, dirigida pelas oligarquias rurais em processo de aburguesamento, a sua posição no poder político, além de seus interesses e privilégios oriundos do “antigo regime”, foram preservadas com as modificações necessárias para o destravamento da transformação capitalista e constituição da dominação burguesa propriamente dita, carregando consigo, todavia, a constelação cultural e político-ideológica anteriormente mencionada. É nesse ambiente sociocultural que a burguesia brasileira vai se constituindo. No entanto, esse não é um processo de transmissão direta na qual a burguesia brasileira herda mecanicamente um patrimônio cultural e político ideológico sem passar por modificações importantes. Com o seu amadurecimento enquanto classe, a burguesia atravessa uma “complexa e difícil transfiguração” que se dá lentamente, mas que resultou numa consciência do papel histórico adequado à consolidação do capitalismo dependente e imperializado:

Por aqui, os estratos burgueses aprenderam a mudar a qualidade de suas percepções e explicações do mundo, procurando ajustar-se a “avaliações pragmáticas”, que representam o subdesenvolvimento como um fato natural autocorrigível e estabelecem como ideal básico o princípio, irradiado a partir dos Estados Unidos, do “desenvolvimento com segurança”. Dava-se assim, o último salto na limpeza do sótão. A burguesia brasileira encontrava novos elos de “modernização”, descartando-se de suas quinquilharias históricas libertárias, de origem europeia, substituídas por convicções bem mais prosaicas, mas que ajustavam seus papéis à “unidade do hemisfério”, à “interdependência das nações democráticas” e à “defesa da civilização ocidental” (Fernandes [1975], 2020, p. 310-311).

---

<sup>57</sup> “É visível que a internacionalização das estruturas materiais das relações de mercado e de produção também se estende às superestruturas das relações do poder burguês. As burguesias da periferia sofrem, desse modo, uma oscilação ideológica e utópica, condicionada e orientada a partir de fora” (Fernandes [1975], 2020, p. 312).

Esse sistema ideológico reforçou a resistência da dominação burguesa no Brasil a qualquer reivindicação que pudesse tornar instável o desenvolvimento do capitalismo dependente, ou seja, acentuou ainda mais a dupla articulação baseada no desenvolvimento desigual interno e na dominação imperialista externa, servindo para explicitar o caráter abertamente autoritário e totalitário da burguesia brasileira como classe.

Por isso, as potencialidades contidas nos modelos clássicos de transformação capitalista mediadas pelos desenvolvimentos democrático-burgueses não se observam nas sociedades de capitalismo dependente. A generalização da condição “cidadã” nas sociedades burguesas avançadas, o acesso a espaços de decisão e direção política por parte da classe trabalhadora e a maior democratização da riqueza econômica, não compõem a realidade histórica da periferia capitalista tal como a do Brasil. Nesse caso, ocorre uma disjuntiva entre desenvolvimento capitalista e democracia; uma restrição do poder real atribuído ao regime democrático para o desempenho de sua função “estrutural e dinâmica” na transformação capitalista, ou a sua mera ritualização formalista. Não obstante, é por meio da política e em seu âmbito de ação que o capitalismo dependente regularmente se torna viável, seja através de uma prática autodefensiva dos interesses da burguesia brasileira frente as investidas dos capitais estrangeiros, seja para efeitos repressivos dirigidos contra a pressão advinda das “classes baixas”, pois, como dito por Florestan “o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político” (FERNANDES [1975], 2020, p. 291).

Amparada nessa caracterização, Heloísa Fernandes (2015) formula a tese segundo a qual o conceito de *capitalismo selvagem* é a principal contribuição de Florestan a respeito da revolução burguesa no Brasil. Para ela, num país com a formação social como a do Brasil o capitalismo só pode se manifestar de forma selvagem, indomesticável:

O capitalismo selvagem é e será crescentemente uma máquina de exploração, de opressão e de discriminação sem conserto, nem saídas porque, quanto mais esse capitalismo se desenvolver, tanto maior a exploração, a opressão e a discriminação, agravando a selvageria que é sua própria condição. Por isso mesmo, para Florestan, o capitalismo selvagem só se mantém e reproduz graças à sua sobredeterminação política (Fernandes, 2015, p. 10).

Ela critica as formulações que associam a interpretação florestaniana de capitalismo dependente à ideia de um quase capitalismo, de um capitalismo que não se desenvolve pelo peso do passado colonial, da escravidão, da organização estamental, do arcaísmo. Para Heloísa Fernandes (2015), esta leitura constitui uma vulgarização da obra do sociólogo paulista. O que caracteriza o capitalismo selvagem em Florestan não é a existência de uma

justaposição entre o passado e o presente, entre sociedade estamental escravista e a sociedade de classes, cujos efeitos se verificariam pela deficiência e precariedade do capitalismo, da burguesia e da sociedade de classes reservadas a esta parte da periferia do mundo capitalista. Ela acrescenta ainda que o reverso do capitalismo selvagem é a dominação autocrática, “as duas faces da mesma moeda”, “duas âncoras da mesma estrutura”; a “revolução burguesa no Brasil significa capitalismo selvagem, circuito fechado, democracia restrita aos mais iguais, cooptação, ditadura dissimulada ou assumida” (Fernandes, 2015, p. 11).

É inegável que Florestan Fernandes se utilizou da ideia do capitalismo selvagem para qualificar, em alguma medida, o capitalismo dependente. No entanto, atribuir a essa qualificação a principal contribuição teórica do autor para pensar a revolução burguesa no Brasil, nos parece um equívoco. A força da designação selvagem é menos conceitual e explicativa do que retórica e conclusiva, do nosso ponto de vista. A própria formulação de Heloísa Fernandes expressa na citação anterior, a nosso ver, resta um tanto genérica. Ora, onde o capitalismo não constitui uma “máquina de exploração, de opressão e discriminação sem conserto”? Onde ele é passível de controle ou domesticação? Onde mais, ao se desenvolver ele não gera “maior exploração, opressão e discriminação”? Consideramos que essas características podem ser identificadas também nos países de capitalismo central, a despeito de ser correto afirmar que esta fora uma entre outras adjetivações dadas por Florestan ao capitalismo dependente no Brasil. Outra debilidade identificada está na ausência de uma maior consideração sobre as possibilidades desencadeadas em favor da classe trabalhadora pela luta de classes. A capacidade de luta e de resistência da classe trabalhadora pode fazer com que as classes dominantes realizem recuos e concessões para evitar perdas maiores, o que explica algumas conquistas alcançadas pela classe trabalhadora brasileira na “transição” da ditadura militar para o regime democrático. A noção empregada de capitalismo selvagem por Heloísa Fernandes, dificilmente nos permite compreender certas conquistas democráticas obtidas pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores brasileiros.

Ao tratar do caráter nacional e democrático da revolução burguesa no Brasil, Florestan observa que a complexidade inerente às referidas tarefas evidencia-se quando confrontada com as pressões igualitárias demandantes de participação efetiva dessa criação nacional que, contraditoriamente, obsta o acesso das classes populares às suas estruturas, instituições e organização da sociedade moderna, pondo em alto relevo um dos aspectos da burguesia no Brasil, isto é, de sua identificação com uma espécie de “direito natural ‘revolucionário’ de mando absoluto” (Fernandes [1975], 2020, p. 299). Ou seja, a transformação capitalista se processou no Brasil prescindindo de seu caráter nacional e democrático tal como houve nos

“casos clássicos”, traço este que se tornou particular ao capitalismo dependente. Na verdade, a revolução nacional que foi levada a termo pela burguesia brasileira se fez como meio para a consolidação do seu poder e dominação de classe, identificando-a aos seus objetivos particularistas:

Revolução nacional significa, em semelhante contexto histórico-social e político: 1) integração horizontal, em sentido e em escala nacionais, dos interesses das classes burguesas; 2) probabilidade de impor tais interesses a toda a comunidade nacional de modo coercitivo e “legítimo” (Fernandes [1975], 2020, p. 298).

Resulta desse contexto que o *estilo de atuação* da burguesia brasileira permeia, estrutural e dinamicamente, todo o complexo auto defensivo e repressivo vinculado de forma direta ou indireta ao exercício do poder burguês, convertendo a própria classe dominante em única fonte de legitimação desse poder, o *alfa* e o *ômega* da transformação capitalista no Brasil. Do que sobrevêm três funções da dominação burguesa descobertas por Florestan:

Primeiro, ela visa, acima de tudo, preservar e fortalecer as condições econômicas, socioculturais e políticas através das quais ela pode manter-se, renovar-se e revigorar-se, de maneira a imprimir ao poder burguês, que ela contém, continuidade histórica e o máximo de eficácia. Segundo, ela visa ampliar e aprofundar a incorporação estrutural e dinâmica da economia brasileira no mercado, no sistema de produção e no sistema de financiamento das nações capitalistas hegemônicas e da “comunidade internacional de negócios”, com o objetivo de garantir o máximo de continuidade e de intensidade aos processos de modernização tecnológica, de acumulação capitalista e de desenvolvimento econômico, e de renovação e de fortalecimento. Terceiro, ela visa preservar, alargar e unificar os controles diretos e indiretos da máquina do Estado pelas classes burguesas, de maneira a elevar o máximo a fluidez entre o poder político estatal e a própria dominação burguesa, bem como a infundir ao poder burguês a máxima eficácia política, dando-lhe uma base institucional de autoafirmação, de autodefesa e de autoirradiação de natureza coativa e de alcance nacional (Fernandes [1975], 2020, p. 301).

Decorre das duas primeiras funções a atuação em defesa de uma solidariedade intramuros que articula e aloca artificialmente os interesses das diversas frações do capital, seja nativo ou estrangeiro, no âmbito do exercício concreto da dominação burguesa no Brasil. Por isso, importa substancialmente às burguesias a proteção inegociável da propriedade privada, da livre iniciativa e do absoluto controle estatal por elas; bem como o equacionamento de eventuais divergências entre seus pares que seja recompensador para todos as partes, com vistas à neutralização de movimentações potencialmente revolucionárias, mesmo de um ponto de vista burguês. Esse próprio funcionamento, se garante a unidade e autodefesa entre as classes altas baseada na solidariedade mútua e no apaziguamento das divergências, engendra também uma atmosfera densamente reacionária, posto que o bloco do

poder burguês interdita os reformismos ou os radicalismos burgueses, situando a burguesia brasileira em perfeita sintonia com o imperialismo. Contudo, tais interdições se tornam problemáticas, pois atuam como fatores inibidores de processos de dinamização tanto do padrão de dominação burguesa como das possibilidades de desenvolvimento capitalista no Brasil.

Da terceira função se desdobram duas conexões. A primeira que conjuga as necessidades políticas de “autoafirmação, autodefesa e autoirradiação dos vários estratos da burguesia brasileira” (Fernandes [1975], 2020, p. 303) em meio aos seus diferentes interesses que precisam convergir para eixos comuns, o que inevitavelmente traz consigo problemas quanto ao desempenho de certos papéis históricos negligenciados, mas que são tensionados pela dinâmica de desenvolvimento capitalista a nível internacional. A segunda conexão está relacionada aos desafios para a manutenção da ordem social burguesa ante as pressões vindas das classes trabalhadoras e mesmo as divergências existentes entre as frações da burguesia que ameaçam desequilibrar nos aspectos econômicos, políticos e sociais a ordem estabelecida. Para lidar com a cadeia de consequências dessas duas conexões, as classes dominantes brasileiras buscaram o controle seguro do Estado como mecanismo estratégico, se associando também aos militares, para a preservação da dominação burguesa. Fica explícito que o Estado aparece como o “verdadeiro dínamo do poder burguês” no Brasil (Fernandes [1975], 2020, p. 304).

Buscando uma síntese acerca do estilo histórico de atuação autocrática da burguesia brasileira, podemos dizer que ela é determinada pela dependência e heteronomia na relação com o imperialismo, mas também configurada no plano interno à nação; a sua origem e constituição histórica lhes preservaram um ideário conservador, contrarrevolucionário e reacionário que, no curso da transformação capitalista, incorporou, artificialmente, o liberalismo burguês; sua atuação se move no sentido de preservação e defesa dos diversos particularismos e privilegiamentos consagrados na forma de uma *democracia restrita* aos “mais iguais”; exerce uma solidariedade intraclasse que equaciona e apazigua superficialmente as divergências existentes entre as frações das classes dominantes e acomoda, em termos pragmáticos, os diversos interesses, em vista da necessidade de manutenção da ordem, de defesa da propriedade privada e da livre iniciativa. Essa necessidade leva à convergência e unificação das diferentes frações da burguesia brasileira no âmbito do Estado, de onde parte uma instrumentalização como medida autodefensiva e ultrarrepressiva ante às classes trabalhadoras.

### 3.1.3. Autocracia burguesa como forma estatal

Seguimos agora para o terceiro enfoque a respeito da autocracia burguesa no Brasil, este, especificamente, sobre o Estado autocrático burguês. O curso percorrido e o caráter do capitalismo consolidado no Brasil está intimamente associado, conforme estamos buscando evidenciar, ao *estilo histórico de atuação autocrático* da burguesia brasileira. De uma perspectiva política, considerando que não houve uma ruptura com o modo de ser das oligarquias rurais, mas sim uma acomodação dos interesses das elites frente ao novo contexto histórico-mundial em que a nação era incorporada ao espaço de influência do capitalismo moderno, a burguesia brasileira encarou as transformações em andamento, restringindo o acesso aos frutos da “civilização ocidental” aos seus segmentos “mais iguais” da sociedade, isto é, às classes altas e médias, impondo uma barreira aos assalariados e aos setores marginalizados da população. Isto só foi possível graças à monopolização política do Estado e sua instrumentalização tanto como ferramenta de autodefesa perante a ação do capital externo - o que garantiu sua sobrevivência e estabelecimento da associação dependente, impedindo uma reversão neocolonial; como de neutralização e repressão em relação às pressões vindas “de baixo para cima”. Sobre a relação das classes dominantes com o Estado brasileiro, o autor diz o seguinte:

O Estado não é, para as classes dominantes e com o controle do poder político, um mero comitê dos interesses privados da burguesia. Ele se torna uma terrível arma de opressão e de repressão, que deve servir a interesses particularistas (internos e externos, simultaneamente), segundo uma complexa estratégia de preservação e ampliação de privilégios econômicos, socioculturais e políticos de origem remota (colonial ou neocolonial) ou recente. Na lógica do uso do Estado como instrumento de ditadura de classe, seja ela dissimulada (como ocorria sob o regime imperial e sob o presidencialismo), seja ela aberta (como ocorreu sob o Estado Novo ou no presente), o *inimigo principal* da burguesia vem a ser os setores despossuídos [...] (Fernandes, 1974, p. 29).

Com outras palavras:

As classes dominantes internas usam o Estado como um bastião de autodefesa e de ataque, impondo assim seus privilégios de classe como “*interesse da Nação como um todo*”, e isso tanto de cima para baixo, como de dentro para fora. Elas precisam de um “excedente de poder” (não só econômico, mas especificamente político) para fazer face e, se possível, neutralizar: 1º) as pressões internas dos setores marginalizados e das classes assalariadas; 2º) as pressões externas vinculadas aos interesses das nações capitalistas hegemônicas e à atuação da “comunidade internacional de negócios”; 3º) as pressões de um Estado intervencionista, fortemente burocratizado e tecnocratizado, por isso potencialmente perigoso [...] (Fernandes, 1974, p. 28).

Esse uso monopólico e instrumental do Estado por parte das classes dominantes revela um dos aspectos essenciais desse padrão compósito de dominação burguesa, qual seja, o coescionamento e a convergência das diversas frações da burguesia por meio do Estado quando confrontadas com eventuais situações históricas e ou conjunturais em que a sua dominação e hegemonia de classe encontra-se, suposta ou efetivamente, em xeque.

Sobressai-se daí que a mediação da política desempenhou um papel central em relação ao modo pelo qual o capitalismo se desenvolveu no Brasil, tendo sido por meio dela que se viabilizou a facilitação das negociações e alianças entre o capital nativo e o capital externo, bem como a realização da concertação necessária entre frações das classes dominantes locais e, também, a repressão, a administração e mesmo a neutralização das classes trabalhadoras. Nas palavras de Florestan, na periferia:

O elemento político torna-se ainda mais decisivo para os mecanismos de estabilidade e de mudança da ordem social. Por causa da dependência e do subdesenvolvimento, o desenvolvimento capitalista passa a depender, em maior extensão e profundidade, de formas de dominação e de controles políticos simultaneamente “democráticos”, “autoritários”, e “autocráticos”, o mesmo sucedendo com as “relações pacíficas” entre as classes sociais (Fernandes, 2009, p. 102-103).

Um elemento salientado por Antunes (1997) acerca da obra de Florestan é a caracterização do Estado brasileiro. Ele resume o debate de meados do século XX no qual o Estado ora era caracterizado como autoritário, ora como fascista. Nesse contexto, a formulação florestaniana da autocracia burguesa, segundo Antunes, permitia uma análise mais profunda, essencial, ultrapassando as manifestações epidérmicas do poder político de classe incrustado no Estado:

A noção de autocracia burguesa institucionalizada nos permite ir além tanto da caracterização do Estado brasileiro no pós-64 como autoritário, como na sua caracterização como fascista. A primeira, porque se trata ainda de uma forma abrandada de análise. A segunda, porque transplantada mecanicamente dos experimentos italiano e alemão (Antunes, 1997, p. 120).

Ainda que consideremos uma crítica correta ao liberalismo político, de um lado, e ao esquerdismo mecanicista de outro, Antunes, aparentemente, perdeu de vista uma importante reflexão florestaniana contida no livro *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”*. Nele Florestan Fernandes ([1978] 2019) aborda a constituição do Estado capitalista periférico, situando-o especificamente no marco do capitalismo monopolista da era imperialista, e afirma ser ele o *subproduto essencial da revolução burguesa em atraso*, também expressa na forma de *uma ditadura de classe aberta e de um Estado autocrático-burguês*. Fernandes caracteriza as burguesias latino-americanas como relativamente fracas em comparação com as burguesias

dos países hegemônicos para saturar todas as funções “básicas” vinculadas ao exercício da dominação burguesa, de tal modo que a atenção das mesmas se concentrou, demasiadamente, nos dispositivos coercitivos que lhes permitissem manter o controle da ordem social, salvaguardando seus interesses egoísticos e particularistas de autoprivilegiamento, resultando num movimento de classe no sentido da monopolização do poder estatal. Nesta conformação, as *burguesias nativas* tornaram-se um símile das elites coloniais, “um elo interno da dominação imperialista externa” (Fernandes [1978], 2019, p. 83):

Apesar de absorverem as ideologias e utopias das burguesias do centro imperial, não podiam encadear e levar a cabo as várias revoluções sucessivas e interdependentes da transformação capitalista (em especial, não podiam pôr em prática o “idealismo constitucional” e admitir a transição efetiva da democracia restrita para a democracia de participação ampliada, já que a “democracia burguesa” trazia consigo os riscos potenciais e reais de “sublevação da ordem” (Fernandes [1978], 2019, p. 84).

Conjugou-se, assim, “dominação imperialista”, “multinacionais” e a “burguesia nacional” naquilo que forjou o *elemento político próprio* das sociedades de capitalismo dependente na América Latina, servindo de pilar, de mediador e de artífice das transformações *estruturais e dinâmicas* na relação centro-periferia. A base material desenvolvida na “periferia” do capitalismo determinou a emersão do Estado autocrático burguês que, por sua vez, em meio à *contrarrevolução* desdobrada das necessidades de se imprimir àquelas sociedades a modernização, a industrialização intensiva e a inserção na órbita monopólica, desempenhou suas funções precípua escancarando a ditadura de classe, ditadura esta que só poderia ser levada a cabo pelas Forças Armadas.

Um destaque que ganha saliência no livro em questão é a existência de três faces atribuídas ao Estado autocrático burguês: uma face democrática, uma autoritária e uma fascista e são exatamente essas duas últimas faces que pensamos ter passado despercebidas na reflexão de Antunes (1997). Mesmo em *A revolução burguesa no Brasil*, Florestan já chamava a atenção para as conexões entre autocracia burguesa e fascistização da sociedade brasileira:

Uma filosofia militante e agressiva de defesa da ordem impõe correlações mais ou menos rígidas entre “crime e punição” e “formas de punir”. É nesse plano, que muitos consideram policial-militar, mas que é jurídico e político também, que a autocracia burguesa coloca seu ideal de Estado em conexão histórica com o fascismo e nazismo (Fernandes [1975], 2020, p. 338).

Dizíamos que, para o autor, o Estado autocrático burguês era constituído de três faces. A *democrática* funciona para os mais iguais, aos que estão classificados à ordem, a usufruir de seus direitos que nessas circunstâncias convertem-se em privilégios. Ela amortece ou anula

a influência mesmo de maiorias eleitorais e bloqueia e neutraliza a participação dos de baixo. A face *autoritária* que assegura as modificações necessárias para o ingresso no empreendimento monopolista: seus aspectos financeiros, logísticos, infraestruturais, de recursos humanos; o apoio ativo ao grande capital nacional e estrangeiro, público e privado; a extração segura do excedente econômico, bem como sua transferência ao exterior. A *fascista* que objetiva quebrar a capacidade de resistência do movimento popular e proletário, mantendo assim controle sobre o mesmo, de onde surge a mobilização de recursos estatais abertamente repressivos, os quais se pretende institucionalizar no processo de *passagem da guerra civil a quente para a guerra civil a frio*, de modo a manter *contrarrevolução* por outros meios. Nas palavras do autor:

Esse Estado autocrático é também um Estado heterogêneo e possui pelo menos três faces salientes. A *democrática*, que aparece como contraparte necessária de uma oligarquia perfeita (os oponentes reais estão desqualificados ou neutralizados; a maioria, mesmo eleitoral, não tem influência concreta; mas a sociedade civil abrange os setores que suportam e legitimam a ditadura de classes aberta e seu Estado. Para estes, existe pois uma democracia restrita, ou melhor, ela não deixa de funcionar). A *autoritária*, que aparece como conexão inevitável de uma política econômica de linha dura (o Estado não é tão forte para pairar em tudo acima das classes privilegiadas; contudo, ele precisa saturar as várias funções diretas e indiretas, da qual dependem: a incorporação, com a implantação de um novo padrão de acumulação capitalista; a expansão da grande corporação estrangeira e nacional, pública ou privada; fortes transferência de recursos materiais e humanos bem como de excedente econômico para o exterior; a criação de uma nova infraestrutura econômica; transferência de renda para o tope etc. Tudo isso desenha o quadro do capitalismo selvagem da periferia sob o capitalismo monopolista e em que sentido as funções de legitimação forcem o intervencionismo estatal a procurar uma linha própria de autodefesa do Estado – se não da Nação – e da contrarrevolução. Esse autoritarismo desaba de forma desigual sobre todos os parceiros, valendo menos para as multinacionais que para os vários setores da burguesia interna e, em algumas circunstâncias, para a “empresa estatal”, uma das áreas em que se objetivam as funções de legitimação mais salientes). A *fascista*, que se implanta “dentro do Estado” e nasce de necessidades ultrarrepresivas e da institucionalização da opressão sistemática (sem ela, seria impossível o próprio capitalismo selvagem e a manutenção da ordem, pois os assalariados e os setores pobres se revoltariam, com o apoio divergentes de outras classes. A principal função dessa conexão é a fragmentação do movimento operário e sindical bem como a neutralização de qualquer potencialidade de protesto popular. Essa face não resulta só da existência do arbítrio e do terro; ela está, estrutural e historicamente, na contradição entre uma constituição “democrática” e os atos institucionais). Todas essas três faces sugerem a existência de um Frankenstein, do qual os “ultras” dizem que veio para ficar (pois afirmam que “a revolução veio para ficar”). Trata-se de uma composição que visa a duas coisas: aprofundar e aumentar a duração da contrarrevolução; e, na passagem da guerra civil a quente para a guerra civil a frio, garantir a viabilidade de uma “institucionalização”, pela qual a

contrarrevolução continuaria por outros meios (Fernandes [1978], 2019, p. 88-89).

Osório (2014), no seu livro *O Estado no centro da mundialização*, realiza uma importante reflexão com objetivo de situar a particularidade do Estado no capitalismo dependente. Embora partindo de uma perspectiva cuja categoria central é a superexploração da força de trabalho como uma das leis especiais do capitalismo nas sociedades latino-americanas, a sua investigação coincide, em termos gerais, com a de Florestan no que se refere aos efeitos sociais, políticos e econômicos gerados pela intensificação da exploração da força de trabalho e seus rebatimento na luta de classes e na dominação burguesa nos países de capitalismo dependente, mediadas pelos mecanismos de manutenção do poder político pelo Estado, Segundo o autor:

O fato da reprodução capitalista no capitalismo dependente estar baseada fundamentalmente na superexploração da força de trabalho provoca diversas consequências em termos estatais nessas formações sociais e nessas regiões. A superexploração gera processos produtivos que tendencialmente ignoram as necessidades da maioria da população trabalhadora direcionando a produção para mercados estrangeiros e/ou para estreitas camadas sociais que conformam os reduzidos - embora poderosos - mercados internos, gerados em meio à aguda concentração da riqueza (Osório, 2014, p. 208).

Para o autor, o Estado nas sociedades dependentes está inserido no processo ampliado de acumulação do capital, ou seja, no sistema mundial capitalista, recebendo e respondendo os estímulos do seu desenvolvimento, do modo especificamente particular com que o sistema mundial está hierarquicamente constituído e da posição subalterna do Estado dependente nessa hierarquia. Por isso mesmo, esse Estado:

É caracterizado pelas relações restritas de soberania frente a formações econômica-sociais e regiões que apresentam exercícios mais plenos em termos de soberania - na medida em que são Estados desenvolvidos, centrais e imperialistas. Este exercício desigual da soberania no interior do sistema mundial capitalista é uma característica estrutural, processo que se acentua ou se atenua em diferentes períodos históricos, mas que provoca no Estado do capitalismo dependente relações de *subsoberania*. (Osório, 2014, p. 206).

O autor entende que esta dimensão de subsoberania das formações estatais típicas do capitalismo dependente se desdobra na constituição de uma relação de “subordinação/associação” das classes dominantes locais ante as “classes soberanas” dos países capitalisticamente desenvolvidos e imperialistas, relação esta determinante do modo pelo qual o capitalismo se desenvolveu nas formações dependentes e se projeta no sistema mundial, atualmente. Assim, as possibilidades das classes dominantes locais conflitarem antagonisticamente os interesses do capital estrangeiro em suas nações no sentido de construir um projeto nacional de desenvolvimento autônomo e soberano, são nulas.

Essa debilidade das classes dominantes locais impõe que elas procurem compensar, no âmbito interno, as suas necessidades de acumulação de capital, resultando na adoção de um regime de superexploração da força de trabalho nacional de tal modo que o seu êxito termina por depender do autoritarismo do Estado sobre o conjunto das classes exploradas, ainda que sob uma aparência formalmente democrática. Ademais, outras consequências das restrições inerentes à condição dependente e subsoberana das classes dominantes e de seu Estado expressam-se no próprio desenvolvimento limitado do capitalismo, sendo mais uma vez compensado por elas ao atribuir a função do desenvolvimento econômico capitalista ao Estado, hipertrofiando suas funções na dominação de classes e no processo de acumulação ampliada do capital (Osório, 2014).

Por basear-se na superexploração da força de trabalho, as potencialidades civilizatórias nas sociedades de capitalismo dependente são menores, enquanto as manifestações regressivas da barbárie consagram-se como predominantes, segundo Osório (2014). Tal forma de extração do mais-valor e de acumulação do capital, faz com que as relações sociais sejam atravessadas, permanentemente, pela iminência de confrontos classistas, já que os níveis de desigualdade social e de miserabilidade são consideravelmente acentuados. Do mesmo modo, o exercício do poder político e da dominação burguesa conformam-se sob uma constante pressão:

Se o capitalismo é um sistema de dimensões civilizatórias, são as dimensões da barbárie, porém, que tendem a prevalecer no capitalismo dependente. Sociedades atravessadas por esses processos geram altos níveis de conflito social, alguns latentes e muitos outros manifestos. A reprodução do capital sustentada na superexploração gera agudas fraturas sociais: ilhas de riqueza no meio de um mar de pobreza, trabalhadores esgotados prematuramente, miséria e desemprego. Tudo isso tende a criar condições para potencializar os enfrentamentos sociais e luta de classes. Nessas condições, o Estado no capitalismo dependente tem sérios problemas para gerar um sentido de comunidade (Osório, 2014, p. 208-209).

A contribuição de Osório no nosso entender, guardadas as devidas e evidentes diferenças, reforça algumas hipóteses de Florestan, embora também revele caminhos e soluções distintas, como, por exemplo, a discussão sobre Estado e autoritarismo, melhor equacionada por Florestan do que por Osório. Além disso, o que este último chama de subsoberania nos parece de alguma forma se relacionar ao que Florestan concebe por heteronomia. Neste, a centralidade está no nexo entre as classes dominantes dos países de capitalismo dependente e as classes dominantes dos países de capitalismo avançado ou imperialistas. Diante delas, as burguesias latino-americanas não dispunham de plena autonomia - ou soberania, noção esta mais associada ao Estado-nação – compensando essa

limitação por meio do controle do Estado dependente no espaço nacional, sem, porém, conseguir ou mesmo objetivar a ruptura com as cadeias da dependência. Osório situa a subsoberania no âmbito da relação entre países e Estado dependentes e imperialistas, coerente com a formulação da teoria marxista da dependência, cuja pertinência questionamos anteriormente. O pressuposto teórico-metodológico revela-se falho para a devida apreensão dos determinantes da dependência e a sua manifestação em diversas dimensões constitutivas dessa relação, como da relação entre nações e seus Estados. A inteligibilidade da subsoberania ou do déficit de soberania dos Estados dependentes, explicita-se na dupla articulação da qual as classes dominantes “nacionais” e “estrangeiras” são artífices. Mas esse não é o único elemento que queremos ressaltar.

Dada à lógica acentuada da exploração da força de trabalho no capitalismo dependente, para Osório, associada à *superexploração*, para Florestan, à *sobreexpropriação* ou *sobreapropriação*, os níveis de desigualdade e miserabilidade sociais são excessivamente altos, o que contribui para uma perene atmosfera de conflito entre as classes fundamentais, levando as classes dominantes a buscar o controle social mediante a instrumentalização repressiva do Estado frente às lutas das classes trabalhadoras, o que explicita, ademais, o caráter formalista da democracia no países de capitalismo dependente. Essa é uma reflexão presente nos autores que, no âmbito geral, converge para conclusões similares sobre os efeitos produzidos pela dinâmica econômica no capitalismo dependente.

A discussão do Estado nos remete a outra importante problematização de Florestan que diz respeito à *contrarrevolução* tanto no espaço nacional como no espaço mundial. A *contrarrevolução em escala mundial* é analisada por Florestan Fernandes ([1978] 2019) a partir de uma chave de leitura pela qual compreende-se que as contradições intrínsecas ao modo de produção capitalista alcançaram tão acentuada profundidade em termos econômicos e políticos que a própria sobrevivência do capitalismo passava a ser posta em discussão, senão para o curto prazo, o que afastava nosso autor de uma visão tipicamente catastrofista, no longo prazo o horizonte se revelava progressivamente temeroso. O capital na sua fase monopolista nunca fora tão poderosamente flexível e autoritário, nunca antes tivera tanto poder econômico, nunca penetrara tão fortemente a consciência individual e de massa, modelando valores, ideais e comportamentos. Tendo feito sua revolução e se constituído enquanto classe dominante com uma concentração de poder jamais alcançada por outras classes dominantes, a burguesia transitara fatalmente na história para uma condição conservadora e contrarrevolucionária, atrelando a si, inclusive, grandes contingentes das classes trabalhadoras. Contudo, isso não significava, segundo o sociólogo brasileiro, o fim da

história, da revolução ou mesmo da inexistência de uma classe revolucionária no capitalismo monopolista. Ocorre, na verdade, que a força destrutiva acumulada com as contradições geradas pelo próprio desenvolvimento do capital em sua fase imperialista internacionalizada, voltara-se contra as suas classes dominantes, aparentemente, onipotentes, em especial as do centro do capitalismo por serem elas as líderes hegemônicas. E mesmo que consigam conciliar democracia burguesa e acumulação capitalista na fase monopolista, as contradições referidas tendem a manifestar o *elemento autoritário*, algo que se supunha extirpado desde o fim da segunda guerra mundial com a derrota nazifascista, como se dele o capital pudesse prescindir. Florestan, demonstrara o erro crasso a partir dos fatos de sua época, como por exemplo, a “guerra suja” do Vietnã. Assim, não só no centro do capitalismo a partir das “democracias fortes” como nas ditaduras dos países de capitalismo dependente, a *contrarrevolução* se impunha como tentativa das classes dominantes de manter o controle sobre o fluxo da história.

A *contrarrevolução*, como é possível entrever, tem uma dupla significação histórica e política. No plano internacional - *contrarrevolução em escala mundial* - emergia no âmbito da guerra fria em que revoluções socialistas, revoluções democráticas e de revoluções anticoloniais eram uma realidade inconteste e com tendência a se alastrar em todas as partes do mundo e, portanto, também nos países da América Latina, como, inclusive, já vinha acontecendo, a exemplo de Cuba, o caso mais emblemático nessa parte do mundo. Ante esse cenário, aquilo que Florestan chamou de *imperialismo total*, estabelecera por inimigo principal e imediato o comunismo, as forças revolucionárias, o proletariado - e nalguns casos, o campesinato - organizado de forma autônoma como classe. Ela mira, portanto, em primeira instância, os movimentos revolucionários para submetê-los, neutralizá-los, desbaratá-los, bem como impedir e reverter o alastramento de suas potencialidades socialistas. Mas, ela não se circunscreve a esses objetivos. O cerco que se estabelecera ao socialismo fora também direcionado contra as possibilidades de radicalismos e reformismos burgueses ainda que inscritos no campo de revoluções nacionais e democráticas. Este fora o caso do Brasil, do qual desdobramos o outro sentido histórico e político da *contrarrevolução* em Florestan. Fica explícito que para ele inexistia revolução socialista dirigida pelo proletariado em curso no Brasil: “nunca chegou a existir uma situação pré-revolucionária tipicamente fundada na rebelião antiburguesa das classes assalariadas e destituídas” (Fernandes [1975], 2020, p. 318). Mesmo o Partido Comunista Brasileiro - PCB -, em função de sua interpretação da formação social brasileira e da estratégia por etapas por ele defendida, perspectivava a revolução de uma ótica burguesa, ou seja, agitava e propagandeava bandeiras e um programa

nacional-democrático, propugnando a aliança do operariado e do campesinato com a “burguesia nacional”. Havia, contudo, um dinamismo a exercer pressão pela ampliação das liberdades democráticas que já se configurava, segundo Fernandes ([1975] 2020), numa situação “potencialmente pré-revolucionária”. O mais importante é reter que, nesse contexto, a burguesia brasileira amparada e orientada pelo imperialismo estadunidense, não lutava contra uma revolução proletária de cariz socialista. Embora mobilizasse, histrionicamente, o discurso anticomunista, a situação concreta apresentada era, na verdade, de lutas democráticas e, ainda assim, de fraca possibilidade de emplacar um tipo de desenvolvimento capitalista de caráter nacional, autossustentável e autônomo. A *contrarrevolução* no Brasil, portanto, objetivava solapar a revolução “dentro da ordem” antes mesmo que a revolução “contra a ordem” fosse colocada no horizonte imediato das classes subalternas, por isso, conformou-se como uma *contrarrevolução preventiva*:

O que se procurava impedir era a transição de uma *democracia restrita* para uma *democracia de participação ampliada*, que prometia não uma “democracia populista” ou uma “democracia de massas” (como muitos apregoam), mas que ameaçava o início da consolidação de um regime democrático burguês, no qual vários setores das classes trabalhadoras (e mesmo de massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político próprio. [...] Quanto ao plano externo, o golpe de Estado fez parte de um ciclo mais amplo, que levou a *guerra fria* e a doutrina do *desenvolvimento com segurança* do centro para a periferia do mundo capitalista. O cerco capitalista acabou atingindo não só a ameaça autêntica de “subversão comunista da ordem”; ele alcançou e paralisou, em nome da “defesa” e da “interdependência do Ocidente”, vários tipos de revoluções nacionais, submetendo modernização em geral, e as transições democráticas, em particular, a um controle político e policial-militar estrito, pelo qual as classes trabalhadoras e as massas populares foram banidas da cena histórica (Fernandes [1977], 1980, p. 113-114).

Não ignoramos a violência terrorista do Estado autocrático burguês que se abateu sobre as classes trabalhadoras, seus segmentos mais radicalizados, a militância comunista, personalidades críticas e questionadoras da ordem, em suma, os verdadeiros sujeitos a serem eliminados, mesmo que elas não oferecessem perigo real e imediato à dominação burguesa no Brasil, sobretudo, após a vitória da *contrarrevolução preventiva*, sendo esta, nesse sentido, uma continuidade direta da *contrarrevolução em escala mundial*, apesar de sua particularização brasileira tal como especificado acima.

Não obstante, mesmo logrando êxito por 21 anos, a *contrarrevolução prolongada* não pôde congelar a história permanentemente, por mais forte que fosse a dominação autocrática no Brasil. Quando se manifestou a impossibilidade de reproduzir *ad aeternum* o estado contrarrevolucionário, a problemática da dominação burguesa transitou de sua forma ditatorial

aberta aos meios necessários, legais e constitucionais de manutenção de certos aspectos da dominação autocrática burguesa no âmago do seu Estado, isto é, da preservação da *contrarrevolução* por *outros meios*. A via parlamentar reinsere-se nessa conjuntura, todavia, menos como uma instância de revitalização da democracia ante o debacle insustentável da ditadura e mais como um recurso movido justamente para “a busca gradual de uma alternativa: uma almejada *democracia forte*, que não faria outra coisa que prolongar a ditadura de classes concentrada e a contrarrevolução de modo menos aberto e menos visível, ‘institucionalizando’ e por aí *legitimando* a própria contrarrevolução” (Fernandes [1977], 1980, p. 116).

Ela podia ser interrompida, então. As crescentes lutas populares, as divergências entre os setores dominantes e a incapacidade destes de realizar as tarefas de interesse geral e nacional, aumentara as dificuldades de manter a estrutura estatal autocrática da burguesia brasileira. Iniciava o desengajamento dos militares sob a lógica de uma retirada ordenada, controlada e negociada para preservar ao máximo, no processo de *conciliação pelo alto*, a ditadura por outros meios, travando mais uma vez as possibilidades de se desenvolver no país uma *democracia de participação ampliada*. Começava a ser desenhado o pacto conservador que derrotaria as *diretas já*, envolveria a eleição presidencial em 1985 e o nascimento da *Nova República* e a elaboração da Constituição Federal de 1988.

A exposição até aqui realizada visava caracterizar o Estado autocrático burguês, sem deixar de considerar que, se, por um lado, ele é indubitavelmente capitalista, por outro lado, ele também é determinado concretamente pela luta de classes, pela relação de forças entre as classes fundamentais. No entanto, especificamente no capitalismo dependente brasileiro as classes dominantes deram ao Estado o conteúdo e a forma de sua dominação, restringindo o máximo possível o acesso das classes trabalhadoras e a incorporação de suas reivindicações no corpo do Estado. De modo tal que ele, em vários momentos, sob controle absoluto da burguesia brasileira e dos interesses imperialistas, representou uma arma de opressão e repressão contra as classes populares, serviu a interesses particularistas dos *de cima*, foi instrumento de ditadura de classe, quando não, encarnou uma democracia restrita; conduziu o modelo autocrático-burguês de transformação capitalista na era dos monopólios e desempenhou a função de *excedente de poder* da burguesia, permitindo a realização de várias operações.

Os três enfoques trabalhados ao longo do presente tópico, quais sejam, a particularidade da dominação de classe autocrático-burguesa no capitalismo dependente, o estilo histórico de atuação autocrática da burguesia brasileira e a formação do Estado

autocrático-burguês, versam sobre um mesmo fenômeno que é uno e diverso: a dominação capitalista no Brasil.

No nível mais alto de abstração, seguindo Fernandes ([1975] 2020), sustentamos existir uma particularidade da dominação de classes no Brasil: *ela é autocrática burguesa, envolve a totalidade estrutura-superestrutura do capitalismo dependente; é socialmente determinada pela profunda desigualdade do poder político e econômico entre as classes sociais fundamentais; tem por determinação econômica a dupla articulação, a apropriação dual do excedente econômico e a depleção medular do valor da força de trabalho; e politicamente, revela o controle absoluto de instâncias estratégicas do Estado numa relação particularista, ultraviolenta e de autodefesa da burguesia, cujo resultado é o estabelecimento de uma democracia restrita e de cooptação.*

Ora, não é concebível uma dominação burguesa sem burguesia e a direção social que ela lhe imprime, muito menos pode-se admitir a existência de um Estado autocrata nos moldes burgueses se não for situada num quadro sócio-histórico em que a dominação de classe assim se constitua, autocraticamente, por isso, a relação entre os três enfoques sobre a autocracia burguesa no Brasil, mostram-se indissociáveis, só se tornando inteligível quando analisados enquanto um fenômeno uno e diverso, ainda que metodologicamente, munido pela capacidade de abstração, se possa analisá-la em suas múltiplas dimensões constitutivas. Importa-nos agora avançar para o processo de autorreforma da autocracia burguesa no Brasil, visando identificar suas modificações, reconfigurações bem como os elementos de continuidade ou mesmo as novas sínteses surgidas no trânsito a ser investigado que compreende o período de ingresso à “fase democrática”.

### 3.2. Estado autocrático burguês, autorreforma e Congresso Constituinte

Assim como o debate sobre o Estado em Florestan Fernandes, mencionado no tópico anterior, é fundamental para apreendermos a *autocracia burguesa no Brasil*, também o é o debate sobre a *democracia restrita*. Partiremos, todavia, da discussão sobre democracia no âmbito mais geral, para em seguida, adentrar ao debate particular proposto pelo sociólogo paulista.

Várias acepções acerca do tema da democracia se confrontam há vários anos, partindo de diferentes perspectivas teóricas, desde um ponto de vista liberal, social-democrata e marxista, contemplando também compreensões teoricamente ecléticas sobre o assunto. Na verdade, mesmo entre marxistas há modos de conceber a democracia que chegam ao limite do

antagonismo<sup>58</sup>. Mas para começar com uma diferenciação elementar, Osório (2014) apresenta como exemplos a “democracia procedimental” e a “democracia substantiva”.

Nas suas palavras:

Em sua versão liberal, ou seja, na definição de democracia adequada aos interesses das classes dominantes no capitalismo, trata-se fundamentalmente de um assunto procedimental, que enfatiza as questões referentes às regras do jogo e aos aspectos jurídicos-institucionais: concorrência entre partidos, registro de cidadãos, organismos autônomos para organizar e prezar pelas eleições, transparência na contagem dos votos, fundos de campanha, utilização de meios de comunicação etc. A ênfase recai sobre questões formais. Por isso também é chamada de democracia formal (Osório, 2014, p. 65).

No trecho citado identifica-se dois elementos de caracterização que são importantes para o devido entendimento do significado histórico da democracia nas sociedades capitalistas. Primeiro, que a democracia procedimental ou formal se estabeleceu como o modo concreto mais adequado à dinâmica de acumulação capitalista nos países avançados, mesmo considerando que em diversos períodos alternativas “autoritárias” tenham sido mobilizadas para garantir a reprodução do capital e os interesses das classes dominantes, basta lembrar das ditaduras militares, bonapartistas e do fascismo. Em Florestan, o caráter ritualístico da democracia comparece na caracterização da democracia restrita.

O segundo elemento refere-se à mistificação operada pelo conceito de democracia formal, pois diante dele, amparado no direito do *citoyen*, todos são iguais e valem exatamente o mesmo que qualquer outro cidadão. Impera a ideia de cada “cabeça” um voto. Quando, pelo contrário, a existência individual dos homens e mulheres na sociedade burguesa é atravessada por diversas desigualdades, impactando diretamente na vida concreta dos indivíduos particulares, em oposição ao que a democracia formal ou procedimental acaba por incutir.

A esse respeito Ellen Wood (2011) vai dizer que a expansão institucional dos direitos democráticos - e da democracia em geral - a todos indivíduos da sociedade na era moderna, isto é, quando emergem as relações sociais tipicamente burguesas, se dinamiza concomitantemente ao esvaziamento do conteúdo e poder decisório a eles inerentes, que no sentido inverso a sua aparente ampliação, sofre um processo de restrição cada vez maior a núcleos com poder econômico, estes sim, detentores do real poder de decisão. Isso ocorre, pois, na sociedade capitalista a convivência entre a “liberdade econômica” e os “direitos políticos” - ou a esfera econômica e a esfera política - se dá, aparentemente, de forma similar à existência de dois corpos estranhos, cada um conduzindo-se da forma que lhe melhor

---

<sup>58</sup> Um notável exemplo é o debate feroz de Vladímir Lênin contra as concepções Karl Kautsky sobre democracia registrado em vários artigos, mas com destaque para o de título “a revolução proletária e o renegado Kautsky”.

aprouver, um de costa para o outro, um separado do outro. Desse modo, as liberdades políticas baseadas na igualdade formal, podem se expandir razoavelmente, contudo, sem obstar restrições às liberdades econômicas dos indivíduos sociais, pois seria o mesmo que voltar-se contra a natureza humana.

Assim, as condições reais que tornam possível a democracia liberal também limitam o alcance da responsabilidade democrática. A democracia liberal deixa intocada toda a nova esfera de dominação e coação criada pelo capitalismo, sua transferência de poderes substanciais do Estado para a sociedade civil para a propriedade privada e as pressões do mercado. Deixa intocada vastas áreas de nossa vida cotidiana - no local de trabalho, na distribuição do trabalho e dos recursos - que não estão sujeitas à responsabilidade democrática, mas são governadas pelos poderes da propriedade, pelas leis do mercado e pelo imperativo da maximização do lucro. Isso permaneceria verdade mesmo no caso improvável de nossa democracia formal ser aperfeiçoada de forma que riqueza e poder econômico já não significasse a grande desigualdade de acesso ao poder do Estado que hoje caracteriza a realidade, se não o ideal, da democracia capitalista moderna (Wood, 2011, p. 201).

Pode-se dizer, nesse sentido, que os impulsos dinamizadores e expansivos da democracia são muito mais “fracos” e “frágeis” do que os da esfera econômica, do mercado, além desta dispor de vários espaços cuja influência da regulação democrática ou não alcança ou é quase nula, ficando a cargo única e exclusivamente da “mão invisível” a decisão sobre a “distribuição do trabalho e dos recursos”. Ademais, os mecanismos de controle democrático sobre o poder econômico, justamente em decorrência do que foi dito antes, são demasiadamente limitados e nem foram concebidos para contemplar rigorosamente a necessidade de regulação do dinamismo econômico capitalista e seus excessos, a não ser excepcionalmente e de modo bastante circunscrito. Isto é,

A esfera do poder econômico no capitalismo se expandiu para muito além da capacidade de enfrentamento da democracia; e a democracia liberal, seja como conjunto de instituições ou de sistema de ideias, não foi criada para ampliar seu alcance naquele domínio. Se estamos enfrentando o ‘fim da história’, talvez não seja no sentido de que a democracia liberal triunfou, mas, pelo contrário, no sentido de que ela se aproximou de seus limites (Wood, 2011, p. 202).

Em posição oposta a essa concepção de democracia, segundo Osório (2014), estaria a democracia substantiva, que, embora considere importante algumas conquistas trazidas pela versão procedimental da democracia, as entende insuficientes quando postas em relação aos anseios e necessidades da sociedade em geral, em especial, das classes subalternas. Nesta concepção de democracia a economia não deve estar dissociada da política, pois igualdade política real pressupõe a superação dos fundamentos de uma economia geradora de desigualdades sociais. Daí a definição de uma compreensão unitária entre as esferas política e

econômica com vistas à realização da igualdade substantiva e, assim, do exercício significativo da democracia. Portanto, não é uma democracia pura, mas alinhada aos interesses populares.

Outro tema correlato à discussão sobre democracia relaciona-se à diferença entre Estado, regime e governo. Demier (2017) chama a atenção para o fato de que a democracia liberal-representativa é um dos regimes políticos que a forma Estado pode adquirir, a depender da especificidade da formação social concreta, da luta de classes, dos laços com o sistema mundial capitalista. Da mesma forma, como sinalizado no início, ditaduras militares, bonapartistas, fascistas, bem como uma combinação entre elas, e até mesmo entre democracia e regimes caracteristicamente autoritários, podem constituir o Estado capitalista, o que endossa as três faces (democrática, autoritária e fascista) do Estado autocrático burguês de Florestan. Também nesse sentido, o regime de um Estado pode apresentar-se como democrático, inclusive, com mecanismos de participação popular ponderáveis, e ter governos conservadores ou reacionários que, em geral, indicam a deterioração do ambiente democrático.

Demier (2017) destaca essas diferenças, pois ela permite uma teorização mais concreta sobre determinado fenômeno em desenvolvimento. Acrescenta também que essas distinções não têm por objetivo o estabelecimento de listas de características e quadros comparativos como se existissem formas puras ou tipos ideais de Estados, regimes e governos. O que se observa, na verdade, é a confluência de características diversas constituindo uma realidade concreta:

Assinalamos que, para desgosto dos politólogos taxonomistas, complexos fenômenos histórico-sociais tais como Estados, regimes e governo não costumam ser dotados de uma natureza quimicamente pura. Com efeito, Estados e, principalmente, regimes e governos encerram conteúdos quase sempre combinados, e é a predominância - determinada pelo caráter da luta entre as classes - de alguns de seus componentes sobre os demais o que nos permite arriscar formulações teórico-analíticas mais próximas da realidade concreta. Desse modo, regimes democrático-burgueses, nos quais os elementos democráticos mostram-se, logicamente, majoritários, podem, por vezes, conter elementos ditatoriais (residuais ou em fermentação) em proporção inferior àqueles, o que é possível de ser percebido quando observamos democracias liberais que apresentam aspectos como uma exagerada força do Poder Executivo e da burocracia na condução do país, a subordinação do Legislativo e de seus partidos às imposições do Executivo, uma participação quase incontinente das Forças Armadas nos assuntos políticos, e severas limitações às atividades sindicais e políticas da classe trabalhadora por meio da repressão policial ou de normatizações restritivas. *Temos, nestes casos, regimes democráticos em que a existência de aspectos ditatoriais, embora lhes forneça configurações particularmente*

*reacionárias, não chega a lhes alterar o seu sentido político fundamental (democrático-burguês).* (Demier, 2017, p. 23-24).

Como Demier (2017) reforça, a relação entre os aspectos restritivos e ampliados de uma democracia estão conectados às determinações da luta de classes que varia de uma formação social para outra do ponto de vista histórico, do desenvolvimento das forças produtivas e dos intrincados laços entre as frações locais e estrangeiras do capital. A permanência ou preponderância de traços particulares ao regime estabelecido, seja qual for, depende, certamente, das relações de força entre as classes em confronto.

Mas, em se tratando da democracia formal, objeto destas considerações, é preciso ter no horizonte de análise que seu desenvolvimento não está livre de amarras ou que as suas características mais abertas à participação ou mais fechadas atendem ao funcionamento de um pêndulo, sendo apenas uma questão de tempo para ela voltar ao lado mais arejado. Pode parecer óbvio essa afirmação, mas, na verdade, o que se pretende frisar é que as perspectivas mesmo imediatas em relação às democracias no atual estágio do capitalismo não são inspiradoras. Pelo contrário, Wood (2011) indica a inflexibilidade cada vez maior e mais preocupante do capitalismo em conceder ganhos democráticos, por um lado, e, por outro, também como reflexo dessa época, as democracias têm se configurado de tal modo a bloquear mesmo os mínimos avanços. Ocorre, em sentido oposto, a estruturação de um “modelo” de regime democrático que, por meio e baseado nele, retira “legitimamente” direitos de participação política e econômica, operando uma regressão civilizatória “democraticamente”:

Até agora as principais soluções oferecidas foram, de várias formas, contraditórias e devem gerar o próprio fracasso. O mercado “flexível” acentua a flexibilidade e a competitividade solapando as suas próprias fundações enquanto retira consumidores do mercado, enquanto o mercado “social”, submetendo-se aos imperativos capitalistas, estabelece limites estreitos para sua própria capacidade de humanizar o capitalismo. A lição que talvez sejamos forçados a aprender de nossas atuais condições econômicas e políticas é que um capitalismo humano, “social” e verdadeiramente democrático e igualitário é mais irreal e utópico que o socialismo (Wood, 2011, p. 250).

É possível perceber que mesmo as democracias dos países de capitalismo avançado nesta fase do capital tem sido cada vez mais limitadas, perdendo seu caráter de participação ampliada e servindo aos mecanismos de dominação burguesa e de reprodução ampliada do capital. Essa realidade, embora se expresse de maneira específica nos países dependentes, também lhes é comum. Progressivamente, a democracia passa a ser configurada de modo a que os interesses do capital não sejam incomodados e a classe trabalhadora tenha seu acesso aos direitos e instituições democráticas restringido. Observa-se essa tendência no

funcionamento da democracia no Brasil há bastante tempo, mas, nesse contexto, as contrarreformas - mudanças regressivas amparadas e permitidas no âmbito da institucionalidade democrática - pressionam pelo estreitamento do acesso aos *de baixo*, mantendo aberta a passagem *aos de cima*. A “democracia restrita” como formulada por Florestan Fernandes, em seus elementos formalísticos e de privilegiamento dos interesses *dos mais iguais* emerge, com toda força, no entanto, ela mesma também não é estática. Pelo contrário, sua elasticidade depende, seja para a sua restrição, ampliação ou para sua capacidade de cooptação, ainda que fortemente tensionada pela estrutura do capitalismo dependente, da relação de força entre as classes sociais, da intensidade com que a luta de classes se desenvolve na história. Essas primeiras considerações sobre democracia permiti-nos pôr o debate acerca da “transição democrática” e da autocracia burguesa dissimulada.

Um tema central que comparece e irá acompanhar a reflexão florestaniana após *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* a respeito da autocracia burguesa é a perspectiva política de manutenção ou modificação – e suas possíveis tendências - desse modelo de transformação capitalista, pois, embora ele tenha sido capaz de conferir o *excedente de poder* à burguesia brasileira para o desencadeamento do processo de incorporação monopolista e de constituição do Estado autocrático burguês, em função justamente das contradições geradas por esse Estado e das necessidades de manter a *contrarrevolução acesa*, as burguesias brasileiras viram-se, permanentemente, presas a essa *circularidade histórica* ou a esse *circuito fechado* que elas próprias engendraram. Para rompê-la se fazia necessário o confronto aos interesses do imperialismo para assim promover as condições suficientes ao desenvolvimento autônomo a partir de dentro sem o peso da heteronomia imposta pela articulação externa. No entanto, a ruptura com a dominação imperialista externa implicava num *excedente de poder* que o padrão autocrático burguês de transformação capitalista não poderia gerar, qual seja, o de uma burguesia organicamente vinculada ao movimento nacional e democrático com base nas classes e lutas populares. Como a escolha pela *contrarrevolução* significava não só a exclusão, alienação, como também a violência aberta contra as classes trabalhadoras, impossibilitando a produção de um *excedente de poder* galvanizado na necessária legitimação do poder por essas últimas, as burguesias brasileiras mantinham-se condenadas e reproduzindo as condições de sua condenação a esse circuito fechado. De tal modo que

O calcanhar de Aquiles do poder burguês reside, paradoxalmente, no fator que explica a própria possibilidade da fulminante reação burguesa a uma situação de aparente ou real “ameaça histórica”. O padrão compósito e articulado de solidariedade das classes burguesas e de hegemonia burguesa,

ao mesmo tempo que possibilitou uma certa unificação e uma certa centralização com fundamento em interesses de classe comuns, restringiu o alcance dos alvos coletivos e limitou ao econômico as impulsões “revolucionárias” das classes burguesas (Fernandes [1975], 2020, p. 348).

A unificação e centralização no interior do Estado das burguesias brasileiras como medida reativa às pressões populares lhes permitiu realizar, repressivamente, as medidas necessárias para alcançar a estabilidade da ordem e a aceleração econômica exigidas pela incorporação monopolista. No entanto, essa mesma postura não lhes resultou em condições adequadas para ir além dos efeitos de diferenciação econômica. Após a conquista absoluta do Estado e do controle da ordem, outros interesses de classe e de estratos de classe passaram a pressionar o arranjo que serviu de suporte a edificação do Estado autocrático burguês.

O consenso burguês que legitimou a contrarrevolução e foi responsável por dirigi-la, numa operação que associava seus interesses particularistas aos interesses nacionais, em determinado momento passa a sofrer alterações decorrentes mesmo do dinamismo econômico engendrado pela industrialização intensiva, pela aceleração do crescimento, pelo inchamento dos centros urbanos, pela ampliação da tecnoburocracia do Estado e pela própria diferenciação das relações de classe, inevitavelmente, repercutindo no padrão composto de hegemonia burguesa estabelecido em *nome da ordem*. Novos interesses - ainda que circunscritos às classes dominantes - produto da diferenciação pela qual passara a sociedade brasileira, começaram a reivindicar um ordenamento jurídico e político mais aberto. Todavia, como a filtragem do consenso burguês era mediada pela legitimação do Estado autocrático, a *articulação política entre os mais iguais* sofreu uma veloz deterioração. Nesse contexto, os distintos interesses são acomodados mediante formas sistemáticas e generalizadas de cooptação: “desse ângulo, a autocracia burguesa leva a uma democracia restrita típica, que se poderia designar como uma democracia de cooptação” (Fernandes [1975], 2020, p. 350), e ela não envolve exclusivamente as camadas altas da sociedade, envolve também as suas camadas médias que ganham tanto em termos materiais como em privilégios muito além da sua posição de classe. A despeito de êxitos temporários, Florestan é categórico em afirmar que é impossível preservar a associação estática entre aceleração do desenvolvimento econômico e o sistema de classes de maneira inalterada. Motivo pelo qual tanto foi se tornando mais difícil a convergência e conciliação dos interesses das frações burguesas, como as camadas médias e as classes trabalhadoras, sob um radicalismo burguês, concorreram para erodir mais rapidamente o consenso burguês inaugurado com o golpe de 1964. A tendência esperada seria a de processar-se uma “distensão política” que conduziria a sociedade brasileira à

democratização das relações políticas e econômicas no país, constituindo outro padrão de hegemonia. Porém,

Tinha de impor-se a necessidade de armar essa sociedade de classes com recursos de autodefesa policial-militar e política que possam preencher, dentro da ordem (e, portanto, de sua “normalidade” e “legitimidade”), as funções de um equivalente da contrarrevolução preventiva (a frio e a quente). [...] Contudo, ela situa claramente o significado político do modelo autocrático-burguês de transformação capitalista e deixa patente qual é o tipo de hegemonia burguesa que ele requer “normalmente”, isto é, como realidade histórica permanente. A ditadura de classe não se contrai nem se dilui, acompanhando as alterações do desenvolvimento do sistema de produção capitalista e da sociedade de classes correspondentes. Com a “situação sob controle”, a defesa a quente da ordem pode ser feita sem que “os organismos de segurança” necessitem do suporte tático de um clima de guerra civil, embora este se mantenha, através da repressão policial-militar e da “compressão política”. Em consequência, a contrarrevolução preventiva, que se dissipa a nível histórico das formas diretas de luta de classes, reaparece de maneira concentrada e institucionalizada, como um processo social e político especializado, incorporado ao aparato estatal (Fernandes [1975], 2020, p. 354-355).

Como pode-se ver, as expectativas de Florestan Fernandes quanto às chances da democracia vingar no Brasil não eram muito animadoras. Quando do processo histórico de fim da ditadura empresarial-militar, ele conjecturou acerca da possibilidade de se instituir uma verdadeira democracia em contraposição à permanência da autocracia burguesa. Para o sociólogo paulista o que estava em curso, entretanto, não era uma “volta” ao regime democrático que nunca existiu no país e sim a reorganização da autocracia burguesa sob as vestes de um Estado democrático de direito. Assim:

Para conseguir esse objetivo, as classes burguesas precisariam ter um controle estático e dinâmico da ordem bastante sólido para poderem enfrentar e neutralizar as forças antiburguesas existentes dentro de seus muros ou nas outras classes. E precisariam possuir, ainda, um “excedente de poder” bastante estável e forte: 1º) para permitir a *localização do enrijecimento da ordem em certas funções ditatoriais permanentes do “Estado constitucional”*; 2º) e, dada essa condição, *para possibilitar a continuidade indefinida do solapamento da ordem* (que não pode ser atenuado ou interrompido sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido). No conjunto, o “avanço democrático” de tais esforços de distensão política apenas repõe o problema político da hegemonia burguesa, agora em termos de um novo contexto histórico e sob a impetuosa necessidade de criar os vínculos orgânicos que deverão entrelaçar os mecanismos da democracia de cooptação com a organização e o funcionamento do Estado autocrático (Fernandes [1975], 2020, p. 355).

Dois elementos de análise ganham importância no processo de transição à democracia: o enrijecimento de certas funções ditatoriais no Estado constitucional; e aquele referente à modificação no padrão de hegemonia burguesa. Os dois permitem à burguesia brasileira não

perder o controle sobre os dinamismos próprios ao capitalismo dependente, bem como lançar sobre novas bases a dominação autocrático-burguesa no Brasil. No caso do primeiro, tem-se a adoção de medidas policial-militares e políticas como reflexo do endurecimento de alguns dispositivos institucionais do Estado. Pode-se pensar, por exemplo, no artigo 142 da Constituição Federal de 1988 que atribui às Forças Armadas brasileiras o papel, entre outras coisas, de “garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (BRASIL, 1988), artigo este que se presta a inúmeras manipulações no sentido do solapamento da ordem democrática, supostamente, justificando uma intervenção militar em “defesa da democracia”; a Lei de Segurança Nacional, revogada apenas no ano de 2021, é outro exemplo surpreendente. E no caso do segundo, o autor destaca a função desempenhada pela democracia de cooptação na legitimação da nova ordem em processo, na medida em que ela busca se “abrir” à contestação de caráter inofensivo ou passível de neutralização. Pense-se no funcionamento regular das eleições, na liberdade de organização política, na existência plural de partido e outros exemplos similares, todos amparados na Constituição e em outras legislações. Diz o autor,

Pode-se concluir, pois, que está em curso uma dupla “abertura”. Ela não leva à democracia burguesa, mas à consolidação da autocracia burguesa: 1º) por pretender ampliar e consolidar a democracia de cooptação, abrindo-a “para baixo” e para a dissidência esterilizada ou esterilizável; 2º) por querer definir o alcance do poder legítimo excedente, que deve ser conferido constitucional e legalmente ao Estado autocrático (Fernandes [1975], 2020, p. 355-356).

Fica evidente que para Florestan Fernandes nem a autocracia burguesa enquanto forma particular da dominação burguesa consolidada no capitalismo dependente brasileiro, e tampouco o típico estilo autocrático de atuação histórica da burguesia brasileira seriam superados no processo de tentativa reformista instituído com a constituição de 1988. Não se tratava, pois, de lutar por mudanças apenas na forma do Estado para assim suplantar a autocracia burguesa. Tratava-se, na verdade, de, mediante a luta de classes entre as frações da burguesia e as das classes trabalhadoras, fundamentalmente, impulsionar a mobilização das massas operárias e populares do eixo da “revolução dentro da ordem” para o eixo da “revolução contra a ordem”. Somente assim, o padrão de reprodução do capitalismo dependente e associado, bem como a autocracia burguesa, poderiam ser conseqüentemente rompidos e ultrapassados historicamente. Notadamente, todavia, não foi isso que ocorreu.

Com a derrota da campanha pelas eleições diretas materializada na palavra de ordem *Diretas já*, a assunção da chamada *Nova República* com a formação do governo Sarney e o domínio conservador no Congresso Constituinte, as prospecções apontadas por Florestan

Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil* foram se apresentando de maneira progressivamente mais concreta. Importa dizer, no entanto, que embora Florestan identificasse uma tendência de força na reorganização da autocracia burguesa sob a institucionalidade democrática, ele jamais agiu teórica ou politicamente de modo fatalista. Sempre enxergou, tanto na campanha *Diretas já* como na constituinte, potencialidades da pressão proletária e popular desencadear, nos seus termos, uma *revolução dentro da ordem*, ainda que esta não parecesse ser a tendência predominante.

Segundo Florestan, todo processo político coletivo, numa sociedade de classes, é atravessado por interesses divergentes, e dessa forma não poderia deixar de ser com as eleições pelas *diretas já*. Inobstante, houve um objetivo a transpassar todas as classes e que, nas palavras do autor, “se não as unifica, pelo menos coloca em questão uma forte tendência nacional. Eleições diretas significam, nesse plano da Nação como ‘comunidade política’ (na medida em que isso é compatível com o capitalismo), destituição da ditadura (ou do que sobre a ditadura) *já!*” (Fernandes [21.03.1984], 1986, p. 200). O deslocamento de parte das classes dominantes em direção à campanha pelo sufrágio se explica tanto pela busca por uma dissociação em relação à ditadura diante de seu esboroamento político que ameaçava arrastar a todos consigo, bem como por pretender um reposicionamento de classe para não perder o total controle sobre o leme da história que passara a ser disputado pelas classes trabalhadoras. Para estas, no entanto, “*diretas já* quer dizer tanto ‘fim da ditadura’, quanto um novo ponto de partida, no qual a maioria possa contar com as condições mínimas para organizar-se e atuar como um conjunto de forças sociais e políticas ativas e influentes” (Fernandes [21.03.1984], 1986, p. 201). Já às classes dominantes, a grande burguesia brasileira e o capital internacional imperialista a eleição direta é mais um modo de exercer pressão sobre a “transição por dentro do regime”. A convergência pluriclassista, contudo, tendo chegado ao ponto almejado, sofreria naturalmente uma dispersão das classes logo em seguida, cada uma rumando a um objetivo particular. Nesse quadro, a burguesia brasileira, diferentemente das classes trabalhadoras, reúne melhores condições para lidar com a chamada redemocratização, posto que no âmbito da sociedade civil ela foi capaz de ocupar importantes posições e recursos tanto do ponto de vista material como institucional.

Refletindo acerca das possibilidades de aprovação ou não da emenda Dante de Oliveira, Florestan revelava que o grande significado daquele processo residia no aparecimento ou despertar de um personagem central, “a massa mais ativa e decidida” da população que envolvia trabalhadores assalariados, desempregados, pequena burguesia empobrecida e setores das classes médias e da alta burguesia. Portanto, o elemento principal

do processo das diretas não se restringia ao que poderia ocorrer no parlamento quanto às eleições diretas, embora a sua própria aprovação no Congresso só pudesse se viabilizar como reflexo da força do movimento popular e proletário. Ela trazia consigo a chance de aceleração da transição do regime, mas, a despeito de sua potencialidade, “o centro burguês ocupa o palco político através da direção e das cúpulas dos partidos” (Fernandes [24.04.1984], 1986, p. 184). Os votos para impedir as eleições diretas eram controlados pelas forças da ordem e elas não abririam mão de fazerem uso deles como lhes fossem convenientes, ainda assim, a diferença fora muito diminuta:

O que trazem *os de cima* para a instauração da democracia? Nada! Botam sal no solo histórico da democracia nascente. Ressuscitam a “negociação de alto nível” e a “conciliação nacional” ao velho estilo para bloquear a bela eclosão que abalou de alto a baixo a sociedade brasileira com o movimento pelas *diretas já* (Fernandes [28.05.1984], 1986, p. 178).

Para Florestan, o Congresso Constituinte não conseguiria produzir uma Constituição que expressasse a ruptura com o padrão autocrático de dominação burguesa, mas poderia representar avanços importantes mesmo do ponto de vista da democracia burguesa. A sua compreensão desse processo, portanto, era muito realista sem, entretanto, cair no fatalismo. Ele entendia que as possibilidades de conquistas democráticas inscritas na Constituição, acompanhadas e dinamizadas pela mobilização popular e proletária, dariam oportunidade para a intensificação da “revolução dentro da ordem”, o que, por sua vez, traria consigo a possibilidade de precipitação da “revolução contra a ordem”. Frisamos: a sua avaliação é sempre em termos de possibilidade histórica, e não de determinismos. A princípio o que estava em questão não era a disputa entre o projeto socialista e o projeto burguês, mas o desenvolvimento democrático-burguês com relativa ampliação da participação popular e um projeto conservantista referenciado no padrão típico da democracia restrita:

O Resultado é que duas tendências fortes e exclusivas – de conservantismo burguês, de matriz reacionária e pró-imperialista, e de reforma social – corta o texto constitucional de ponta a ponta. O formalismo jurídico não conseguiu costurar as duas expressões societárias das contradições internas da burguesia. Era impossível evitar a primeira, hegemônica entre os partidos da ordem. Também era impossível escamotear a segunda, a principal força histórica de conjuntura no Brasil atual. Em consequência, a Constituição é heterogênea e heteróclita. Preserva intacta uma ampla herança do passado, inclusive a tutela militar, como recurso extremo a qualquer fim... Mas abre muitas portas para a inovação mais ou menos radical. Isso indica que a sociedade civil se alterou em suas estruturas e dinamismo fundamentais. Porém, a burguesia mostrou-se incapaz de formular um projeto histórico de constituição válido para o presente, com respostas claras diante das exigências da situação. Não basta agrupar a rica massa de cérebros da burguesia. É preciso alimentar uma chama, que a burguesia brasileira não possui. A melhor constituição, comparada às de 1934 e 1946, nasce com vida

curta e terá de ser revista ou substituída, na melhor das hipóteses, dentro em breve. (Fernandes [12.09.1988], 2014, p. 278-279).

O nosso autor percebe a força da *conciliação pelo alto* desde a derrota das *diretas já*, passando pelo acordo representado na eleição de Tancredo Neves seguida do Governo Sarney e consagrada pelo domínio conservador no interior da Assembleia Nacional Constituinte. A *Nova República* não é expressão da ruptura com a ordem institucional ilegal da ditadura, pelo contrário, nasce dela e com ela convive em seus primeiros anos, traduzindo concretamente a transição “lenta, gradual e segura” imposta pelo poder militar e legitimada pelos partidos da ordem. Vê-se também, apesar de tudo, o reconhecimento de Florestan sobre as possibilidades relativas de radicalização por parte das classes trabalhadoras numa perspectiva de dinamização da “revolução dentro da ordem” com conquistas inscritas na Constituição Federal de 1988.

Explorando a categoria de “revolução dentro da ordem”, Heloísa Fernandes (2006) diz que esta é mobilizada na luta de classes no sentido de “estabelecer para valer a construção de uma sociedade democrática”, ainda que nos limites da *ordem social competitiva*. A importância atribuída à *revolução democrática* estaria no fato de que “a democracia é incompatível com o capitalismo selvagem e com a dominação autocrático-burguesa”, pois o capitalismo dependente, dada a sua inelasticidade, não comporta uma democracia de participação ampliada, de modo que o próprio êxito desta dependeria, sobretudo, da capacidade das classes trabalhadoras e da massa popular de empreenderem o deslocamento do eixo da “revolução dentro da ordem” para o eixo da “revolução contra a ordem”. O caráter pouco flexível da democracia no capitalismo dependente já estava contido na formulação de Florestan como pode-se ver: “a democracia de cooptação possui pouca eficácia e pouca ‘flexibilidade’ em nações capitalistas pobres onde a extrema concentração da riqueza e do poder deixa um escasso excedente para dividir na compra de alianças ou lealdades” (Fernandes [1975], 2020, p. 358). Essa dimensão pouco flexível da democracia de cooptação parece-nos um tanto questionável. Se por um lado acreditamos que ela, em última instância, se imponha, por outro, a sua colocação em termo de pouca flexibilidade ou baixa elasticidade soa um tanto quanto vago, dando brecha a múltiplas aplicações, seja para dizer das restrições à nossa democracia, seja para, nas antípodas, afirmar seu erro e demonstrar suas possibilidades construtivas. Podemos citar, por exemplo conquistas como o Sistema Único de Saúde, ou a eleição de um partido oriundo das classes trabalhadoras para a Presidência da República por cinco vezes, sem perder de vista as próprias modificações pelas quais esse partido passou, bem como o fato dele também ter sido, ainda assim, golpeado em 2016

quando do “impeachment” contra a Presidenta Dilma Rouseff. Voltaremos a esse assunto, com maior profundidade, no último capítulo.

A reflexão de Netto (2004) auxilia nesse debate. Buscando extrair consequências teóricas e práticas do que chamou de politização na obra de Florestan para o processo de abertura e a autorreforma da autocracia burguesa, Netto (2004) apresenta algumas ponderações. Para ele, a politização na dimensão da teoria traz consigo a possibilidade de sérios riscos quando considerada sua conversão na prática política concreta, sobretudo, em casos de mecanicismos, de operações destituídas de mediações. Essa ponderação é feita por Netto, articulando a uma problematização sobre a democracia restrita, tal como categorizada por Florestan. Ele diz,

A partir da sua crítica ao capitalismo dependente e à idade do monopólio, por exemplo, Florestan põe em relevo o caráter restritivo da democracia burguesa contemporânea. [...]. Se, porém, a prática política arrancar desta determinação teórica como princípio, se não jogar com a enorme complexidade dos confrontos sociais, ela pode desembocar numa perigosa subestimação dos canais e institutos legais da intervenção proletária, cravados historicamente no ordenamento burguês pelas lutas populares. No limite, a politização teórica do pensamento de Florestan pode conduzir, paradoxalmente (e, com certeza, no rumo inverso ao desejado por ele), à concreta despolitização da ação política (Netto, 2004, p. 219).

Em nota de rodapé, Netto acrescenta a seguinte observação crítica: “Florestan não despreza tais institutos [legais], mas a direção geral do seu pensamento político nem sempre explora todas as implicações desses mecanismos reais” (Netto, 2004, nota 31, p. 220). Ele a desenvolve, colocando que a interpretação realizada por Florestan é fortemente datada, por esse mesmo motivo, fora do quadro histórico que ela representara teoricamente, seu poder explicativo tende a expressar limitações. Nas palavras de Netto,

Tudo indica que, desbordada as margens deste contexto histórico-social particular, a sua aptidão para apanhar processos societários diferenciais se revelará limitada. Por outra parte, como toda construção teórica macroscópica, ela pode conter riscos reducionistas se transladada à esfera política afirmado e transparente o campo de possibilidades e mediações que é específico desta esfera (Netto, 2004, p. 221).

Essa é uma perspectiva com a qual concordamos e que nos parece relativizar o caráter pouco flexível da democracia de cooptação e, assim, a sua suposta ineficácia enquanto mecanismo inerente ao modo particular de exercer a dominação autocrático-burguesa na sua forma, especificamente, dissimulada. Pelo contrário, ela se mostrou muito eficiente e suficientemente elástica na busca por legitimação da dominação burguesa no processo inaugurado com a “Nova República”. Na verdade, as possibilidades de cooptação dessa

democracia entesam-se, sobretudo, em momentos de crise, entrando em cena o seu encurtamento ou a *democracia restrita*.

Numa outra perspectiva, mas igualmente central, ao debater o chamado processo de abertura democrática experimentado pelo Brasil no fim da ditadura militar, Antunes (1997) vai dizer que a elaboração florestaniana sobre autocracia burguesa possibilitou uma compreensão segundo a qual mesmo sem ditadura de classe aberta, o modo de dominação burguesa no Brasil permanecia, essencialmente, autocrático, ainda que sob um regime formalmente democrático, pois fora capaz de se autorreformular. Portanto, não se tratava apenas de varrer o entulho autoritário do Estado para a inauguração de uma vida ineditamente democrática no Brasil. Diz Antunes,

Há embutida aqui uma discussão importante: essa “abertura” teve a centralidade das “oposições parlamentares” que “derrotaram” a ditadura ou, ao contrário, a “autorreforma” teve o controle da ditadura e somente foi de fato questionada pelas ações de massa da segunda metade dos anos 70, das quais as greves operárias do ABC paulista foram suas principais expressões? Penso que Florestan Fernandes nos indica claramente o sentido de autorreforma da ditadura. É nessa sequência que em seu livro posterior, intitulado *Nova República?*, caracterizará o governo Sarney como um prolongamento da ditadura, como uma democracia forte (no sentido autocrático) e tutelada pelos militares (Antunes, 1997, p. 121).

Antunes explora a complexidade da dominação autocrática burguesa no Brasil ao reafirmar que mesmo sob um regime formalmente democrático, ela continua a operar, no entanto com modificações que a tornam ainda mais nebulosa. Bernardo Ricupero (2015) pondera que passado vinte anos, a ampliação de uma institucionalidade democrática combinada à ausência de risco de quebra do Estado democrático de direito, poderia aparentemente desmentir a tese da autocracia burguesa no Brasil, no entanto, o mesmo autor age com cautela acerca dessa possível conclusão, e, seguindo Gabriel Cohn, chama a atenção para o fato de que a autocracia burguesa não é um “simples sinônimo de autoritarismo”,

Portanto, mesmo com o fim do regime autoritário, que motivou a redação de *A revolução burguesa no Brasil*, a autocracia burguesa não desapareceu do país. Talvez ainda mais importante, em meio à democracia ela é menos percebida. [...]. É como se a realização regular de eleições, a existência de uma oposição, o funcionamento normal do Congresso, etc. fossem fatores que fizessem com que a autocracia não existisse mais ou fosse irrelevante. Mas tão importante quanto o inegável avanço institucional dos últimos anos é que, por detrás dele, subsiste uma arraigada autocracia burguesa, a democracia estando ainda longe de atingir a sociedade brasileira (Ricupero, 2015, p. 61).

Ricupero, nesse trecho, reforça a hipótese que já anunciamos: a democracia de cooptação foi, sim, eficiente quanto ao objetivo de recobrir a dominação burguesa de

hegemonia, de envolver de legitimidade a autocracia burguesa dissimulada, além de suficientemente elástica a ponto de não só cooptar setores importantes da classe trabalhadora organizada, como de acomodar alguns de seus interesses na estrutura econômica do capitalismo dependente. Elemento este que veríamos de forma mais explicitamente inequívoca nos anos neoliberais no Brasil.

Situando o Estado dependente no cenário mais recente das últimas décadas na América Latina de quando do desembarque do neoliberalismo, Osório (2014) diz que as classes dominantes locais saíram fortalecidas do período ditatorial, mantendo sólidas suas posições nas relações de força durante as chamadas redemocratizações. No plano aparente as mudanças apontavam no sentido da redução do papel econômico do Estado e da permissão para que a livre iniciativa e a livre concorrência realizassem a regulação da economia. Por trás do discurso estavam as intenções de transferir as decisões estratégicas política e economicamente para o espaço de hegemonia do grande capital, o mercado. Em curso estava a entronização da racionalidade econômica tecnocrática, cujo objetivo era salvaguardar os interesses de classes da burguesia. A suposta redução do Estado opera como jogo de espelho, deixando visível apenas o que for de interesse, mas omitindo o essencial da operação conduzida. Ao não se limitar a este campo de visão, Osório (2014) desvela os novos mecanismos de exercício do poder político mediados pelo Estado para contemplar os interesses de classe em disputa. Para ele ocorre, na verdade, uma remodelação histórica da estrutura do Estado mais uniforme e homogêneo do ponto de vista de classe.

Na verdade, as mudanças em relação ao tamanho do aparato do Estado e à reorientação de suas funções levaram à formação de um Estado muito mais eficiente e adequado para os fins do grande capital local e internacional. A desregulamentação da economia gera maiores volatilidades, o que exige maiores intervenções estatais para regulá-la, tanto no plano nacional quanto no internacional. Por exemplo, para criar programas de governos ou regiões em crise e para enfrentar a intensificação da concorrência entre capitais (Osório, 2014, p. 224).

Essas mudanças também se refletem no exercício do poder político, como mencionado. Não são mudanças que impactam apenas as relações econômicas. Elas reforçam a dominação de classe exercida pelas frações da burguesia local e internacional sobre a classe trabalhadora, potencializando as formas de exploração econômica. A disputa no âmbito do Estado pela sua reconfiguração cada vez mais sintonizada aos interesses dominantes resulta na reordenação de uma disciplina a qual é submetida a força de trabalho numa típica relação hegemônica:

Frente aos desafios colocados pela mundialização, o Estado latino-americano segue cumprindo tarefas políticas e econômicas essenciais. A “paz social”, na férrea concorrência por capitais no plano internacional, constitui hoje um

dos elementos vitais que devem ser alcançados pelos Estados, e isso tem promovido um reforço dos mecanismos de disciplinamento societário e de controle dos conflitos requeridos pelo próprio modelo econômico (Osório, 2014, p. 225).

Numa linha semelhante, mas indo direto à relação entre a autocracia burguesa no Brasil e neoliberalismo, David Maciel (2009) realiza uma importante reflexão, apresentando as articulações reprodutoras da dominação autocrático-burguesa mediadas histórica e socialmente pela implementação do projeto neoliberal. Ele coloca que o processo de constituição da hegemonia neoliberal no Brasil envolveu uma série de reformas constitucionais em favor da liberdade de mercado, do privatismo, da suposta redução do tamanho e do poder do Estado, atendendo medidas reivindicadas tanto pelo grande capital estrangeiro como nacional, em especial, a sua fração financeira, o que resultou na reconfiguração do Estado em traços e formas mais fortemente autocráticas. Para o autor, as contrarreformas neoliberais fragilizaram a capacidade de controle democrático sobre o movimento do capital e em tal contexto

Fortalecem-se processos decisórios de caráter autoritário e oligárquico, onde prevalecem vínculos baseados no corporativismo, no privatismo ou até mesmo em relações pessoais. Deste modo, a forma democrática do Estado assume muito mais a função de “carapaça” legitimadora de um sistema político fundamentalmente autocrático-burguês (Maciel, 2009, p. 196).

A noção de autocracia burguesa como relação privatista e particularista com o poder político por parte das classes dominantes e a liturgia característica que recobre a *democracia restrita* tal como elaborada por Florestan Fernandes, salta aos olhos na passagem citada de Maciel (2009). Afora isso, o autor traz que

As principais medidas adotadas de acordo com esta perspectiva foram o programa de privatização das empresas estatais; a criação das agências reguladoras em setores econômicos estratégicos; a Lei de Responsabilidade Fiscal; as diversas reformas da previdência social; a autonomia prática do Banco Central na definição da política monetária e da política de juros e a redução e/ou eliminação dos aparatos estatais voltados para a fiscalização e regulação do mercado (Maciel, 2009, p. 195).

Tais contrarreformas neoliberais, segundo Maciel (2009), obstaram progressivamente a capacidade do Estado de fomentar política econômica por meio de empresas públicas e estatais situadas em setores estratégicos, estrangularam a capacidade de investimento do Estado, bem como subtraíram o potencial de promoção e socialização de bens e serviços providos pelo Estado à população e, com a criação das agências reguladoras, fora retirado dos governos o poder de regular os setores privatizados. Ademais, essas privatizações foram, em boa medida, iniciativas que reforçaram a presença do capital estrangeiro em prejuízo do

capital estatal, mantendo atual a articulação externa da economia dependente brasileira ou, noutra notação, também, florestaniana, a dominação imperialista externa.

Além de evidenciar aspectos da autocracia burguesa sob o neoliberalismo, Maciel também destaca os elementos do Estado autocrático-burguês que, para o mesmo, foram preservados no processo de “transição pelo alto” ao Estado democrático. Diz ele,

Os mecanismos de tipo fascista e oligárquico se mantêm, atualizados e incorporados na nova ordem democrática. Entre os principais citaríamos a legislação eleitoral; a estrutura partidária; a estrutura sindical; o estatuto legal dos militares, que lhes dá autonomia política e a condição de aparelho repressivo e reserva estratégica de poder, e a supremacia do poder Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário (Maciel, 2009, p. 203).

Mais uma vez, a tese das três faces do Estado autocrático-burguês aparece preservada e reforçada na constatação de Maciel em sua análise no contexto do neoliberalismo. Osório e Maciel destacam relevantes alterações no âmbito econômico e político para a dominação burguesa sob o neoliberalismo. A redução do Estado, as privatizações, as desregulamentações sobre o movimento do capital, ao diminuir as possibilidades de incidências de controle democrático ou mesmo estatal e de definir uma política econômica soberana, elevam a relação privatista e particularista, bem como o controle das burguesias brasileira e estrangeira sobre o Estado nacional, tornando alguns âmbitos de decisão acessível apenas às *classes altas*. Afora isso, sempre fora um receio da burguesia brasileira ter que lidar com a possibilidade de um Estado intervencionista autonomizar-se, em termos relativos, em relação aos seus interesses de classe e efetuar pressões por maior controle sobre a iniciativa privada e a liberdade de mercado. Com as medidas neoliberais adotadas, não só as chances disso acontecer são menores como, pelo contrário, são as classes dominantes que logram ampliar seu poder sobre o Estado, redesenhando a autocracia burguesa.

Analisando especificamente o período inaugurado com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores, o economista Jales Dantas Costa (2021) defende a tese segundo a qual o processo de esfacelamento da experiência reformista liderada pelos governos do PT representa uma *nova autocracia dissimulada*. O autor parte de uma reconstrução histórica sintética que vai da “Nova República” até meados do governo Bolsonaro, dialogando essencialmente com obras de Florestan Fernandes, em especial, de fins da década de 1970 ao início dos anos 1990, para situar a interpretação deste último a respeito do processo de autorreforma da ditadura sob as vestes do regime democrático. Ele recupera, com base na interpretação florestaniana, o movimento da burguesia brasileira geneticamente autocrática que se manifesta invariavelmente quando processos democratizantes, de maior ou

menor intensidade, começam a ser dinamizados na sociedade de capitalismo dependente no Brasil. Para Costa (2021), os governos do PT, com todas as suas contradições, empreenderam uma gestão refletida na institucionalidade do Estado, deslocando o eixo da *democracia restrita* para a possibilidade de uma *democracia pluralista e de participação ampliada*, o que, por um lado, poderia expressar uma maior democratização do poder político em favor das classes trabalhadoras, e, por outro, comprometer ou no mínimo contrariar os interesses da burguesia brasileira e de suas associadas estrangeiras, em especial, as imperialistas. Esse contexto, segundo o autor, teria precipitado a ação golpistas de vários setores sociais, da imprensa, do judiciário, do parlamento, das forças armadas e das classes dominantes contra o mandato da presidenta Dilma Rousseff que acabara por ser deposta num impeachment ilegítimo, revelando, novamente, no dizer de Costa (2021) a *contrarrevolução*: “tal como no passado, também avançamos na construção de uma democracia restrita para uma democracia mais ampla e pluralista, até que um novo golpe retrocedeu a difícil caminhada” (Costa, 2021, p. 342-343). Diferente de Costa, pensamos que o golpe representou o limite de flexibilidade da democracia de cooptação que se impôs na forma de uma democracia restrita. Não consideramos ter havido uma ampliação da democracia em bases pluralistas. Quando a democracia de cooptação perde a sua eficácia para o exercício da dominação autocrática burguesa, entre em cena sua forma tipicamente restrita. Ela se contrai, sem, no entanto, representar o solapamento da ordem por completo.

Costa acrescenta ainda que, a ascensão de Temer e a eleição de Jair Bolsonaro representaram o dismantelamento não só de parte importante da política implementada pelos governos petistas, mas também de muitas conquistas inscritas na Constituição Federal de 1988, e nesse mesmo processo as forças armadas foram novamente alçadas à posição de dirigentes do Estado brasileiro: “passado três décadas, o que assistimos é a forte presença do movimento contrarrevolucionário, com as forças armadas novamente no comando do país, mas sob uma nova autocracia dissimulada e não uma ditadura aberta” (Costa, 2021, p. 344). O autor finaliza refletindo sobre o que fazer em tal conjuntura:

O desafio continua sendo avançar na revolução dentro e fora da ordem. Erigir uma democracia de participação de massas ainda mais efetiva do que a que já experimentamos. Mas a consumação do golpe deixou claro que não temos nem mesmo uma democracia restrita. O desmonte foi rápido e estrondoso, e as esperanças de reversão das mazelas em nossas políticas interna e externa são hoje menores do que ontem (Costa, 2021, p. 345).

Mauro Iasi (2012), considera a categoria *democracia de cooptação* importantíssima para a compreensão do momento que foi aberto com a crise da ditadura empresarial-militar, a

autorreforma da autocracia burguesa e, sobretudo, com o equacionamento político da hegemonia burguesa. Para o autor, ela permitiu deslindar os processos de reorganização do padrão autocrático burguês sob o regime democrático, combinando as formas coercitivas com as consensuais, destacando o transformismo como uma das consequências da democracia de cooptação. Centrando sua análise no papel desempenhado pelo Partido dos Trabalhadores, primeiro, como força política organizada da classe trabalhadora que transita de antagonista à administrador da ordem, e segundo, como governo, para Iasi a ação deste partido na posição de governo acabaria por representar um projeto que

Nos termos apresentados de uma democracia de cooptação permite disciplinar a luta de classes. Os pontos do “acordo”, o que resulta dessa paciente e habermasiana ampliação das esferas de consenso, são “acidentalmente” os interesses essenciais da acumulação de capital: garantir a “sustentabilidade” e evitar as políticas “irresponsáveis e “demagógicas”, e, finalmente, oferecer o fundo público como alvo da valorização do capital estrangulado por sua crise (Iasi, 2012, p. 215).

Ao que acrescenta: “a base da democracia de cooptação é a focalização das ações sociais visando amenizar a pobreza absoluta ao mesmo tempo que oferece condições para o crescimento econômico e, portanto, para a acumulação privada, aumentando a pobreza relativa” (Iasi, 2012, p. 216). A análise de Iasi nos auxilia a compreender o potencial do capitalismo dependente responder a certas reivindicações da classe trabalhadora, e assim, dimensionar o mais concretamente possível os níveis de elasticidade da democracia de cooptação.

Seguindo a linha de interpretação desenvolvida até então, fundamentalmente baseada em Florestan Fernandes, mas incorporando também alguns de seus intérpretes e interlocutores como os já mencionados, para nós fica evidente que o fim da ditadura empresarial-militar não significou a suplantação da dominação autocrática burguesa no Brasil, não representou uma mudança radical no estilo histórico de atuação da burguesia brasileira, nem tampouco inaugurou a existência de um Estado verdadeiramente democrático. Em verdade, estamos convencidos que, através da autorreforma, a autocracia burguesa se reorganizou, buscando se concentrar e enrijecer alguns aspectos da dominação de classes no Brasil, especialmente, em institutos, instituições e aparelhos do Estado, notoriamente, as Forças Armadas e polícias militares, no Poder Judiciário, mas pode-se pensar também, no âmbito da sociedade civil, nos meios de comunicação que são altamente concentrados e foram apoiadores de primeira hora do golpe de 1964, como o sistema globo de comunicação. Outros institutos e instituições foram concedidos, negociados ou conquistados na “transição democrática” em virtude do fortalecimento da classe trabalhadora e do movimento democrático. Novamente, no âmbito da

sociedade civil, houve maior liberdade democrática para os trabalhadores e trabalhadoras, mas a burguesia também passou a atuar de maneira mais contundente com a criação de aparelhos de hegemonia. Na intensa *guerra de posição* daquela conjuntura, as forças autocráticas, por motivos diversos, conseguiram preservar suas posições em alguns espaços, institutos, instituições, aparelhos e em outros elas operaram um recuo ou sofreram um deslocamento por pressão do movimento democrático e popular. Mesmo assim, saíram da “transição” com um saldo positivo e em condições históricas para acumular sua força, neutralizar os adversários de classe, retomar posições e criar novos excedentes do poder autocrático. Conforme Florestan, houve um enrijecimento de certas funções do Estado autocrático burguês na tecitura do regime democrático, engendrando uma nova combinação que viria a se realizar sob a hegemonia neoliberal dos anos 1990 e início do século XXI como as que citamos anteriormente. Aqui se destaca, para a compreensão atual da autocracia burguesa, a dialética *democracia restrita-democracia de cooptação*. No nosso entendimento, a formulação florestaniana não coloca uma relação de exclusão entre o par conceitual. Para ele a democracia no Brasil é, predominantemente, restrita na sua história, mas pode abrir-se para o protesto esterilizável na forma de uma democracia de cooptação, a depender da relação de forças, dos níveis de radicalidade da classe trabalhadora na luta de classes e, também, do momento econômico do país.

Passados mais de trinta anos, a dinâmica do capitalismo dependente, os dispositivos do Estado autocrático burguês e o estilo histórico de atuação das classes dominantes brasileiras se mantiveram, mas com modificações em função do restabelecimento do regime formalmente democrático e de que conquistas importantes tenham passado a compor a feição do Estado brasileiro após a Constituição Federal de 1988. Exatamente por isso é importante investigar as manifestações do recrudescimento da autocracia burguesa no país, bem como identificar suas principais determinações socioeconômicas e políticas nos últimos dez anos no Brasil. A coesão das frações da burguesia brasileira em torno do Estado no golpe de 2016, as contrarreformas neoliberais implementadas, a depreciação do valor da força de trabalho e a deterioração do regime democrático, indicam o recrudescimento da atuação autocrática burguesa no Brasil recente, nesse sentido, revelando sua força ao erigir-se, mais uma vez, como fonte de sua própria legitimidade.

#### **CAPÍTULO 4º - A direção da autocracia burguesa no século XXI**

Segundo Netto (2011, p. 45, as “determinações são traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade”. No caso da autocracia burguesa, elas dizem respeito aos

fundamentos profundos e permanentes que mantêm em vigor e reproduzem esse modo particular de dominação de classe no capitalismo dependente. Outra coisa são os desencadeadores do recrudescimento autocrático-burguês, isto é, os elementos detonadores que alteraram a conjuntura das relações de força, exacerbando as características mais deletérias da dominação burguesa no Brasil e imprimindo-lhe modificações de relevo, assunto que trataremos tanto neste como no próximo capítulo. Aqui, se põe o problema da relação estrutura-conjuntura:

No estudo de uma estrutura devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais). Os fenômenos de conjuntura certamente também dependem de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia-a-dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente (Gramsci [1932-1934], 2024, CC, §17, p. 1689).

As determinações do recrudescimento da autocracia burguesa são consequência do acúmulo de contradições dessa própria forma de dominação capitalista, que resultaram em reestruturações orgânicas, não em “movimentos de conjuntura”. Numa alteração conjuntural àquelas produziram modificações na estrutura “relativamente permanente” da realidade brasileira, exacerbando-as, mas não como uma manifestação efêmera, quase acidental, e sim como algo essencial. Essa distinção para nós é importante, pois mobilizaremos traços da realidade determinantes e acontecimentos conjunturais detonadores do recrudescimento autocrático burguês e do espectro de regressão reacionária por ele engendrado.

A manutenção do modo de dominação autocrático-burguês se expressa, concretamente, isto é, suas determinações fundamentais, na estrutura socioeconômica do capitalismo dependente, em instituições do Estado, na sua ideologia, na sua forma democrática particular e no estilo de atuação da burguesia brasileira. Na estrutura socioeconômica do capitalismo dependente e imperializado mantém-se a dupla articulação da economia, a apropriação dual do excedente econômico baseada na depleção do valor da força de trabalho e na hipertrofia crônica dos fatores políticos e sociais da dominação burguesa. A ausência das reformas nacionais e democráticas, típicas das revoluções burguesas clássicas, não obstante todas as mudanças percebidas em mais de um século de capitalismo no Brasil, preservou as estruturas determinantes do capitalismo dependente e da dominação burguesa autocrática, tais como a industrialização dependente tecnológica e financeiramente do capital

estrangeiro, e em curso de reversão precoce, apesar de ainda ser a indústria mais diversificada e complexa da América Latina; a alta concentração fundiária e a significativa importância econômica do setor agrário-minero-extrativo exportador; o sistema tributário marcado por sua regressividade; a concentração exacerbada da propriedade dos meios de comunicação, entre outras iniquidades da realidade nacional. Ou seja, na condição de uma indústria dependente, na ausência de reforma agrária, de reforma tributária, da democratização dos meios de comunicação, entre outras reformas, o que se vê no Brasil é uma gritante desigualdade social que supõe e repõe uma elevada concentração de riqueza econômica e de poder político sob controle da burguesia brasileira associada aos capitais estrangeiros.

Essas determinações socioeconômicas, não sendo alteradas, produziram, primeiro, um regime democrático pouco permeável a pressões e mudanças favoráveis à classe trabalhadora, isto é, produziram uma democracia restrita e de cooptação; e, segundo, conformou, reconfigurou e resguardou instituições do Estado reservadas quase que exclusivamente para desempenhar a função de garantidoras da ordem e de caixa de ressonância da ideologia burguesa sob o padrão autocrático. Mais expressivo e já citado são as Forças Armadas e as polícias, especialmente, a militar. No processo de “autorreforma” da autocracia burguesa elas foram blindadas da responsabilização quanto aos crimes cometidos durante a ditadura empresarial-militar e não foram submetidas a uma reforma interna. Apenas tiveram que estacionar os seus tanques de volta nos quartéis, mas nunca abandonaram a reacionária noção de “segurança nacional”, se enxergam como “poder moderador” com base no artigo 142 da Constituição Federal e reproduzem um ranço anticomunista atávico, elemento este que lhes permitem continuar ideando o golpe de 1964 como uma “revolução” necessária. E as polícias militares foram também mantidas e ainda muito atreladas ideológica e organizacionalmente às Forças Armadas.

O Poder Judiciário também se constitui como uma instituição do Estado conhecida pelo seu tradicional conservadorismo, seu comportamento de casta, seu tenaz corporativismo, seus escandalosos privilégios e supersalários. O poder judiciário brasileiro é o segundo mais caro do mundo e sua composição social guarda uma íntima relação com as classes médias e altas. Pode-se destacar ainda o sistema de justiça penal atrelado ao sistema penitenciário e à ação das polícias (militar, civil e penitenciária) como responsáveis por colocar o Brasil entre um dos países que mais encarcera no mundo, tanto em termos absolutos como em termos relativos.

O Poder Legislativo, mesmo tendo sido aberto para a representação popular, se consolidou como uma instituição do Estado na qual os interesses das classes dominantes

sempre se fizeram representar predominantemente. Um dado importante é que desde a Constituição Federal de 1988 nunca, em nenhuma legislatura, houve um Congresso caracterizado de esquerda ou mesmo centro esquerda. Pelo contrário, a direita, a centro direita ou o “centrão” e, atualmente, a extrema-direita, por via de regra, lograram obter controle sobre esta “casa do povo”. O que demonstra que as classes dominantes foram hábeis o suficiente para fazer com que seu poder econômico se traduzisse em hegemonia política nesse âmbito do Estado.

Se na ditadura empresarial-militar a burguesia brasileira em suas diversas frações tinha canais diretos de comunicação com o governo para tratar e encaminhar seus interesses, além de nele estar diretamente representada através de Ministros de Estado, no regime democrático inaugurado em 1988 esta mesma burguesia passou a investir mais em lobbies junto a parlamentares, posto que na democracia, relações diretas entre poder público e privado, foram submetidas a maior observação da sociedade civil.

A atuação da burguesia brasileira, embora tenha revelado uma mudança tática e estratégica ainda nos anos 1980, como registrado por Flávio Casimiro (2018), não abandonou sua essência autocrática, incorporando à mesma estratégia neoliberal como projeto de restauração do seu poder autocrático-burguês. Nesse sentido, se deu a criação de vários “think tanks”, sob influência estrangeira, para a difusão do ideário liberal e neoliberal, em princípio, voltado para lideranças empresariais e à alteração da institucionalidade do Estado, mas que no início do século XXI grassou por entre as camadas médias. A força da programática neoliberal ganhou espaço no Governo Federal na década de 1990, conseguiu a neutralização e mesmo reversão de algumas conquistas sociais inscritas na Constituição Federal de 1988, avançou nas privatizações, criando nichos altamente lucrativos para o capital nacional e estrangeiro, e na financeirização da economia brasileira consolidada pós plano Real e ao estabelecimento do tripé macroeconômico baseado em meta fiscal, meta de inflação e altas taxas de juros. Ademais, a burguesia brasileira, mesmo durante os governos do PT, manteve o conjunto de contrarreformas neoliberais como horizonte estratégico a ser alcançado, tendo apenas flexibilizado taticamente ou feito uma concessão temporária nos anos de crescimento econômico daqueles governos. Quando os limites econômicos sobrevieram e a instabilidade política escalou os conflitos de classe, alterando as relações de força, o programa estratégico neoliberal fora radicalizado com ampla força social e política, resultando em rígidas limitações ao gasto público (EC nº95/2016 e LC 200/2023), na contrarreforma trabalhista (Lei 13.467), na contrarreforma da previdência (EC nº 103/2019), na alteração do regime de

exploração do petróleo na zona do pré-sal favorável, sobretudo, a interesses do capital estrangeiro e num novo programa de privatizações de estatais.

Há décadas que o Brasil está entre os países mais ricos do mundo<sup>59</sup>, tendo chegado a 5º maior economia em 2011, a frente inclusive da Inglaterra. Conforme relatório recentemente divulgado pelo banco suíço UBS (Union Bank of Switzerland), o Brasil é o país latino-americano com maior número de milionários em classificação feita em dólares e é o 19º no ranking mundial. Entre os 56 países analisados, o Brasil é o mais desigual do mundo, considerando o Índice de Gini. A pesquisa ainda aponta que nos próximos 20 ou 25 anos o Brasil será o segundo país com maior valor de herança a ser distribuída, valor este em torno de US\$ 9 trilhões.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) publicada pelo IBGE em maio de 2025 informou que os 10% mais ricos do Brasil ganham, por mês, 13,4 vezes mais que os 40% mais pobres. Quando comparados os 1% mais ricos com os 40% mais pobres, a diferença de rendimento salta para 36,2 vezes dos primeiros em relação aos segundos. Esses dados revelam uma face da autocracia burguesa: alta desigualdade social que se traduz em concentração de poder econômico e político nas mãos de poucos.

Essas são apenas algumas das características nacionais que mostram a vigência da autocracia burguesa. É na relação convergente entre a reprodução das determinações da dominação autocrático-burguesa e os elementos detonadores dos quais emergem novos determinantes, que se desencadeia o recrudescimento da autocracia burguesa. Um não se confunde com o outro, nem se dissociam plenamente. De modo que os detonadores se produzem no acúmulo de contradições da dinâmica fundamental de reprodução do capitalismo dependente e da autocracia burguesa, os quais aventamos no início desta terceira parte da pesquisa. Foi por meio da reprodução das características determinantes do capitalismo dependente e da autocracia burguesa que as ideologias neoliberais e conservadoras enquanto ideologias particulares das classes dominantes, foram universalizadas se convertendo em base social e representação política, o que supôs, entre outras coisas, uma atividade hegemônica de difusão do programa estratégico neoliberal por parte da burguesia brasileira, sendo a sua orientação uma determinação que, num quadro de alteração conjuntural das relações de força, dirigiu o recrudescimento da autocracia burguesa por meio da política do Estado brasileiro na última década. Outra determinação se materializou na expansão do conservadorismo, combinando a atuação política de três tendências de força conduzidas em

---

<sup>59</sup> Segundo relatório do Fundo Monetário Internacional divulgado em 2024, o Brasil é a 10ª maior economia do mundo.

paralelo pela fração ruralista da burguesia brasileira, investindo na sua bancada parlamentar federal e em instâncias do executivo nos diversos governos; pela expansão política dos evangélicos neopentecostais também no Congresso Nacional, bem como em esferas do Executivo Federal e mesmo do Poder Judiciário; e pela tendência de militarização que galgou espaço amparada no prestígio abstrato das forças armadas-militares e no discurso policialesco da segurança pública, de punitivismo penal, de combate à corrupção e de criminalização da luta social. Essas determinações, cruzadas aos detonadores conjunturais do recrudescimento autocrático-burguês, produziram um *processo de organificação* ou, como estamos chamando, um *espectro de regressão reacionária*.

Os elementos detonadores - ou os movimentos de conjuntura, como fala Gramsci - dessa alteração nas relações de força foram, *primeiro*, as chamadas jornadas de junho de 2013 ao derrubar significativamente, os níveis de aprovação da ex-presidente Dilma Rousseff, catalisando o início de uma crise política ainda não generalizada. *Segundo*, a entrada em cena da Operação Lava Jato, em 2014, amplificada diuturnamente pela propaganda da grande mídia, generalizando a crise política que convergira com o quadro de deterioração econômica, rapidamente precipitada em crise de hegemonia. *Terceiro*, a eleição do Congresso Nacional (mandato 2015-2019) mais conservador desde a ditadura empresarial-militar, como reflexo da expansão do conservadorismo enquanto ideologia e da atividade de setores conservadores, como os evangélicos neopentecostais, a fração ruralista e a tendência de militarização da sociedade brasileira, expressos concretamente no crescimento das bancadas da bíblia, do boi e da bala. Este foi o Congresso do golpe de 2016. *Quarto*, as manifestações reacionárias da direita em 2015 e 2016 ao evidenciar e ampliar uma base de massas apoiadora ativa e legitimadora social de saídas golpistas, seja mediante “impeachment”, seja via intervenção militar. *Quinto*, a crise do capital, que, ao derrubar as taxas de lucro da burguesia no Brasil, impeliu as frações do capital a exigir a aplicação radical do programa neoliberal, recrudescendo-lhe o estilo autocrático de atuação com o apoio ao golpe de 2016. *Sexto*, o “impeachment” ou o golpe jurídico-parlamentar de 2016, que, ao empossar o governo Temer (2017-2018), recolocou o controle direto do Estado nas mãos das frações parlamentares e extraparlamentares da burguesia brasileira, sem mediações parcialmente estranhas aos seus genuínos interesses autocratas. E *sétimo*, o governo Bolsonaro (2019-2022), que manteve a radicalização das contrarreformas neoliberais e o controle direto do Estado sob as rédeas das classes dominantes, dilatando, no entanto, os mecanismos conservadores e reacionários do recrudescimento da autocracia burguesa, caracterizados, explicitamente, pelas inúmeras ameaças golpistas e a tentativa malograda de golpe em 2023. Esses detonadores conjunturais

em um conjunto processual e conflitivo, combinados às determinações da dominação autocrático-burguesa, desencadearam o recrudescimento dessa forma particular de dominação de classes no Brasil. Tais foram as suas determinações (i)mediatas, cujas consequências engendraram vetores regressivos e reacionários que concorrem para uma organificação, nada além da manifestação concreta e particular do recrudescimento da autocracia burguesa.

Neste capítulo, analisamos as determinações do recrudescimento autocrático-burguês, a começar pelo programa neoliberal da burguesia no Brasil, interpretado enquanto umas das determinações, considerando documentos de caráter estratégicos, notas e comunicados, entrevistas à imprensa, relatórios e balanços anuais elaborados pela CNI, CNA, CNC e Febraban, além de, eventualmente, outras entidades patronais. Embora o giro estratégico da burguesia brasileira em direção ao neoliberalismo tenha se verificado desde a década de 1980 e se consolidado em 1990, inscrevemos o seu programa no contexto histórico aberto no ano de 2013 como a direção que orientou a radicalização da ação da burguesia nesse período. Dessa forma, o recrudescimento autocrático-burguês não pode ser compreendido sem considerarmos o programa estratégico neoliberal defendido pelas frações burguesas brasileiras e estrangeiras, ou seja, sem considerarmos que esta é uma das determinações de ordem econômica, política e ideológica que orienta o estilo de atuação da burguesia nessa fase da história, tendo se constituído enquanto determinante - entre outros a serem explorados - do recrudescimento da dominação de classes no Brasil, entranhando radicalmente a política governamental, e robustecendo ainda mais, no conteúdo e na forma, a política da direita e da extrema direita brasileira nos últimos anos. Após apresentar o programa da burguesia brasileira, o relacionaremos às políticas implementadas pelos governos Temer e Bolsonaro, tanto como expressão da sua hegemonia inquestionável na direção do Estado, observada também pela composição social e política dos ministérios, como enquanto manifestação do recrudescimento autocrático burguês na sua fase particularmente espectral de regressão reacionária, como um dos elementos que especificando esse momento histórico da dominação burguesa no Brasil. Este é o conteúdo do capítulo 4º.

#### 4.1. O programa das frações da burguesia brasileira

Como dissemos ainda no primeiro capítulo, é imperativo à burguesia, seja qual for sua nacionalidade, buscar a extração do mais-valor, a maior obtenção de taxa de lucro, a acumulação do capital, sua reprodução ampliada. No Brasil não é diferente. No entanto, dado o caráter dependente e imperializado do seu capitalismo, a dominação conjuga de maneira particular a burguesia nativa à burguesia estrangeira, produzindo uma dinâmica de

acumulação do capital baseada na *apropriação dual do excedente econômico* que intensifica a exploração da força de trabalho e, ao mesmo tempo, sobrecarrega as funções políticas e sociais da dominação burguesa, processo que engendrou uma forma específica de dominação de classe, nas palavras de Florestan Fernandes, uma autocracia burguesa. As ações postas em prática pela burguesia brasileira para geração do mais-valor se dão, portanto, no âmbito das determinações do capitalismo dependente e da dominação autocrático-burguesa.

Posto que para nós uma determinação do recrudescimento autocrático burguês é o radicalismo neoliberal, nesse momento, daremos voz prioritária às frações da burguesia brasileira para explicitar o programa defendido por elas para o Brasil, de maneira que a exposição será fundamentalmente descritiva, evitando desenvolvimentos críticos reservados para o último capítulo, quando relacionaremos a evolução conjuntural e histórica da luta de classes no país às medidas contrarreformistas adotadas pelas últimas gestões do Executivo Federal no arco temporal analisado e às posições das frações da burguesia brasileira.

Conforme inscrito em estatuto, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), fundada no ano de 1938, é uma associação patronal de grau superior constituída com a finalidade de representar, defender e coordenar os interesses das categorias econômicas da indústria no Brasil perante instâncias públicas (Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário<sup>60</sup>) e privadas. Sabe-se que a CNI é uma das representações da fração industrial da burguesia brasileira, embora não seja a única e nem represente de modo homogêneo os interesses dos diversos ramos industriais, visto que muitas vezes entre um setor e outro de uma determinada fração da burguesia há divergências. No entanto, a CNI é uma poderosa entidade patronal com capacidade inegável de influir sobre os rumos do Estado brasileiro, não à toa, sua estrutura institucional compreende uma diretoria de relações institucionais a qual estão vinculadas assessorias e gerências que visam estabelecer permanente contato com o Executivo Federal, o Congresso Nacional e o Judiciário, tudo em defesa dos interesses da indústria brasileira, segundo o que consta em seus documentos públicos.

A CNI desenvolve pesquisas sobre a indústria, formula planos decenais de caráter estratégico, realiza balanços anuais, promove debates temáticos, participa de conselhos de direito, discute projetos de leis, divulga notas institucionais, publica artigos, livros, periódicos, entre outras ações que expressam a sua incidência na sociedade, evidenciando ao mesmo tempo suas posições de classe quanto aos mais diversos assuntos que, de forma direta ou indireta, dizem respeito à indústria do país. Por esses motivos elegemos esta entidade – bem como outras que serão citadas mais adiante – para pesquisar sobre a atuação política e

---

<sup>60</sup> Disponível em: [Estrutura Institucional - Portal da Indústria \(portaldaindustria.com.br\)](http://portaldaindustria.com.br). Acesso em: 06/09/2024.

institucional da fração industrial no contexto de recrudescimento da autocracia burguesa no Brasil de 2013 a 2022.

O horizonte de longo prazo que orienta e dirige a atuação da CNI pode ser observado nos mapas estratégicos disponíveis em seu sítio eletrônico. Neste se encontram os mapas estratégicos de 2007-2015, de 2013-2022, de 2018-2022 e de 2023-2032. Os mapas versam sobre uma variedade de pautas que vão de análises internacionais, passando por “educação”, “infraestrutura”, “inovação e produtividade”, até “ambiente macroeconômico”, “eficiência do Estado”, “relações de trabalho”, “tributação”, que são aqueles mais centrais para os objetivos deste projeto de pesquisa. Ademais, se priorizou a análise dos mapas de 2013-2022 e 2018-2022 - sem desconsiderar o primeiro e o último -, visto que eles coincidem com o período previamente delimitado pela investigação realizada.

Para a representação do agronegócio brasileiro foi escolhida a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Criada em 1951, “entidade sindical de grau superior, [...] é constituída pela categoria econômica dos ramos da agricultura, da pecuária, do extrativismo rural, da pesca, da silvicultura e da agroindústria” (CNA, 2015, p. 01). Representa 27 federações e mais de 2 mil sindicatos rurais aos quais estão vinculados 5 milhões de “produtores rurais”<sup>61</sup>, respondendo por mais de 19 milhões de pessoas ocupadas no setor<sup>62</sup> e por 25% do PIB<sup>63</sup>. A sua missão é organizar, defender, fortalecer e representar os produtores rurais brasileiros. Assim como a CNI, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil também realiza eventos, debates, estudos; participa de conselhos de direito, atua junto ao Congresso Federal ao Executivo Federal e ao Judiciário; formula planos estratégicos, documentos diversos, apresenta suas posições publicamente, tudo no interesse dos produtores rurais brasileiros (CNA, 2015).

Para compreender melhor suas posições, tanto numa perspectiva estratégica como conjuntural, fizeram-se necessário analisar alguns documentos elaborados pela entidade, como “O que esperamos do próximo presidente 2015-2018”, apresentado aos candidatos das eleições de 2014; o documento “O futuro é Agro 2018-2030”, entregue aos presidentiáveis das eleições em 2018; e o documento “O que esperamos dos próximos governantes 2022”, também publicado em período eleitoral. Esses foram os documentos mais robustos analisados,

---

<sup>61</sup> Disponível em: [O Sistema CNA | Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil \(CNA\) \(cnabrazil.org.br\)](https://www.cnabrazil.org.br/). Acesso em: 07/03/2025.

<sup>62</sup> Disponível em: [MERCADO DE TRABALHO/CEPEA: Trabalhadores atuando no agro seguem crescendo e já superam número pré-pandemia - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA-Esalq/USP](#). Acesso em: 07/03/2025.

<sup>63</sup> Disponível em: [PIB do Agronegócio Brasileiro - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA-Esalq/USP](#). Acesso em: 07/03/2025.

mas também se levou em conta as notas oficiais e posicionamentos sobre a conjuntura nacional e sobre as principais reivindicações da fração ruralista em relação às “reformas” ou contrarreformas de cunho estruturais, como a Emenda Constitucional 95 (teto de gastos), a contrarreforma trabalhista, a contrarreforma da previdência, a contrarreforma tributária e a contrarreforma administrativa, esta última ainda em discussão.

No que se refere à fração comercial da burguesia, analisamos a posição da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) no contexto do período mais recente da realidade brasileira. A CNC foi fundada em 1945 como a entidade máxima do empresariado comercial brasileiro, representa 34 federações, entre elas 27 estaduais e 7 nacionais às quais estão associados 1048 sindicatos, representando mais de 5 milhões de empresas e 25 milhões de empregos aproximadamente. Suas funções compreendem representar e defender os interesses do setor, coordenar e organizar sua atuação em plano nacional. A CNC, assim como as outras duas entidades patronais já citadas, desenvolve ações de variados tipos: pesquisa, formações, seminários; publica relatórios, planos estratégicos, proposições em anos eleitorais; e articula seus interesses junto a organizações privadas e às instituições públicas do Estado, como Congresso Nacional, Judiciário e Executivo Federal.

Suas posições públicas, além de serem veiculadas na grande imprensa por meio de entrevistas ou artigos, também podem ser conhecidas através da imprensa própria desta Confederação mantida em sítio na internet. Cotidianamente, o sítio eletrônico é alimentado com as mais diversas informações de interesse da fração do comércio da burguesia brasileira, divulgação de eventos e também notas oficiais cujo objetivo é expor a visão do setor sobre assunto relevante. Ademais, a CNC apresenta sua visão macrossocial de forma mais elaborada por alguns documentos como “A CNC e os Desafios do Brasil” (2010), “A visão do Comércio” (2016), “Comércio 2018: Um novo dia” (2018), e “Propostas e Recomendações de Políticas Públicas do Comércio de Bens, Turismo e Serviços” (2022). Esses foram os documentos cuidadosamente analisados a partir dos quais pudemos assimilar tanto a interpretação do Brasil recente como as principais contrarreformas propostas pela entidade em questão enquanto representação da fração burguesa desta categoria. Outrossim, levamos em conta a veiculação de comunicados, notas oficiais e documentos afins para a compreensão a mais fiel e próxima possível acerca dos posicionamentos conjunturais nestes últimos anos, sempre considerando as contrarreformas estruturais (teto de gasto, contrarreforma trabalhista, da previdência, tributária, administrativa etc) em curso como eixo de referência.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban), fundada em 1967, é a maior e mais importante representação do capital financeiro no país. Reúne 119 instituições associadas de um universo de 155 em atividade no Brasil, as quais representam 98% dos ativos totais e 97% do patrimônio líquido das instituições bancárias brasileiras. Por sua força e envergadura, a Febraban atua também como representação da fração financeira da burguesia brasileira, embora não seja a única. Ela tem por objetivo “representar seus associados em todas as esferas do governo – Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e entidades representativas da sociedade, para o aperfeiçoamento do sistema normativo, a melhoria continuada dos serviços e a redução dos níveis de risco.” (Febraban, 2022, online). Entre as ações da alçada desta representação estão a de apresentar propostas de interesse do setor, manter relações com os três poderes da República, com organizações da sociedade civil e entidades as mais diversas; realizar pesquisas e torná-las públicas; se posicionar sobre temas de relevância nacional, desenvolver processos formativos, coordenar e organizar sua base econômica etc.

Além disso, a Febraban também formula documentos em que pode se identificar a estratégia da fração dos banqueiros e financistas para o Brasil. No entanto, comparada às outras Confederações, a Febraban produz em menor volume, assim como se manifesta pouco sobre temas e acontecimentos que emergem na conjuntura. Muitas de suas manifestações ou posições vêm a público por meio da imprensa tradicional e não pela sua própria rede de comunicação, por isso a análise de matérias jornalísticas também fora considerada para a melhor identificação da postura da entidade em questão sobre os mais diversos assuntos. Ainda assim, quanto à pesquisa documental, resolveu-se por analisar os documentos *Relatório Anual* dos anos de 2012, 2013, 2015, 2016, 2018, 2019, 2020, reforçando que também será dada atenção às notas oficiais e comunicados veiculados na imprensa própria da entidade. A escolha por esses relatórios se deu tanto porque eles cobrem o período histórico delimitado para a investigação, como porque, mediante eles, é possível identificar as principais reivindicações da fração financeira. Neles aparecem temas como cenário econômico, crédito, captações, tecnologia, consumo de energia, responsabilidade socioambiental, entre outros.

Pretendemos apresentar parte do resultado de nossa investigação conformada no que chamamos de *programa da burguesia brasileira*, baseado nos documentos escritos pelas entidades supracitadas, especialmente, naqueles compreendidos pelo arco temporal delimitado para a presente pesquisa. Nossa análise objetiva identificar e expor as principais reivindicações chamadas de “contrarreformas estruturais”, defendidas pelas entidades patronais aqui eleitas, quais sejam, o chamado “teto de gastos”, a “contrarreforma trabalhista”, a “contrarreforma da previdência”, a “contrarreforma tributária” e a

“contrarreforma administrativa”. Ademais, analisamos também propostas relacionadas à infraestrutura, comunicação, transportes, energia, política monetária: juros, crédito, inflação, política cambial e comércio exterior; tecnologia, pesquisa e inovação; educação; saúde; saneamento básico; meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Elas em conjunto constituem o núcleo estratégico do programa da burguesia brasileira, cuja direção econômica, política e ideológica se ampara no neoliberalismo, mobilizando noções como modernização, eficiência, liberalização, produtividade, competitividade, flexibilidade etc. A essas reivindicações articulamos os interesses de classe que subjazem os mesmos, imprimindo o significado histórico ao programa. Além disso, buscamos relacionar a direção programática da burguesia brasileira ao estilo histórico de atuação autocrática concebido por Florestan Fernandes e, mais especificamente, ao programa *Uma ponte para o futuro*, ao governo Temer e ao governo Bolsonaro.

As entidades patronais representantes das frações da burguesia brasileira, ao apresentarem suas propostas estratégicas, afirmam ter por objetivos: destravar o potencial de crescimento econômico do país, gerando mais e melhores empregos; empreender um processo de desenvolvimento nacional benéfico a toda a população; e transformar o Brasil numa “economia competitiva”, “grande potência” mundial. Ao passo em que elas prospectam esse cenário, simultaneamente, suas propostas, se executadas, também projetariam, nacional e internacionalmente, os setores econômicos que cada uma delas representa, associando, condicionalmente, o progresso nacional às medidas de seus interesses, como objetivos que coincidem e entre os quais há uma mútua dependência, não podendo um realizar-se sem o outro. O “projeto de Brasil” enquanto uma economia competitiva dependeria, fundamentalmente, portanto, do sucesso dos seus setores econômicos mais dinâmicos, aqui representados pelas frações burguesas do agronegócio, da indústria, do comércio e dos bancos. Mais: a ideia de desenvolvimento nacional só seria concebível, supondo o privilegiamento reservado àqueles setores econômicos, não sendo possível qualquer tipo de progresso da nação que não os compreenda. O destino do país e do povo brasileiro estariam condicionados ao êxito das suas classes dominantes. A se ver,

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) dirige-se aos candidatos à Presidência da República para oferecer um panorama detalhado das realizações e aspirações do setor rural, de modo a contribuir para a construção de uma agenda que favoreça o desenvolvimento nacional. Uma agenda que, sem facciosismos de qualquer espécie, atenda as aspirações de ascensão social da população brasileira (CNA, 2014, p. 02).

A CNC e os desafios do Brasil é o documento balizador das propostas defendidas pelo setor terciário para o desenvolvimento do País. [...]. [Ela]

atua proativamente para assegurar às empresas do setor as melhores condições para gerar resultados positivos e desenvolver a sociedade (CNC, 2010, p. 07).

A indústria brasileira apresenta a sua visão para o país. O Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022 representa um esforço, de mais de 500 representantes empresariais, em definir as ações necessárias para fazer o Brasil crescer mais e melhor, e refletir sobre os problemas que impedem esse crescimento (CNI, 2013, p. 09).

No documento “o que esperamos do próximo presidente 2015-2018” a CNA reforça que

As eleições são a oportunidade que o calendário democrático oferece para que o país se renove, rediscuta sua agenda e reveja suas carências e desafios. Essa tarefa não é apenas dos partidos e candidatos, senão de toda a sociedade, sobretudo dos setores que dentro dela exercem liderança. O setor rural, que tem sido há décadas vetor de desenvolvimento econômico do país, não poderia se ausentar (CNA, 2014, p. 23).

Destaca-se desse trecho que a CNA busca apresentar suas pautas particulares como de interesse para o desenvolvimento nacional, de relevância para o país e para toda a sociedade, por isso mesmo, situa o seu “panorama” numa dimensão estratégica para o desenvolvimento do Brasil. As principais demandas da fração ruralista da burguesia brasileira que aparecem nesse documento, atravessam a elaboração de outros e servem de referência à atuação cotidiana de seus dirigentes ao longo dos mandatos trienais. Entre tantas pautas, chama a atenção o seu direcionamento ao Estado através da requisição de crédito e seguro rural, de obras de infraestrutura e logística, bem como de investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica para elevar a produção e a produtividade do agronegócio do país, além da solicitação de missões internacionais para ampliar o comércio externo (CNA, 2014).

No início do documento “A CNC e os Desafios do Brasil” a entidade o apresenta afirmando que

As propostas descritas aqui, em temas da maior relevância para os interesses do Brasil, foram construídas a partir dos debates nas reuniões mensais dos líderes do Sistema Comércio. Este trabalho, assessorado pela equipe técnica da CNC, permite clara e objetiva visualização das ações que necessitam ser adotadas para a superação de entraves ao desenvolvimento do País. O setor terciário se apresenta como o mais complexo e diversificado dos segmentos econômicos e é o que mais cresce nas economias nacional e internacional. O futuro das nações está diretamente ligado ao seu desenvolvimento. Seja no negócio de produtos, seja na oferta de serviços, é nele que tem origem o maior número de empresas e de empregos formais. Essas empresas e empregos são fundamentais para a geração e a distribuição de renda e para a garantia de um crescimento socioeconômico sustentado (CNC, 2010, p. 08).

A representação da fração comercial da burguesia, à semelhança das outras duas analisadas anteriormente, também apresenta suas propostas particulares como de interesse

universal para toda a nação. Tendo envolvido na sua construção os “líderes do Sistema Comércio”, a CNC (2010) publiciza este documento como aquele que, partindo do setor “mais complexo e diversificado dos segmentos econômicos”, ao qual o desenvolvimento das nações está vinculado, compreendendo os principais entraves do país, indica o caminho para a sua superação em direção ao crescimento econômico. É, portanto, um documento que expressa a compreensão desta fração da burguesia sobre o país numa dimensão estratégica e programática. Como as duas outras entidades patronais, os temas da contrarreforma tributária, da previdência, trabalhista, do gasto público, política fiscal e da infraestrutura, também comparecem enquanto eixos diretores do documento como um todo e entre as principais reivindicações do patronato comercial, além de outras que são ali trabalhadas.

A Febraban, em sua “mensagem do presidente”, diz que a definição do conteúdo do relatório anual de 2015:

Tomou como base os dez temas que integram seu planejamento estratégico e são frutos de demandas, anseios, desafios e expectativas dos representantes das instituições financeiras. [...] Completa ainda a relação de temas estratégicos itens recorrentes tratados nos relacionamentos da organização com outros públicos envolvidos na cadeia de negócio de seu setor de representação, como governos, empresas, mídias, ONG's, e instituições nacionais e internacionais (Febraban, 2015, p. 2).

Diferentemente das patronais anteriores, a Febraban apresenta o relatório anual estreitamente vinculado às expectativas da fração financeira e faz pouco esforço em afirmar que tais expectativas são também de interesse de toda a sociedade brasileira. Embora em seus “propósitos” ela expresse a intenção de “contribuir para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do país, representando seus associados e buscando a melhoria contínua do sistema financeiro e de suas relações com a sociedade” (Febraban, 2022, online), no trecho extraído do relatório citado não fica explícita a tentativa de entrelaçar os anseios e destinos do setor bancário-financeiro ao desenvolvimento do país.

Florestan Fernandes já sublinhava a relação entre interesses das classes burguesas brasileiras e “revolução nacional”. O consenso nacional é transmutado em consenso burguês; o interesse burguês é identificado diretamente ao interesse nacional; o particularismo burguês é igualado à generalidade nacional. Ele não é propriamente produto da capacidade das classes dominantes de envolverem lateralmente interesses das classes dominadas à primazia dos seus interesses, construindo um consenso em torno de seu projeto de classe para a nação. Está mais para um projeto que sinaliza para o adesismo incondicional dos dominados, baseado numa confiança abstrata de que as medidas defendidas pelas frações da burguesia são benéficas para todo o povo e a nação. Todos ganhariam na medida em que as burguesias também ganhassem.

A ideologia como capacidade de uma classe dominante universalizar seu projeto particular supõe a integração de certos interesses reais e concretos das classes subordinadas àquele projeto, conferindo ao mesmo um caráter nacional. No caso brasileiro, em verdade, não é bem assim.

Para as frações do capital brasileiro, o objetivo almejado demanda que as mesmas estejam sintonizadas às modificações da economia no cenário internacional, alcançando e estimulando a inovação tecnológica. Também dever-se-ia lançar mão de mudanças institucionais no Estado brasileiro para favorecer a “livre iniciativa”, o “ambiente de negócios”, a “competição”, a “produtividade” etc. Em suma, o sucesso poderia ser resumido da seguinte forma: *“modernização” do Estado e da economia brasileira.*

O Estado, para as frações da burguesia brasileira, deve facilitar a livre circulação do capital sem “excessiva” ou mesmo nenhuma regulação, fiscalização e controle; flexibilizar as legislações sociais e trabalhistas, deixando a cargo do mercado os acordos e negociações entre capital e trabalho; providenciar, em parceria com a iniciativa privada, a infraestrutura, um sistema de comunicação e energia elétrica a baixo custo para que a livre iniciativa se desenvolva mais rápida e consistentemente; diminuir o gasto público com pessoal e igualmente com a prestação de serviços e bens públicos. Este, na visão da burguesia brasileira em suas distintas frações, seria um Estado eficiente, conforme os moldes da empresa privada. No entanto, para alcançar esse Estado, na visão da burguesia brasileira, é necessário realizar as “mudanças estruturais”, todas no sentido do que aqui foi mencionado, lançando mão de medidas para contenção do gasto público, da contrarreforma trabalhista, da contrarreforma da previdência, da contrarreforma tributária e da contrarreforma administrativa. Nas palavras da CNI,

Os desafios são muitos. Superar os problemas do Custo Brasil é fundamental, mas não garante tudo o que o Brasil precisa. Uma agenda orientada ao desenvolvimento de novas competências e *mudanças estruturais*, executada no âmbito do governo e nas empresas, é central para a construção de uma indústria inovadora, globalmente competitiva e sustentável (CNI, 2018, p. 18).

A CNC não destoa: “como resultado dos trabalhos desenvolvidos durante o Congresso, foram trazidos ao debate e à reflexão as questões fundamentais para se alavancar *as mudanças estruturais que o Brasil precisa fazer para afirmar-se como uma grande potência*” (CNC [2015], 2016, p. 18). Para a Febraban, “o Brasil tem diante de si, portanto, importantes desafios para além do equilíbrio macroeconômico e necessita promover *reformas estruturais* e microeconômicas que estimulem o investimento, a poupança e a produtividade”

(Febraban, 2016, p. 70-71). E com a CNA finalizamos: “antes de mais nada devemos cuidar da estabilidade econômica, promovendo as *reformas indispensáveis*, entre as quais avultam a previdenciária, a tributária e a política” (CNA, 2018, p. 12). As contrarreformas defendidas em uníssono pelas classes dominantes no Brasil visam sobretudo operar modificações profundas no Estado brasileiro, como se delas dependesse o “progresso econômico” do país. Por esses motivos é que consideramos tais contrarreformas estruturais o cerne do programa da burguesia brasileira, ainda que suas reivindicações não se encerrem nelas. Essa nem sempre foi a compreensão das burguesias brasileiras. Elas passam a defender uma direção mais liberalizante à política econômica a partir do final da ditadura empresarial-militar para o início da década de 1990, quando assumem explicitamente uma orientação neoliberal (Saad Filho; Morais, 2018).

#### 4.1.1. As contrarreformas estruturais

##### **As políticas de austeridade**

Como já mencionado, a contenção dos gastos públicos é “peça” fundamental do programa de “reformas”. Relaciona-se de forma mais direta com a contrarreforma da previdência, administrativa e com programas de privatização de estatais; de modo indireto com a contrarreforma tributária e trabalhista. Ao percorrer o Mapa de 2013<sup>64</sup> da CNI - que é lançado exatamente no ano das Jornadas de Junho, do crescimento recorde de greves e também do primeiro grande abalo nos governos petistas – observa-se, no item “ambiente macroeconômico”, a defesa de estabilidade para transmitir confiança, previsibilidade e assim conseguir atrair mais investimento, favorecendo o crescimento sustentável. Nas palavras da CNI,

Apesar de o superávit primário ter se situado próximo à meta, os gastos públicos seguem uma trajetória crescente, com destaque para a alta das despesas de custeio. Apenas o aumento da carga tributária – e, desde 2010, exercícios contábeis – tem evitado que essa alta impeça o cumprimento da meta fiscal. A pressão nos gastos de custeio permanentes reduz a folga fiscal para realizar investimentos públicos, além de diminuir a probabilidade de que os juros venham a experimentar uma queda mais acentuada. Registre-se, porém, que mesmo os recursos disponíveis para investimento não têm sido plenamente utilizados pelo setor público. Nesse sentido, há que se considerar a rigidez de alguns compromissos com forte impacto nos gastos de médio e longo prazos. O quadro atual, em que o investimento público é limitado pela capacidade de desembolso, deve ser agravado no futuro com os gastos crescentes com previdência e a saúde em decorrência do envelhecimento da população e da política de reajuste automático do salário mínimo, que também afeta a previdência. Nos próximos anos, a limitação do espaço fiscal

<sup>64</sup> Onde estiver Mapa de 2013 ou Mapa 2013, entenda-se Mapa Estratégico da Indústria de 2013-2022, e onde estiver Mapa de 2018 ou Mapa 2018, entenda-se Mapa Estratégico da Indústria de 2018-2022.

para investir é o principal risco associado a um cenário de degradação fiscal. O crescimento econômico sustentado e em patamar elevado *requer a implantação de ajustes estruturais no setor público*. A avaliação precisa dos custos e benefícios dos programas, de forma a se obter maior eficiência do gasto do governo, será essencial em um contexto de crescentes restrições, que colocará a necessidade de maior seletividade nas escolhas ([grifo nosso] CNI, 2013, p. 37).

O centro das preocupações, embora a meta do superávit primário fosse cumprida, é o “setor público”, a “trajetória crescente dos gastos públicos”, o “gasto crescente com a previdência e a saúde”, a “política de reajuste automático do salário mínimo”, o “cenário de degradação fiscal” que geraria insegurança e, assim, um ambiente pouco propício à elevação do investimento - além de lamentar a alta carga tributária que desestimula a competitividade. Desse modo, se fazia necessário gerir bem os recursos públicos, de maneira eficiente, mas também implementar “ajustes estruturais no setor público”, fortalecer a “autonomia operacional do Banco Central”, criando uma atmosfera de previsibilidade e de ampliação do investimento. Nessa citação, é possível perceber várias reivindicações dos industriais, umas mais explícitas que outras, porém que já se insinuam ao longo do trecho. Aos “ajustes estruturais no setor público” se articula a crítica dos gastos públicos, da situação previdenciária, do reajuste do salário mínimo e sua vinculação à previdência, a pesada carga tributária e a ineficiência do Estado etc. Portanto, para alcançar a estabilidade e a previsibilidade, a CNI propunha, entre outras ações, “desenvolver estratégias para revisão do sistema previdenciário, visando sua sustentabilidade” (CNI, 2013, p. 39); e para criar um clima favorável à ampliação da taxa de investimento, sugeriu “limites aos gastos correntes, de modo a aumentar a capacidade de poupança do setor público” (CNI, 2013, p. 39), afora a manutenção da autonomia do Banco Central e as mudanças tributárias tão reivindicadas.

A sequência do Mapa 2013 leva ao item “eficiência do Estado”. Nele a CNI concentra seu prognóstico na ineficiência dos gastos públicos que, para a mesma, são elevados e permanece em trajetória crescente, no âmbito de “gastos correntes”, e mesmo assim segue sem resultar na entrega de serviços públicos em quantidade e qualidade adequadas. O Estado deveria adotar medidas para reduzir seus “gastos correntes” visando ampliar sua capacidade de investimento para tornar o ambiente de negócios mais favorável à competitividade, resguardando também o equilíbrio fiscal. Novamente, a questão tributária comparece como que para reforçar o argumento da suposta ineficiência dos gastos públicos, pois sendo alta a sua carga, a má qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado só se explica pela gestão ineficiente dos recursos disponíveis, o que impacta negativamente também nas possibilidades de investimento e na competitividade da iniciativa privada. A resposta a esse quadro deve ser

a “reforma na gestão pública” inspirada pela “nova concepção de Estado, que atua com transparência e em parceria com o setor privado, visando ampliar a capacidade de produzir resultados efetivos e a accountability” (CNI, 2013, p. 44).

As demais entidades patronais aqui investigadas adotam a mesma posição que a CNI. A CNC, por exemplo, no quadro da crise econômica de 2015, apelava por contenção do gasto público:

O ano de 2015 será um tempo de purgação para corrigir os erros que nos últimos anos marcaram a má condução da política econômica. A purificação da economia brasileira requer, em face dos ‘déficits gêmeos’, o fiscal e o externo, *rígido controle do gasto público e livre flutuação do câmbio* ([Grifo nosso] CNC [2015], 2016, p. 41).

No que se refere à política fiscal, agora em outro item, a CNC é bem direta e econômica em suas proposições: “adoção de metas fiscais rigorosas [...]; aprofundamento de âncora fiscal no processo de estabilização da economia [...]; aumento do superávit primário [...] com redução no ritmo de crescimento dos gastos de custeio” (CNC, 2010, p. 21). A parcimônia nas propostas pode ser compreendida, pois em 2010 o Brasil ainda não adentrara à crise, mas perscrutando documentos publicados no momento de recessão econômica, a insistência em ações urgentes para o equilíbrio fiscal ganhou significativo destaque para a CNC.

Ao referir-se à conjuntura de crise que se abatia sobre o país, o presidente Murilo Portugal, saúda as ações do governo Dilma Rousseff com Joaquim Levy à frente do Ministério da Fazenda, no sentido de conter o desequilíbrio fiscal: “o crescimento acelerado da dívida interna bruta ressaltou a necessidade urgente de medidas para enfrentar o elevado déficit das contas do governo, causa primária da deterioração da situação fiscal do país” (Febraban, 2015, p. 04). No documento, entretanto, não há proposições mais concretas quanto ao que fazer diante do quadro, mas em entrevista dada pelo mesmo presidente, em 2016, já sob o governo Temer, ele se posiciona a favor da PEC 241 que viria a ser o chamado teto de gasto, Emenda Constitucional nº95/2016:

Segundo ele, há expectativa no setor privado de que esse teto será aprovado ainda este ano e na forma com que foi proposto pelo governo. “Caso não se materialize (essa aprovação), há risco de reversão na melhora das variáveis, o que poderia colocar em risco a saída da recessão”, defendeu. Na avaliação do presidente, o teto não é uma medida suficiente para a recuperação da economia e são necessárias reformas em determinados grupos de despesas, mas garantiu que esse é um começo. “Com o teto do gasto, mas sem uma reforma da Previdência, o que vai acontecer é que os gastos previdenciários vão continuar crescendo e vão espremer todas as outras despesas primárias tornando o teto impossível de ser mantido”, disse (Estadão, 12/09/2016).

Afora posicionar-se ao lado do teto de gastos, a Febraban, através de seu presidente, deixou muito claro também o seu entendimento sobre a reforma da previdência que no ano da entrevista ainda estava em discussão. Murilo Portugal adiantou o argumento do crescimento dos gastos, mas sem muita elaboração.

E a CNA, dois anos depois de aprovado o teto de gastos, mantinha a posição, dizendo:

Em novembro de 2016, o governo conseguiu aprovar uma lei que limita, para a próxima década, os seus próprios gastos reais (descontada a inflação) ao que se gastou no ano anterior. Assim, espera-se que, conforme a economia volte a crescer, a arrecadação se recupere e o tamanho do Estado como participação do PIB se reduza com o tempo. A sobra de recursos arrecadados permitirá reduzir progressivamente a dívida pública (CNA, 2018, p. 29).

O debate aqui se desenvolve em torno da disputa pelo fundo público, primeiro, na propugnação da redução do gasto público, elemento este de maior destaque nos trechos citados anteriormente pelas frações do capital, e segundo no sentido da transferência ou priorização do seu emprego para a valorização do capital privado (Behring, 2008). Essa modificação de significado do gasto público está relacionada tanto ao abandono de uma perspectiva que advogava maior intervenção do Estado para o desenvolvimento socioeconômico, como à necessidade de criar e reservar espaços de valorização do capital com a redução do papel do Estado seja na garantia de direitos, seja na promoção de serviços por empresas públicas, estatais etc. No entanto, em momentos em que as frações da burguesia brasileira precisaram de aportes do Estado para evitar grandes prejuízos e quebraadeiras, ou demandaram subsídios tributários, não houve grita quanto à elevação do gasto público, mesmo que isso representasse o déficit nas contas públicas. Recentemente tivemos os recursos injetados pelo Estado no Sistema Financeiro Nacional durante a pandemia do novo Coronavírus na ordem de R\$1,2 trilhão<sup>65</sup>, e neste ano de 2025 os R\$30 bilhões em função do “tarifaço” dos Estados Unidos da América sobre produtos brasileiros<sup>66</sup>, revelando que as perspectivas defendidas não são técnicas, objetivas, isentas de interesses de classe, como pretendem alguns economistas burgueses<sup>67</sup>.

### **Contrarreforma trabalhista**

---

<sup>65</sup> Disponível em: [BC anuncia medidas que liberam R\\$ 1,2 trilhão para a economia](#). Acesso em: 06/09/2025.

<sup>66</sup> Disponível em: [Governo anuncia R\\$ 30 bi em crédito para setores afetados por tarifaço | Agência Brasil](#). Acesso em: 06/09/2025.

<sup>67</sup> “Para Pessoa, faz sentido o governo socorrer os setores mais afetados pelas tarifas através de um crédito extraordinário para além dos limites do arcabouço fiscal, ainda que isso piore a situação das contas públicas do país” (G1, 11/08/2025). Disponível em: ['Tarifas podem reduzir inflação no Brasil e ajudar Lula', diz Samuel Pessoa](#). Acesso em: 06/09/2025.

Outra contrarreforma estrutural de grande envergadura defendida pelas frações da burguesia brasileira é a contrarreforma trabalhista, que atinge a classe trabalhadora no Brasil desde a década de 1990, porém de forma mais contundente em 2017, sem ter cessado completamente até o presente, vide a ação do Supremo Tribunal Federal quanto ao trabalho pejetizado sob a análise do Ministro Gilmar Mendes, em que há uma desqualificação do papel do Tribunal Superior do Trabalho. Nesse assunto, a burguesia brasileira defende flexibilização, modernização, desregulamentação, ou seja, na prática retirada de direitos trabalhistas. Tratando das “relações de trabalho”, a CNI diz:

No Brasil, o sistema legal e institucional que rege o mercado de trabalho é defasado, rígido e juridicamente inseguro, o que compromete a competitividade das empresas e o crescimento econômico do país. Regras modernas, claras e seguras são necessárias para promover a eficiência da economia e o bem-estar do trabalhador (CNI, 2013, p. 61).

A tônica da discussão fomentada neste tópico é a necessidade de modernizar a legislação trabalhista, buscando maior flexibilidade traduzida no objetivo de “ampliar a negociação coletiva entre trabalhadores e empregadores”, bem como na permissão de novas modalidades contratuais adaptadas às necessidades empresariais e à “inserção dos indivíduos que almejavam um contrato mais flexível, como idosos, mulheres e estudantes” (CNI, 2013, p. 63). Aqui também ganha espaço ações para “desenvolver estratégias e influenciar a regulamentação da terceirização” (CNI, 2013, p. 65). Acrescenta-se ainda reclamações sobre o excesso de leis, o grande número de conflitos trabalhistas judicializados, os encargos trabalhistas, que geram por sua vez insegurança jurídica ao empresariado, e, por consequência, desestímulo ao investimento e prejudica a competitividade. Eis o que, em síntese, pensa esta voz da burguesia industrial brasileira sobre as relações de trabalho.

Referindo-se às “relações de trabalho” sem mencionar a tão defendida “modernização” da legislação trabalhista típica das frações da burguesia antes da contrarreforma realizada em 2017, a CNA trouxe, no entanto, reivindicações específicas de mudanças da legislação que contempla trabalhadores do campo. Evidenciam-se as proposições no sentido de revisar algumas normas que regulamentam as condições de trabalho do trabalhador rural (NR31 e NR15); revisar normas para permitir maior controle da jornada de trabalho; regulamentação da terceirização; e mudanças no conceito de trabalho análogo à escravidão, entre outras. A CNA considera que a existência dessas legislações causa efeitos severos sobre a população trabalhadora: “leis e regulamentos, cujo objetivo seria o de proteger os trabalhadores, acabam por penalizá-los” (CNA, 2014, p. 43). Assim, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária explica os motivos das mudanças propostas que teriam por objetivo a melhoria das

relações de trabalho entre o produtor rural e o trabalhador do campo, alegando que há uma desigualdade injustificável no trato para com este trabalhador quando comparado ao trabalhador urbano. Ao se referir a NR 31, a CNA diz ser

Excessivamente detalhista, onerosa, desigual em relação às exigências feitas a diversas formas de trabalho urbano e de difícil aplicação, o que torna o produtor rural, quase sem exceção, vulnerável perante a lei e a fiscalização. Um exemplo dessa desigualdade é a exigência de estruturas típicas de área de vivência, como banheiros e barracas sanitárias no ambiente rural, mesmo quando há no local apenas uma só pessoa. Outra situação diz respeito à proibição de transporte de empregados em pé nos transportes coletivos, ainda que o trecho seja de curta distância ou duração (2014, p. 43).

Mais adiante, agora comentando o conceito moderno de trabalho escravo, a CNA expressa com preocupação que a Lei nº 10.803/2003

Provocou no setor um clima de instabilidade e incerteza, pois se criou um conceito impreciso. Não se pode identificar com clareza uma situação de condição análoga à escravidão, em razão da excessiva subjetividade dos termos “jornada exaustiva” e “trabalho degradante”. Esse ambiente de insegurança foi intensificado com a publicação da Instrução Normativa 91/2011 do MTE, que normatizou o procedimento fiscalizatório em relação à matéria, utilizando os mesmos dois termos como critérios. O setor defende a revogação da Instrução Normativa e da Portaria Interministerial que enunciam as regras sobre a lista suja de empregadores. É preciso reformular o processo de inclusão de empregadores na lista, de forma a garantir a ampla defesa e evitar que *meras irregularidades trabalhistas* sejam confundidas com a prática do trabalho escravo. ([Grifo nosso] CNA, 2014, p. 45-46).

Percebe-se que as mudanças demandadas pela CNA no âmbito das relações trabalhistas no campo não eram menos polêmicas que aquelas realizadas pela contrarreforma de 2017. A entidade ruralista em questão compreende como desnecessária a obrigatoriedade de dispor de banheiro e barracas sanitárias quando o local tiver poucos ou apenas um trabalhador. Também lhe parece exageradamente desigual a exigência de que todos os trabalhadores rurais tenham assentos nos transportes coletivos responsáveis por sua condução, proibindo que os mesmos possam ser transportados em pé. Sobre o trabalho análogo ao escravo, os representantes do agronegócio brasileiro deixam muito explícito que sua preocupação é com a insegurança jurídica a que fica exposto o empresariado rural, pois os critérios adotados, no entender do setor, são imprecisos e demasiadamente subjetivos. A Confederação se coloca contra o trabalho escravo, mas também contra as definições modernas contidas no conceito. Ela atua para modificar ou mesmo revogar leis, normas e regulamentações como as mencionadas, em favor do setor representado, mas essas mudanças, afirma ela, favoreceriam igualmente os trabalhadores do campo.

No documento de 2014, embora esta representação do agronegócio brasileiro não trate da contrarreforma trabalhista, a sua posição a esse respeito foi diversas vezes publicizada por meio de notas, comunicados, eventos, audiências públicas e também em outros documentos de maior elaboração divulgados em anos posteriores. Ao acompanhar as comunicações veiculadas em seu sítio eletrônico oficial, extrai-se sem dificuldade seu posicionamento favorável, trazendo a argumentação característica da necessidade de modernizar a legislação trabalhista, de flexibilizá-la; de aprovar a validade do negociado sobre o legislado; de que tais mudanças vão contribuir para geração de empregos, como se pode ler a seguir:

O presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, afirmou [...] que o Brasil precisa de uma reforma trabalhista *moderna*, que traga *segurança jurídica* para o produtor rural produzir. Martins disse ter esperança que a reforma trabalhista, e outras que estão sendo discutidas no Congresso, façam com que o Brasil deixe de ser uma promessa de futuro e “passe a ser o país do presente”. “Um país onde os produtores rurais, que hoje sustentam a economia, tenham segurança jurídica para fazer aquilo que mais sabem, que é produzir”. Para o presidente do Conselho Nacional do Café (CNC), Silas Brasileiro, [...] a reforma trabalhista servirá para “*lubrificar as engrenagens da economia brasileira*, conferindo competitividade sem representar perdas aos trabalhadores”. ([Grifo nosso] CNA, 29/03/2017, online).

Em evento na Câmara dos Deputados, o assessor jurídico da Comissão Nacional de Trabalho e Previdência da CNA, Cristiano Laranza,

Criticou a possibilidade, prevista no projeto, de vantagem compensatória ao trabalhador quando houver flexibilização de algum direito previsto em lei por negociação coletiva. “É onde o Judiciário vai se pautar para anular qualquer instrumento. Normalmente negociamos por bloco. Isso não nos atende”, afirmou. Pelo projeto, caso a flexibilização seja anulada pela Justiça, também será anulada a vantagem compensatória correspondente (Agência Câmara de Notícias, 08/03/2017, online).

Presentes na audiência da Comissão Especial que analisava o projeto de lei sobre a reforma trabalhista

Entidades como a Confederação Nacional do Transporte (CNT), Federação Brasileira de Bancos (Febraban), *Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)* e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) defenderam a aprovação do texto em tramitação na Câmara com o principal argumento de que a *mudança dinamizará o mercado de trabalho em um momento de crise econômica*. ([Grifo nosso] CNA, 09/03/2017, online).

Essas passagens citadas mostram de maneira inequívoca a posição favorável da CNA quanto à contrarreforma trabalhista realizada em 2017, e também expressa a associação argumentativa de causa e efeito entre modernização, flexibilidade, negociação em torno do debate da legislação trabalhista e geração de emprego, segurança jurídica e crescimento econômico, o que se mostrou falso.

Nos documentos da CNC, entre os argumentos, um dos primeiros a aparecer é o de que a legislação trabalhista estava obsoleta, datava do início do século XX, não comportava há décadas as mudanças ocorridas nas relações de trabalho, era por isso inadiável a realização de uma contrarreforma para modernizar o arcabouço legal e normativo trabalhista. Na visão da CNC (2010), a ausência de uma legislação moderna e sintonizada com os novos tempos, provocava desestímulo ao investimento no país.

De forma a viabilizar soluções para um País mais competitivo, o Sicomércio 2015 adotou, como uma das necessidades imediatas a serem implementadas, o necessário processo de modernização das relações de trabalho, fundado em alicerces sólidos, como a segurança jurídica, a valorização da negociação coletiva e, em especial, a redução dos custos trabalhistas. A globalização mudou o cenário das relações internacionais, colocando em destaque a produtividade do trabalho e competitividade das empresas nacionais, de um modo geral. Para tanto, se faz necessário que elas estejam aptas a transformar momentos de dificuldades em um ambiente favorável de negócios (CNC [2015], 2016, p. 17-18).

No mesmo espírito das outras propostas, a CNC sugeria flexibilização da relação contratual, de valorização do negociado sobre o legislado, da regulamentação da terceirização etc. Quanto à terceirização, a entidade representante da fração comercial brasileira colocava:

Finalmente, na “área trabalhista” impõe-se a aprovação do projeto de lei que regula os contratos de terceirização, tanto nas “atividades-meio”, como nas “atividades-fim”. A terceirização no setor produtivo representa um exemplo concreto do real benefício decorrente da especialização (CNC [2016], 2017, p. 16-17).

Representando a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) e a Febraban, Damião de Moraes<sup>68</sup> expressou que

O Brasil chegou próximo a 14 milhões de desempregados “muito por causa de leis que protegem muito o trabalhador, mas tiram o emprego”. Ele [Damião de Moraes] criticou a legislação trabalhista, “que precisa ser realmente modernizada”, pois sob a suposta defesa de direitos sociais, tem, na verdade, tem sido suporte para ações reclamationárias no Judiciário, que tiveram aumento expressivo (Fiesp, 13/03/2017, online).

Num país como o Brasil onde historicamente o valor da força de trabalho é rebaixado, como demonstrado no 3º capítulo, as investidas do capital nacional e associado ao capital estrangeiro sempre se deram no sentido de depreciá-lo, buscando manter ou retomar suas taxas de lucro e assim reproduzir, ampliadamente, o capital nos termos da dependência. Não à toa, a contrarreforma trabalhista se realizou de modo combinado a alteração no cálculo de elevação do salário mínimo que na prática representou, de 2017 a 2023, um congelamento e

---

<sup>68112</sup> Disponível em: [Confederações patronais favoráveis à reforma trabalhista | Sindicato Nacional da Indústria de Estamparia de Metais – SINIEM](#). Acesso em: 06/09/2024.

perda de poder de compra. Considerando que uma parte expressiva da classe trabalhadora brasileira ganha até um salário mínimo e meio, a mudança nos componentes do cálculo para reajuste teve um impacto significativamente negativo no padrão de vida da população assalariada. Afora isso, a contrarreforma engendrou uma realidade no mundo do trabalho em que o trabalho formal se diferencia cada vez menos do trabalho informal, confirmando a tese defendida por Santos (2012) acerca da tendência histórica no Brasil de flexibilidade e precariedade das relações trabalhistas.

### **Contrarreforma da previdência**

Quanto à contrarreforma da previdência, a burguesia brasileira trazia que vários obstáculos estavam colocados para manutenção do sistema nos moldes previstos na Constituição Federal de 1988. Em função do crescimento demográfico, da transição, no médio prazo, de uma sociedade jovem para uma sociedade idosa e da elevação da expectativa de vida nas últimas décadas, alterações substantivas no modelo previdenciário brasileiro se faziam imperativas. Para as classes dominantes, esse cenário iria sobrecarregar a previdência social e o sistema de saúde, elevando, inevitavelmente, o gasto público e, por consequência, produzindo um quadro de desequilíbrio fiscal:

Há entre os empresários de um modo geral e os do setor comercial, liderados pela CNC, em particular, consenso no sentido de que o Sistema da Previdência Social no Brasil tem de ser, com urgência, totalmente reformulado. É inevitável substituir o atual sistema participativo, em que a contribuição dos trabalhadores na ativa sustenta os inativos, por um sistema básico de capitalização (CNC, 2010, p. 25).

Da perspectiva da CNC, eram urgentes mudanças no sentido de fixar uma idade mínima para homens e mulheres, acabar com o “privilégio” de algumas categorias profissionais como professores e amadurecer processos de transição entre um regime e outro, porém já incorporando toda a massa de trabalhadores ativos. Junto a essas supostas soluções estava o interesse na ampliação da previdência privada, na implementação do sistema de capitalização, além, é claro, da abertura para a apropriação de parcela maior do fundo público.

No relatório anual de 2015 a Febraban coloca que “existe um longo caminho para incluir outros produtos financeiros na cesta de produtos da população, como seguros, *previdência complementar* e produtos de investimento” (Febraban, 2015, p. 83). Acrescenta-se também a declaração em nota oficial quando das discussões da contrarreforma no ano de sua aprovação:

A proposta de novas regras para a Previdência Social feita pela Presidência da República para discussão pelo Congresso Nacional é uma iniciativa importante para buscar maior justiça e garantir um efeito fiscal positivo

significativo nas contas dos governos federal, estaduais e municipais, com grande abrangência e respeito aos direitos adquiridos. A mudança das regras atuais da Previdência é essencial para garantir o crescimento sustentado da economia e maior geração de empregos no país (Febraban, 20/02/2019).

O interesse da fração financeira do capital na contrarreforma da previdência para expandir e explorar o mercado de previdência privada não é algo recente (Silva, 2021). Assim como expusemos acima, o argumento é a insustentabilidade, o déficit na previdência, o aumento dos gastos públicos etc. É possível dizer que esta contrarreforma estrutural era uma das que mais despertava a atenção da fração em questão.

A posição da CNA não difere em nenhum aspecto das entidades citadas. Segundo ela,

Já está claro às lideranças do país que é preciso promover uma reforma na Previdência Social, já que o crescente déficit oriundo dessa conta torna impossível manter a regra de teto do gasto real do poder público. O governo atual propôs rever as regras da Previdência, mas a conturbada situação política impediu que a pauta fosse votada até o momento e essa agenda fundamental para o crescimento estará a cargo do(a) próximo(a) presidente da República (CNA, 2018, p. 30).

No caso da CNI fica explícita a relação entre crescimento dos gastos públicos, dívida pública e necessidade da contrarreforma da previdência. Para esta entidade patronal, a contrarreforma era uma condição para o aumento de investimento público e, por conseguinte, da competitividade da economia brasileira:

É essencial controlar a trajetória da dívida pública brasileira para garantir a estabilidade econômica no médio e longo prazos. Os primeiros passos foram dados com a lei do teto de gastos. No entanto, sem uma reforma previdenciária e sem uma melhor gestão dos gastos públicos, o teto de gastos não poderá ser cumprido e se tornará inócuo. Para a competitividade brasileira, é importante promover condições para a elevação expressiva da taxa de investimento, que permanece mais baixa do que a de outros países emergentes, inclusive da América Latina (CNI, 2018, p. 52).

Fica explícito, nesse sentido, a defesa da contrarreforma da previdência, argumentando a necessidade de contenção e qualificação do gasto público para o bem da saúde fiscal do Estado brasileiro e do aumento da capacidade de investimento. Segundo as representações políticas das frações do capital brasileiro, a transição demográfica e o aumento da expectativa de vida tornariam insustentáveis os gastos com a previdência social. Ao que se acopla as propostas de estabelecimento de idade mínima para aposentadoria, substituição do regime de participação pelo sistema de capitalização, ampliação das possibilidades de investimento privado em previdência complementar e eliminação de supostos privilégios.

O interesse em mercantilizar o direito social à previdência, em abrir espaço ao capital financeiro seja via previdência complementar, seja via instauração do regime de capitalização,

favorecendo os fundos de pensão e outras instituições financeiras, é evidente. Tudo isso embalado pelo discurso da insustentabilidade do regime previdenciário atual, em função da transição demográfica, dos privilégios de algumas categorias e do crescimento da dívida pública.

Segundo Silva (2021), o capital financeiro que preside o conjunto da acumulação no capitalismo contemporâneo em esfera mundial, tem comandado a contrarreforma da previdência social, tendo em vista a expansão dos fundos de pensão. A autora explica essa investida do capital financeiro no contexto de aprofundamento da crise estrutural do capital manifesta desde fins de 1960 e início de 1970, pelo potencial da previdência como nicho de acumulação. Para a autora, neste contexto de crise, a dívida pública serviu de suporte e alavanca para o robustecimento do capital financeiro e da pressão sobre os Estados nacionais pela “liberalização dos mercados e das políticas para atrair créditos, como os juros altos, a supervalorização do mercado de ações, além de forçar privatizações, alimentando, com isso a expansão do mercado financeiro” (Silva, 2021, p. 24). É nesse cenário que a seguridade social pública passa a ser convertida de direito em serviço mercantilizado e instrumento de acumulação e reprodução do capital.

### **Contrarreforma tributária**

Outra importante pauta da burguesia é a crítica ao sistema tributário e a defesa de sua contrarreforma, que contemple a diminuição da carga tributária e eliminação da cumulatividade dos tributos; a desoneração dos investimentos e das exportações; e a simplificação da estrutura tributária. Segundo a CNI (2013), o Brasil tem uma carga tributária em patamares similares aos de “países desenvolvidos”, mas não consegue oferecer retorno social à altura desses mesmos países. Além disso, “uma parcela da carga tributária brasileira refere-se à questão da cumulatividade dos tributos, que onera o produto nacional nas fases de produção e comercialização, além de desestimular a terceirização e a especialização” (CNI, 2013, p. 86). A entidade diz que a alta carga tributária, sua estrutura complexa e o grande número de tributos, desestimulam o investimento e reduzem a competitividade da indústria brasileira, sendo necessário enfrentar tais problemas para criar um bom ambiente de negócios favorável às empresas.

A contrarreforma tributária, também é amplamente defendida pela fração financeira. No relatório anual de 2016 a Febraban aponta a reivindicação do setor em relação a redução dos impostos de “intermediação financeira” como mecanismo para diminuir os spreads bancários associados também à taxa média de juros praticadas no Brasil. No entanto, tanto em 2015

como em 2016 a campanha pela contrarreforma tributária não angariou tanto apoio quanto a contrarreforma trabalhista, da previdência e outras da chamada agenda de ajustes estruturais. Pode-se observar a partir de 2018 um investimento maior da Febraban com ampliação de espaços sobre o assunto nos relatórios anuais, divulgação de notas oficiais, realização de debates, e sobretudo com a publicação do livro “Como fazer os juros serem mais baixos no Brasil” em 2018, atualizado em 2019, que foi direcionado aos bancos, governos, Congresso Nacional, Judiciário e à sociedade como um todo. Em nota oficial

A Febraban defende um sistema tributário sustentável, que permita prover recursos para as atividades e investimentos do setor público. O atual modelo de impostos está muito aquém dos países desenvolvidos e também daqueles que competem diretamente conosco. Nosso sistema de impostos é caótico, não é de hoje, pela sua complexidade, por sua insegurança jurídica, pela falta de transparência e pelo alto custo de observância, implicando desperdício de esforços e de gastos elevados para as empresas e para a sociedade. Uma Reforma Tributária é condição essencial para destravar o crescimento econômico, aumentar a produtividade, criar um ambiente de negócios mais favorável e melhorar a vida de empresas e famílias (Febraban, 24/08/2020, online).

Em grande parte, a proposta da Febraban segue as outras frações da burguesia, reivindicando redução da carga tributária, simplificação, transparência, neutralidade e equidade na cobrança para os que têm igual capacidade contributiva.

A CNC começa por expor sua análise acerca dos problemas tributários do país e na mesma linha que as suas correlatas de classe, ela acusa a pesada carga de impostos cobrados no Brasil, a sua não correspondência em termos de serviços públicos, diferente do que ocorre nos países da Escandinávia, diz a entidade, onde há uma qualidade bastante elevada dos serviços prestados pelo Estado à população. Por esse motivo, se torna insustentável a manutenção da alta carga de tributos, fazendo-se necessário realizar uma contrarreforma:

Uma estrutura tributária menos complexa aumentará a capacidade de nosso país para competir no comércio exterior. Esse motivo e a redução da carga tributária justificam plenamente a adoção de um novo modelo tributário, simples e desburocratizado, que possibilite o aumento da produtividade e da lucratividade das empresas e que, por meio do rateio dos custos fixos repercutirá favoravelmente sobre os preços internos (CNC, 2010, p. 12).

Entre outras propostas, além da simplificação e da diminuição de tributos, a CNC defende a “desoneração dos investimentos produtivos e das exportações” (2010, p. 14), a unificação de impostos federais e a extinção da cobrança de imposto sobre imposto - a chamada cobrança por dentro. Como se pode observar, boa parte das sugestões em perfeita sintonia com a CNI, a Febraban e, como veremos a seguir, também com a CNA:

Entre as reformas estruturantes, além da Previdência, já mencionada, é fundamental a simplificação, unificação e redução do número de tributos. A promoção da isonomia fiscal entre setores, regiões e produtos nacionais e importados, a unificação da alíquota interestadual do ICMS e sua cobrança no destino, são medidas essenciais para a criação de um ambiente fiscal mais justo e que promova a segurança jurídica necessária. Ainda no campo tributário, além da necessidade de se eliminar qualquer tributo incidente sobre exportações e investimentos no Agro, é urgente instituir mecanismo constitucional que limite o tamanho da carga tributária em relação ao PIB, além de proibir o “cálculo por dentro” para todos os tributos federais, estaduais e municipais, bem como a incidência de tributos sobre outros tributos, sejam diretos ou indiretos, com a cobrança no final da cadeia e de forma monofásica, eliminando assim, toda e qualquer incidência sobre produtos básicos ou semimanufaturados, principalmente insumos e produtos agropecuários (CNA, 2018, p. 31-32).

De modo sucinto, as frações da burguesia brasileira defendem a contrarreforma tributária, alegando a alta carga dos tributos que não se converte em prestação de serviços com qualidade; e sua complexidade, o que por sua vez, encarece os produtos na ponta para o consumidor. Por isso, com algumas medidas como simplificação, a diminuição, a unificação, a desburocratização e a desoneração para produtos exportados se teria mais competitividade aos empreendimentos privados, barateando-os em seus preços.

### **Contrarreforma administrativa**

A contrarreforma administrativa também vem sendo alvo prioritário das frações da burguesia brasileira. Aliás, ela sempre esteve presente nos seus documentos como uma necessidade tanto para modernização do Estado brasileiro, redução dos custos da máquina pública e suposta melhoria na prestação dos serviços públicos oferecidos pelo Estado. Segundo a CNA,

A primeira reforma a ser proposta é a política, alicerce para a reforma administrativa, a qual, neste capítulo, recebe recomendações relacionadas à necessidade de melhoria da produtividade e da qualidade dos serviços prestados, bem como a redução de custos da máquina pública à população brasileira (CNA, 2022, p. 33)

A CNC segue a mesma perspectiva de realizar uma contrarreforma administrativa para tornar mais leve a máquina pública e otimizar o gasto público, desse modo seria beneficiado tanto o setor privado como também a população em geral que é penalizada pelo elevado gasto do Estado:

O grande penalizado pela elevação dos gastos do Estado é o contribuinte. Embora uma reforma tributária possa contribuir para diminuir esse peso, o País necessita avançar o quanto antes na otimização da máquina pública para que o setor privado ocupe mais espaço no ambiente econômico. Defendemos uma reforma administrativa, no intuito de racionalizar os gastos públicos,

enxugando a máquina estatal, de modo que necessariamente reduza o custo da carga fiscal para o setor produtivo (CNC, 2022, p. 38).

A CNI ressalta a necessidade de dotar o Estado de maior eficiência:

O presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI, Robson Braga de Andrade, [...] defende que o foco da reforma administrativa deve ser modernizar e tornar o Estado mais eficiente. Para o setor industrial, a prestação de serviços públicos de qualidade deve ser o principal objetivo da reforma (CNI, 03/08/2021, on-line).

A Febraban relaciona a contrarreforma administrativa à ampliação sustentável do investimento para assim elevar a produtividade, a inovação, bem como a competitividade do Brasil no cenário internacional:

Para ampliar o investimento de forma sustentada, sem gerar desequilíbrios externos e pressões inflacionárias, é preciso aumentar a taxa de poupança doméstica, o que requer eliminar a poupança negativa do governo, reduzir os gastos públicos, mudar sua composição e aumentar sua eficiência. E como não estamos sozinhos no mundo, precisamos melhorar todas essas variáveis – produtividade, investimento, inovação, poupança doméstica, composição, tamanho e eficiência dos gastos públicos – em velocidade maior ou pelo menos igual aos nossos competidores internacionais (Febraban, 2018, p. 6).

A CNC, em setembro de 2024, lançou uma campanha em defesa da contrarreforma administrativa como medida estruturante para a modernização do Estado brasileiro, a eficiência dos serviços prestados e para redução de burocracia, a qual teve ampla divulgação em canais de tv aberta e também em diversas redes sociais. Este ano, 2025, no final de abril, a Fiesp, a CNI, a Fecomerciosp e lançaram outra campanha na qual foram apresentadas diretrizes para a reforma administrativa:

1. Redefinir processos decisórios para garantir eficiência e segurança jurídica
2. Conceder mais autonomia às organizações da Administração Pública para uma gestão mais eficiente
3. Limitar verbas indenizatórias para aplicar o teto salarial
4. Redesenhar carreiras públicas com critérios técnicos claros
5. Criar um sistema transparente de avaliação de desempenho de líderes e equipes
6. Aprimorar concursos públicos para melhor avaliar as competências práticas dos candidatos
7. Regulamentar a contratação temporária
8. Estabelecer políticas públicas para a seleção e gestão de líderes
9. Aprimorar a transparência de dados referentes a servidores e unificar as informações (FIESP, 2025, p. 03).

Anteriormente, a CNI, em 2021, já havia promovido seminários com a presença do então presidente da Câmara Federal, Arthur Lira, para discutir as perspectivas de uma contrarreforma administrativa, entendendo que aquele momento era favorável em vista de um Congresso Nacional “reformista” que deveria ser aproveitado. Na fala do deputado Arthur Lira não deveriam entrar na contrarreforma juízes, promotores e nem policiais. Para o relator, no entanto, todas essas categorias seriam incluídas na proposta a ser votada na Comissão de

Constituição e Justiça. Neste momento, a PEC 32/2020 encontra-se pronta para ser submetida a plenário. Todavia, desde 2023, o debate está sendo retomado o que tem provocado grande mobilização dos servidores públicos.

A ideia da contrarreforma administrativa, segundo as frações da burguesia, está baseada na suposta necessidade de equilíbrio fiscal, enxugamento da máquina pública, contenção do gasto público, eficiência, otimização e racionalização administrativa, melhor atendendo o contribuinte e a iniciativa privada. Medidas aplicadas nessa direção favoreceriam ao investimento, à produtividade, à inovação e, por conseguinte, à competitividade nos diversos mercados.

Fica evidente que as contrarreformas estruturais defendidas pelas frações da burguesia brasileira, quais sejam, a política fiscal e a contenção de gastos, a reforma trabalhista, a reforma da previdência, reforma tributária e a reforma administrativa, são sempre atravessadas por uma ideia de modernização, eficiência, redução de privilégios, ganho de produtividade e competitividade internacional, corte de gastos etc. Vê-se uma diretriz notadamente neoliberal a orientar essa agenda estrutural. Mas, o principal objetivo é realmente o redirecionamento do fundo público para os capitais, principalmente o financeiro, sobretudo por meio do mecanismo da dívida.

Essas são pautas estratégicas promovidas pelas frações da burguesia brasileira que vão orientar a sua atuação em diversos espaços institucionais, em especial, no Congresso Nacional, no Judiciário e no Executivo Federal, e também em diferentes momentos, por exemplo, nas eleições de 2014, 2018 e 2022, sempre em sintonia com os seus documentos e posições públicas. Mas não só em eleições aquelas pautas são defendidas. Em diferentes conjunturas elas aparecem com maior ou menor ênfase, tendo algumas já sido aprovadas como o “teto de gasto” substituído pelo “Novo Arcabouço Fiscal”, a contrarreforma trabalhista, contrarreforma da previdência e a contrarreforma tributária. Agora em curso está a campanha pela contrarreforma administrativa.

Afora as contrarreformas citadas, há também outra série de demandas apresentadas pelas frações do capital brasileiro nos mesmos documentos já analisados. Embora algumas delas tenham peso menor – o que não é o caso do ponto a seguir –, consideramos, ainda assim, relevante trazê-las para a discussão, posto que algumas delas também foram incorporadas pelos governos do período investigado e convertidas em política pública.

#### 4.1.2. Outras medidas centrais

##### **Juros, crédito, inflação**

No que se refere à apresentação de seus interesses sobre a taxa de juros praticada no Brasil, as quatro frações afirmam ser favoráveis a redução do patamar adotado no país e apontam que ela se encontra entre uma das mais altas do mundo, resultando em perda de competitividade, encarecimento dos bens produzidos e baixo aproveitamento da capacidade produtiva e do mercado de consumo interno. O estabelecimento da taxa de juros em patamar similar ao praticado internacionalmente contribuiria para o equilíbrio fiscal, para atrair investimento, para baratear o acesso ao crédito e, por conseguinte, aumentar a produtividade. Para a CNA

Não há dúvida de que o acesso ao crédito, a taxas relativamente baixas para os padrões brasileiros, constitui um dos elementos centrais da capacidade de a agricultura brasileira se expandir. Os estudos de crescimento da agricultura atestam que a correlação entre o crédito e a produção, produtividade e área plantada é muito grande. Em poucas palavras, o crédito é um fator de produção tão relevante quanto a terra, o fertilizante ou a máquina agrícola. Dessa maneira, seria impensável a expansão do Agro brasileiro sem a política de crédito rural que norteou a política agrícola nacional (CNA, 2018, p. 33).

A CNC, nesse debate, é a mais crítica entre as frações quanto à alta taxa de juros. Diz ela

Uma análise criteriosa revelará que a política monetária de juros altos não tem sido satisfatória para o Brasil. Nos últimos anos, a manutenção da atual política causou danos às contas públicas, ao mesmo tempo que rendeu dividendos para os investidores (principalmente o capital estrangeiro), que, atraídos por juros sedutores, compraram títulos públicos, o que não é bom no médio prazo (CNC, 2010, p. 35-36).

Nesse sentido, a patronal do comércio propõe a redução das taxas de juros “para que não sejam um instrumento de freio à expansão da atividade econômica” (CNC, 2010, p. 37). Afora isso, a CNC também problematiza o uso da taxa de juros como mecanismo para controle da inflação

Há anos o Banco Central tenta controlar as pressões inflacionárias via juros altos. É uma visão com objetivos difíceis. Afinal, o efeito da taxa de juros sobre a atividade econômica não é direto, isto é, dá-se através de mecanismos de transmissão mais complexos (CNC, 2010, p. 37).

Ainda assim, para a CNC a manutenção da estabilidade do patamar de preços é indispensável para a previsibilidade econômica e para a preservação do poder de compra da moeda. O desequilíbrio da inflação repercute de maneira mais negativa sobre as famílias mais pauperizadas.

A CNI ressalta a importância das formas de financiamento e do seu padrão para a expansão da capacidade produtiva e para a elevação da produtividade. Ela afirma que o financiamento no Brasil é inadequado, insuficiente e caro, e

Além da escassez de recursos, outro entrave ao financiamento ao setor produtivo no País é o elevado spread bancário, que faz com que a taxa de juros para o tomador de empréstimo seja muito maior que a taxa básica de juros da economia. Entre os determinantes deste spread, destacam-se o risco de variação da taxa de juros; a cunha fiscal; as despesas administrativas; o nível ainda insuficiente de concorrência entre os bancos na oferta de crédito; o fato de o Estado ser um grande tomador de empréstimo; e a falta de segurança jurídica dos contratos. A busca de um novo padrão de financiamento para o setor produtivo requer a redução do spread bancário (CNI, 2007, p. 40-41).

A Febraban fala sobre a taxa de juros, o papel dos bancos e a importância do financiamento à produção:

Para o Brasil crescer mais rápido, é preciso eliminar as nossas fragilidades fiscais e aumentar a taxa de crescimento da produtividade econômica, o que requererá maior abertura comercial da economia e reformas microeconômicas em diversos setores. A oferta de crédito a juros mais baixos é um dos componentes desse processo. A função dos bancos é emprestar para financiar a produção, o consumo e o investimento. Quem empresta quer emprestar para o maior número de pessoas e empresas, aumentar o volume de negócios e reduzir os riscos. Quanto menores forem os juros, mais pessoas e empresas poderão usar o crédito. Para reduzir mais rapidamente os juros no Brasil, é preciso simultaneamente reduzir os custos da intermediação financeira, que aqui são mais elevados do que em outros países, e incentivar ainda mais a competição no setor bancário para facilitar que essas reduções de custo sejam repassadas aos clientes. A Febraban e seus bancos associados são 100% favoráveis a mais competição e estímulos à livre iniciativa. Apoiarão toda e qualquer medida não discriminatória que vise elevar a competição e a eficiência no setor bancário (Febraban, 2018, p. 8-9).

Para baixar a taxa de juros o elemento mais destacado pelas frações da burguesia brasileira é o equilíbrio fiscal e o controle inflacionário. Afora isso, não aparecem tantas outras propostas para a redução para a taxa de juros praticada no Brasil.

### **Política cambial e comércio exterior**

Com as mudanças no cenário do comércio internacional no que se refere a “geografia do crescimento, da produção e da inovação” (CNI, 2013, p. 11), há a necessidade, para que o Brasil ocupe uma posição competitiva nesse contexto, que sejam desenvolvidas condições econômicas e institucionais seguras e atraentes. A CNI, quanto a esse item de reivindicação, defende

Expandir a base industrial, promovendo o fomento de pequenas e médias empresas e de regiões menos favorecidas; inserir-se internacionalmente, a partir do desenvolvimento da cultura exportadora doméstica e da melhoria das condições de acesso aos mercados internacionais; melhorar a gestão empresarial, aumentando a qualidade e a produtividade; dar ênfase à inovação, a fim de preparar as empresas para a competição da economia do conhecimento; desenvolver cultura de responsabilidade socioambiental, visualizando-a como uma oportunidade de negócio e um benefício para a sociedade. Os processos a serem desempenhados pela indústria terão sustentação, caso estejam disponíveis condições adequadas de infraestrutura e de recursos humanos, ambientais e financeiros. É primordial um ambiente institucional moderno, ágil e eficiente, bem como um ambiente regulatório estruturado e estável. Somam-se a essas condições a necessidade de um sistema de saúde de qualidade e um sistema educacional alinhado aos anseios da sociedade, que fomente o empreendedorismo e esteja preparado para atender os desafios da economia do conhecimento (CNI, 2007, p. 15).

Um fator que desestimula o comércio exterior, segundo as frações da burguesia brasileira, é a enorme burocracia e sua complexidade que geram um elevado ônus aos empresários, influenciando na diminuição das exportações. Soma-se a esse problema a alta tarifa acima da média de outros países. Por isso, tanto medidas de simplificação da burocracia como de redução das médias tarifárias teriam por efeito o maior acesso aos mercados internacionais. Sobre os acordos comerciais, as entidades patronais apontam que o país caminhou pouco nesse sentido e ficou demasiadamente preso ao Mercosul, este não lhe sendo muito vantajoso ante as possibilidades de firmar acordos comerciais com outros países ou blocos econômicos. Mesmo no Mercosul, as disputas entre os membros sócios se acirram e novas oportunidades de comércio e acordos multilaterais e regionais surgem no horizonte, como, por exemplo, o tratado entre Mercosul e a União Europeia, firmado em parte recentemente.

Em relação à crítica, a CNC vai colocar que o déficit público e a valorização do real trouxeram prejuízos para a projeção internacional dos setores exportadores brasileiros, pois de um lado o investimento diminuiu, e de outro a valorização cambial favorece às importações, comprometendo em alguma medida, a indústria, o comércio e o agronegócio nacional, além desestimular a exportação desses mesmos setores.

Brasil chega ao fim de 2010 com duas questões importantes que fragilizam o cenário econômico. A mais relevante, mas que se repete há anos, é o déficit público, resultado do fato de o Governo gastar mais do que arrecada. A outra ganhou corpo no segundo semestre: a supervalorização do real em relação ao dólar, que trouxe a reboque seus conhecidos efeitos negativos, como aumento das importações – com perdas para a produção nacional – e desestímulo às exportações. Sequela dessa situação é a pressão de alguns segmentos da indústria tentando vender no comércio doméstico produtos que não conseguiram colocar no mercado internacional (CNC, 2010, p. 39).

Outro aspecto relacionado ao comércio, mais especificamente ao papel do Brasil no mercado internacional ou ainda na divisão internacional do trabalho, é a ênfase no setor agroexportador.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) montou um projeto em 2010 olhando 10 anos à frente, e concluiu que nesse período seria necessário aumentar a produção de alimentos em 20% para garantir segurança alimentar global. E mostrou que não seria tão fácil alcançar essa meta, dado o fato de que nos grandes países (ou blocos deles, como a União Europeia) a produção dificilmente cresceria mais de 12% a 15%, de modo que ao Brasil caberia a responsabilidade de aumentar a sua em 40%. Essa possibilidade, diz a OCDE, se deve ao fato de o Brasil ter terra disponível para aumentar a área cultivada, ter tecnologia tropical sustentável que vem aumentando a produtividade por hectare e por ter gente competente em todos os elos das cadeias produtivas do agronegócio. Outros fatores, como água suficiente para ampliar áreas irrigadas e clima razoavelmente favorável, também beneficiariam o país (CNA, 2018, p. 08).

As propostas para melhorias sobre a política cambial e o comércio exterior demandam, na formulação das entidades patronais, desvalorização do real frente ao dólar, tornando os produtos brasileiros mais competitivos, enquanto os estrangeiros ficam mais caros. Demandam também investimento em gestão, desburocratização, redução tarifária, inovação tecnológica e diversificação de mercados, com ênfase na aproximação à União Europeia e secundarização do Mercosul. Elemento que se sobressai é o papel do agronegócio brasileiro na divisão internacional do trabalho, sendo convocado para atuar como fornecedor de alimentos do mundo.

### **Infraestrutura, comunicação, transporte e energia**

As frações da burguesia brasileira consideram a infraestrutura de transporte e logística do Brasil precária, cara, de baixa eficiência e ultrapassada, fazendo com que os setores econômicos dependentes dessa estrutura percam em competitividade no cenário internacional, além de ver seus produtos no mercado interno sofrerem um encarecimento em função do atraso mencionado, dos tributos onerosos e da burocracia institucional. Na análise da CNI,

O Brasil possui elevado déficit de infraestrutura básica de transportes. Existem problemas na oferta dos serviços de transporte rodoviário, ferroviário, marítimo e fluvial e no sistema portuário. A competitividade das empresas brasileiras tem sido significativamente afetada (CNI, 2007, p. 36-37).

Outra crítica que aparece nos documentos das entidades patronais é a de que o Estado tem um elevado gasto de custeio, a restrição fiscal, a má alocação dos recursos públicos e assim vem ineficiência e o pouco espaço para investimento. Neste item, as frações da

burguesia brasileira apresentam como reivindicações ao Estado investimento em infraestrutura e logística, em energia, em tecnologias digitais e da comunicação e em vários modais de transporte. Para elas, a implementação de medidas relacionadas a cada uma dessas áreas elevaria a competitividade dos diversos setores econômicos, dando mais segurança e celeridade à entrega dos produtos, e ampliaria as possibilidades de investimento. Segundo a CNC,

São numerosos os estudos que tratam da relação causal entre o investimento em infraestrutura e o crescimento econômico. Percebe-se intuitivamente que os serviços que fluem da infraestrutura econômica geram, na linguagem dos economistas, em maior ou menor grau, “externalidades” para a agricultura, a indústria, o comércio e os serviços. Em outras palavras, esse tipo de investimento gera aumento de produtividade para todos os setores da produção direta de bens e serviços. É claro que sem um bom sistema viário, as safras agrícolas no trajeto entre a fazenda e o porto de embarque perdem competitividade, sem falar nos custos implícitos na fila dos navios que se forma ao largo, à espera de facilidades de atracação. (CNC [2015], 2016, p. 27)

No entanto, para ter sucesso nessa política, se fazia necessário reformar o sistema tributário considerado altamente oneroso para o empresariado e elaborar marcos regulatórios atrativos para o capital privado; modernizar o complexo de transporte e logístico: rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos; investir em internet, tecnologias digitais, da informação e da comunicação; ampliar a participação e o investimento público e privado, sobretudo, com concessões e parcerias público-privadas; além também de defender rodadas de privatizações: “o país precisa ampliar a agenda de privatizações e concessões para que o investimento privado se concretize e contribua para a superação dos gargalos na infraestrutura” (CNI, 2018, p.132). Falando sobre o impacto de uma rede qualificada de transporte e logística para a economia do país, diz a CNI

Uma rede eficaz de transportes intermodal é fundamental para a competitividade da indústria. A logística eficiente permite a realização das entregas dos insumos de produção e a distribuição do produto industrial ao mercado com segurança e nos tempos adequados, ampliando a competitividade das empresas. Além da infraestrutura logística, a disponibilidade de energia elétrica e a existência de estrutura adequada de transmissão de dados em alta velocidade (banda larga), livre de oscilações e interrupções e a custos competitivos, são insumos essenciais aos processos de organização e produção industriais (CNI, 2013, p. 73).

Quanto às concessões, a CNC, concordando com esse recurso para envolver a participação do setor privado em tais atividades, expressa, todavia, suas preocupações:

O recurso às concessões, como forma de mobilizar o setor privado ante a limitação de recursos do Estado, é a solução possível para sanar os estrangulamentos que afloram das deficiências da infraestrutura. *Será preciso, contudo, que o modelo ou modelos de concessão não tenham a*

*marca do voluntarismo do governante, ao impor taxas de retorno que desencorajem os eventuais participantes dos leilões (CNC [2015], 2016, p. 28).*

Outra questão importante relacionada a esse item de reivindicação das frações do capital brasileiro é do impacto para a participação nas cadeias de valor. Para uma inserção qualificada da economia brasileira nessas cadeias, o desenvolvimento de uma política com medidas que superem os gargalos impostos pela malha de transporte e logística constitui iniciativa central. Também a CNC ainda apresenta críticas sobre o licenciamento ambiental. Diz a entidade:

O fim da obstrução sistemática do Ibama, sem oferecer soluções técnicas, à concessão de licenciamento ambiental para a construção de usinas hidrelétricas, atrasando projetos e gerando insegurança para os empreendedores, que se sentem inibidos para investir, o que prejudica o crescimento do País – é preciso objetividade na avaliação dos impactos ambientais (CNC, 2010, p. 55).

De modo sucinto, as propostas das frações da burguesia brasileira a respeito do eixo em questão giram em torno da requisição por mais investimento do Estado para modernizar a infraestrutura, a comunicação, o transporte e a rede de energia, e do maior envolvimento da iniciativa privada seja mediante privatização, seja via concessão e gestão privada. Ademais, parte também destacada é a necessidade da reforma tributária para reduzir os custos incidentes sobre os produtos e sua circulação, e uma maior restrição à atuação do Ibama na concessão do licenciamento ambiental.

### **Tecnologia, pesquisa e inovação**

Nesse âmbito, as entidades patronais, especificamente, a CNC, a CNI e a CNA compreendem que o conhecimento técnico-científico, isto é, o investimento feito em pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico tem sido o fator de produção mais relevante dentre os outros como recursos naturais, capital e trabalho. Investir em pesquisa e desenvolvimento deveria ser, portanto, o caminho a ser seguido pelo Brasil, sobretudo considerando que a concorrência de uma parte dos países, como os asiáticos, dispõe de um baixo custo produtivo, como de outra, o desenvolvimento tecnológico do país está aquém do percebido nos países de capitalismo central.

Outro motivo apontado pelas frações da burguesia brasileira para investimento em pesquisa e desenvolvimento foi o baixo crescimento da força de trabalho somado ao seu custo elevado no Brasil. Diz a CNI

A expansão da produção passará a depender ainda mais da capacidade de inovação, portanto, será imprescindível e determinante a qualidade da oferta

de trabalho. Educação de qualidade, treinamento e qualificação profissional e investimentos em ciência e tecnologia são essenciais para mitigar os efeitos das transformações demográficas na competitividade internacional da indústria brasileira (CNI, 2013, p. 20)

Nesse quadro a inovação ganha importância elevada tanto no sentido de sustentar ganhos permanentes de produtividade como de inserção de um novo produto, serviço, processo organizativo ou de negócio. Os setores econômicos afirmam que a iniciativa privada tem papel fundamental na transformação do Brasil em uma economia competitiva, mas dizem também que o governo desempenha uma função indispensável, qual seja, “cabe prover o ambiente de negócios e a infraestrutura adequados, estimular a inovação e construir políticas e instrumentos que estimulem e direcionem o crescimento da indústria” (CNI, 2018, p. 150).

A CNC traz também, sob o seu ponto de vista, a necessidade de pensar o adensamento das tecnologias da informação nos processos de trabalho, o que pede a revisão da legislação trabalhista no sentido de abarcar as novas condições e relações de trabalho dessa categoria de profissionais que emerge com a ampliação da TI

Essas reflexões sobre o impacto da TI incidindo em novas formas de associar o fator trabalho ao fator capital, no seu sentido físico de máquinas e instalações, deveriam estar, na hora presente, na mente de nossos legisladores quando se discutiu a flexibilização da Legislação do Trabalho. Trazer tal Legislação dos idos dos anos 1930 para a realidade do século XXI também é fator importante para compor o choque de produtividade que o país tanto necessita (CNC [2017], 2018, p. 38).

Outra importante observação colocada pela CNC é que “a tecnologia da informática gerou o e-commerce, a maior revolução comercial dos últimos 50 anos. Paralelamente, no mercado de trabalho a convivência com os problemas do desemprego deu origem e estimulou o empreendedorismo e novos tipos de microempresários” (CNC [2017], 2018, p. 40). É interessante notar a relação feita pela entidade entre uso da tecnologia, desemprego e, frente ao mesmo, a saída pelo empreendedorismo e o microempresário.

As frações também defendem o estreitamento das relações com os institutos tecnológicos e as universidades como forma de ampliar a participação da iniciativa privada no investimento em pesquisa e desenvolvimento, de maneira direta, autônoma ou em parceria com outros entes:

Para que a inovação aconteça de forma regular, é importante construir um programa eficiente que permita às universidades, aos institutos e às empresas de pesquisas acelerarem a formação de equipes especializadas e com sólida capacidade para a pesquisa, com conhecimento científico e tecnológico consolidado para prospectar oportunidades reais para a inovação e com ampla aptidão para a compreensão interdisciplinar (CNA, 2022, p. 12).

As entidades patronais defendem mais investimento em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia para melhorar a produtividade, reduzir custos e aperfeiçoar técnicas. Isso se torna ainda mais central, considerando a mudança de ritmo de crescimento da força de trabalho, o que demanda compensação com a criação de tecnologia para a expansão da produção. Arelado ao maior investimento em pesquisa, inovação tecnológica e desenvolvimento cresce também a necessidade de maior investimento em educação e qualificação profissional. Nesse sentido, destaca-se o peso da participação do Estado nos investimentos, sobretudo, no complexo infraestrutural como apresentado no item precedente, bem como do maior envolvimento da iniciativa privada. As patronais chamam a atenção ainda para a centralidade das tecnologias da informação e como a sua inserção requer alterações na legislação trabalhista, visando a adequações das novas condições de trabalho a partir do crescimento das TI's, posto que essa nova realidade mediada por elas implicará na alteração do ritmo de produtividade do trabalho. Outro importante elemento relacionado é o estreitamento da articulação com as universidades, institutos tecnológicos e empresas da área de pesquisa para o atendimento das necessidades provenientes do mercado quanto ao desenvolvimento e inovação.

### **Educação**

Para as entidades patronais, a competitividade é determinada pela produtividade e esta, por sua vez, é condicionada pelo conhecimento e educação dos seus trabalhadores. Quanto melhor formados, instruídos, mais desenvoltas e produtivas serão as equipes no trato com os seus instrumentos de produção. De modo que, para elas, é central difundir uma perspectiva educacional calcada na inovação, no empreendedorismo e criatividade, no acesso a tecnologias da informação e no desenvolvimento de habilidades ligadas às necessidades oriundas dos diversos setores econômicos. A baixa qualidade da educação no Brasil faz, portanto, com que os setores econômicos percam competitividade e tenham mais custos:

Um dos principais determinantes da competitividade da indústria é a produtividade do trabalho. Equipes educadas e engenheiros bem formados utilizam melhor os equipamentos, criam soluções para os problemas do dia a dia, adaptam processos e produtos e desenvolvem e implementam inovações. No Brasil, a baixa qualidade da educação básica, a reduzida oferta de ensino profissional e as deficiências no ensino superior limitam a capacidade de inovar das empresas e a produtividade, com impactos significativos sobre a competitividade das empresas (CNI, 2013, p. 27).

O projeto educacional proposto pelas entidades é de sua adequação aos interesses e necessidades do mercado, da “economia do conhecimento”, compreendendo a ciência, trabalho, com maior investimento em pesquisa e desenvolvimento. Esse objetivo, no entanto,

não pode ser alcançado sem uma mudança de perspectiva de gestão de qualidade nas escolas. Não só as escolas são alvo da discussão educacional das frações da burguesia brasileira. Como já mencionado rapidamente, as universidades também são contempladas nos seus projetos e, assim como se pensa a escola, para as representantes da burguesia brasileira, as universidades devem ter seus cursos e conteúdos acadêmicos revistos “para incluir habilidades e novas competências (capacidade de comunicação, resolução de problemas, trabalho em equipe) e orientados à utilização prática dos conhecimentos teóricos, favorecendo a empregabilidade dos profissionais formados” (CNI, 2007, p. 32), evidenciando a concepção pragmática e utilitarista da educação superior para aqueles setores econômicos. No que se refere a educação profissionalizante e tecnológica, a perspectiva apresentada pelas entidades patronais também não destoa das dirigidas aos outros níveis educacionais. Acresce-se apenas que elas situam esse debate no contexto de grande avanço do desenvolvimento tecnológico e da inovação adensada por pesquisas e por isso os altos níveis de exigência e complexidade de demandas ao trabalho nesse âmbito de atuação que envolve conhecimento técnico-científico, habilidades variadas e capacidade de gestão, tudo em permanente modificação posto que condicionado pelas alterações cada vez mais velozes da inovação tecnológica. Esse quadro deve ser contemplado, no entendimento das patronais, e servir de referência para as necessárias modificações no âmbito das instituições promotoras do ensino profissional e tecnológico, para assim contribuir com a oferta de força de trabalho qualificada às demandas do mercado, bem como para aumentar o potencial de empregabilidade.

As entidades criticam a pouca escolaridade da população trabalhadora e falam da necessidade de elevá-la em todos os níveis: o básico, o profissional e o superior. Colocam sobre a importância de aumentar a oferta da Educação de Jovens e Adultos articulada à educação profissionalizante:

A ação mais urgente é a garantia de educação básica para todos os brasileiros. A organização defende, ainda, a ampliação da rede de instituições de educação profissional, para aumentar a oferta dessa modalidade de ensino. Também são considerados relevantes a formação de docentes para a educação profissionalizante e o investimento em ensino a distância, como aliado na formação de professores. O que se quer do novo PNE é estabelecer, nos próximos dois anos, a partir de parceria entre o Governo e a iniciativa privada, um sistema integrado de informações que guie a política nacional do setor para atender às necessidades de formação inicial e continuada da força de trabalho (CNC, 2010, p. 58).

Uma parte significativa das demandas se materializaram no chamado novo ensino médio. Para as representantes das frações da burguesia, a educação de adolescentes e jovens estava defasada, necessitava ser posta em sintonia com os novos tempos, permitindo aos

estudantes desempenharem protagonismo na sua própria formação, conjugando integralidade e flexibilidade:

A organização da educação do Novo Ensino Médio em áreas e itinerários formativos tem o objetivo de engajar o estudante na definição do seu projeto de vida, passando ele a ter possibilidade de escolha. Dessa forma, os jovens adquirem protagonismo na formação e na construção de suas carreiras. (CNA, 2022, p. 59)

Ademais, as patronais defendem, também, políticas de ampliação do acesso ao ensino superior, no entanto, sem explicitar se por via das instituições públicas ou das privadas. Ao considerar o lobby das instituições privadas de ensino superior junto ao Legislativo e ao Executivo Federal essa dúvida não se sustenta. Importante também mencionar que elas fazem a defesa de uma educação, considerando o envolvimento do Sistema S com o Senai, o Sesc-Senac e o Senar, cada um dando ênfase respectivamente nas necessidades de força de trabalho qualificada para a indústria, o comércio e o trabalho rural.

### **Saúde**

O debate promovido pelas entidades patronais situa a saúde como um dos elementos com impacto – positivo ou negativo - na economia, posto que a força de trabalho, quando bem assistida pelos serviços de saúde, realiza o seu ofício com maior qualidade e diminui as chances de custos com adoecimento ou mesmo morte prematura. No entanto, a avaliação delas é de que o sistema de saúde brasileiro é de baixa qualidade, ineficiente, pois não se concentra em medidas preventivas e nem no controle de doenças não transmissíveis, não cumprindo com os seus objetivos. A repercussão aparece na forma de “queda da produtividade, afastamentos recorrentes e prolongados e aumento de custos com substituição do funcionário e seguros relacionados” (CNI, 2018, p. 68).

As entidades também defendem o maior incremento de tecnologias digitais e a adoção da modalidade de telemedicina ou telessaúde como formas de racionalizar custos, otimização dos investimentos, ganho de eficiência e, assim, oferecimento de um serviço de saúde de melhor qualidade para a população, combinando ações do setor público e do setor privado.

Atualmente tramita no Senado Federal o Projeto de Lei 1.998/2020, já aprovado pela Câmara dos Deputados, que propõe alterar a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, para autorizar e disciplinar a prática da telessaúde em todo o território nacional e, também, revogar a Lei 13.989, de 15 de abril de 2020. O projeto de lei mencionado considera a telessaúde como a modalidade de prestação de serviços de saúde a distância, por meio da utilização de tecnologias da informação e comunicação, mediante a transmissão segura de dados e informações de saúde (CNA, 2022, p. 56).

As confederações, em seus documentos, também associam uma saúde de qualidade à noção de cidadania plena (CNC, 2010) e no seu aspecto econômico, uma necessidade estratégica para o desenvolvimento de uma sociedade nacional competitiva.

Os planos coletivos representam 80% da cobertura de vidas contratadas (ANS, 2017) e convivem com aumentos dos seus custos acima da inflação. O aumento dos custos dos planos se dá por três principais fatores: falta de moderação de uso pelos usuários; judicialização para acesso a tecnologias sem comprovação de benefício aos pacientes em relação aos custos assistenciais; e desperdício de recursos humanos e materiais, com excesso de exames e procedimentos (CNI, 2018, p. 68).

Mesmo partindo de uma perspectiva liberal para a saúde e de um prognóstico negativo sobre a saúde pública no Brasil, as frações da burguesia brasileira citadas não ignoram a importância do Sistema Único de Saúde, mas defendem mudanças baseadas num modelo gerencialista, tendo por referência a empresa privada. Daí as noções de eficiência, modernização, adoção de telemedicina e incremento tecnológico para racionalizar e otimizar os recursos disponíveis com objetivo de, supostamente, melhorar os serviços oferecidos à população. O mais importante para as frações seria atuar na prevenção, diminuindo os casos de adoecimentos e morte prematura que teriam impacto no próprio ambiente de trabalho e, por conseguinte, na produtividade dos trabalhadores. As maiores defesas são por investimento, mudanças regulatórias na prestação dos serviços de saúde, incorporação de novas tecnologias e informatização, bem como adoção do modelo gerencial privado.

### **Saneamento básico**

Nos documentos analisados, a política de saneamento é abordada apenas pela CNI. Primeiro, a Confederação coloca que o saneamento é deficitário e de baixa qualidade. Para ela, os problemas advindos do saneamento, como a falta de tratamento do esgoto, pioram a qualidade de vida e saúde da população, diminuem a produtividade do trabalho e prejudicam a “qualidade das águas dos rios, lagos e represas” (CNI, 2007, p. 39). Soma-se a isso o crescimento demográfico urbano acelerado e o quadro de investimentos insuficientes que leva a uma piora no oferecimento dos serviços. Para a representação da fração industrial da burguesia, um dos maiores problemas é a “falta de clareza e de estabilidade no marco regulatório, a deficiência das estruturas institucionais e a inexistência de financiamento adequado, que inibem os investimentos, especialmente o aporte de recursos privados” (CNI, 2007, p. 39). De modo que a resolução dos problemas relacionados ao saneamento básico resultaria numa melhora da saúde em geral, da qualidade de vida, da produtividade do trabalho, da geração de negócios e da competitividade do país. Ante esse cenário, a CNI

defende a ampliação do investimento privado, realização de privatizações e concessões, parcerias público-privada, aperfeiçoando a institucionalidade e o gasto público como meio para garantir a universalidade do acesso.

### **Meio ambiente e desenvolvimento sustentável**

Nesse item as frações da burguesia brasileira têm um afinamento indiscutível: a flexibilização do licenciamento ambiental. Para elas, a burocracia considerada obsoleta que envolve o licenciamento ambiental faz com que o Brasil perca competitividade, diminuindo o estímulo ao investimento. Por isso, elas defendem a aprovação de um marco legal para o licenciamento ambiental:

Aprovar e sancionar o PL 2159/2021, com o conteúdo aprovado na Câmara dos Deputados, de modo a garantir maior agilidade e segurança jurídica aos investidores, transformando o procedimento do licenciamento ambiental num instrumento de defesa da sociedade e de salvaguarda dos interesses do meio ambiente, dos empreendedores e da sociedade brasileira (CNA, 2022, p. 74).

A CNC se soma nesse discurso, pedindo o fim de obstruções sistemáticas por parte do Ibama que não oferece soluções técnica a concessões de licenciamento ambiental para obras diversas:

Diante da pulverização de normas existentes sobre o tema e da multiplicidade de tratamento nos diversos entes da federação, constata-se um cenário de alto grau de insegurança jurídica. Destacamos a relevância de se estabelecerem regras mais claras para o licenciamento ambiental, pautadas na uniformização e na isonomia de tratamento do tema em diploma de âmbito federal, com conceitos e critérios mais objetivos, o que tornará o processo mais célere e simplificado, com o devido equilíbrio entre a proteção ambiental e o desenvolvimento da atividade econômica (CNC, 2022, p. 44).

A CNI propõe que o setor produtivo tenha incentivos econômicos para compensar os investimentos em tecnologia limpa. A Febraban advoga a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental

Iniciativas desenvolvidas nessa área visam atender a quatro objetivos: aperfeiçoar os processos de gerenciamento dos riscos socioambientais e climáticos do setor bancário; aumentar o volume de negócios verdes e inclusivos; promover a inserção de aspectos ambientais, sociais e de governança nas estratégias de negócios das instituições financeiras; e disseminar a agenda de sustentabilidade com stakeholders relevantes. Para a realização das atividades, a Febraban conta com o suporte dos bancos associados por meio da Comissão Setorial de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (CRSS) e seus grupos de trabalho. Além disso, a Comissão Intrasetorial de Sustentabilidade reúne-se periodicamente para alinhamento das ações. Participam dessa comissão: Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), Anbima, B3 S.A. –

Brasil, Bolsa, Balcão (B3), Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) e Febraban (Febraban, 2019, p. 55).

A presença do capital financeiro em suas diversas formas fica evidente nessa passagem do relatório anual de 2019. Essa articulação aponta no sentido do desenvolvimento de políticas para a exploração do mercado de carbono. A Febraban aprovou uma política de sustentabilidade com três categorias: “Economia Verde”, “Exposição às Mudanças Climáticas” e “Exposição ao Risco Ambiental” (Febraban, 2020, p. 47).

Para a CNA há quatro grandes questões a serem enfrentadas: “a estruturação do mercado de carbono; a promoção da economia verde e da agroenergia; a organização estruturada para o cumprimento dos compromissos ambientais internacionais; e a regularização fundiária” (CNA, 2022, p. 71).

### **Acesso à terra**

Voltando ao documento “o que queremos do próximo presidente 2015-2018”, o seu restante toca em pelo menos mais uma questão de grande importância: “segurança jurídica”. Nessa questão a reivindicação dos ruralistas se desdobra em demandas concernentes à demarcação das terras indígenas; às “invasões de terras”; à “questão quilombola”; à “regularização fundiária na Amazônia”; e à “aquisição de terras por estrangeiros”. De modo sumário, o pleito é por medidas, revisões, revogações e novas legislações que restrinja e impossibilite novas demarcações de terras para povos indígenas; que coíba terminantemente ocupações de terra por movimentos de luta por reforma agrárias, inclusive, criminalizando-os; que as normatizações a respeito de remanescentes de terras quilombolas sejam revistas e reformuladas com a explícita intenção de impedir novas reivindicações por terra dos povos quilombolas; que as terras da União localizadas nos estados da dita Amazônia legal sejam transferidas para estes, visando acelerar e simplificar os processos de regularização fundiária nas áreas rurais desses mesmos estados; e, por fim, que seja editado um novo marco regulatório para “viabilizar as atividades das empresas brasileiras de capital externo que já operam ou venham a operar em território brasileiro” (CNA, 2014, p. 57). Essas são algumas das reivindicações da fração ruralista da burguesia apresentadas em meio a um momento já conturbado da realidade socioeconômica brasileira e que viria a piorar.

Procedemos com a exposição do programa das frações da burguesia brasileira para situar a sua estratégia neoliberal, demonstrando, primeiro, que as contrarreformas em curso já eram propugnadas por elas há bastante tempo e não foram antes realizadas na *radicalidade* atualmente registrada por ausência de relações de força completamente favoráveis, fazendo

com que as tentativas anteriores tenham encontrado oposição suficientemente forte, seja para impedi-las, seja para reduzi-las em seus danos. Ou seja, não há propriamente uma novidade em suas contrarreformas. O que há de novo é o fino alinhamento de forças regressivas em seu favor. O segundo motivo de assim termos procedido, se justifica, pois, foi ao observar o estreitamento progressivo de suas margens de lucro ao longo dos governos da Presidenta Dilma Rousseff e, posteriormente, por identificar o flagrante enfraquecimento desse governo, que as frações da burguesia brasileira enxergaram a oportunidade de implementar o seu programa de radicalização neoliberal, retomando o controle pleno, sem mediações outras, sobre a política do Estado.

Para que não reste dúvida: as políticas neoliberais conduzem o Estado desde pelo menos a década de 1990, tendo ressonância em diversos partidos, dos de direita até mesmo aqueles da centro esquerda. Houve, no entanto, gradações conjunturais diferenciadas, por exemplo, ao longo dos governos do PT, incorporando uma tímida indução estatal no desenvolvimento socioeconômico, sem jamais ter representado uma ruptura com o neoliberalismo. Estamos dizendo, então, que o que ocorreu foi uma *radicalização* na aplicação desse programa, revelando concretamente uma determinação do recrudescimento autocrático-burguês que tem por uma de suas características a concentração exacerbada do poder político e econômico, mediado por mais das vezes pelo Estado. O que nos leva, no ponto seguinte, à reconstrução do alinhamento de forças em torno da radicalização neoliberal, cujo trânsito perpassa pelas experiências petistas, seu ocaso temporário consumado no golpe de 2016 e o engendrando de um processo ainda mais complexo de regressão reacionária.

#### 4.2. Uma ponte para o futuro

A análise dos documentos revela que muitas das contrarreformas aprovadas, a partir, sobretudo, do golpe de 2016 sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff, já estavam sendo defendidas pelas frações industrial, comercial, ruralista e financeira da burguesia brasileira representada nas entidades referidas, e foram exatamente elas (teto de gastos, contrarreforma trabalhista, contrarreforma da previdência, contrarreforma tributária, contrarreforma administrativa etc) que apareceram no famigerado documento “Uma Ponte Para o Futuro” apresentado à época pelo Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), hoje, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido do à época vice-presidente Michel Temer.

Parte das proposições do programa foi introduzida na apresentação desta tese. Cabe agora uma exposição mais pormenorizada de seu conteúdo, associando-o aqueles que foram trazidos aqui dos documentos das quatro frações da burguesia brasileira. A *ponte para o*

*futuro* abre dizendo que o programa tem por objetivo preservar a economia nacional, contribuir com o desenvolvimento do país, recriando as condições para que o Estado possa implementar políticas sociais para combater a pobreza e criar oportunidades a todos os cidadãos. Depois de criticar indiretamente o governo pela “inércia e a imobilidade política”, diz que é necessário a construção de uma maioria política para aprovar as reformas no Congresso Nacional.

O seu diagnóstico tem a “crise fiscal” do Estado por centro do problema econômico e social do país; que sem as “reformas estruturais” demandadas, a tendência é o quadro de crescente endividamento do Estado chegar a um momento de colapso das contas públicas e com isso a própria economia:

No Brasil de hoje a crise fiscal, traduzida em déficits elevados, e a tendência do endividamento do Estado, tornou-se o mais importante obstáculo para a retomada do crescimento econômico. O desequilíbrio fiscal significa ao mesmo tempo: aumento da inflação, juros muito altos, incerteza sobre a evolução da economia, impostos elevados, pressão cambial e retração do investimento privado. Tudo isto somado significa estagnação ou retração econômica. *Sem um ajuste de caráter permanente que sinalize um equilíbrio duradouro das contas públicas*, a economia não vai retomar seu crescimento e a crise deve se agravar ainda mais. Esta é uma questão prévia, sem cuja solução ou encaminhamento, qualquer esforço para relançar a economia será inútil. Nenhuma visão ideológica pode mudar isto. Nosso desajuste fiscal chegou a um ponto crítico. Sua solução será muito dura para o conjunto da população, terá que conter medidas de emergência, mas principalmente *reformas estruturais* (FUG; PMDB, 2015, p. 05).

Esse é o eixo articulador de todo o programa, a partir dele se desdobram os próximos nas chamadas “reformas estruturais”. Chama a atenção no programa a ênfase dada na inocuidade das pequenas mudanças, pois no máximo elas atrasariam por poucos anos a explosão dos grandes problemas fiscais do Estado e, por isso, a decisão por reformas com o grau de profundidade requerida exigia coragem dos políticos e de toda a sociedade. Antigas soluções, como a da elevação de impostos não eram mais viáveis, em vista da carga tributária no país ser uma das mais altas no mundo. Não havia mais brecha para esse expediente, conforme documento, mesmo as propostas de taxação de lucros de empresas não surtiam o efeito esperado, sendo, inclusive, “disfuncional e danoso para a capacidade de competição do nosso setor produtivo” (FUG; PMDB, 2015, p. 06). Urgia, sim, a revisão do crescimento automático das despesas previsto na lei e na Constituição. Só dessa maneira o desequilíbrio fiscal poderia ser revertido numa perspectiva de longo prazo.

Dessa “constatação” emergiu a proposta de desvinculação das receitas fixadas constitucionalmente e a defesa de um

Novo regime orçamentário, com o fim de todas as vinculações e a implantação do orçamento inteiramente impositivo. [...] Outro elemento para o novo orçamento tem que ser o fim de todas as indexações, seja para salários, benefícios previdenciários e tudo o mais. A cada ano o Congresso, na votação do orçamento, decidirá, em conjunto com o Executivo, os reajustes que serão concedidos. A indexação dos gastos públicos agrava o ajuste em caso de alta inflação. Nunca devemos perder de vista que a maioria da sociedade não tem suas rendas indexadas, dependendo sempre do nível de atividade econômica para preservar seu poder de consumo. A indexação das rendas pagas pelo Estado realiza uma injusta transferência de renda, na maioria das vezes prejudicando as camadas mais pobres da sociedade. Quando a indexação é pelo salário mínimo, como é o caso dos benefícios sociais, a distorção se torna mais grave, pois assegura a eles um aumento real, com prejuízo para todos os demais itens do orçamento público, que terão necessariamente que ceder espaço para este aumento. Com o fim dos reajustes automáticos o Parlamento arbitrará, em nome da sociedade, os diversos reajustes conforme as condições gerais da economia e das finanças públicas ([Grifo nosso] FUG; PMDB, 2015, p. 09-10).

Mas não bastasse a ideia de desindexar e desvincular “tudo o mais”, o novo regime fiscal defendido pela “ponte” também previa o estabelecimento de mecanismos constitucionais para alcançar e manter o equilíbrio fiscal de longo prazo, o que foi traduzido na seguinte proposta: “estabelecer um limite para as despesas de custeio inferior ao crescimento do PIB, através de lei, após serem eliminadas as vinculações e as indexações que engessam o orçamento” (FUG; PMDB, 2015, p. 18). Hoje, conhecemos essa proposição na forma da Emenda Constitucional nº 95, mais conhecida por teto de gastos que fora substituída pela lei complementar nº 200 de 2023, o Novo Regime Fiscal. Quanto à desindexação que alterou a base do cálculo de reajuste do salário mínimo, sabe-se que o seu poder real de compra foi corroído significativamente, deteriorando o padrão de vida dos usuários dos benefícios da previdência social, ainda que no novo governo Lula a base de cálculo para reajuste tenha sido recuperada para garantir ganhos reais ao salário mínimo.

Ainda na saga do equilíbrio fiscal do Estado para o bem do desenvolvimento econômico, encontra-se a necessária reforma da previdência, uma das mais alardeada neste programa e nos documentos das frações da burguesia brasileira. Assim como estas, os formuladores da ponte para o futuro mobilizam o argumento do crescimento demográfico e da elevação da expectativa média de vida dos brasileiros, somado aos constantes déficits nas contas da previdência, se fazendo imperativo debater e realizar a reforma da previdência com a elevação da idade mínima para homens e mulheres, bem como do tempo de contribuição para a aposentadoria:

As causas destes problemas são simples: as pessoas estão vivendo mais e as taxas de novos entrantes na população ativa são cada vez menores. A solução parece simples, do ponto de vista puramente técnico: é preciso ampliar a

idade mínima para a aposentadoria, de sorte *que as pessoas passem mais tempo de suas vidas trabalhando e contribuindo, e menos tempo aposentados*. Não é uma escolha, mas um ditame da evolução demográfica e do limite de impostos que a sociedade concorda em pagar ([Grifo nosso] FUG; PMDB, 2015, p. 11)

Ademais, defendiam também que não houvesse a indexação ao valor do salário mínimo:

O salário mínimo não é um indexador de rendas, mas um instrumento próprio do mercado de trabalho. Os benefícios previdenciários dependem das finanças públicas e não devem ter ganhos reais atrelados ao crescimento do PIB, apenas a proteção do seu poder de compra (FUG; PMDB, 2015, p. 12).

Adiante, o documento volta a argumentar a centralidade dessas reformas na agenda do país para que assim o crescimento econômico, a geração de emprego e o combate à pobreza possa voltar e ter uma perspectiva de desenvolvimento sustentável de longo alcance. Para tanto era preciso realizar um forte ajuste fiscal, estancar o crescimento da dívida pública, diminuir os gastos públicos, reformar o sistema tributário, modernizar a legislação trabalhista, avançando, desse modo, nas “reformas estruturais” que o Brasil tanto necessita para ser o país que se destina. (FUG; PMDB, 2015). Outras propostas são apresentadas ao longo do documento, mas todas com o mesmo sentido.

Após essa exposição sumária, as semelhanças entre o conjunto dos argumentos, das “críticas” e das propostas de contrarreformas - inclusive, sua ênfase no caráter estrutural - e as formulações das frações industrial, ruralista, comercial e financeira das classes dominantes, reforça-se a sintonia dos mentores do programa “Uma Ponte Para o Futuro” com os interesses daquelas frações da burguesia brasileira. Além de fortalecer a hipótese de que este foi o grande elemento de convencimento que levou a unificação das burguesias em torno do golpe de 2016, recrudescendo a autocracia burguesa no Brasil e, simultaneamente, fermentando a composição neofascista-neoliberal, biombo ideopolítico do espectro da regressão reacionária. Relacionaremos também, o programa defendido pela burguesia brasileira às medidas implementadas tanto ao longo do governo Temer como no decurso do governo Bolsonaro, fazendo desse programa um dos sustentáculos centrais dos referidos governos.

#### 4.3. O governo Temer e o programa da burguesia brasileira

Com a ascensão de Michel Temer ao posto de Presidente da República, o programa abertamente neoliberal, expresso no documento “Uma Ponte Para o Futuro”, foi sendo implementado ao longo dos seus pouco mais de dois anos de gestão (2016-2018). A fração comercial da burguesia brasileira, depois de ter afirmado ser a favor do impeachment, expressou suas expectativas sobre o novo governo:

A ascensão do governo Temer em maio de 2016, interinamente, e efetivo a partir de agosto, mudou as expectativas econômicas, como se pode constatar pelos índices de *confiança* dos empresários, especialmente, na indústria e no comércio. As medidas adotadas pelo novo governo, com expressivo apoio do Congresso Nacional, abrem uma perspectiva de recuperação econômica a partir de 2017. O empresariado do comércio deposita plena confiança no sucesso do governo Temer ([Grifo nosso] CNC, [2016] 2017, p. 12).

A plena confiança no governo Temer e seu sucesso se explicam pelas medidas econômicas encampadas por ele:

As ações desenvolvidas pelo governo, nos sete primeiros meses da nova administração, são uma mensagem de esperança à sociedade brasileira e uma promessa de solução que poderá ter início em 2017, para começar a sair da crise. Até o final de 2016, foram aprovadas pelo Congresso Nacional várias medidas fundamentais para a *nova Agenda Econômica*, com destaque para a PEC no 55/2016, que estabeleceu um teto para os gastos públicos, a Desvinculação das Receitas da União (DRU) e a nova Lei do Petróleo, entre outras. ([Grifo nosso] CNC, [2016] 2017, p. 07).

A fração ruralista brasileira que, através da CNA, se reuniu diversas vezes com o Presidente Temer e os seus ministros para tratar de interesses do setor, também nutria grandes expectativas e simpatia pelo governo:

Apesar das incertezas em relação ao quadro político e econômico do país que precisam ser superadas, há expectativas de melhoria no cenário. [...] “Esperamos boas notícias para saber se o país será colocado nos eixos”, afirmou o presidente da CNA, João Martins. “Hoje o governo padece da fraqueza da interinidade. Está querendo resolver os problemas reais e já temos algumas medidas na direção correta. Também conta com nomes qualificados para as estratégias necessárias, mas não pode avançar antes de uma definição do processo de impeachment”, ponderou Roberto Brant. O presidente do ICNA [Instituto CNA] apontou algumas medidas positivas adotadas nestes dois meses do governo Temer. Entre elas: *a nova proposta de Desvinculação de Receitas da União (DRU), a estipulação de um teto para os gastos públicos e a lei das estatais*, que estão no Congresso Nacional para aprovação. No entanto, ele ressaltou a necessidade de *ajustes fiscais mais rápidos e da redução dos gastos públicos*. ([Grifo nosso] CNA, 07/07/2016, online).

A fração bancária-financeira, por meio da Febraban, já tendo manifestado sua felicidade com a equipe econômica do governo, endossa a importância dos gestos feitos pelo governo no período da interinidade:

*As medidas econômicas anunciadas pelo presidente em exercício, Michel Temer, ajudarão a resgatar rapidamente a confiança de empresários e consumidores e viabilizar a volta do crescimento econômico. [...] O comunicado diz que “outras medidas envolvem mudanças estruturais de grande envergadura, como o limite de crescimento real zero para as despesas públicas e a simultânea flexibilização de regras para despesas obrigatórias”* ([Grifo nosso] Moreira, 28/05/2016, online).

A CNI, pela fração industrial, logo em seguida da aprovação do impeachment no Senado Federal, deu sua declaração:

O desfecho do processo de impeachment e a conseqüente posse de Michel Temer na Presidência da República abrem o caminho para o entendimento em torno das reformas necessárias para garantir o futuro do país. [...] As medidas adotadas por Temer até agora estão na direção certa. Ajudaram a afastar o pessimismo e a restaurar, aos poucos, a confiança de empresários e consumidores. Exemplos disso, afirma Andrade [Presidente da CNI], são *a fixação de limites para os gastos públicos*, a adoção de uma política externa voltada aos interesses comerciais do país e o compromisso de ampliar a participação da iniciativa privada nas obras de infraestrutura. Mas é preciso avançar. “*A nossa expectativa é que o governo seja perseverante com as reformas estruturais, necessárias para a solução de problemas crônicos do país. É urgente fazermos a reforma da Previdência Social e modernizar a legislação trabalhista*”, afirma Andrade. Segundo ele, também é necessário ampliar os investimentos em infraestrutura, reduzir a burocracia e criar um ambiente mais favorável aos negócios ([Grifo nosso] CNI, 31/08/2016, online).

Essas quatro frações da burguesia brasileira, em fina sintonia, reforçaram o que esperavam do governo golpista e o seu apoio ao mesmo. Ao que prontamente respondeu, no seu primeiro pronunciamento à nação depois de ser empossado efetivamente no dia 31 de agosto de 2016:

Assumo a presidência do Brasil, após decisão democrática e transparente do Congresso Nacional. O momento é de esperança e de retomada da confiança no Brasil. A incerteza chegou ao fim. É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos. Esta é a nossa bandeira. Tenho consciência do tamanho e do peso da responsabilidade que carrego nos ombros. E digo isso porque recebemos o país mergulhado em uma grave crise econômica: são quase 12 milhões de desempregados e mais de R\$ 170 bilhões de déficit nas contas públicas. Meu compromisso é o de resgatar a força da nossa economia e recolocar o Brasil nos trilhos. Sob essa crença, destaco os alicerces de nosso governo: *eficiência administrativa, retomada do crescimento econômico, geração de emprego, segurança jurídica, ampliação dos programas sociais e a pacificação do país*. O governo é como a sua família. Se estiver endividada, precisa diminuir despesas para pagar as dívidas. Por isso, *uma de nossas primeiras providências foi impor limite para os gastos públicos*. Encaminhamos ao Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional com teto para as despesas públicas. *Nosso lema é gastar apenas o dinheiro que se arrecada*. Reduzimos o número de ministérios. Demos fim a milhares de cargos de confiança. Estamos diminuindo os gastos do governo. Para garantir o pagamento das aposentadorias, *teremos que reformar a Previdência Social*. Sem reforma, em poucos anos o governo não terá como pagar aos aposentados. O nosso objetivo é garantir um sistema de aposentadorias pagas em dia, sem calotes, sem truques. Um sistema que proteja os idosos, sem punir os mais jovens. [...] Nossa missão é mostrar a empresários e investidores de todo o mundo nossa disposição para proporcionar bons negócios que vão trazer empregos ao Brasil. Temos que garantir aos investidores estabilidade política e segurança jurídica. *Para garantir os atuais e gerar novos empregos, temos que modernizar a legislação trabalhista. A livre negociação é um avanço*

*nessas relações. [...] Despeço-me lembrando que “Ordem e Progresso” sempre caminham juntos. E com a certeza de que juntos, vamos fazer um Brasil muito melhor. Podem acreditar: quando o Brasil quer, o Brasil muda. (Temer, G1, 31/08/2016).*

Ora, o anúncio dos “alicerces” do seu governo não poderia refletir melhor as reivindicações inscritas no programa da burguesia brasileira em fluído diálogo com os “ajustes estruturais”. Mas esta não seria a única sinalização do Presidente da República às demandas do mercado.

No que se refere ao conjunto de partidos aliados, o governo teve, no seu primeiro escalão ministerial, já quando da interinidade, o MDB (8 ministérios), o PSDB (4 ministérios), o Partido Social Democrático – PSD (2 ministério), o Partido Progressista - PP<sup>69</sup> (2 ministério), o Democratas - DEM<sup>70</sup> (1 ministério), o Partido Popular Socialista - PPS<sup>71</sup> (1 ministério), o Partido Republicano Brasileiro - PRB<sup>72</sup> (1 ministério), o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB<sup>73</sup> (1 ministério), o Partido da República - PR<sup>74</sup> (1 ministério), o Partido Verde (1 ministério) e 7 ministros sem partido<sup>75</sup>, demonstrando a predominância da direita com tradição fisiológica. Esse foi o governo do centrão neoliberal.

Destacamos, agora, a própria composição ministerial do governo que iria expressar a permeabilidade ou a sua associação direta aos setores econômica e politicamente dominantes da sociedade brasileira. A equipe econômica, já saudada pelas frações do capital brasileiro, foi formada por Henrique Meirelles – Ministro da Fazenda<sup>76</sup> - e Ilan Goldfajn<sup>77</sup> – Banco Central –, os dois representantes diretos do capital financeiro. E no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o então Senador pelo MDB, Romero Jucá, que durou apenas algumas semanas no cargo. Este também um fiel representante das classes dominantes,

<sup>69</sup> O PP mudou o nome para Progressistas em 2017. Hoje, se encontra federado com o União Brasil sob o nome de União Progressistas. A federação se constituiu em 2025.

<sup>70</sup> O DEM se funde em 2021 ao Partido Social Liberal (PSL) e aprova a mudança de nome para União Brasil, sendo reconhecida essa alteração pelo TSE em 2022.

<sup>71</sup> O PPS, em 2019, tornou-se Cidadania.

<sup>72</sup> O PRB passou a se chamar, desde 2019, Republicanos, partido vinculado à Igreja Universal do Reino de Deus.

<sup>73</sup> Em 2023 o PTB se fundiu ao Patriotas, dando origem ao Partido Renovação Democrática – PRD.

<sup>74</sup> O PR, também em 2019, aprovou a mudança para Partido Liberal – PL. Atualmente, o PL é o partido de Jair Bolsonaro e vários bolsonaristas.

<sup>75</sup> Esse número passa por modificações, seja para o governo tentar acomodar os interesses dos aliados e obter votos em matérias consideradas importantes no Congresso Nacional, seja por escândalos de corrupção que levaram a denúncias ou demissões – os casos de Romero Jucá e Gedel Vieira são notórios –, seja ainda por ocasião da aproximação das eleições em 2018 em que alguns ministros demitiram-se para poder se candidatar. Disponível em: [Você sabe quem são esses ministros do governo Michel Temer? - BBC News Brasil](#); [G1 – Política – Os ministros de Temer](#); [Conheça os 23 ministros da equipe de Michel Temer | Agência Brasil](#). Acesso em: 17/10/2025.

<sup>76</sup> Durante o governo, o Ministro da Fazenda, inicialmente filiado ao PSD, passaria a ser filiado ao MDB, partido pelo qual viria a concorrer à Presidência da República em 2018.

<sup>77</sup> Foi economista chefe e sócio do Itaú Unibanco. Atualmente, é presidente do Bando Interamericano de Desenvolvimento.

embora sua atuação tenha se dado mais diretamente no mundo político. Logo foi substituído pelo economista Dyogo Oliveira, hoje CEO da Confederação Nacional das Seguradoras, um segmento representante da fração financeira do capital. Blairo Maggi – Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento -, grande empresário do agronegócio, fundador do Grupo Maggi, além de político profissional (ex-governador por Mato Grosso e ex-Senador), atualmente filiado ao União Brasil. Marcos Pereira, Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, Presidente Nacional do Republicanos desde 2011, deputado federal por São Paulo e com ligações com a Fiesp e a CNI. Ademais, os ministérios foram compostos por políticos tradicionais como Eliseu Padilha (Ministro Chefe da Casa Civil), Moreira Franco (Ministro de Minas e Energia), Geddel Vieira Lima (Ministro Chefe da Secretaria de Governo), José Serra (Ministro das Relações Exteriores, depois substituído por Aluísio Nunes), Sarney Filho (Ministro do Meio Ambiente), Helder Barbalho (Ministro da Integração Nacional), Gilberto Kassab (Ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), Raul Jungmann (Ministro da Defesa, depois substituído pelo General Joaquim Silva e Luna), Mendonça Filho (Ministro da Educação), Osmar Terra (Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário), General Sérgio Etchengoyen (Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional) entre outros menos conhecidos. A composição revela explicitamente a participação direta de setores como o capital financeiro, o capital ruralista; as ligações com o capital industrial e o capital comercial; a presença dos partidos tradicionais da direita neoliberal e conservadora do centrão; e o início da participação das forças armadas. Diferentemente do que se viu no governo seguinte, a tonalidade de extrema-direita representada no governo Temer ainda estava difusa, diluída, sem tanta predominância, mas visivelmente mostrou guardar uma linha de continuidade, seja pelas representações das frações do capital, seja pelo conjunto de partidos e pelas forças que viriam a compor o governo Bolsonaro, como as Forças Armadas e setores evangélicos.

Segundo Iasi (2017), o governo Temer organizou-se em torno de três eixos fundamentais: “o ajuste econômico manifesto nas medidas ditas de ‘austeridade’, medidas no campo dos valores e relativas à ofensiva moralista/obscurantista e medidas jurídico-políticas de garantia da ordem” (Iasi, 2017, p. 397). Ao longo da gestão, as contrarreformas realizadas pelo governo Temer expressaram uma prevalência, primeiro, das medidas econômicas neoliberais e, segundo, de ações relacionadas à segurança pública. No que se refere à agenda moralista/obscurantista, ainda que representada no governo de então, comparativamente aos outros eixos, este foi o que menos teve atenção, muito embora seus representantes tenham também fortalecido as medidas articuladas aos outros eixos, mostrando a amplitude do

conservadorismo. O governo Temer foi responsável por realizar celeremente uma série de contrarreformas em plena sintonia com os interesses das frações da burguesia brasileira.

Logo no início de sua gestão, pouco mais de dez dias depois de assumir o Executivo Federal<sup>78</sup>, interinamente, o Governo Temer anunciou<sup>79</sup> um conjunto de medidas econômicas para “conter o avanço do gasto público e retomar o crescimento econômico”, entre as quais, destacamos as mudanças nas regras de exploração do pré-sal, o estabelecimento do teto de gastos públicos e a contrarreforma da previdência. Outras medidas, como a contrarreforma trabalhista, viriam no decorrer do governo.

No âmbito das medidas com impacto econômico, algumas ações foram realizadas com vistas a maior abertura ao capital estrangeiro, em especial, a sua fração financeira, por exemplo, a partir da mudança do regime de exploração do petróleo brasileiro na zona do pré-sal (Lei nº 13.365/2016) que ampliou ainda mais a participação a empresas estrangeiras do ramo petrolífero:

O novo governo golpista, liderado pelo ex-vice-presidente Michel Temer, se enveredou na implacável imposição de uma estratégia de acumulação baseada em uma variante internacionalizada e altamente excludente do neoliberalismo. Suas principais iniciativas incluíram, em primeiro lugar, mudança nos contratos de exploração de petróleo para privilegiar o capital transnacional em detrimento da Petrobrás, sob o argumento de que esta se encontrava sem condições financeiras de realizar os investimentos necessários à exploração do pré-sal. Ao mesmo tempo, foi reduzida a exigência de conteúdo nacional na cadeia de exploração de petróleo. Partes da própria empresa foram privatizadas em outubro de 2016 (Saad Filho; Moraes, 2018).

Ademais, Rossi e Melo (2017) denunciaram a política de “enxugamento” de gastos no interior da Petrobras na gestão Pedro Parente, ex-ministro de Fernando Henrique Cardoso, indicado pelo governo Temer, que projetou uma diminuição de 25% dos investimentos da estatal até o ano de 2021, mediante o plano de desinvestimento estatal, direção esta alinhada à mudança no marco legal de exploração do petróleo na área do pré-sal. Para os economistas, essa direção aplicada à política da Petrobras, a pouco e pouco, promoveu a erosão da sua capacidade de atuar como indutora do desenvolvimento socioeconômico:

A Petrobras sempre foi um instrumento de desenvolvimento, um sistema que vai do poço ao posto, a começar pela exploração do petróleo bruto até a venda e comercialização de derivados e outros combustíveis de gasolina. O controle dessas cadeias produtivas permite estimular a geração de renda e emprego, agregar valor à produção, priorizar insumos locais, absorver

---

<sup>78</sup> A interinidade do Governo Temer iniciou em 12 de maio de 2016, após abertura do processo de impeachment pelo Senado e afastamento da ex-Presidenta Dilma Rousseff. Em 31 de agosto de 2016 Michel Temer foi empossado definitivamente como Presidente da República Federativa do Brasil.

<sup>79</sup> Disponível em: [Presidente Michel Temer anuncia medidas econômicas para retomada do crescimento — Casa Civil](#). Acesso em: 17/10/2025.

choque de preços externos, contribuir para soberania energéticas, gerar tecnologia etc. Contudo, ao abandonar diversas áreas de atuação, como petroquímica, os setores de biocombustíveis e fertilizantes, a Petrobras caminha para se tornar uma mera exportadora de óleo cru e importadora de máquina e equipamentos. (Rossi; Melo, 04/04/2017).<sup>80</sup>

Como Florestan nos ensina, a autocracia burguesa compreende um estilo de atuação da classe dominante brasileira na qual a dependência se reproduz não só como determinação das investidas do capital estrangeiro e imperialista, mas também como decorrência da própria orientação daquela. Em outras palavras, ela é sua artífice. Com isso, evidencia-se mais uma vez a alça da articulação do setor moderno nacional às necessidades e interesses do mercado internacional ou a dominação imperialista externa e a posição subalterna da economia brasileira na divisão internacional do trabalho.

Certamente outra ação governamental que não será esquecida é a imposição do garrote sobre a capacidade do Estado em arcar com os seus gastos. A medida de contenção do gasto público, como anunciada, previa fixar os gastos primários no limite da inflação do ano anterior, incluindo, nessa nova regra, também os gastos com saúde e educação por 20 anos. Largamente aprovada tanto no Câmara dos Deputados, como no Senado Federal, a PEC que se converteu em Emenda Constitucional nº 95/2016, posteriormente modificada pela lei complementar nº 200/2023 – o novo arcabouço fiscal – impôs pesadas limitações ao gasto público, favorecendo à política de compromisso com o superávit primário e o pagamento dos juros da dívida, deixando livres de restrições os encargos financeiros.

Nas palavras de Silva:

Uma medida drástica nessa direção foi a instituição do novo regime fiscal e da seguridade por meio da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congela os limites constitucionais para as despesas primárias da administração pública federal (aquelas que não envolvem juros — Saúde, Educação, Assistência Social, Defensoria Pública etc.) por vinte anos, sob o velho argumento de que investir em políticas sociais amplia a dívida pública. Tais limites serão apenas corrigidos pela inflação de um para outro exercício financeiro, ainda que cresçam a economia e as demandas sociais. Os limites só serão alterados depois de dez anos de vigência do novo regime. O não cumprimento dos limites implicarão vetos aos servidores públicos, como aumento e/ou reajustes salariais, adequação de remuneração, a criação de cargos, alteração de carreiras, admissão ou contratação de pessoal e realização de concurso público, entre outros. O novo regime é um grande retrocesso; na realidade, sua finalidade precípua é direcionar mais recursos para os juros e amortizações da dívida pública, uma vez que as despesas financeiras não foram limitadas e são estas que comprometem o orçamento público (Silva, 2018, p. 145).

---

<sup>80</sup> Disponível em: [A restauração neoliberal sob o \(des\)governo Temer – CartaCapital](#). Acesso em: 17/07/2025.

A Emenda Constitucional nº 95/2016 eleva substancialmente os óbices - que já não eram nem poucos e nem pequenos - para o Estado cumprir suas obrigações constitucionais, em especial, no que diz respeito à garantia da proteção social e da oferta de serviços públicos com qualidade. E como já observado, enquanto restringia desmesuradamente este lado do gasto público, o governo liberava os encargos financeiros e se negava a atacar as desonerações fiscais e a sonegação, responsáveis por comprometer significativamente o orçamento do Estado. O governo Temer mobilizaria mais outros expedientes que restringiriam os gastos e a capacidade de investimento pelo Estado, como, por exemplo, a aprovação da prorrogação da Desvinculação das Receitas da União – DRU – até 31 de dezembro de 2023 (EC nº 93/2016), ampliando de 20% para 30% a porcentagem as receitas federais que poderiam ser remanejadas livremente pelo governo.

Mais um dos legados do breve e nefasto governo Temer foi a realização da contrarreforma trabalhista em completo entendimento com aquilo que fora demandado por anos pelas frações da burguesia brasileira. Sob o argumento de modernização das relações trabalhistas, de flexibilização das negociações entre patrão e empregado, bem como das formas contratuais e da jornada de trabalho como medidas necessárias para a geração de emprego e o crescimento econômico, o governo apresentou o PL 38/2017 - convertida depois de aprovação em Lei nº 13.467/2017 -, no qual se alterava profundamente a estrutura da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. As principais mudanças versam sobre o trabalho intermitente, a jornada de trabalho, redução de horário de almoço, fracionamento das férias, contribuição sindical opcional, acordado sobre legislado, demissão por comum acordo etc. Soma-se também a generalização da terceirização ampliando a possibilidade para terceirizar a atividade-fim (Lei nº 13.429/2017). Essas contrarreformas serviram, fundamentalmente, para reduzir os custos empresariais, fragilizar organização sindical, precarizar as relações de trabalho e assim, deprimir o valor da força de trabalho, num contexto em que o desemprego estava alto. Segundo Galvão (2019, p. 203-204)

Análises preliminares indicaram que a reforma trabalhista aprofunda o processo de deterioração do mercado de trabalho e fragiliza as instituições públicas do trabalho, com ênfase na Justiça do Trabalho e nas entidades sindicais. A proliferação de diferentes tipos de contratos precários afeta a base de representação dos sindicatos, geralmente circunscrita aos assalariados formalizados, aumentando o percentual de trabalhadores não cobertos por convenções e acordos coletivos. Desse modo, ela promove a fragmentação da classe trabalhadora e a pulverização da representação dos sindicatos, pois a legislação sindical brasileira estabelece que os trabalhadores contratados de modo diferente pertencem a categorias profissionais distintas, ainda que exerçam a mesma atividade e atuem no mesmo local de trabalho. [...] A prevalência do negociado sobre o legislado e

a inversão da hierarquia dos instrumentos normativos esvaziam o papel do sindicato na negociação coletiva. A negociação no local de trabalho por intermédio de comissão de representantes dos trabalhadores, a possibilidade de negociação individual no caso de trabalhadores com salários duas vezes superiores ao teto da previdência e a homologação da rescisão contratual sem a participação do sindicato descentralizam a negociação e transferem para a empresa, ou até mesmo para o trabalhador individual, tarefas antes exercidas pelos sindicatos. [...] Por fim, ao tornar a contribuição sindical facultativa, a reforma ameaça a sobrevivência das entidades sindicais

A contrarreforma trabalhista trouxe impactos econômicos, na geração de emprego, na informalidade, nas formas de contratação, nas condições de trabalho, na saúde da classe trabalhadora, na sua organização etc. Um dos argumentos mais apresentados por seus defensores foi que com a “modernização da legislação e a flexibilização das relações trabalhistas” haveria um crescimento na geração de emprego. No entanto, em 2019, dois anos após a contrarreforma trabalhista, a taxa de desemprego, embora tivesse oscilado um pouco para baixo, mantinha-se consideravelmente alta (11,9%) e a informalidade revelava o maior crescimento em 4 anos<sup>81</sup>. Em 2022 a taxa de desemprego marcou 9,3%, a menor desde 2015, mas a taxa de informalidade cresce, bem como o número de trabalhadores informais e por conta própria. O Rendimento médio regrediu<sup>82</sup>. Afora isso, é importante lembrar que foi no governo Temer que houve a mudança nos cálculos que serviam de base para o reajuste do valor do salário mínimo, passando a levar em consideração apenas o índice inflacionário, o que provocou uma corrosão no poder de consumo da classe trabalhadora e uma desvalorização real no valor da força de trabalho, determinação característica da dominação autocrática burguesa no capitalismo dependente, no qual a *apropriação dual do excedente econômico*, alimentando as taxas de lucro do capital brasileiro e do capital estrangeiro, ingurgita os fatores políticos e sociais da dominação burguesa no Brasil. Em vista da tendência de queda da taxa de lucro, um dos mecanismos encontrados pelos capitalistas para contrarrestá-la é rebaixar o valor da força de trabalho e intensificar a sua exploração. No Brasil, as contrarreformas como a de que estamos a tratar desempenharam essa função, a partir da convergência das frações da burguesia em torno do Estado, do seu privatismo em relação ao poder político estatal, enquanto um aspecto da dominação autocrático-burguesa.

Embora sem conseguir ter sucesso, o governo Temer apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição para realizar a contrarreforma da previdência, qual seja, a PEC 287/2016, o que, de toda forma, serviu de base para que ela fosse feita no primeiro ano de

<sup>81</sup> Disponível em: [Desemprego cai para 11,9% na média de 2019; informalidade é a maior em 4 anos | Agência de Notícias](#). Acesso em: 17/09/2025.

<sup>82</sup> Disponível em: [Taxa média de desemprego cai a 9,3% em 2022, menor patamar desde 2015 | Agência de Notícias](#). Acesso em: 17/09/2025.

governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, em 2019. A proposta incluía idade mínima de 65 anos para aposentadoria válida para homens e mulheres, além de, no mínimo, 25 anos de contribuição para o Regime Geral da Previdência Social ou para o Regime Próprio de Previdência Social, no caso de servidores públicos. Para quem já tinha mais de 50 anos (homens) e 45 anos (mulheres), como regra de transição, teria de passar por um pedágio de 50% em cima do tempo restante de contribuição. A proposta contrarreformista estabelecia também a impossibilidade de acumular aposentadoria e pensão, uma mudança na base do cálculo dos benefícios, a alteração no acesso ao Benefício de Prestação Continuada, afora implementação de modificações específicas na aposentadoria rural. Segundo Silva (2018), mesmo depois da proposta ter passado por debates na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, não houve grandes modificações, em especial, em relação à idade e tempo de contribuição:

Este é um momento agudo da contrarreforma da Previdência Social. O capital financeiro não apenas será o grande beneficiado, na medida em que os trabalhadores com maiores rendimentos serão expulsos da previdência pública devido às regras restritivas e tenderão a buscar a previdência complementar pública ou privada. Na realidade, o grande capital esteve no comando da elaboração das propostas e pressiona por sua aprovação. Não por acaso, o secretário de Previdência que elaborou a proposta é membro do Conselho de Administração da BrasilPrev, um dos maiores fundos de pensão do país, e durante o tempo em que a elaborou recebeu diversos representantes das instituições constitutivas do capital financeiro (Silva, 2018, p. 150).

Os argumentos para justificar a necessidade de contrarreformar a previdência social foram a transição demográfica com o envelhecimento da população, a situação deficitária da previdência social, em tese, forçando o governo a cortar investimento em outras áreas, o aumento da dívida pública, o combate a privilégios, a correção de desigualdades entre os Regimes Próprios e o Regime Geral etc. Porém, os dados demográficos do IBGE mostravam que a população idosa em 2014 era de 13,7% do total e as projeções para 2030 e 2060 indicavam um crescimento estimado de 18,6% e de 33,7%, respectivamente. 66,3% da população ainda estaria abaixo dos 60 anos em 2060 (Silva, 2018). E no que se refere ao suposto déficit,

A alegação do déficit da Previdência Social tem sido usada para reduzi-la. Porém, não existe um orçamento da Previdência, mas um orçamento da Seguridade Social, como já foi dito, o qual tem sido superavitário, apesar das renúncias fiscais e dos desvios de recursos para outros fins. A Desvinculação das Receitas da União (DRU) só em 2015 retirou-lhe R\$ 63 bilhões (Anfip, 2016, p. 36). Mas, apesar da incidência da DRU e “das quedas na arrecadação, o orçamento da Seguridade Social em 2015 apresentou um resultado de R\$ 11,2 bilhões, inferior aos R\$ 55,7 bilhões de 2014” (Anfip,

2016, p. 27), o que mostra a falácia do argumento do débito (Silva, 2018, p. 151-152).

Entre outros motivos, o governo também argumentava que a contrarreforma seria benéfica para os mais pobres e uma necessidade imperiosa, pois só assim se tornaria possível garantir a sustentabilidade da previdência social no longo prazo e o pagamento dos futuros benefícios. Sem isso, o sistema iria à falência, prejudicando, sobretudo, aqueles que mais precisam dela. Esses exemplos revelam os mecanismos utilizados para o atendimento da pauta econômica neoliberal no capitalismo dependente brasileiro. Podemos ainda citar as investidas privatizantes sobre empresas estatais, a reforma do novo ensino, entre outras.

O diagnóstico, os argumentos e as propostas tanto se veem no programa da burguesia brasileira, como no programa do governo Temer, Uma Ponte Para o Futuro, de modo que, podemos dizer, este governo não foi apenas composto por uma base social e política representativa dos interesses dominantes. A sua política e as medidas realizadas expressaram aqueles exatos interesses. Ele foi um verdadeiro governo das classes dominantes.

O golpe de 2016 e o governo a que ele deu origem, representaram de maneira límpida a dinâmica processual de recrudescimento da autocracia burguesa no Brasil. A unificação pragmática das frações da burguesia brasileira no âmbito do Estado, retomando o seu pleno controle sem mediações outras numa típica *relação particularista, privatista e de autoprivilegiamento*; a torção da legalidade democrática para justificar a restauração da *democracia restrita* e as *mudanças pelo alto*, limitando ainda mais os mecanismos da *democracia de cooptação*; a instrumentalização do Estado para reestabelecer a taxa de lucro em patamares adequados à apropriação dual do excedente econômico e à reprodução do capitalismo dependente, mediante implementação das medidas de desvalorização do valor da força de trabalho; e a incorporação ao governo de elementos das Forças Armadas, indicando a tendência de militarização da sociedade brasileira<sup>83</sup>, embora essa tendência adquira uma qualidade diferencial somente no governo Bolsonaro.

Embora a tendência mencionada tenha conquistado espaço no governo Temer, a sua missão, na verdade, foi a de executar um programa de contrarreformas. Seu ex-ministro de Minas e Energia e um dos principais aliados, Wellington Moreira Franco, responsável pela

---

<sup>83</sup> “De acordo com o levantamento realizado pelos técnicos do TCU, no último ano do governo do ex-presidente Michel Temer, 2.765 militares ocupavam cargos do governo federal”. Disponível em: [Mais militares assumiram cargos no Executivo no governo Bolsonaro - JOTA](#). Acesso em: 20/10/2025. Outros elementos sobre o fortalecimento das Forças Armadas no governo Temer pode ser encontrado em: [Sob Temer, Forças Armadas têm o maior prestígio desde o fim da ditadura](#). Acesso em: 20/10/2025

coordenação da elaboração do programa “Uma Ponte Para o Futuro”<sup>84</sup>, expressou em entrevista concedida em 2020 que

“O governo Temer tinha déficit de legitimidade, baixa popularidade e um programa de governo. Na minha opinião foi justamente a junção dessas três características que permitiram que o presidente se dedicasse à execução das propostas da Ponte e não a um projeto eleitoral. O governo Temer queria deixar como legado as reformas e não ser reeleito”, avalia (Vieira, 06/11/2020, online).

Apesar de ter conseguido aprovar uma série de contrarreformas social, política e economicamente regressivas e contar com o vívido apoio das frações da burguesia brasileira, o Governo Temer encontrou vários obstáculos no seu caminho colocados, sobretudo, pelos desdobramentos da Operação Lava Jato. Alguns dias depois de Michel Temer ter assumido interinamente a Presidência da República, o vazamento do áudio da ligação telefônica de seu Ministro do Planejamento, o Senador Romero Jucá, com Sérgio Machado<sup>85</sup>, mostrou o quão frágil era aquela aliança. A fórmula clássica do “grande acordo nacional com o Supremo, com tudo”, vazada pelo ex-juiz federal, Sérgio Moro, e veiculada exhaustivamente pela Rede Globo, expusera que os operadores da Lava-Jato não iriam parar, alcançando agora partidos e lideranças parlamentares identificadas com a direita tradicional. Essa foi uma constante ao longo dos meses seguintes do governo Temer, chegando ao auge de sua crise em meados de 2017, quando veio a público mais um áudio estarrecedor em que o então Presidente fora gravado pelo empresário da JBS, Wesley Batista, numa conversa em que os mesmos tratavam da compra do silêncio do ex-Deputado Federal Eduardo Cunha<sup>86</sup>.

Os abalos ao Governo Temer seguiram-se do início ao fim. Mesmo compondo um ministério com partidos tradicionais da direita, o senhor Michel Temer realizou uma travessia presidencial bastante turbulenta. Em poucos dias de governo, a tempestade conjuntural que afundou o Governo do PT dava sinais de que não ia apaziguar tão cedo. Em 2 anos de governo, 7 ministros do ex-presidente Temer haviam sido derrubados por acusação de envolvimento com casos de corrupção<sup>87</sup>. A variante político-ideológica do combate à

---

<sup>84</sup>Em entrevista, Moreira Franco disse que “a Ponte para o Futuro foi uma contribuição exitosa da Fundação Ulisses Guimarães (FUG) para o Brasil enfrentar a mais grave crise econômica de sua história. Como presidente da FUG, coordenei as entrevistas com os mais experientes economistas, cientistas sociais e acadêmicos com vivência profissional no setor público para colher suas propostas de como superar a mais grave crise econômica e fiscal de nossa história. Por não acreditar que ferramentas ideológicas sejam eficazes para cumprir esse papel, evitamos o seu uso e nos fixamos nas formulações baseadas em teorias econômicas consagradas e nas experiências comprovadamente bem-sucedidas” (Vieira, 06/11/2020, online).

<sup>85</sup> Disponível em: [Hora 1 - Áudios vazados revelam planos de Romero Jucá para abafar Lava Jato \(globo.com\)](https://g1.globo.com/brasil/noticia/2020/06/11/romero-juca-e-sergio-machado-em-conversa-privada-sobre-lava-jato-1.5111111). Acesso em: 07/10/2023.

<sup>86</sup> Disponível em: [Veja transcrição de trechos do áudio de reunião de Temer com dono da JBS | Agência Brasil \(ebc.com.br\)](https://g1.globo.com/brasil/noticia/2020/06/11/romero-juca-e-sergio-machado-em-conversa-privada-sobre-lava-jato-1.5111111). Acesso em: 07/10/2023.

<sup>87</sup> Disponível em: [7 ministros de Temer caíram por envolvimento em escândalos \(poder360.com.br\)](https://g1.globo.com/brasil/noticia/2020/06/11/romero-juca-e-sergio-machado-em-conversa-privada-sobre-lava-jato-1.5111111). Acesso em: 07/10/2023.

corrupção, a Operação Lava Jato, expressão do conservadorismo brasileiro e do *imperialismo legal* dos Estados Unidos, mostrava-se mais operante que nunca e seria decisiva para os desdobramentos políticos nas eleições de 2018.

O ex-Presidente Michel Temer ainda ensaiou uma candidatura às eleições de 2018, mas sendo um dos governos mais impopulares<sup>88</sup> desde a redemocratização, ele desistiu e terminou por oficializar apoio ao candidato Henrique Meirelles, ex-Ministro da Fazenda de seu governo e membro de mesmo partido, o MDB. Temer deixou a Presidência do país com 12,8 milhões de desempregados, 11,7 milhões de pessoas passando fome, inúmeros cortes no orçamento para áreas sociais como o programa Minha Casa, Minha Vida, o Prouni, o Programa Bolsa Família<sup>89</sup>; e com crescimento econômico insignificante<sup>90</sup>.

A fração industrial da burguesia brasileira, todavia, saudou a gestão do ex-Presidente:

*A Agenda para o Brasil sair da crise*, elaborada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) para contribuir com o roteiro de ações mais urgentes do então recém-empossado presidente Michel Temer, em 2016, teve 12 de suas 36 propostas aprovadas até novembro de 2018, conforme acompanhamento feito pela entidade. “Os maiores avanços foram na área de relações do trabalho”, afirma Renato da Fonseca, gerente-executivo de Pesquisa e Competitividade da CNI (CNI, 11/01/2019).

#### 4.4. O governo Bolsonaro e o programa da burguesia brasileira

Com a aproximação de novas eleições, o centro do debate nacional passou a girar em torno de qual aliança para a Presidência da República teria mais chances de sair vitoriosa do pleito de outubro de 2018. Luiz Inácio Lula da Silva, o candidato que até então melhor pontuava nas pesquisas de intenção de voto, sofria naquele momento uma perseguição atroz da Operação Lava Jato e do judiciário brasileiro, tendo seu julgamento e condenação em segunda instância, confirmando a primeira, acontecido em tempo recorde, visivelmente para adiantar sua prisão e viabilizar a interdição de sua candidatura às eleições majoritárias para Presidência da República. Meses depois, o Supremo Tribunal Federal julgou procedente a prisão em segunda instância, bem como a inelegibilidade do candidato Lula, baseado na lei da “ficha limpa”. Lembre-se que o Comandante do Exército Brasileiro, General Villas Bôas, um dia antes ao julgamento do STF deu a seguinte declaração em seu Twitter pessoal:

Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais? Asseguro à Nação que o

<sup>88</sup> Disponível em: [Temer, o impopular: o que mudou no país em dois anos e meio de governo - 30/12/2018 - UOL Notícias](#). Acesso em: 03/05/2025.

<sup>89</sup> Disponível em: [Após dois anos do golpe, Temer deixa um Brasil destruído | Geral \(brasildefato.com.br\)](#). Acesso em: 03/05/2025.

<sup>90</sup> Disponível em: [Economia brasileira cresce 0.8% no 3º trimestre e 1.3% em um ano, diz IBGE - 30/11/2018 - UOL Economia](#). Acesso em: 03/05/2025.

Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais (03/04/2018).

Em livro publicado em 2021 (“General Villas Bôas: conversando com o comandante”), o General do Exército confirmou que aquela mensagem fora elaborada a muitas mãos e só após o consenso da cúpula de altos comandantes, ela foi publicada. A suspeita de ameaça de intervenção militar mostrou-se mais que procedente<sup>91</sup>. Bastante sintonizada ao General, a CNA, munida de seu sentimento de dever e representando a fração ruralista da burguesia brasileira, também externou sua preocupação à sociedade e ao STF:

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), preocupada com o clima de tensão que se instala no país na véspera do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), do *habeas corpus* em que poderá ser revista a possibilidade de execução das penas dos condenados em segunda instância, vem a público manifestar seu apoio ao entendimento atualmente em vigor, o qual considera ser o mais adequado no combate à corrupção e à impunidade. [...] A agricultura e a pecuária do Brasil, que nos últimos anos têm defendido de modo intransigente o Estado de direito democrático, assumem mais uma vez a responsabilidade de externar sua posição firme quanto à observância das leis e a sua crença no Poder Judiciário, que saberá levar em conta, na interpretação do texto constitucional, o sentimento de Justiça que inspira milhões de brasileiras e brasileiros, na cidade e no campo (CNA, 2018).

Ante esse clima político, o STF, após as mensagens que lhe foram dirigidas pelas instituições citadas, garantiu que o caminho de Jair Bolsonaro permaneceria livre do principal adversário e melhor colocado nas pesquisas eleitorais daquele ano. As preocupações, então, voltaram-se às outras candidaturas adversárias. Mas, com a crise política aberta e o desgaste sofrido pelos partidos tradicionais da direita com as ações da Operação Lava Jato noticiada amplamente pela Rede Globo e por outros grandes veículos de comunicação, a “solução orgânica” (Gramsci, 2014, C13, §23, p. 61) representada na candidatura de Geraldo Alckmin pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), não se viabilizou. Como se sabe, o resultado do segundo turno da eleição de 2018 consagrou a vitória de Jair Messias Bolsonaro.

Bom lembrar que durante a maior parte da campanha em primeiro turno, a chapa Bolsonaro – Mourão contava apenas com a presença de dois partidos na coligação: o Partido Social Liberal<sup>92</sup> (PSL) e o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Quando ficou claro pelas pesquisas de intenção de voto que Bolsonaro caminhava solidamente ao segundo

<sup>91</sup> Em entrevista ao O Globo, disse o General: “O texto teve um ‘rascunho’ elaborado pelo meu staff e pelos integrantes do Alto Comando residentes em Brasília. No dia seguinte da expedição, remetemos para os comandantes militares de área. Recebidas as sugestões, elaboramos o texto final, o que nos tomou todo expediente, até por volta das 20 horas, momento que liberei para o CComSEx (Setor de comunicação do Exército) para expedição” (Carta Capital, 10/02/2021).

<sup>92</sup> Hoje, depois da fusão com o DEM, União Brasil.

turno, setores<sup>93</sup> que estavam apoiando a candidatura de Geraldo Alckmin pelo PSDB começaram a realizar um movimento de descolamento desta candidatura em direção àquela encabeçada pelo Capitão reformado do Exército e o seu vice, General Hamilton Mourão.

Referindo-se à crise orgânica, Gramsci ([Grifo nosso] 2014, C13, §23, p. 60) disse:

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. *Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada, perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos.*

A eleição de Bolsonaro para a Presidência da República representou bem o fenômeno de separação de grupos sociais em relação aos partidos e homens que tradicionalmente os representaram, indicando também a capacidade própria da classe dominante de mudar rapidamente todo o seu pessoal para retomar ou continuar com o controle do Estado em períodos de crise. Porém, tal mudança vem acompanhada de riscos, pois pode simplesmente não resolver os problemas vitais da crise em questão:

A unificação das tropas de muitos partidos sob a bandeira de um único partido, que representa melhor e sintetiza as necessidades de toda a classe, é um fenômeno orgânico e normal [...]: representa a fusão de todo um grupo social sob uma direção, considerada a única capaz de resolver um problema vital dominante e de afastar um perigo mortal. Quando a crise não encontra esta solução orgânica, mas sim a do chefe carismático, isto significa que existe um equilíbrio estático [...] que nenhum grupo, nem o conservador nem o progressista, dispõe da força necessária para vencer e que até o grupo conservador tem a necessidade de um senhor (Gramsci, 2014, C13, §23, p. 61-62).

Quando do primeiro turno da eleição de 2018, no âmbito da direita, havia as duas opções: uma que convergia para a “solução orgânica” em Geraldo Alckmin do PSDB; e outra ao “chefe carismático”, com Jair Bolsonaro, à época, do PSL. Passado o tempo, ficou mais que evidente que a “solução orgânica e normal” não se viabilizou e a do “chefe carismático” também não conseguiu se consolidar no longo prazo, vide sua derrota na tentativa de reeleição, em 2022. Não houve, *até então*, uma “fusão de todo um grupo social sob uma direção”, nem “a unificação das tropas de muitos partidos sob a bandeira de um único partido”, houve sim a eleição de um potencial “chefe carismático” que não conseguiu se fazer “senhor” mesmo do grupo conservador que dele necessitou.

---

<sup>93</sup> Às vésperas do primeiro turno a frente parlamentar ruralista declarou apoio a candidatura de Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/com-261-parlamentares-bancada-ruralista-declara-apoio-a-bolsonaro/>. Acesso em: 07/05/2024.

Esse parece ser um elemento relevante, quando combinado a outros, para o devido entendimento sobre a instabilidade ao longo do governo Bolsonaro e mesmo antes da sua chapa vencedora ter tomado posse<sup>94</sup>. Ao contrário do que pudesse parecer, a ascensão de Bolsonaro ao governo Federal não pôs fim aos efeitos políticos e econômicos da crise na conjuntura nacional, mas a colocou em outro patamar. As próprias crises internas que eventualmente eclodiram no governo envolvendo familiares, ministros e aliados do presidente, revelaram nitidamente as suas dificuldades em exercer a direção. Mesmo articulando vários setores, o governo Bolsonaro sempre esteve distante de ser ou representar um novo pacto consensual estável, ainda que restrito aos grupos e classes dominantes.

É preciso observar que embora a implementação do programa de radicalização neoliberal tenha continuado a pleno vapor no governo Bolsonaro, não significa que este seja uma mera continuação do governo Temer. A composição ministerial do governo Bolsonaro mostra em parte essa diferença. As Forças Armadas ganharam ainda mais espaço e densidade política neste governo: numericamente, elas foram o principal e maior<sup>95</sup> “partido”; o lavajatismo/punitivismo penal<sup>96</sup> personificado à época em Sérgio Moro, embora tenha saído do governo, teve nele seu espaço. A ocupação nos ministérios pelo segmento bolsonarista que evoca a defesa da família tradicional, da ordem, da Pátria e de Deus, associado ao profundo anticomunismo, ao combate à “ideologia de gênero” e coisas afins, também ocupou espaço não desprezível. Vale destacar que, sob esta denominação, de forma um pouco diluída, se tem o fundamentalismo religioso de corte neopentecostal e o olavismo inseridos diretamente no governo. Além, é claro, da intocável agenda neoliberal<sup>97</sup>, cujo fiador foi o ex-ministro da Economia, Paulo Guedes. Aqui sintetizam-se a influência crescente das Forças Armadas e a tendência de militarização em relação à sociedade e ao Estado brasileiro; o irracionalismo conservador do obscuro “filósofo” citado; e a suposta cruzada anticorrupção da Lava-Jato, reunindo as fortes tendências que vinham se desenvolvendo há tempos num pólo político que buscou se autonomizar dos setores tradicionais da direita e alçar voos próprios.

Partimos agora para uma reprodução da composição política e social dos ministérios do governo Bolsonaro. Foram anunciados por Medida Provisória 22 ministérios<sup>98</sup>. Inicialmente, 6

---

<sup>94</sup> Basta recordarmos do episódio de enriquecimento ilícito envolvendo o filho do presidente e hoje Senador, Flávio Bolsonaro, e o seu notório assessor, Queiroz.

<sup>95</sup> Além de deter 8 ministérios, as Forças Armadas ocupam aproximadamente 6.175 cargos no segundo e terceiro escalão do governo. Disponível em: [Mais militares assumiram cargos no Executivo no governo Bolsonaro-JOTA](#). Acesso em: 07/05/2024.

<sup>96</sup> A Lei Anticrime aprovada no fim do ano de 2019 e já em vigor ilustra bem o componente referido.

<sup>97</sup> Para ficar em um exemplo, apenas, a reforma da previdência, tantas vezes defendida por diversos setores da burguesia, foi aprovada, representando um enorme retrocesso para a classe trabalhadora.

<sup>98</sup> O governo terminou com 23 ministérios. “Desde a posse, o presidente já recriou o Ministério das Comunicações e editou uma medida provisória para recriar o Ministério do Trabalho e da Previdência. Nesse

destes ficaram sob a responsabilidade de membros das forças armadas: Gabinete de Segurança Institucional - general Augusto Heleno, outro responsável pela missão no Haiti; Ministério da Ciência e Tecnologia - Marcos Pontes, Astronauta, membro da Aeronáutica e oficial da reserva; Ministério da Defesa - general Fernando Azevedo e Silva. O general Fernando Azevedo e Silva é militar da reserva e atuou como assessor da presidência do Supremo Tribunal Federal, no mandato do Ministro Dias Toffoli. Azevedo e Silva foi chefe do Estado Maior do Exército; Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - Wagner de Campos Rosário. Servidor de carreira e ex-capitão do Exército. Graduado em Ciências Militares pela Academia das Agulhas Negras e mestre em Combate à Corrupção e Estado de Direito pela Universidade de Salamanca, na Espanha, também já atuou como Oficial do Exército; Secretaria de Governo - general Carlos Alberto Santos Cruz. Ele ocupou a Secretaria de Segurança Pública durante o governo do ex-presidente Michel Temer (MDB) de 2017 a 2018; Ministério de Minas e Energia - almirante Bento Costa Lima de Albuquerque. Afora o próprio presidente e vice-presidente da república que eram militares da reserva. Ao longo do governo, o número de militares nos ministérios cresceu, tendo chegado a 9 ministros. Figuras como general Walter Braga Neto, que foi interventor do governo Temer no Rio de Janeiro, ascenderam ao governo se tornando depois, no governo Bolsonaro, ministro de Estado e, posteriormente, seu candidato a vice-presidente, além de um dos principais artífices da tentativa de golpe de estado em 8 de janeiro de 2023 e do planejamento de assassinato de autoridades como os atuais Presidente e vice-presidente da República e um ministro do STF. Este foi o núcleo militar (Agência Brasil, 2019).

Na equipe econômica se estabeleceu estrategicamente o núcleo do capital financeiro. No Ministério da Economia (Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio), Paulo Guedes. O ministro foi responsável pelas principais medidas econômicas do governo, como o enxugamento da máquina pública, privatizações, corte de gastos, contrarreformas. Foi um dos fundadores do Banco Pactual. Ajudou a fundar o Instituto Millenium e também foi sócio-fundador do grupo financeiro BR Investimentos, que se tornaria parte da Bozano Investimento.

Banco Central - Roberto Campos Neto. Neto do ex-ministro Roberto Campos, era executivo do banco Santander. Campos Neto substituiu Ilan Goldfajn, que recusou o convite para permanecer no cargo. É formado em economia, com especialização em finanças,

---

período, o Banco Central perdeu o status de ministério”. Disponível em: [Bolsonaro prometeu esplanada com 15 ministérios, começou com 22 e chega a 23](#). Acesso em: 20/10/2025.

pela Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Tem fortes ligações com o capital financeiro.

Entre os partidos que compuseram a base aliada, o DEM teve 3 ministérios, representando o agronegócio ou o capital ruralista, e os interesses políticos da parte do centrão mais próxima ao então presidente. O Ministério da Agricultura foi ocupado por Tereza Cristina, então Deputada federal pelo DEM<sup>99</sup> do Mato Grosso do Sul, engenheira agrônoma e empresária do agronegócio. Tereza Cristina era presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA. Foi uma das lideranças que defenderam a aprovação do Projeto de Lei 6.299, que flexibiliza as regras para fiscalização e aplicação de agrotóxicos no país. Na Casa Civil ficou Onyx Lorenzoni<sup>100</sup> (DEM-RS), político tradicional do Rio Grande do Sul, que apoiou a candidatura de Bolsonaro desde os primeiros momentos. No Ministério da Saúde, o ortopedista pediátrico, Luiz Henrique Mandetta, deputado federal (DEM-MS). Ministério da Infraestrutura - Tarcísio Gomes de Freitas, atual governador de São Paulo e principal pré-candidato presidenciável da direita, iniciou a carreira no Exército, mas acabou ingressando, por concurso, no quadro de auditores da Controladoria-Geral da União (CGU). O PSL, partido do então presidente, ficou com dois ministérios: Ministério do Turismo, ocupado por Marcelo Álvaro Antônio (PSL); e a Secretaria-Geral da Presidência da República, gerida pelo advogado Gustavo Bebianno, já falecido. Ele foi Presidente do PSL durante a campanha eleitoral de 2018. Bebianno adiantou que a principal atividade de sua pasta seria a modernização e a desburocratização do Estado. Ministério do Desenvolvimento Regional - Gustavo Canuto. Atual secretário-executivo do Ministério da Integração Nacional. Podemos dizer que esse foi o núcleo político tradicional.

Agora passamos ao núcleo político ideológico, contemplando a miscelânea do lavajatismo e o combate à corrupção; o suposto globalismo; o anticomunismo atávico; a luta contra a chamada ideologia de gênero; o neopentecostalismo evangélico; o negacionismo científico; e o olavismo-irracionalista como filosofia. Embora designemos esse caldo ideológico ao presente núcleo, ele se manifesta também nos outros núcleos (militar, financista e político tradicional), distinguindo-se mais pela proeminência com que aparece no discurso dos que serão arrolados a seguir.

Ao Ministério da Justiça e da Segurança Pública fora indicado o ex-juiz federal responsável pela Operação Lava Jata, Sergio Moro, atualmente Senador pelo União Brasil. Como se sabe, em dado momento, houve uma ruptura entre Moro e Bolsonaro, fazendo com

---

<sup>99</sup> Os Democratas, como mencionado anteriormente, hoje, se chama União Brasil.

<sup>100</sup> Onix Lorenzoni, atualmente, está no Progressistas.

que o ex-juiz abandonasse a gestão. A Advocacia-Geral da União foi dada a André Luiz de Almeida Mendonça, então advogado da União, posteriormente indicado pelo ex-presidente Bolsonaro ao cargo de Ministro do STF, onde hoje se encontra, representando um dos “terrivelmente evangélico”, segundo fala do ex-presidente Jair Bolsonaro ao expressar um dos seus critérios.

Ao Ministério das Relações Exteriores foi convidado o diplomata Ernesto Araújo, um discípulo de Olavo de Carvalho e por ele indicado ao governo<sup>101</sup>. No Ministério da Educação, ficou Ricardo Vélez Rodríguez. Filósofo e professor emérito da Escola de Comando e Estado Maior do Exército. No entanto, o Ministério esteve em maior evidência quando da gestão de Abraham Weintraub. Os dois ministros da educação têm em comum o fato de serem também discípulos de Olavo de Carvalho<sup>102</sup>. Ao Ministério da Cidadania, Osmar Terra, Ex-ministro do Desenvolvimento Social no governo Temer que ficou conhecido durante o governo Bolsonaro por difundir informações falsas, o que lhe rendeu a alcunha de Osmar Terra “plana”<sup>103</sup>. Ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos foi indicada Damares Alves<sup>104</sup>. Ela teve o apoio de setores evangélicos e colocou como prioridade políticas públicas para mulheres. No Ministério do Meio Ambiente, ficou Ricardo Salles, membro do Partido Novo. Advogado e administrador, Ricardo de Aquino Salles foi secretário particular de Alckmin entre 2013 e 2014, secretário de Meio Ambiente de São Paulo de 2016 a 2017 e também foi membro diretor da Sociedade Rural Brasileira, entidade em conflito direto com os direitos ambientais e dos povos indígenas, além dos movimentos de luta por reforma agrária<sup>105</sup>. Em 2006, participou da fundação do Movimento Endireita Brasil (MEB). De modo que o governo Bolsonaro teve em sua composição um forte núcleo militar, um núcleo econômico de orientação neoliberal regido por financistas; o núcleo do agronegócio; um núcleo político dos partidos tradicionais da direita; e um núcleo ideológico composto pelo lavajatismo e o combate à corrupção, pelo irracionalismo-olavista e pelo neopentecostalismo evangélico.

---

<sup>101</sup> Disponível em: [Novo chanceler, Ernesto Araújo foi indicado por Olavo de Carvalho - 14/11/2018 - Mundo - Folha](#). Acesso em: 20/10/2025.

<sup>102</sup> Disponível em: [Novo chefe do MEC defende teorias de Olavo contra 'marxismo cultural'; Quem são os discípulos de Olavo de Carvalho que chegaram ao governo e Congresso - BBC News Brasil](#) Acesso em: 20/10/2025.

<sup>103</sup> Disponível em: [Depois da pandemia, Osmar Terra surge com nova teoria negacionista | VEJA](#). Acesso em: 20/10/2025.

<sup>104</sup> Disponível em: [Damares Alves, a militante antiaborto alçada a pastora de Bolsonaro na Esplanada | Brasil | EL PAÍS Brasil](#). Acesso em: 20/10/2025.

<sup>105</sup> Disponível em: [Bolsonaro escolhe Ricardo Salles para Ministério do Meio Ambiente | VEJA](#). Acesso em: 20/10/2025.

Essa foi a composição de forças políticas e sociais que formaram o governo Bolsonaro. É nesse contexto que se inicia a gestão do ex-presidente, e nele o seu primeiro discurso como chefe do Executivo Federal:

Meu prezado general [Villas Boas], Paula, minha esposa. Esse momento não tem preço. Servir à Pátria como chefe do Executivo. [...] Juntos temos como fazer o Brasil ocupar o lugar de destaque que ele merece no mundo e trazer paz e prosperidade para o nosso povo. [...] me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto. [...] Respeitando os princípios do Estado Democrático, guiados pela nossa Constituição e com Deus no coração, a partir de hoje vamos colocar em prática o projeto que a maioria do povo brasileiro democraticamente escolheu. Vamos promover as transformações que o País precisa. [...] Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerces da nossa sociedade. [...] Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil. A corrupção, os privilégios e as vantagens precisam acabar. Os favores politizados, partidarizados devem ficar no passado, para que o Governo e a economia sirvam de verdade a toda a Nação. [...] Sonhar com uma vida melhor, com melhores condições para usufruir do fruto do seu trabalho pela meritocracia. E ao governo cabe ser honesto e eficiente. Apoiando e pavimentando o caminho que nos levará a um futuro melhor, ao invés de criar pedágios e barreiras. [...] Temos o grande desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, da ideologização de nossas crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos e da desconstrução da família. Vamos propor e implementar as reformas necessárias. Vamos ampliar infraestruturas, desburocratizar, simplificar, tirar a desconfiança e o peso do Governo sobre quem trabalha e quem produz. Também é urgente acabar com a ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais, que levou o Brasil a viver o aumento dos índices de violência e do poder do crime organizado, que tira vidas de inocentes, destrói famílias e leva a insegurança a todos os lugares. Nossa preocupação será com a segurança das pessoas de bem e a garantia do direito de propriedade e da legítima defesa, e o nosso compromisso é valorizar e dar respaldo ao trabalho de todas as forças de segurança. Pela primeira vez, o Brasil irá priorizar a educação básica, que é a que realmente transforma o presente e faz o futuro de nossos filhos. [...] Vamos retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais. [...] Por muito tempo, o País foi governado atendendo a interesses partidários que não o dos brasileiros. Vamos restabelecer a ordem neste País. [...] Que Deus abençoe esta grande nação. Brasil acima de tudo. Deus acima de todos. Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso o nosso sangue para mantê-la verde e amarela (Bolsonaro, 02/01/2019)<sup>106</sup>.

Nota-se uma importante diferença entre os elementos enfatizados no discurso de Bolsonaro em comparação com o discurso que transcrevemos do ex-presidente Temer no item anterior. Enquanto este último se concentrou nas contrarreformas neoliberais, o ex-presidente

---

<sup>106</sup> Disponível em: [Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial – Brasília, 1º de janeiro de 2019 — Ministério das Relações Exteriores](#). Acesso em: 20/10/2025.

Bolsonaro as cita lateralmente, investindo muito mais num discurso conservador e reacionário, embora o seu governo tenha entregado as contrarreformas defendidas pelas frações da burguesia brasileira. Como se sabe, já em 20 de fevereiro de 2019, o governo apresentou sua proposta a respeito da previdência social.

Em vista dela, dois meses depois do governo ter enviado a Proposta de Emenda à Constituição da contrarreforma da previdência, a PEC nº 06/19<sup>107</sup>, ao Congresso Nacional, várias confederações patronais vieram público apresentar uma carta ao ex-presidente Bolsonaro, na qual se dizia:

Entendem as Confederações signatárias, que representam o amplo espectro das atividades produtivas, ser o modelo proposto um caminho indispensável para o destravamento de investimentos públicos e privados – única rota em direção ao desenvolvimento sustentável. Reconhecemos o valor técnico da proposta apresentada, fruto de estudos e soluções consistentes. A estrangulação fiscal do Estado brasileiro em suas diversas esferas, em grande medida provocada por um modelo previdenciário insustentável e injusto, assevera as desigualdades sociais e é a principal causa da estagnação econômica que estamos vivendo nos últimos anos. [...] As Confederações de empregadores, abaixo assinadas, se empenharão fortemente junto ao Congresso e à opinião pública para aprovação de Reforma da Previdência (Carta Aberta ao Presidente da República Federativa do Brasil, 25/04/2019, p. 01-02)<sup>108</sup>

A PEC 06/2019, hoje EC 103/2019, resgatou vários pontos da antiga PEC 287/2016 do governo Temer: se justificava com base no déficit público e previdenciário, no alardeado boom da transição demográfica, na necessidade de acabar com privilégios, na suposta preocupação com a sustentabilidade da previdência e com a garantia dos benefícios dos assegurados, sobretudo, os mais pobres; anunciou economia de R\$800 bilhões em dez anos, dando alívio às contas públicas; estabeleceu idade mínima (65 para homens e 62 para mulheres) e tempo de contribuição para servidores públicos, trabalhadores da iniciativa privada e militares. Mas tinham modificações. Os militares tiveram regras específicas aprovadas em outra PEC, o tempo de contribuição mínima ficou fixado em 12 anos e as regras de cumulatividade de pensão e aposentadoria foram endurecidas. Segundo Silva (2022, p. 61)

A desconstitucionalização de várias regras de acesso aos direitos, como a idade e outros critérios para aposentadoria de servidores por deficiência e normas gerais de organização e funcionamento dos Regimes Próprios de

<sup>107</sup> Disponível em: [Reforma da Previdência prevê idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados](#) Acesso em: 20/10/2025.

<sup>108</sup> Disponível em: [carta aberta ao presidente da republica federativa do brasil - reforma da previdencia.pdf](#). A carta foi assinada pela CNI, CNA, CNC, Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), pela Confederação Nacional da Saúde (CNSaúde), Confederação Nacional da Comunicação Social (CNCOM), Confederação Nacional do Transporte (CNT), Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) e a Confederação Nacional das Cooperativas (CNCOOP). Acesso em 20/10/2025.

Previdência Social (RPPS) constitui um dos maiores prejuízos à classe trabalhadora pelas incertezas sobre o destino de seus direitos, que poderão ser facilmente modificados. Outra mudança atroz foi a reorganização dos RPPS rumo à privatização da previdência dos servidores públicos, proibindo a criação de novos RPPS; obrigando a criação de regime complementar pelo ente federado que já possua RPPS; permitindo que os regimes complementares sejam administrados por entidade aberta de previdência complementar, e outras. Ademais, a EC 103/2019 permite a privatização do atendimento para benefícios não programados, como pensão por morte, auxílio-doença, aposentadorias por invalidez e outros. [...]A vinculação do tempo de contribuição e idade como critério para a aposentadoria é a mais grave limitação à aposentadoria para milhões de pessoas. A EC 103 exige 15 anos de contribuição, vinculados a 62 anos de idade para mulheres e 20 anos de contribuição e 65 anos de idade para os homens urbanos para que alcancem uma aposentadoria no valor de 60% da média de todas as contribuições. Para o alcance do valor correspondente a 100% da média de todas as contribuições serão necessários 40 anos de contribuição.

Com um ano de mandato e tendo aprovado a contrarreforma da previdência, uma das mais demandadas e tidas como estratégica pelas frações da burguesia brasileira, o ex-presidente Jair Bolsonaro foi homenageado pela Confederação Nacional da Indústria e outras figuras representantes da indústria brasileira:

A mais importante homenagem prestada a autoridades pela indústria brasileira será entregue ao presidente da República, Jair Bolsonaro [...]. A comenda será entregue pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, num encontro com cerca de 650 empresários, integrantes de federações e associações setoriais da indústria, do Fórum Nacional da Indústria (FNI) e da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI). O Grande Colar da Ordem do Mérito Industrial é um reconhecimento do esforço do governo no avanço de pautas que tornam o Brasil mais moderno e competitivo (CNI, 2019, 10/12/2019).

A mesma condecoração foi entregue ao ex-presidente Michel Temer quando este findou seu mandato, reconhecendo os seus serviços prestados à indústria nacional em particular e ao Brasil no geral.

No início do segundo semestre de 2019, a gestão Bolsonaro anunciou o plano de privatização das estatais, ventilado em vários momentos antes. Num primeiro instante o plano previa a privatização de 9 estatais, mas ao longo da gestão várias outras foram incorporadas e efetivamente privatizadas,

O governo Bolsonaro (PSL) anunciou no fim da tarde desta quarta-feira (21), no Palácio do Planalto, um plano para privatizar nove empresas estatais. O planejamento foi apresentado pela secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Martha Seillier, e pelo secretário de Desestatização, Salim Mattar. As nove empresas na rota da privatização são: Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebras); Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios); Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp); Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev); Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); Empresa

Gestora de Ativos (Emgea); Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec); Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp); Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) (Brasil de Fato, 21/08/2019).

Nesse processo de privatizações e desestatização ocorreu a venda da Eletrobras, a principal privatização do governo Bolsonaro, além da venda de importantes ativos da Petrobras como as refinarias, a BR distribuidora e seus gasodutos, pondo fim a seu monopólio nesta área. A redução do número de estatais chegou a um terço de todas as existentes.

Ainda no âmbito da agenda liberalizante do governo, houve a aprovação da Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019<sup>109</sup>), cujo objetivo era desburocratizar e simplificar o processo de abertura de empresas; foi realizada a redução de tarifas de importação, afirmando favorecer a concorrência, reduzir custos para a indústria e controlar a inflação; e se tentou implementar a contrarreforma administrativa, sob os argumentos de modernizar as regras de contratação e gestão de servidores públicos; criar contratos mais flexíveis para novos servidores e facilitar a demissão por desempenho insatisfatório. Como sinalizamos anteriormente, essa contrarreforma foi retomada pelo Congresso Nacional na legislatura atual (2023-2027) e está em vias de ser votada no plenário da Câmara dos Deputados, podendo representar outro enorme retrocesso. Ademais, também foram aplicadas outras medidas no âmbito das leis trabalhistas de modo a flexibilizar ainda mais os direitos da classe trabalhadora.

Mas, a contrarreforma de maior impacto durante o governo Bolsonaro, depois da previdenciária, foi a aprovação da autonomia do Banco Central, a partir da Lei Complementar nº 179/2021, estabelecendo mandatos fixos para o presidente e diretores da instituição e maior “independência técnica” em relação aos governos em exercício, com o suposto objetivo de garantir a estabilidade de preços, isto é, a meta de inflação. Essa bandeira teve forte adesão do capital financeiro, mas não só. Todas as frações do capital, como demonstrado no item que falamos sobre o programa da burguesia brasileira, apoiaram a autonomia do BC. Os interesses rentistas e especulativos ganharam ainda mais controle e poder sobre a política econômica, especificamente, sobre a política monetária, de juros e assim, elevar a capacidade de pressionar a política fiscal dos governos de plantão, avançando no controle político direto, sem mediações, de esferas centrais o Estado brasileiro, o que acentuou o seu domínio autocrático burguês, conforme vimos discutindo.

Referindo-se a essa alteração, Leda Paulani (2024, p. 11-12) colocou

---

<sup>109</sup> Disponível em: [Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 — Conselho Nacional de Arquivos](#). Acesso em: 08/09/2025.

A autonomia retira da alçada de cada novo governo eleito uma das pernas mais importantes da política econômica, a política monetária, pois terá que conviver, por dois anos, com um BC não escolhido por ele. [...] Não é difícil perceber como isso se relaciona também com uma sorte de rarefação da democracia em muitos dos expedientes celebrados pelo pensamento liberal, tais como as privatizações e o teto de gastos. Em todos esses casos trata-se de reduzir o espaço de atuação da política, seja porque se confere ao mercado a gestão e produção daquilo que passava, antes, de algum modo, pela atuação do Estado, seja porque o gasto público passa a ser pautado, e constringido, não por escolhas políticas, mas por “questões técnicas”.

Por fim, no que se refere às pautas econômicas do agronegócio, o governo atuou com a desregulamentação e flexibilização ambiental<sup>110</sup>, ampliação e liberação de agrotóxico<sup>111</sup> e com o apoio ao ramo na forma de linhas de crédito, infraestrutura e logística. Em relação à política ambiental, houve uma taxa recorde de desmatamento na Amazônia<sup>112</sup>, além do enfraquecimento de órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)<sup>113</sup>. A fração ruralista do capital ou o agronegócio foi uma importante e a maior aliada do governo Bolsonaro. Além disso, é uma fração com peso significativo no Congresso Nacional. Esteve em Ministério centrais, como demonstrado, e conseguiu implementar várias medidas em atendimento aos seus interesses. Destacamos a paralisação dos processos de demarcação de terras indígenas e titulação de terras quilombolas<sup>114</sup>, bem como a interdição da realização da reforma agrária<sup>115</sup>. A agência pública (Apública) diz

De todas as promessas feitas por Jair Bolsonaro (PL) antes das eleições de 2018, uma foi inegavelmente cumprida: seu governo não demarcou nenhum centímetro de terra indígena ao longo de quatro anos. Mas a paralisação no processo de demarcação não ficou restrita à fase de homologação – a que depende da caneta presidencial. Nas etapas anteriores, que cabiam à Funai e ao Ministério da Justiça, o governo usou uma série de recursos e

<sup>110</sup> “Estudos comprovaram que o ex-ministro foi bem sucedido em sua tentativa de [desarticular a estrutura legal](#) de fiscalização ambiental no poder executivo federal. Salles sempre manteve um relacionamento próximo do agronegócio, setor de onde saiu sua indicação para ministro, e nunca buscou se distanciar de líderes [garimpeiros](#) e madeireiros, com que [se encontrava regularmente](#)” (O Globo, 31/12/2022). Disponível em: ['Passando a boiada': Uma retrospectiva da gestão Bolsonaro no Meio Ambiente](#). Acesso em: 08/09/2025.

<sup>111</sup> Disponível em: [Bolsonaro liberou 2.182 agrotóxicos em 4 anos, recorde para um governo desde 2003](#). Acesso em: 08/09/2025.

<sup>112</sup> Disponível em: [Com Bolsonaro, desmatamento na Amazônia cresce 150%, pior marca já registrada pelo Imazon — Brasil de Fato](#). Acesso em: 08/09/2025.

<sup>113</sup> Disponível em: [Bolsonaro cortou orçamento do Ibama, ICMBio e Inpe, órgãos-chave para combate ao desmatamento - InfoAmazonia](#). Acesso em: 08/09/2025.

<sup>114</sup> Disponível em: [Entenda como o governo Bolsonaro age para travar a titulações de terras quilombolas — Brasil de Fato](#). Acesso em: 08/09/2025.

<sup>115</sup> “Atualmente, estima-se que mais de 90 mil famílias que necessitam de terra em todo Brasil. Ao invés de assentar estas famílias, Bolsonaro fez questão de paralisar a tramitação de 413 processos de desapropriação que estavam em andamento. Além disso, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) abandonou mais de 187 processos autorizados pelo poder judiciário para imissão de posse” (MST, 31/05/2022). Disponível em: [“Objetivo do governo Bolsonaro é desestruturar a Reforma Agrária”, denuncia MST em Coletiva - MST](#). Acesso em: 08/09/2025.

justificativas para retardar todo o processo de demarcação de centenas de territórios (Apública, 27/04/2023<sup>116</sup>).

. Lembremos, no início de seu governo, Bolsonaro disse, em reunião com a Frente Parlamentar Agropecuária: “esse governo é de vocês”<sup>117</sup>. Uma das marcas da revolução autocrático-burguesa no Brasil é a ausência da reforma agrária, a alta concentração fundiária, a existência de uma massa de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, além de uma lógica de produção agrícola e pecuária voltada para o mercado externa, que se traduz em elevado acúmulo de poder econômico e adensamento do poder político pelo capital ruralista e outras frações do capital, como a financeira, que se beneficia dessa realidade desigual, praticando especulação sobre a propriedade da terra, muitas delas, aliás, improdutivas

O caráter neoliberal do programa da burguesia brasileira transmitido à política implementada pelo Estado nos governos Temer e Bolsonaro se direciona no sentido de liberar os recursos vinculados aos direitos e políticas sociais para o usufruto das diversas frações do capital, ampliar o acesso ao fundo público, abrir novos espaços para empreendimentos privados ao privatizar o patrimônio público, submeter a política monetária e fiscal do Estado aos interesses do grande capital, depreciar o valor da força de trabalho e alinhar ideologicamente o processo educacional aos preceitos liberais. Portanto, o programa da burguesia reforça a concentração de poder político e econômico; realiza uma unificação pragmática no âmbito do Estado; eleva o seu controle direto sobre o Estado, reavivando a relação particularista, privatista e de autoprivilegiamento; impõe de cima abaixo as suas necessidades; identifica os seus interesses particulares aos universais da nação; reitera a apropriação dual do excedente econômico, submetendo a força de trabalho a um regime de sobre apropriação e sobre expropriação; e aprofunda o caráter dependente do capitalismo brasileiro. Mas essas não são as únicas determinações do recrudescimento da autocracia burguesa no Brasil, como demonstraremos no capítulo seguinte.

## **CAPÍTULO 5º – Sob o espectro da regressão reacionária**

Neste capítulo daremos continuidade a apresentação das determinações e dos detonadores do recrudescimento autocrático-burguês mencionados na parte três. Pretendemos, ademais, apresentar a caracterização em maior profundidade daquilo que estamos chamando de espectro da regressão reacionária no Brasil enquanto expressão particular do momento de recrudescimento da autocracia burguesa. Em meio ao terceiro mandato dos governos do PT à

---

<sup>116</sup> Disponível em: [Demarcação: como Bolsonaro travou e como Lula pode destravar](#). Acesso em: 08/09/2025.

<sup>117</sup> Disponível em: ["Esse governo é de vocês", diz Bolsonaro à bancada ruralista - Jornal GGN](#). Acesso em: 08/09/2025.

frente da Presidência da República, deflagra-se, em 2013, um dinamismo mais acelerado da luta de classe no Brasil que abarca o início do ocaso da experiência petista até a sua consumação temporária com o golpe de 2016 contra a ex-presidenta Dilma Rousseff. Michel Temer assume a Presidência do país e põe, celeremente, em pauta uma série de contrarreformas neoliberais que gozaram de apoio quase absoluto, salvo uma moderada oposição por parte de alguns partidos de esquerda no Congresso Nacional e a tentativa de resistência popular pelos sindicatos e movimentos sociais nas ruas, como a greve geral de 2017. Na sequência, Jair Bolsonaro é eleito para governar o Brasil de 2019 a 2022 - sobre uma base de direita e extrema-direita muito bem posicionadas no Congresso Nacional, mas também com expressão na base (camadas médias e populares) da sociedade - dando curso às contrarreformas neoliberais e atentando constantemente contra o restrito regime democrático brasileiro. Os casos mais emblemáticos foram o 8 de janeiro de 2023 e o planejamento do golpe escancarado com a minuta golpista apresentada aos três comandantes das Forças Armadas brasileiras e o plano *punhal verde e amarelo* no qual estava previsto o assassinato do Presidente Lula, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes.

O processo histórico que fez o neofascismo bolsonarista (Mattos, 2020) ascender ao poder político se amparou em tendências e fenômenos distintos, mas que guardam convergências, consubstanciando organicamente aquele movimento neofascista com vocação hegemônica. É com base na interpretação desse momento histórico de recrudescimento da autocracia burguesa que afirmamos ter se projetado no país um espectro de regressão reacionária, cuja presença produzira modificações na dominação de classes, sem, no entanto, conseguir realizar, por enquanto, a sua obra mais importante, qual seja, a instauração de um Estado ditatorial, um novo clímax da autocracia burguesa no Brasil. Vivemos um drama complexo em que a regressão reacionária é, ao mesmo tempo, uma realidade processual palpável e uma possibilidade assombrosa, fantasmagórica, um espectro ameaçador. Nem se assenhorou absolutamente do processo histórico, nem tampouco sua influência, hoje um pouco menor, inspira um futuro seguro, mesmo com sua principal figura presa. Ela está bem posicionada no Congresso Nacional, em governos de estado<sup>118</sup>, assembleias e municípios<sup>119</sup>; tem apoio importante em frações do capital, especialmente, a fração ruralista e financeira; dispõe de um eleitorado expressivo e consolidado, com razoável disposição para mobilização

---

<sup>118</sup> Disponível em: [Nove governadores eleitos se aliam a Bolsonaro, e seis apoiam Lula | CNN Brasil; 7 governadores de direita participam de ato de Bolsonaro para defender anistia a golpistas - Brasil de Fato](#). Acesso em: 08/09/2025.

<sup>119</sup> Disponível em: [Direita e centro dominam prefeituras no Brasil em 2024](#). Acesso em: 08/09/2025.

nas ruas; tem penetração em setores das forças armadas e das polícias (militares, civis e federal); e também se expande, organicamente, entre os segmentos evangélicos neopentecostais.

O atual período é, portanto, marcado por uma tendência social, política, econômica e cultural que avança progressivamente numa direção, em geral, regressiva, e no particular reacionária. A regressão reacionária é uma tendência que se apresentou na nossa história nacional recente de declínio à barbárie, de rebaixamento do horizonte civilizatório burguês, de conservação e agudização das iniquidades sociais, temporariamente contrarrestada pela frente ampla liderada pelo PT. A confluência cada vez mais orgânica de tendências regressivas que se desenvolviam mais ou menos paralelamente tem produzido uma força reacionária neofascista. Inobstante, a projeção do seu espectro sobre toda a sociedade indica o perigo e a ameaça potencial que ela representa, mas como força dirigente e dominante pensamos que esse fenômeno ainda não logrou vencer a disputa da luta de classes no atual cenário histórico brasileiro aberto em 2013, embora tenha imposto uma regressividade indiscutível. Ela não é tão somente uma força contrarreformista e nem apenas contrarrevolucionária. Se não há dúvidas que ela contém em si essas duas características, a elas, contudo, não se limita nem com elas se confunde. Explicitamente, a regressão reacionária é avessa a qualquer reforma progressista por menor que seja - excetuando quando oportunista -, ela é antirreformista, mas além disso, ela é, especialmente, uma força destrutiva, voltada contra todas as principais conquistas políticas, econômicas e sociais inscritas na Constituição Federal de 1988 e alcançadas no período “democrático de cooptação” iniciado com a sua promulgação. Difere-se do período de contrarreformas neoliberais dos anos 1990, pois, naquele momento, a ofensiva das frações da burguesia brasileira e do capital estrangeiro encontrou a oposição aguerrida das organizações do campo democrático popular da classe trabalhadora que tinham se constituído e se fortalecido nos estertores da ditadura empresarial-militar, conseguindo ora impedir, ora retardar ou ainda reduzir o dano da radicalidade neoliberal de quando do seu desembarque no Brasil já em meados dos anos 1980 durante o Congresso Constituinte e, em especial, com os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, não obstante, tenham sido governos parcialmente exitosos em suas intenções neoliberais. Hoje, não só o neoliberalismo tem adeptos entre setores do campo democrático-popular – cada vez menos reformista e mais um vago progressismo anódino limitado e limitante - o que por si só diminui a capacidade de opor forte resistência ao contrarreformismo neoliberal, como as organizações desse campo e os setores da esquerda socialista e comunista com disposição para o confronto e resistência revelam um poder de mobilização ainda bastante aquém das

necessidades históricas. Esse cenário das relações de força no Brasil contribui para elucidar a fraca resistência apresentada pela classe trabalhadora e suas organizações, seja no campo da luta de massas, seja na luta institucional, contra o teto de gastos, as contrarreformas trabalhistas e da previdência e outras medidas neoliberalizantes. Por isso ela é contrarreformista.

Pelo seu inequívoco cariz anticomunista, antipovo e antireformista, traduzida muitas vezes no seu inveterado antipetismo, o espectro de regressão reacionária é também contrarrevolucionária. Mas ela se distingue, por exemplo, do momento histórico da vitória da contrarrevolução preventiva que deu lugar ao Estado autocrático burguês. Ali o país assistiu a um crescimento econômico robusto, uma forte presença do Estado como indutor do desenvolvimento, a criação de estatais, não obstante o brutal alargamento das desigualdades sociais, o arrocho salarial, o controle total sobre os sindicatos, a perseguição, o exílio, a tortura e o assassinato de oponentes da ditadura empresarial militar. Se não tinha processo revolucionário à vista, havia, no entanto, um inegável movimento reformista com penetração operária e camponesa, o que fora suficiente para as classes dominantes se convencerem da necessidade do golpe em 1964. Consideramos, porém, haver uma diferença de qualidade no momento histórico presente, posto que sequer há crescimento econômico significativo, menos ainda processo industrializante. Também não temos força ou movimento revolucionário à vista, o que desabilita a tentativa de precisar o presente fenômeno histórico pela definição de contrarrevolucionária, e o reformismo que temos representado pelo PT no governo é de um progressismo limitado e limitante, ainda que seja a principal e única força política com chances reais de se colocar na disputa como alternativa. De toda forma, esse progressismo limitado e limitante não representa ameaça à dominação burguesa, a despeito de, em alguma medida, lhe desagradar. O aparecimento dessa tendência se relaciona a um processo de acúmulo de força da direita e da extrema-direita que se desenvolveu como produto das modificações na dominação de classes na chamada “transição democrática” e eclodiu, contraditoriamente, durante os governos do PT, vindo a se desatar em meio a acontecimentos que, em 2013, alteraram as relações de força na conjuntura nacional. O espectro da regressão reacionária não é uma força ou partido político de direita. É um fenômeno nacional que contempla um processo socialmente regressivo e, até o presente, permanente de direitização da política brasileira, no qual partidos neoliberais, conservadores, o chamado centrão e o bolsonarismo disputam a direção para consolidar suas posições como principal força dirigente, sem que essa disputa tenha ainda se resolvido definitivamente e, tendo, inclusive, alternado a posição de maior influência no curso da luta de classes e do recrudescimento

autocrático burguês no Brasil. Para melhor destrinchar os seus componentes, a seguir analisaremos as causas determinantes do fenômeno identificado.

### 5.1. Causas recônditas e forças telúricas

O que compreendemos pelo recrudescimento autocrático-burguês e seu produto particular, o espectro da regressão reacionária, tem sua explícita manifestação em momentos, processos e fenômenos que irromperam na conjuntura histórica nacional dos últimos 13 anos, aproximadamente, combinando-se de maneira mais ou menos pragmática, mais ou menos orgânica. Citamos, entre os quais, as jornadas de junho de 2013 com seu signo dúbio; a desintegração da conciliação de classes concertada pelo PT; as investidas imperialistas mediante a Operação Lava Jato; a eleição do Congresso Nacional (2015-2019); a crise econômica de 2015-2016; a radicalização do programa neoliberal defendido pelas frações da burguesia brasileira e acolhido por facções político-partidárias; o golpe jurídico-parlamentar de 2016; a reabilitação política das Forças Armadas brasileiras e a tendência à militarização da sociedade brasileira; a evangelização política neopentecostal; o fortalecimento da direita em geral e a ascensão do neofascismo bolsonarista em particular: governo Bolsonaro e as tentativas de golpe. Foi a confluência dessas variáveis detonadoras e o seu encontro com as determinações da dominação de classes no Brasil que desencadearam o recrudescimento da autocracia burguesa e o feixe espectral de regressão reacionária sob o qual o país encontra-se perigosamente sombreado.

Em maior ou menor intensidade, com diferenças e particularidades, cada um dos elementos acima citados expressaram um processo de deslocamento à direita de toda a esfera política, econômica e social brasileira. O exercício que ora se impõe é propor uma interpretação sobre as “causas recônditas e as forças telúricas”, isto é, suas determinações profundas que permitiram a esses processos e fenômenos encontrarem terreno fértil para a proliferação de suas bases sociais no Brasil.

O ponto de chegada e partida para compreender a irrupção de um dos componentes da regressão reacionária como decantamento da conjuntura histórica no Brasil aberta em 2013 parece ser a reorganização da atuação política e ideológica das frações da burguesia brasileira em fins de 1970 e início 1980, momento em que se opera o giro neoliberal no seu interior (Casimiro, 2018; Saad Filho; Morais, 2018), sintetizado no programa trazido no capítulo anterior, mas também em sua capilarização horizontal e vertical, isto é, na adesão de massas (fundamentalmente, camadas médias e, em menor proporção, frações da classe trabalhadora) e por parte de dirigentes de esferas do Estado numa versão radicalizada.

Esse giro na direção ideopolítica e econômica das frações da burguesia brasileira se dá, primeiro como consequência do seu afastamento da ditadura empresarial-militar e do esgotamento da sua política econômica desenvolvimentista num panorama internacional de emergência do neoliberalismo; e segundo, em função da necessidade de disputar a dita “redemocratização” e, em especial, o Congresso Constituinte, num contexto de fortalecimento da classe trabalhadora, dos movimentos sociais e de segmentos democráticos (Casimiro, 2018; Saad Filho; Morais, 2018).

### **A capilarização do radicalismo neoliberal e conservador**

Nesse item, buscamos interpretar o aparecimento e desenvolvimento radicalizado de tendências conservadoras e neoliberais no cenário nacional recente enquanto expressão do recrudescimento autocrático-burguês e correntes de força do espectro da regressão reacionária, cuja disseminação alcançou parcelas significativas da população (camadas médias e populares) e representações políticas institucionais, tomando por base pesquisas já consolidadas a esse respeito, como as de Casimiro (2018), Rocha (2021), Souza (2024). Defendemos que esse radicalismo neoliberal-conservador vem à tona publicamente como uma infiltração minoritária, mas estridente, nas jornadas de junho de 2013; de maneira inequívoca e majoritária nas manifestações de 2015-2016 que reclamavam a destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff, alternando com pedidos de intervenção militar; ingressou e expandiu sua presença no Congresso Nacional de 2015 em diante; compôs a base e a direção do contrarreformismo do governo Temer; e a vanguarda do reacionarismo no governo Bolsonaro.

Flávio Casimiro (2018), partindo da pesquisa sobre a organização e atuação política e ideológica da burguesia brasileira no período de 1980-2014 identifica uma “estratégia de atualização dos mecanismos de dominação de classe no Brasil” (Casimiro, 2018, p. 17) que consiste fundamentalmente na “estruturação de uma multiplicidade de aparelhos privados de hegemonia formuladores de projetos de poder e difusores da ideologia de mercado” (Casimiro, 2018, p. 17), cuja atuação se organiza em três frentes fundamentais: a ação pragmática, a ação estrutural e a ação doutrinária. Esses aparelhos da burguesia, para Casimiro, tiveram por finalidade geral modificar a estrutura institucional do Estado, refletindo o atual modo de dominação de classes no país, bem como as determinações do capital mundializado. Especificamente, para o autor eles agem como vetores de doutrinação orientados por perspectivas liberais, como meio de recrutamento de intelectuais orgânicos, mas também formulando “diretrizes, intervenção e proposição de políticas públicas e de ação

estrutural, alicerçada em um projeto de poder, desenvolvendo estratégias por dentro do Estado” (Casimiro, 2018, p. 18).

Num primeiro momento, a criação desses aparelhos privados de hegemonia cumprira a função de disputar pragmaticamente a Congresso Constituinte ante o fortalecimento da organização dos trabalhadores e das tendências democráticas; e inscrever na nova institucionalidade democrática em construção os interesses das frações da burguesia e as bases para a legitimação do seu projeto de classe no quadro de atualização dos mecanismos de dominação política e ideológica. Num segundo momento, os organismos estimularam a adoção da concepção de empresariamento das funções sociais do Estado, mediante atuação de Organizações Não Governamentais (ONG) e de Fundações Privadas e Associações sem Fins lucrativos (Fasfil). Um terceiro elemento posto em destaque por Casimiro (2018, p. 33) é

A formulação de projetos estruturais de poder e seus distintos mecanismos de reconfiguração, por dentro da estrutura institucional do Estado brasileiro, através da atuação articulada de organizações burguesas representantes de poderosas frações das classes dominantes no Brasil. Esses aparelhos privados produtores e difusores de diretrizes e ação estrutural para a construção da hegemonia burguesa representam e contam com o suporte financeiro de grandes grupos industriais e financeiros nacionais e multinacionais. Por conseguinte, colocam-se como os verdadeiros portadores de uma suposta “racionalidade” e “objetividade” técnica necessária para a transformação e progresso do país em sua inserção no mundo globalizado.

Outro aspecto trazido pelo autor é da ordem da ação doutrinária dos aparelhos privados de hegemonia criados em meio ao processo de reconfiguração dos mecanismos de exercício da dominação burguesa no Brasil. Casimiro (2018) diz que a atuação deles transpõe a institucionalidade, orientando-se para a difusão do pensamento liberal e conservador como uma forma de manter e atualizar constantemente as bases da hegemonia das classes dominantes que buscam universalizar seu projeto particular como resultado de uma elaboração consensual. Esses aparelhos trabalham ainda na difusão, na “elaboração e execução de projetos, eventos e treinamentos [...]”. Atuam de forma organizada na formulação do convencimento, recrutando novos quadros de intelectuais orgânicos, treinando/educando para a ação política” (Casimiro, 2018, p. 35). Ele analisa também a intervenção dos aparelhos da burguesia no que concerne ao processo de internacionalização da burguesia brasileira, compreendido enquanto uma das formas do capital-imperialista.

Um dos institutos de maior importância analisado por Casimiro (2018) é o Instituto Liberal (IL)<sup>120</sup>, cuja característica é a ação doutrinária com a difusão de preceitos liberais,

<sup>120</sup> “Um aparelho privado de difusão do liberalismo pioneiro em seu modelo de atuação no Brasil na década de 1980 foi o chamado Instituto Liberal (IL). A organização foi fundada em 1983, por um grupo de empresários e

formação de lideranças e recrutamento de intelectuais. Afora esse, ele identifica que foram criados outros institutos com a mesma função geral, como o Instituto de Estudos Empresariais (IEE)<sup>121</sup>, o Instituto Millenium (Imil)<sup>122</sup>, o Instituto Von Mises Brasil (IMB)<sup>123</sup>, Estudantes pela Liberdade (EPL)<sup>124</sup> e sua base política, o Movimento Brasil Livre (MBL).

Alguns desses aparelhos criados ainda na década de 1980, como o IL, fortalecem a sua atuação até meados da década de 1990, mas com a adesão neoliberal do governo FHC eles perdem força relativa entre o empresariado, posto que consideravam ter suas reivindicações bem contempladas na política do Governo Federal<sup>125</sup> (Casimiro, 2018; Rocha, 2021), voltando a conquistar posições avançadas na sociedade civil na primeira e segunda décadas de 2000, sob uma formatação mais horizontalizada e com maior nível de independência entre as suas seções estaduais e regionais<sup>126</sup>. Segundo Rocha (2021), os embriões da “nova direita” – para ela, fenômeno inédito<sup>127</sup> orientado pelo “amalgama ultraliberal-conservador” – revela-se na conjuntura nacional por ocasião do escândalo do mensalão:

Em meio à denúncia do escândalo do mensalão, que atingiu em cheio a cúpula do primeiro governo Lula, as comunidades do Orkut, assim como blogs e demais fóruns da internet existentes na época, abriram a vozes pouco ou nada ouvidas na esfera pública tradicional novos espaços de debate e discussão de ideias no campo da direita. A grande novidade dessas falas em

---

intelectuais de orientação ideológica liberal, com o objetivo inicial de difundir o pensamento liberal entre as elites ‘formadoras de opinião’ no Brasil” (Casimiro, 2018, p. 261).

<sup>121</sup> Também criado na década de 1980, especificamente em 1984, o IEE é um think tank liberal criado no Rio Grande do Sul por um grupo de jovens empresários. Ele “surge como uma estratégia de ação da burguesia [...] frente ao campo aberto de disputas, com a expectativa da Assembleia Nacional Constituinte e as novas relações entre a classe dominante e o Estado no novo jogo democrático que vinha sendo costurado no processo de transição.

<sup>122</sup> O Imil foi criado em 2005, primeiro sob o nome de Instituto da Realidade Nacional e, depois, em 2006, rebatizado para Instituto Millenium. “Com bandeiras de defesa da propriedade privada da economia de mercado e da redefinição do papel da estrutura institucional do Estado, o Imil articula uma relação expressiva de intelectuais orgânicos representantes do pensamento liberal e grupos conservadores, vinculados e atuantes nos mais diversificados meios” (Casimiro, 2018, p. 348).

<sup>123</sup> O Instituto Von Mises Brasil fora lançado publicamente em 2010, embora tenha suas atividades registradas desde 2009. O IMB foi criado “com a proposta de difusão ideológica dos pressupostos da doutrina da chamada Escola Austríaca de Economia na sociedade brasileira” (Casimiro, 2018, p. 377).

<sup>124</sup> Oficialmente criado em 2012 no evento chamado Fórum pela Liberdade, importante espaço de discussão e difusão do ideário liberal no Brasil. Segundo Casimiro (2018, p. 394-395), o EPL “configura-se como um aparelho privado de hegemonia de orientação neoliberal. Sua atuação se caracteriza pelo recrutamento de jovens universitários para a composição de novos quadros intelectuais orgânicos da ideologia de mercado”.

<sup>125</sup> “A partir da afirmação do dirigente do Instituto Liberal, a vitória de FHC teria representado, em certa medida, que a ‘batalha estava ganha’, e os interesses referentes às propostas de reformas liberalizantes do Estado estavam sendo atendidas. Diante de uma realidade supostamente favorável aos liberais, o investimento em organizações dessa natureza seria desnecessário, de acordo com a análise do dirigente” (Casimiro, 2018, p. 270-271).

<sup>126</sup> “Em contraste com o elitismo aristocrático da direita tradicional, a nova direita passou a se organizar em uma rede descentralizada composta de diversos grupos, movimentos, organizações, partidos, políticos, intelectuais e militantes. É uma rede que reúne desde direitistas antigos até pessoas comuns e jovens oriundos da classe média, e mesmo das classes populares, que passaram a se importar com o que acontecia no cenário político nacional nos últimos anos” (Rocha, 2021, p. 10).

<sup>127</sup> “Minha intenção aqui foi apontar para a relevância da atuação de uma militância organizada em diversos grupos políticos e entidades civis no processo que culminou na formação de um amalgama ideológico inédito no Brasil: o ultraliberalismo-conservador” (Rocha, 2021, p. 175).

relação à direita que atuava na esteira da redemocratização é justamente sinalizar uma ruptura com o pacto de 1988, e, para tanto, a nova direita emergente passou a apostar na substituição de seu substrato progressista por um novo amálgama de ideias: o ultraliberalismo-conservador (Rocha, 2021, p. 19-20).

Ressaltando elementos mais de continuidade que de ruptura, Casimiro, também refletindo mediante o conceito de “nova direita”, identifica na ação renovada do IL uma expressão dessa novidade política que se modifica nos meios de atuação, instrumentos que utiliza, na radicalidade do pensamento liberal e na capilarização em setores acadêmicos e jovens. Ele diz:

A atuação do IL, a partir de sua reformulação em 2013, busca estabelecer novos canais de difusão e recrutamento a partir de novas mídias, como blogs, redes sociais, postagem de vídeos na rede, entre outras. Por outro lado, tenta ampliar seu campo de atuação e projeção; além de difundir os princípios liberais que o caracterizam desde sua fundação, também busca atrair novos perfis de seguidores de diferentes concepções do pensamento liberal e conservador. Muitos desses novos seguidores de distintas linhas do pensamento liberal encontraram no IL um espaço para a divulgação de seus trabalhos como colunistas. Nesse sentido, o quadro de colunistas do IL [...] são jovens universitários ou recém-formados que, ao mesmo tempo em que são atraídos pelos valores do IL, encontram no instituto um espaço de ressonância para suas ideias. Entre estes, podemos verificar uma expressiva adesão de seguidores/articulistas que também são membros de outros aparelhos privados de hegemonia, voltados ao público jovem, como o Instituto Von Mises Brasil (IMB) e, principalmente, o Estudantes Pela Liberdade (EPL) (Casimiro, 2018, p. 309-310).

Esse trecho nos indica a ampliação do raio de atuação do IL e de outros aparelhos privados de hegemonia, a assimilação dos novos instrumentos da internet que foram característicos da atuação da direita e da extrema-direita nos últimos anos e a sua penetração na juventude, renovando os quadros desse campo político. O processo em tela vai coincidir com a exasperação das posições liberais e conservadoras. Nas palavras de Casimiro (2018, p. 466), “a partir do século XXI – e dos governos do PT – tanto o IL como o IEE parecem ter exacerbado e endurecido suas posições, aliados, agora, aos demais aparelhos de ação doutrinária que emergiram no período”.

Nesse período, são emblemáticas as aparições de figuras como Rodrigo Constantino, Paulo Figueiredo, Ricardo Salles, Carla Zambelli, Kim Kataguirí e o surgimento de movimentos como o já citado MBL<sup>128</sup>, Revoltados Online, Endireita Brasil<sup>129</sup>, Vem Pra Rua,

<sup>128</sup> O Movimento Brasil Livre (MBL) foi criado em 2014 como consequência da atuação do grupo Estudantes pela Liberdade – Brasil. Disponível em: [MBL | Movimento Brasil Livre](http://www.mbl.org.br/). Acesso em: 08/09/2025.

<sup>129</sup> O Movimento Endireita Brasil (MEB) foi fundado em 2006 no contexto do escândalo do mensalão sob liderança de Ricardo Sales, ex-Ministro de Estado do Meio Ambiente do governo Bolsonaro, cuja intenção era provocar o impeachment do Presidente Lula. Para Rocha (2021), o MEB fora o primeiro movimento relacionado à nova direita (Rocha, 2021).

entre outros. Pensamos que a atuação dos *think thanks* liberais mencionados anteriormente, também refletida na direção das frações da burguesia brasileira, foram fundamentais para criar uma base social sensível e aderente às ideias difundidas de livre mercado, livre iniciativa, empreendedorismo, prosperidade, ausência de Estado e similares. Nesse mesmo sentido, Casimiro coloca que

Diante do levantamento das inúmeras organizações de doutrinação ideológica e difusão do liberalismo [...], podemos constatar uma das principais hipóteses proposta por este estudo, que seria a intensa e deliberada articulação entre os vários aparelhos privados de hegemonia de caráter doutrinário como uma estratégia de atualização das formas de organização e da própria dominação burguesa no Brasil, em desenvolvimento a partir do processo de redemocratização. Toda essa mobilização de setores liberal-conservadores que representam a “nova direita” no Brasil estava em formação desde os anos de 1980, com a nova estratégia de organização da burguesia por meio de seus aparelhos privados de hegemonia (Casimiro, 2018, p. 405).

Aqui, o autor estabelece explicitamente uma linha de continuidade entre o processo de alteração no exercício da dominação burguesa iniciada na década de 1980 e a ação político-ideológica de setores liberal-conservadores na cena contemporânea brasileira, referenciando, inclusive, o ano de 2013 como momento de destaque<sup>130</sup>. Nessa mesma direção, Rocha vai fazer uma associação entre o discurso anticorrupção e antipetista identificado nas manifestações de junho de 2013 e os aspectos caracterizadores da atuação da “nova direita” – por ela empregado sem aspas. Nas suas palavras, “foi justamente em meio às manifestações de junho de 2013 que discursos que mobilizavam conjuntamente os temas de anticorrupção e do antipetismo passaram a se tornar centrais no processo de formação da nova direita” (Rocha, 2021, p. 144).

Souza (2024), enfatizando mais as tendências ideológicas do conservadorismo, vai dizer que ao longo dos anos 2010 no Brasil, esta tendência foi acumulando forças com vistas à disputa de hegemonia nas relações sociais capitalistas, no que ele põe em evidência o crescimento da chamada “bancada do boi, da bala e da bíblia”, mas também de bancos, industriais, isto é, da representação de setores tradicionalmente conservadores e dominantes da sociedade brasileira. O autor aponta também que esse acúmulo se manifesta na adesão popular e o seu reflexo em votações massivas em parlamentares eleitos com agendas tipicamente conservadoras, bem como prefeito e governadores, para não dizer o próprio ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. Ademais,

---

<sup>130</sup> Analisando os aparelhos de ação doutrinária, Casimiro (2018, p. 468) diz que estes constituem “uma nova direita que procura tons partidários e procura articular com chamadas de manifestações mais massivas. Por conseguinte, a agressividade expressa em 2013 por grupúsculos extremados, no interior das manifestações, já é evidente. Inclusive com alguns desses grupos preparados para a truculência”.

Outra expressão desse acúmulo de forças conservador, no Brasil, reside na significativa produção teórica recente, alinhada e focada no sentido de resgatar o conservadorismo burkeano. Inspirada especialmente pelo conservadorismo norte-americano e inglês [...]. São autores de expressão internacional, bem como intérpretes brasileiros, que vêm conformando o conservadorismo em uma concepção de mundo e em um projeto societário autônomo (Souza, 2024, p. 49).

Os elementos trazidos pelos autores citados, nos ajuda a entender o engendramento de uma base social massificada (camadas médias, especialmente) que, inclusive, como mencionado anteriormente, se fez presente em parte minoritária das jornadas de junho de 2013, como o MBL – àquele momento ainda não oficializado; formou novas lideranças da direita; elegeu uma representação parlamentar e de governos promotora da radicalização neoliberal conjugada à exasperação conservadora (Casimiro, 2018), foi fundamental na pressão e apoio ao golpe de 2016; além de ter composto, em níveis de protagonismos distintos, os governos Temer e Bolsonaro, e servido de base para a tentativa de golpe em 2023, sendo estas as correntes ideológicas gerais de força a compor o espectro da regressão reacionária.

### **A evangelização neopentecostal**

O crescimento de evangélicos no Brasil é uma realidade que se observa há bastante tempo, mas o que chama ainda mais atenção é o reflexo desse crescimento em maior influência política em todas as instâncias do Estado brasileiro, especialmente, através da conhecida bancada da bíblia no Congresso Nacional. Essa ampliação e sua relevância para a política nacional têm sido associadas, não poucas vezes, a um processo de espraiamento das ideias conservadoras inscritas num momento histórico em que a direita e a extrema direita se fortalecem no Brasil e no mundo. Tomamos o crescimento desse fenômeno político e social conservador como outra determinação do recrudescimento da autocracia burguesa e elemento componente que converge ao centro do espectro de regressão reacionária

Nem sempre, entretanto, houve o envolvimento de lideranças evangélicas com a política brasileira. Durante muito tempo, inclusive, o âmbito político era visto como um espaço desviante, viciado e em relação ao qual os evangélicos deveriam manter distância: “até os anos 1980, as igrejas evangélicas evitavam se engajar em eleições e em debates públicos. Consideravam que o crente que se envolvia com política iria se desviar da fé. ‘Diziam que política era coisa do diabo, e o diabo agradeceu’ me disse o deputado [Marco Feliciano]” (Rocha, 2024, p. 22).

É só quando percebem que, ao se ausentar desse espaço, alguns de seus interesses e demandas não são respeitados e ou contemplados, que vão decidir por atuar de maneira organizada para eleger representantes seus. O momento histórico marcante dessa mudança de postura aconteceu por ocasião do Congresso Constituinte, quando uma pequena bancada evangélica fora eleita. Segundo Rocha (2024, p. 23),

A principal motivação era lutar para que a nova Constituição lhes garantisse liberdade de culto. Em um país de maioria católica, ainda havia o receio de perseguições. As igrejas evangélicas, além disso, queriam influenciar a elaboração de leis relacionadas a questões morais. Com o fim do regime militar, temiam o avanço de pautas em geral associadas à esquerda, como o aborto e a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. O engajamento coordenado resultou na eleição de 32 deputados (alguns levantamentos falam em 33 porque incluem um suplente) que formaram a primeira bancada evangélica da história da democracia brasileira, um grupo ainda informal — a FPE só iria surgir em 2003 —, sendo treze pertencentes à Assembleia de Deus.

Vindo num ritmo progressivo de elevação do número de parlamentares vinculados à bancada da bíblia, em 2002 foram eleitos 59 deputados federais e em 2018 eles fizeram 84 representantes na Câmara Federal, o maior número até então. Vale a pena dizer que os evangélicos não constituem uma religião uniforme. Podemos pensar aqui numa divisão entre os protestantes históricos (batistas, metodistas, luteranos, calvinistas, presbiterianos) e os protestantes pentecostais ou neopentecostais. Estes últimos são assim conhecidos

Basicamente por acreditar que Deus continua, até os dias de hoje, a se manifestar por meio de atos como a cura de doentes e a expulsão de demônios. O termo é uma referência ao episódio bíblico de Pentecostes, evento que comemora a descida do Espírito Santo sobre os seguidores de Jesus Cristo. É nessa passagem da Bíblia que aparece também o dom de falar em línguas estranhas, uma prática bem comum em igrejas pentecostais (Rocha, 2024, p. 19).

É a partir da atuação dos neopentecostais que há a expansão política dos evangélicos. As vertentes dos protestantes históricos seguem sem ter peso significativo na política nacional, embora não estejam de todo ausentes. Outra observação igualmente importante, é que mesmo entre pentecostais não existe uniformidade na forma e no conteúdo da intervenção, seja porque alguns são conservadores de direita – a maior parte – e outros compõem parte da esquerda, seja porque entre si os objetivos são diversos. Alguns agem no sentido de conquistar benefícios corporativos e econômicos à sua igreja, como concessões de rádio, tv e isenção tributária, e outros voltam mais a sua atenção à disputa no campo da moral, dos costumes e de valores na sociedade, tendo destaque o empenho em dificultar e mesmo

impedir o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo<sup>131</sup>, a apresentação de projetos de lei que dificultem a realização de abortos nos casos previstos na legislação vigente<sup>132</sup>, além da obstrução de projetos que contemplem ações educativas nas escolas a respeito da sexualidade. A despeito disso, uma parte da bancada da bíblia compôs a base do governo Dilma Rousseff. Foi apenas em 2015 que a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) deixou a base governamental e seguiu um caminho inequivocamente conservador, apoiando o “impeachment” que derrubou a Presidenta, para depois apoiar o governo de Michel Temer e em seguida selar sua orgânica união com Jair Bolsonaro quando de sua eleição para presidente

Para a eleição de Bolsonaro, houve uma união sem precedentes de igrejas evangélicas que muitas vezes competiam entre si. Como aconteceu recentemente em outros países latino-americanos, as diferentes igrejas evangélicas deixaram de lado as diferenças para reunir forças e influência em torno de objetivos comuns: combater a chamada “ideologia de gênero” e o “marxismo cultural”, o avanço de direitos como o casamento igualitário, as leis pró-aborto, a educação sexual nas salas de aula e a expansão da presença do ensino religioso nas escolas (Urbán, 2025, p. 136-137).

A entrada no governo Bolsonaro rendeu a indicação em um ministério, o caso da atual Senadora Damares, que assumiu o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e também a indicação do “terrivelmente evangélico”, André Mendonça, primeiro como Ministro da Justiça e depois ao cargo de Ministro do STF. O conservadorismo dos evangélicos neopentecostais é uma das correntes que caminha para a síntese orgânica no espectro de regressão reacionária e inegável base do recrudescimento da dominação autocrática burguesa.

### **Operação Lava Jato e o “combate à corrupção”**

A Operação Lava Jato nasce em 2014 e a princípio é resultado de investigações sobre suspeitas de corrupção às quais ela visava combater. Tendo alcançado partidos, lideranças partidárias, políticos profissionais, parlamentares, empresários, dirigentes da Petrobras etc., a OLJ se legitimou socialmente, mediante, incessante propaganda midiática como uma operação que no imaginário popular iria passar a limpo o país. No entanto, essa era apenas uma dimensão aparente da operação que marcou a história recente do país. Destaca-se que a bandeira do combate à corrupção fora historicamente mobilizada pelos agrupamentos mais

<sup>131</sup> “Visava-se, por um lado, assegurar a preservação de interesses doutrinários relacionados à moral e aos costumes, merecendo destaque a proibição do aborto e da união civil entre homossexuais; por outro, suprir as necessidades operacionais das igrejas, cabendo citar os pleitos pelas concessões para emissoras de comunicação (que se mostraram cruciais para a propagação da ‘palavra’) e os projetos que permitem isenções fiscais para movimentações financeiras das instituições religiosas e de seus líderes” (Quadros; Madeira, 2018, p. 495).

<sup>132</sup> “Desde o ano 2000 foram protocolados nada menos que 78 projetos de lei, decretos legislativos, emendas constitucionais e requerimentos voltados à coibição do aborto, ao recrudescimento da lei para os casos em que a prática já é permitida e/ou a pedidos de esclarecimentos por parte de autoridades públicas envolvidas com o tema. Como seria previsível, todas as iniciativas partiram de evangélicos ou de parlamentares pertencentes às bancadas a eles relacionadas” (Quadros; Madeira, 2018, p. 503).

conservadores da sociedade brasileira, servindo invariavelmente aos interesses da direita, da extrema-direita, isto é, das expressões políticas das frações da burguesia<sup>133</sup>. Não é à toa que ela conquista forte apelo na sociedade com a OLJ, além do apoio decidido entre as classes dominantes. Esse é um componente típico do ideário autocrático-burguês.

Pesquisas críticas e qualificadas (Fernandes, 2024; Nassif, 2024), passados 11 anos da OLJ, tem revelado o verdadeiro papel por ela desempenhado tanto no “combate à corrupção” - supostamente, a sua grande missão -, como nas dimensões política, econômica, cultural e social do país, além, é claro de seus elos com interesses estranhos à nação. Para Fernandes (2024, p. 36),

Diante do cenário de crise econômica, política, desgaste do pacto social liderado pelo PT e a ação contínua de intervenção imperialista, criou-se um caldo cultural que possibilitou a autonomia relativa conjuntural da Lava Jato com relação a outras instituições do Estado e até de classes sociais. Essa autonomia relativa passageira culminou no protagonismo da Lava Jato e do lavajatismo no golpe jurídico-parlamentar de 2016 e na viabilização, através da perseguição ao ex-presidente Lula, da candidatura de Jair Bolsonaro em 2018. Além disso, a OLJ foi protagonista de uma série de transformações sociais e econômicas no padrão de acumulação do capitalismo brasileiro, funcionais para a intensificação das transferências de valor para as economias imperialistas e que, ao mesmo tempo, ampliaram as margens de lucro da grande burguesia monopolista local.

O autor nos dirá que a OLJ teve papel relevante no processo de criminalização da política e também do investimento econômico mobilizado pelo Estado, colaborando, dessa forma, para o fortalecimento da programática liberal-conservadora, de uma extrema-direita e até mesmo do neofascismo que aderiu àquela posição. Não à toa, uma parte das frações da burguesia brasileira iniciaram uma aproximação a esse campo político conservador e reacionário, vindo, inclusive, a compor sua base como foi o caso de parcela do agronegócio brasileiro.

Outro elemento extremamente importante que queremos colocar em relevo é a vinculação da OLJ com as investidas imperialistas dos Estados Unidos sobre o Brasil num cenário de crise estrutural, de acirramento de disputas geopolíticas e de ascensão de uma nova potência político-econômica internacional, a República Popular da China. Para Fernandes,

---

<sup>133</sup> “Cabe salientar que a Lava Jato não foi pioneira na instrumentalização política do combate à corrupção na história do Brasil. [...] o discurso anticorrupção muitas vezes fez parte da estratégia das classes dominantes para operarem ‘revoluções passivas’ e modernizações conservadoras nas estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade brasileira. A Proclamação da República, a Revolução de 1930 e as tentativas de golpes em 1954 contra Vargas e em 1955 contra Juscelino Kubitschek são alguns exemplos, com as devidas particularidades e mediações, da instrumentalização política da ‘luta contra a corrupção’. No entanto, foi no golpe de 1964, e ao longo do governo de Castelo Branco (1964-1974), que o discurso anticorrupção atrelado à cruzada anticomunista impulsionou políticas de Estado a fim de justificar expurgos de funcionários públicos e de quadros políticos de diversas matrizes ideológicas” (Fernandes, 2022, p. 238-239)

com a crise capitalista em 2008, o imperialismo intensifica seus mecanismos extraeconômicos de intervenção para garantir a sua “hegemonia e o poder monopólico e de ganhos extraordinários” (Fernandes, 2024, p. 33). Nesse contexto é que vai se desenvolver uma forma de ação à qual ele designa de *imperialismo legal*:

O imperialismo legal, como uma das dimensões do imperialismo contemporâneo/tardio, é um dos instrumentos da política imperialista de ocidentalização periférica. Em nossa interpretação, o imperialismo legal é um conjunto de jurisdições extraterritoriais e de referências deontológicas no campo jurídico-político produzidas por países imperialistas e pelos aparelhos privados transnacionais de hegemonia das burguesias imperialistas (Fernandes, 2024, p. 34).

Aí se insere e ganha inteligibilidade a Operação Lava Jato, para além dos aspectos aparentes e morais do combate à corrupção a ela vinculados que lhes conferiu uma espécie de legitimidade em si para atuar multidirecionalmente, sem freios, não importando quão nefasta ela pudesse ser para a vida nacional brasileira. Sabe-se que a OLJ, em parceria estratégica com a grande imprensa, foi fundamental para desidratar e fragilizar o governo de Dilma Rousseff, pavimentando o caminho e incitando o golpe consumado contra a ex-Presidenta em 2016. Mesmo depois a OLJ continuou a desempenhar papel central na fustigação de eminentes personagens políticos, incluso, o ex-presidente Michel Temer, vários de seus Ministros de Estado e, em 2018, o ex-presidente Lula, preso numa clara operação cujo resultado favoreceu a eleição de Jair Bolsonaro, governante este que reivindicou o legado da OLJ a partir da incorporação nos seus ministérios do ex-juiz e atual Senador da República, Sérgio Moro, o principal expoente dessa operação. A OLJ, portanto, compôs, temporariamente, o caldo ideológico da extrema-direita em ascensão, e em definitivo contribuiu para o seu fortalecimento político e para a ampliação de sua influência social, sobretudo, nos momentos, talvez, os mais decisivos da conjuntura recente: o golpe jurídico-parlamentar de 2016 e a prisão de Lula conjugada à eleição do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Como instrumento da ação imperialista em aliança com setores da burguesia brasileira, a OLJ, conduzida por parte da burocracia do judiciário e do ministério público, ao criminalizar a política, os partidos tradicionais, especialmente os de esquerda, mas também os de direita, e o Estado em sua função de indutor do desenvolvimento econômico, abriu espaço às tendências subterrâneas da autocracia burguesa.

### **A reabilitação política das forças armadas e a tendência de militarização no Brasil**

Com o fim da ditadura empresarial militar, as Forças Armadas recuaram aos quartéis, saindo, ao menos temporariamente, da vida política nacional. A participação delas até meados

do governo Dilma Rousseff ficara mais reservada ao papel que lhes coube constitucionalmente, mesmo assim sob a direção civil por meio do Ministério da Defesa. Mas, quando a Presidenta Dilma Rousseff, em 2011, autoriza a formação da Comissão Nacional da Verdade com a lei nº 12.528/2011, um grande desconforto<sup>134</sup> tomou conta das Forças Armadas brasileiras. Desse período em diante, se tornaram comuns declarações públicas de comandantes<sup>135</sup>, generais e membros da FA em geral, a respeito da vida política nacional, o que pouco a pouco foi legitimando politicamente a intrusão dos militares em assuntos civis, sobretudo ao considerar a sua convocação pelos governos estaduais e federal para intervir em problemas civis.

No âmbito de medidas jurídico-políticas, por exemplo, vale destacar o uso feito diversas vezes das Forças Armadas através de operações da Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Esse recurso às Forças Armadas demonstrou uma tendência em abordar conflitos políticos e de segurança pública como objetos puro e simples de coerção. Ademais, esse expediente expressou um processo de reabilitação política das Forças Armadas, legitimando-as para atuar em várias situações que não lhe são características, inclusive, para o próprio exercício de governo, como se pôde constatar na participação de dois generais do Exército brasileiro no ministério Temer.

Desde o Governo Dilma a requisição, mediante decretos para operação de Garantia da Lei e da Ordem, para as Forças Armadas atuarem em algumas circunstâncias, foi relativamente significativa: ocorreu 13 vezes, totalizando 303 dias de intervenção das Forças Armadas sobre alguma localidade do território nacional. Quando entrou o Governo Temer os decretos da GLO foram acionados constantemente e numa escala ainda mais preocupante. Dois momentos ilustram muito bem: a intervenção sobre a segurança pública do Rio de Janeiro que durou praticamente o ano inteiro de 2018 (de fevereiro a dezembro); e a GLO com abrangência nacional que foi publicada para dispersar os caminhoneiros quando da greve nacional realizada por essa categoria, também em 2018. Os decretos de Garantia da Lei e da Ordem, quando acionados, o foram supostamente por motivo de segurança pública, ou porque ocorrera a deflagração de greve de alguma categoria, notadamente das polícias militares – o que legitimou socialmente a necessidade do restabelecimento da lei e da ordem, contribuindo para reabilitar a intervenção das Forças Armadas Brasileiras para resolução de impasses políticos.

---

<sup>134</sup> Disponível em: [Documento com críticas de militares à Comissão da Verdade reabre crise com governo - Estadão](#). Acesso em: 13/05/2025.

<sup>135</sup> Disponível em: [Ministério da Defesa exonera comandante que criticou governo Dilma e políticos](#). Acesso em: 13/05/2025.

Outros elementos importantes trazidos pelo governo Temer foram a reabertura do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, não à toa ocupado por um General da reserva do Exército brasileiro, Sérgio Etchegoyen, e a reestruturação da rede de Inteligência envolvendo uma série de instituições e ministérios. Além disso, o Ministério da Defesa, que desde sua criação em 1999 sempre fora ocupado por um civil, passara a ser comandado por outro membro das Forças Armadas, o General da reserva do Exército brasileiro, Joaquim Silva e Luna. A presença direta das Forças Armadas no Governo e a sua requisição constante para a resolução de conflitos políticos e sociais, mostra a variável da militarização como uma tendência de força ponderável no redesenho da direção intelectual e moral da sociedade brasileira em meio à crise de hegemonia, mas também, desde sempre, característica da autocracia burguesa no país e de seu recrudescimento atual. Não coincidentemente, foram elas a ocupar cargos estratégicos no primeiro escalão do governo Bolsonaro, além de diversos cargos no segundo, terceiro e quarto escalão, e foram elas também a conspirar com o então presidente para tentar um golpe e elaborar o plano *Punhal Verde e Amarelo* no qual estavam previstos os assassinatos do Presidente e do Vice-Presidente eleitos e de um Ministro do STF.

Pensamos, portanto, que a capilarização do radicalismo neoliberal e conservador, a evangelização neopentecostal, a Operação Lava Jato com a sua cruzada de combate à corrupção e a reabilitação política das forças armadas acompanhada da tendência de militarização da sociedade brasileira, consubstanciaram os elementos ideológicos subjacentes à emergência de um espectro de regressão reacionária e as determinações do recrudescimento da autocracia burguesa. Agora, seguiremos para a análise dos momentos em que as oscilações conjunturais redundaram em reestruturações no modo de dominação autocrático burguesa no país, nas quais os elementos acima trabalhados irromperam concretamente, determinando a história recente.

## 5.2. Alterações conjunturais de uma reestruturação orgânica

Analisamos até aqui o programa da burguesia brasileira indicando ser este um determinante do recrudescimento autocrático-burguês. Passamos pelo avanço da ideologia neoliberal e do conservadorismo, pelo crescimento político dos evangélicos neopentecostais, pela OLJ e o combate à corrupção e pela reabilitação política das forças armadas, enquanto determinantes do recrudescimento da dominação burguesa no Brasil recente.

Proporemos, agora, uma interpretação sobre o seu desencadeamento histórico. O desenlace dessa conjuntura decenal enreda um declínio em que o Partido dos Trabalhadores,

de tradição democrática, apoiado no gregário difusamente centrista-neoliberal-conservador (PMDB, PSD, PP, PR, PRB, Partido Republicano da Ordem Social<sup>136</sup> - PROS<sup>137</sup>) é derrubado por estes em aliança com os neoliberais e conservadores (PSDB, DEM, PPS e Solidariedade - SD) que vão formar o governo Temer. Ao apoiar o golpe de 2016 a centro direita é esvaziada, restando apenas a direita e a extrema direita, a despeito de continuar existindo o chamado “centrão”. Nada mais que um agregado de partidos fisiológicos de direita que congregam e alimentam em seu interior, também, grupos de extrema-direita. Dado o desgaste sofrido pelo governo Temer, sobretudo, em função da OLJ e da impopularidade das suas contrarreformas, os neoliberais e conservadores associados aos partidos fisiológicos são ultrapassados por uma articulação reacionária amparada no lavajatismo, no neopentecostalismo evangélico, no antipetismo e na tendência de militarização, evidenciando a consistente tendência, em geral, regressiva e, no particular reacionária.

Esse processo histórico que expressa o recrudescimento da autocracia burguesa e projeta o espectro de regressão reacionária teve causa remota no decurso do terceiro mandato do Partido dos Trabalhadores, primeira gestão da ex-Presidenta Dilma Rousseff. Para tanto, inicialmente, iremos realizar uma breve caracterização acerca da experiência do PT a frente do governo federal, desde a sua primeira eleição, para, então, promover a incursão sobre os anos dos mandatos Dilma Rousseff.

### 5.2.1. Hegemonia lulista e democracia de cooptação

*Ruy Braga (2017)*, ao analisar os governos do PT elaborou a categoria *hegemonia lulista* para explicar a relação social hegemônica que se instalou entre 2002 e 2016, ao articular o consentimento ativo do sindicalismo brasileiro com sua inserção em postos do Estado, ao consentimento passivo das massas trabalhadoras baseado na geração de emprego, ganhos reais no salário mínimo, políticas de distribuição de renda etc. Em suas palavras:

Apoiando-se em uma conjuntura econômica marcada pelo crescimento, proporcionado, em parte, pelo superciclo das commodities, e fortalecendo progressivamente as políticas públicas redistributivas, o governo de Lula da Silva soube legitimar o processo de “fusão” parcial e sempre problemático da alta burocracia sindical com o aparelho de Estado brasileiro, iniciado em meados da década de 1990, o que consolidou a hegemonia lulista. Trata-se

<sup>136</sup> Esses partidos juntos totalizavam 205 deputados. A coligação (PSDB, PMN, SD, DEM, PEN, PTN, PTB, PTC e PTdoB) que apoiou Aécio Neves elegeu 127 deputados federais e a candidatura de Marina Silva (PSB/PPS) fez 44 deputados. Juntos formavam 171 que quando somado aos deputados da situação, excluindo PT, PDT e PcdB, chegavam ao número de 376 deputados. O resultado do “impeachment” foi 367 favoráveis, 137 contrários, 6 abstenções e 2 ausências. Disponível em: [Impeachment de Dilma: saiba como votou cada um dos partidos na Câmara | Agência Brasil](#). Acesso em: 17/02/2024.

<sup>137</sup> O Partido Republicano da Ordem Social foi incorporado ao Solidariedade (SD) em 2023. Disponível em: [Partido Republicano da Ordem Social \(PROS\) é incorporado ao Solidariedade — Tribunal Superior Eleitoral](#). Acesso em: 17/02/2024.

de uma relação social de dominação apoiada na articulação do consentimento passivo dos setores populares e o consentimento ativo das direções dos movimentos sociais (Braga, 2017, p. 102).

Singer (2012; 2018) lança mão da caracterização desenvolvida por ele mesmo sobre “os sentidos do lulismo”, na qual aparece a tese de que os Governos Lula consagraram um “reformismo fraco”, de baixa intensidade, fundamentados tanto na oportunidade gerada pela elevação dos preços das principais commodities exportadas pelo Brasil – num primeiro momento – e em políticas que ampliaram o mercado de consumo interno – num segundo momento –, como também no aumento real do valor do salário mínimo, na geração de empregos formais, na ampliação – tímida – de políticas sociais, sem com isso em nenhum momento ter posto em risco os patamares de lucratividade das diversas frações da burguesia brasileira e estrangeira:

O Brasil parecia incluir os pobres no desenvolvimento capitalista sem que uma só pedra tivesse riscado o céu límpido de Brasília. Lula resolvera a quadratura do círculo e achara o caminho para a integração sem confronto. Aclamado *urbi et orbi*, recebia aplausos da burguesia, nacional e estrangeira, e de centrais sindicais concorrentes. No início de 2009, Obama declarou que ele era “o político mais popular da Terra” (Singer, 2018, p. 12).

Para Singer, Lula ao dirigir parte de sua política aos “pobres” fidelizou uma base social que em eleições passadas não tinha votado na sua candidatura e que, a partir de então, seria decisiva nas vindouras. Essa movimentação política deu-se ao mesmo tempo em que o lulismo perdera parte de sua base social nas camadas médias por decorrência do escândalo do Mensalão<sup>138</sup> em 2005.

O traço dessa política que “se dirige sobretudo aos pobres” revela também a profunda contradição do lulismo, pois, nas palavras do autor, ela “se presta a inúmeros gêneros de mistificação, por ser regressivo e progressivo ao mesmo tempo” (Singer, 2018, p. 18). Os pobres no Brasil constituem uma enorme parcela da massa de trabalhadores não diretamente vinculados à dinâmica da produção de mercadorias, no entanto, orbitando em torno dela, seja em meio à informalidade, ao setor precário dos serviços ou mesmo no puro desemprego.

Essa característica típica da força de trabalho e, por conseguinte, do capitalismo brasileiro – necessariamente determinado pela inserção dependente no capitalismo mundial – diferente do que possa parecer, não é consequência de um suposto atraso legado pela persistência de resquícios pré-capitalistas no país. Singer vai dizer, referenciado em Francisco de Oliveira, que, na verdade, é por meio da existência dessa ampla massa de pobres que o

---

<sup>138</sup> O escândalo do Mensalão, como ficou conhecido, consistiu na compra de votos de parlamentares do Congresso Nacional brasileiro por parte de políticos vinculados ao primeiro Governo Lula (2003-2006), escândalo este que quase levou ao seu impeachment.

setor moderno exerce a sua dominação política e extrai sua acumulação econômica. Ou seja, essa “superpopulação excedente, rebaixando o valor do trabalho, permite ao setor moderno funcionar” (Singer, 2018, p. 22), sendo, portanto, instrumental à lógica de reprodução do capital em terras brasileiras. Essa formulação se aproxima da interpretação florestaniana quando ele fala acerca da dupla articulação, especificamente, quando se refere à articulação interna do setor urbano industrial ou moderno ao setor arcaico ou atrasado, para indicar o desenvolvimento desigual interno determinante do capitalismo dependente brasileiro. Ademais, como falamos em outro momento, Florestan também compreende o baixo valor da força de trabalho como outra das determinações do capitalismo dependente e da autocracia burguesa.

Uma das principais características do lulismo foi a elevação média do valor da força de trabalho brasileira, através da valorização do salário mínimo e de ganhos salariais através dos acordos coletivos sindicais. Vale também destacar a ampliação do emprego com contratos de trabalho formais, ou seja, com a assinatura de carteira de trabalho, que garante direitos trabalhistas e a própria valorização do trabalho e do trabalhador.

Pensamos que Iasi (2017), amparado em Florestan Fernandes, sobretudo na categoria *democracia de cooptação*, nos ajuda a compreender esse aparente paradoxo. Boa parte de sua análise se concentra nos rumos trilhados pelo Partido dos Trabalhadores em sua existência como partido e ao longo de seus governos. Ele diz que o PT, ao pôr em prática uma política de conciliação de classes, alargando exitosamente os dutos da *democracia de cooptação*, apassivou a classe trabalhadora, enfraquecendo-a, bem como, em nome da governabilidade, deu espaço a setores conservadores. Refletindo sobre a tática adotada e os prejuízos para a classe trabalhadora, Iasi colocou:

A tática de permanência no governo não acumulou forças no sentido esperado no quadro da estratégia democrática popular. Pelo contrário: desarmou a classe trabalhadora de sua autonomia necessária, a desorganizou, despolitizou, e deslocou o campo de luta para o terreno do inimigo: seu Estado. Aí está um nó principal no grande equívoco de implementação da estratégia na situação de governo (Iasi, 2017, p. 368).

O apassivamento da classe trabalhadora e a priorização da governabilidade expressaram um debate de fundo, qual seja, a compreensão sobre o caráter do Estado. Tal concepção partia do pressuposto que o Brasil tinha instituições da sociedade civil sólidas, típicas de uma sociedade ocidental madura, o que impunha, tanto à esquerda quanto à direita, o necessário caminho democrático para a efetivação de mudanças pretendidas. Essa formulação, fortemente influenciada pelo pensamento de Carlos Nelson Coutinho, é submetida à crítica

por Iasi (2017) para explicitar determinados aspectos da política petista, cujo resultado foi a subestimação dos expedientes golpistas utilizados largamente na história do país pelas classes dominantes nacionais em articulação com o capital estrangeiro. Esperava-se que, vencendo as disputas dentro do jogo democrático das eleições, a política de conciliação de classe pudesse ser reproduzida ao infinito, ainda que com modificações mais ou menos significativas. No entanto, para Iasi (2017), o golpe desautorizou aquela concepção, pondo fim à experiência petista no governo e à conciliação de classes nos termos de uma *democracia de cooptação*.

Singer (2018) refletindo sobre a crise do lulismo colocou que, com o estouro da crise do capital, as estreitas margens para uma tímida redistribuição de renda e valorização do valor da força de trabalho diminuíram ainda mais, dificultando a reprodução do capital nos termos alcançados. Os efeitos da crise no Brasil, todavia, foram postergados graças a algumas políticas de indução do consumo interno e de generosos financiamentos dos bancos estatais para as empresas brasileiras ampliarem seus negócios. Assim se manteve tanto o crescimento econômico, como baixos índices de desemprego, cenário que duraria pouco mais de três anos, coincidindo com o período dos governos Dilma.

Ainda assim, segundo Singer, a Presidenta resolveu “acelerar o ritmo da empreitada, dando curso a uma política econômica desenvolvimentista e, simultaneamente, a uma ação republicana de combate a círculos de corrupção incrustados no Estado” (Singer, 2018, p. 25). À medida que os índices socioeconômicos começaram a se apresentar negativamente o *lulismo* adentrou numa crise em que os motivos imediatos expressavam a impossibilidade de reproduzir estruturalmente mesmo um *reformismo fraco*. Isto é, a ampliação do emprego formal e a valorização dos salários deveriam ser interrompidas drasticamente para viabilizar a reprodução do capital nos termos do capitalismo dependente. Somado a esses elementos, ascenderam as investidas políticas conservadoras nas suas mais diversas expressões, levando o lulismo da crise ao esfacelamento com a consumação do golpe de 2016 contra a Presidenta Dilma Rousseff, sem resistência à altura de um partido de massas que conseguiu se eleger por quatro vezes consecutivas até aquele momento.

As jornadas de junho de 2013 são, provavelmente, as primeiras manifestações de grande envergadura a expor o esgotamento da hegemonia lulista (Braga, 2017) e o processo de desagregação da concertação por ela articulada, demonstrando também os limites estruturais da *democracia de cooptação* (Iasi, 2017). Se até poucos anos antes de 2013 o apassivamento da classe trabalhadora era aplicado de forma razoavelmente exitosa, após o referido ano, não se podia mais dizer o mesmo:

A mudança do cenário econômico mundial, interessadamente não a crise propriamente dita, mas a retomada do crescimento no centro do sistema e o consequente agravamento da crise na periferia do sistema do capital imperialista faz com que as bases da *democracia de cooptação* e do governo de pacto social deteriorem rapidamente. O primeiro e mais evidente sintoma desse fato foram as manifestações de 2013, que indicavam problemas em um dos principais trunfos do PT na relação com a ordem burguesa, ou seja, a eficiência do apassivamento (Iasi, [2016] 2017, p. 427).

Mas o ano de 2013 não fora apenas o das grandes manifestações de rua no Brasil<sup>139</sup>, foi, também, o ano em que se registrou o novo recorde de greves - depois superado em 2016<sup>140</sup> - realizadas pela classe trabalhadora brasileira desde 1989 (Dieese, 2017). Por isso mesmo, àquela altura, o apassivamento da classe trabalhadora calcado na *democracia de cooptação* dava sinais explícitos de que deixara de ser alcançado eficientemente pelo PT. A irrupção espontaneísta e difusa - por isso mesmo limitada quanto ao seu horizonte de possibilidades - de mobilizações populares e da classe trabalhadora, significou um impasse à manutenção daquele padrão hegemônico, pois o apassivamento era um dos seus pilares fundamentais. Parte da classe trabalhadora começava a sair da inércia e retomava alguma atividade política, estremecendo o pacto de conciliação de classes e reivindicando o alargamento dos limites da *democracia de cooptação*.

As jornadas junho de 2013 trouxe à tona contradições acerca do desenvolvimento capitalista dependente que se acumulavam sob o tecido social brasileiro, por exemplo o serviço de transporte público e a mobilidade urbana nos centros metropolitanos brasileiros. Aquelas manifestações expuseram certo descontentamento com a precariedade dos serviços públicos e com a piora da qualidade de vida das massas trabalhadoras nas grandes cidades, cuja expressão política se condensou em bandeiras historicamente vinculadas à esquerda. Porém, também ali se apresentaram reivindicações e segmentos de direita e de extrema direita - vislumbres do recrudescimento autocrático-burguês e feixes difusos do espectro da regressão reacionária. Nessa disputa, porém, no plano imediato, predominou a tonalidade de esquerda presente nas manifestações de junho daquele ano. Para Souza (2024)

O que esteve em jogo essencialmente nas grandes manifestações das “jornadas de junho”, como ficaram conhecidas as mobilizações de massa no Brasil em 2013, embora difusamente, foram demandas em torno da melhoria

<sup>139</sup> Nas palavras de Braga (2017, p. 232), “é importante destacar que as Jornadas de Junho não se esgotaram nos protestos de rua, mas transbordaram em múltiplas direções”. Ou ainda, segundo Souza (2024, p. 288), “junho de 2013 foi antecedido (e sucedido) por centenas de greves e mobilizações de luta de movimentos sociais e sindicatos combativos, em diversos setores: educação, transportes, operários da construção civil em obras do Programa de Aceleração do Crescimento, limpeza urbana, entre outros”

<sup>140</sup> Segundo o Dieese (2017), em 2016 ocorreram 2.093 greves, totalizando 140.214 horas paradas. O número de greves foi maior que o de 2013 (até então este era o ano com o maior número de greves) e superior em número de horas paradas ao ano de 1989 (até então este era o ano com maior número de horas paradas).

dos serviços públicos (destaque feito para os transportes, pedra de toque do Movimento Passe Livre), garantia de direitos, denúncias contra os abusos policiais, entre outras que dizem respeito ao aprofundamento da democracia política, sobretudo as questões ligadas à saúde e à educação. Essa tonalidade articulada à agenda histórica de lutas das esquerdas não permite, por outro lado, obscurecer a presença, naquele momento minoritário, de tendências e movimentos marcadamente conservadores, naquele momento, unificados sob o lema tão antigo quanto vago do “combate à corrupção” (Souza 2024, p. 289).

O efeito imediato das jornadas de junho de 2013 foi pôr abaixo os índices de aprovação do Governo Dilma que não mais, até interrupção ilegítima de seu mandato, seriam recuperados nos patamares de antes das jornadas. Somado a outros acontecimentos conjunturais, em especial, a deterioração econômica convertida depois em crise aberta, se criaria um cenário favorável às investidas golpistas que resultariam no golpe de 2016. Posto que consideramos a crise do capital no Brasil um dos detonadores do recrudescimento da autocracia burguesa, trataremos dela para melhor compor o quadro histórico que procuramos reconstruir e, assim, evidenciar o afastamento seguido de ruptura das classes dominantes com a administração petista em direção ao espectro da regressão reacionária.

#### 5.2.2. O cenário econômico nos governos Dilma

Quando a Presidenta Dilma Rousseff iniciou seu governo a situação política e econômica era razoavelmente positiva, embora os ventos da crise do capital não inspirassem um futuro alvissareiro. Desde o princípio do mandato ela teve que lidar com um cenário internacional menos favorável e com uma desaceleração econômica nacional já em seu primeiro ano de governo sem muitas melhorias nos anos seguintes de 2012 e 2013 e de explícita estagnação em 2014. Mas, tendo sido eleita como sequência de um projeto amplamente aprovado pela população, a Presidenta herdou um importante espólio político e uma azeitada arquitetura de governabilidade montada com o Congresso que lhe permitira realizar algumas alterações na rota perseguida até então pela experiência petista a frente do governo federal e inaugurar outra etapa com a pretensão de acelerar o crescimento econômico combinado à manutenção das políticas de distribuição de renda amparadas nas medidas “novo desenvolvimentistas” ante as quais a chamada “nova matriz econômica” desempenharia potencialmente um decisivo papel no trato das políticas fiscais, cambiais e industriais, mesmo sem romper com o tripé macroeconômico neoliberal. Para Saad Filho e Morais (2018, p. 169),

Nesse contexto, os principais objetivos do governo Rousseff eram incentivar o investimento privado e reverter a sobrevalorização do real, que havia trazido consequências adversas para o crescimento econômico em geral e para a indústria manufatureira em particular. Para tratar desses problemas estruturais, o governo introduziu um novo conjunto de políticas de

desenvolvimento voltadas para a infraestrutura e os bens e serviços básicos. O objetivo era aumentar a produtividade, reduzir os custos de produção e desenvolver cadeias produtivas estratégicas, especialmente nos setores de petróleo (em meio à importante descoberta de grandes reservas no chamado pré-sal, no Atlântico Sul) eletricidade, transporte e habitação. O governo desejava também reduzir as taxas de juros domésticas, de modo a apoiar o capital produtivo à custa dos interesses financeiros.

Um dos seus primeiros atos foi trocar a presidência do Banco Central do Brasil. No lugar de Henrique Meirelles, colocou Alexandre Tombini, um servidor concursado oriundo do próprio Bacen com quem a Presidenta Dilma tinha maior alinhamento. Ainda em 2011, o BC operou uma baixa progressiva da taxa básica de juros (Selic) de 12,4%, alcançando em setembro de 2012 a marca de 7,16%, patamar este preservado até o segundo trimestre de 2013. A iniciativa buscava atingir um triplo objetivo: redução da entrada de capital estrangeiro especulativo; desvalorização cambial; e barateamento do crédito, para assim estimular o investimento e o consumo privados em detrimento da ação especulativa do capital financeiro.

A política monetária de taxa básica de juros baixa praticada a partir de então serviu de suporte ao crescimento da oferta de crédito de longo prazo promovido pelo BNDES numa situação em que o banco encontrava-se capitalizado pelos empréstimos de títulos do Tesouro sob taxa de juros mais baixa que a do Bando de Desenvolvimento, ou seja, em grande medida, a ação do BNDES fora subsidiada pelo Tesouro. Mesmo com esse quadro favorável, o investimento privado não se elevou como esperado pelo governo e o PIB em 2011 teve um crescimento de 2,7% (dados atualizados indicam 3,8%), quando em 2010 o PIB registrou um crescimento de 7,5%. Para se manter na mesma linha de medidas econômicas, dando preferência a garantia do crédito e ao investimento privado, o governo foi mais rigoroso na política fiscal e diminuiu ou adiou o gasto público. Essas medidas, no entanto, conduziram a economia a uma contração; e mesmo a tentativa de manter o real desvalorizado não logrou êxito em função da entrada massiva de capital estrangeiro, estimulada pela alta dos preços das commodities e pelo momento relativamente positivo da economia nacional frente a situação dos países do centro do capitalismo. Apesar dessa entrada massiva de capitais estrangeiros terem colaborado significativamente para o superávit da balança de pagamento, as condições econômicas no país continuaram a declinar. O investimento privado não evoluiu, a política fiscal reforçou o contracionismo e a inflação passou a oscilar um pouco acima da meta, o que fez o mercado financeiro e a grande imprensa disseminarem um clima de pânico. Sob essa pressão, o Banco Central limitou o crédito e retomou a elevação da taxa básica de juros, depois de aproximadamente dois anos de experimento com taxas baixas para o histórico

padrão brasileiro. A medida foi exitosa em conter naquele momento a alta da inflação, além de acenar ao mercado a manutenção do “sagrado” tripé neoliberal. Porém, em 2015, a inflação voltou a aumentar, e, reagindo com medidas monetárias mais duras, a economia brasileira sofreu uma contração mais acentuada. O governo federal, ante a deterioração do quadro econômico, reforçou o caminho “novo-desenvolvimentista” adotado em claro desacordo com a postura assumida pelo BC, gerando expectativas negativas por parte do mercado.

A estratégia do governo chegou a um impasse. O problema não se resumia à contradição entre as políticas fiscal e monetária. Por um lado, as tentativas contínuas de controlar a inflação por meio de altas taxas de juros e da sobrevalorização cambial agravariam o déficit em conta-corrente e intensificariam a desaceleração econômica, como será exposto adiante. Por outro lado, a tentativa de controlar a inflação por meio da contenção de salários, transferências e investimentos públicos interromperia os ganhos distributivos e comprometeria o crescimento do PIB e os desejados ganhos de produtividade. Em vez disso, o governo optou pela imposição de controles de preços e pela distribuição de subsídios, apesar de sua limitada eficácia e seus elevados custos fiscais (Saad Filho; Morais, 2018, p. 176).

Simultaneamente às medidas de ordem fiscal e monetária - estas ainda sem surtir os efeitos esperados - o governo Dilma, em 2012, direcionou sua atenção também ao setor de infraestrutura, energia e impostos. A primeira tentativa foi a concessão de rodovias, mas rechaçada pelos empresários da área por verem suas margens de lucro serem submetidas a um limite. Quando os leilões das estradas foram realizados nenhuma proposta se apresentou. No entanto, quando houve elevação da inflação e da taxa básica de juros, a manutenção dos subsídios tornou-se progressivamente insustentável. Ante a iniciativa frustrada, o governo buscou retomar, em 2015, esse processo mediante o Plano de Investimento em Logística (PIL) que na área de infraestrutura de transportes representou mais um processo de privatização de muitos aeroportos do que propriamente uma melhoria para todos os outros setores relacionados, e mesmo assim, o saldo não se pode dizer que fora positivo, em função tanto da situação econômica do país quanto política do governo.

O setor elétrico apresentou-se como outra frente de atuação da gestão petista. Baseando no alto custo sem justificativa das tarifas do setor, o governo moveu-se para conseguir reduzi-las e assim contribuir para maior dinamicidade da indústria e para a vida dos cidadãos e cidadãs. O custo residencial caiu 20% e em 29% para as empresas, mas não sem desgaste político e insatisfação dos fundos de investimento nacionais e internacionais. Apesar disso, a redução da eletricidade significou uma breve vitória para o governo que se via cada vez mais isolado. Breve, pois mesmo com a diminuição do custo para o setor produtivo, as outras iniciativas econômicas do governo, posto que frustradas, impactaram

negativamente. Ademais, o cenário de seca somado à diminuição do nível dos reservatórios reduziu a capacidade de geração de energia elétrica, forçando um novo aumento no curto espaço de tempo e, assim, neutralizando os efeitos positivos da conquista do governo (Saad Filho; Morais, 2018).

Ainda na busca por melhorar o ambiente econômico, o governo apresentou a proposta de reforma tributária num contexto político adverso no âmbito parlamentar, resultando, no entanto, num programa de renúncias fiscais cujo tamanho saiu de seu controle e pouco representou em termos de contrapartidas dos setores beneficiados, que, por sua vez, se utilizaram de tal vantagem apenas para ampliar suas margens de lucro. Os impactos são sentidos mesmo agora sob a terceira gestão de Lula e, sendo esta uma importante disputa da luta de classes no Brasil do presente (Saad Filho; Morais, 2018).

Há de se considerar, afóra o já mencionado, as modificações na estrutura econômica brasileira operadas com a adesão ao neoliberalismo, cujo sentido desatou um processo de desindustrialização de difícil reversão. Quando do boom das commodities essa tendência foi ainda mais acentuada, privilegiando os setores agrícolas e extrativistas em detrimento dos produtores de manufaturados, estes prejudicados duplamente, como indicado anteriormente, em decorrência da forte entrada de capital estrangeiro que manteve o real valorizado. Num primeiro momento, em seu auge, as exportações brasileiras, por terem sido maiores que as importações, tornaram a balança de pagamento superavitária. Mas, quando a forte desaceleração pelas commodities brasileiras no mercado internacional se impôs, as condições econômicas internas passaram a se deteriorar e, de superavitário, o saldo comercial se tornou deficitário e as importações superaram as exportações. A crise do capital anunciava sua chegada.

Laura Carvalho, em seu livro *A valsa brasileira*, relaciona a mudança na política econômica do primeiro governo Dilma em relação aos governos Lula, à desaceleração entre 2011-2014 e, num continuum, à crise econômica em 2015-2016. Para a economista da Universidade de São Paulo, alguns dos pilares da política econômica do governo Dilma foram modificados de forma sintética na adoção de uma política monetária expansionista combinada a uma política fiscal contracionista. Em suas palavras:

A mudança envolveria substituir uma política fiscal expansionista (crescimento de gastos e investimentos públicos) e uma política monetária contracionista (juros altos) por uma política fiscal contracionista (cortes de gastos e investimentos públicos) e uma política monetária mais frouxa (juros mais baixos), que facilitasse a desvalorização da moeda (Carvalho, 2018, p. 60).

Essa alteração de rota, como mencionamos, ocorreria num contexto de fechamento do boom das commodities, desequilíbrio externo e de redução do crescimento do setor industrial que reclamava uma série de medidas para enfrentar o cenário em melhores posições de competitividade. A indústria brasileira expressara crescimento de sua participação no PIB de 2003 até o ano de 2008, mas com a crise do capital, houve uma retração de sua contribuição para o PIB em 2009, com uma ligeira recuperação em 2010, seguida de uma tendência declinante entre 2011 e 2013. O conjunto de reivindicações feito pela indústria nacional foi chamado por Carvalho (2018) de “Agenda FIESP”:

Essa agenda envolveu a redução de juros, a desvalorização do real, a contenção de gastos e investimentos públicos e uma política de desonerações tributárias cada vez mais ampla, além da expansão do crédito do BNDES e o represamento das tarifas de energia (Carvalho, 2018, p. 63).

Mas, para a autora, o resultado da implementação de tais medidas se mostrou desastroso. O contexto de redução do ritmo de crescimento da economia, por consequência da adoção da referida agenda naquele momento e pelo abandono dos pilares do modelo anterior, fora ainda mais piorado e provocou a precipitação da crise econômica em 2015-2016.

Com a contenção extra de gastos e o anúncio da elevação na meta de superávit primário no primeiro ano do governo Dilma, o Banco Central, em agosto de 2011, inicia um processo de redução da taxa básica de juros que em outubro de 2012 alcança 7,25%, seu patamar mais baixo. Objetivando a desvalorização do real para tornar os produtos brasileiros mais competitivos no mercado interno e internacional e a ampliação do investimento privado com a tomada de empréstimos a juros mais baixos, as medidas implementadas, entretanto, se revelaram insuficientes. Nem o real fora depreciado ao ponto de se tornar vantajoso ao empresariado nacional e, ademais, com a taxa de câmbio desvalorizada, os produtos internacionais consumidos por parte do setor produtivo brasileiro se tornaram mais caros. Para não ver sua lucratividade ser reduzida, aquele custo mais elevado foi transferido ao preço final de seus produtos no mercado interno, gerando um processo inicial de inflação que colaborou para corroer o poder de consumo da classe trabalhadora.

Em meados de 2013, o Banco Central dos EUA aumentou a sua taxa de juros, provocando uma fuga de capitais, uma maior desvalorização do real e aumento da inflação, situação frente a qual o Banco Central do Brasil decidiu iniciar a subida da taxa Selic, abandonando um dos pilares da também chamada “nova matriz econômica”. A administração dos preços, outra medida adotada pelo governo para abaixar os custos das empresas, em especial, com energia e combustível, em pouco tempo se tornou insustentável, trazendo à tona

uma série de problemas, sobretudo, com incidência significativa no rápido aumento da inflação.

Outra ação que caracterizou o governo Dilma foi a política de desonerações tributárias. Embora já no governo Lula tenha havido desonerações para alguns setores no âmbito do PAC e quando da crise de 2008 como medida anticíclica, é com o mandato presidencial de Dilma Rousseff que essa medida ganha status de política econômica. Nas palavras de Carvalho,

As primeiras medidas tributárias de desoneração para incentivar setores econômicos foram criadas no Plano Brasil Maior, anunciado em agosto de 2011. O plano previa, entre outros pontos, a redução de IPI sobre máquinas e equipamentos, materiais de construção, caminhões e veículos, a concessão de créditos tributários para exportadores e a chamada desoneração da folha de pagamentos. Outra medida de renúncia tributária envolveu a desoneração da cesta básica. A política, introduzida em março de 2013, buscou estimular o consumo das famílias de baixa renda pela redução de alíquotas do PIS/Pasep, Cofins e do IPI de alguns alimentos e produtos de higiene pessoal (Carvalho, 2018, p. 75-76).

A despeito das desonerações terem alcançado um número muito significativo de setores econômicos, o objetivo de estimular maior investimento por parte da iniciativa privada não foi alcançado. Para Carvalho, a conjuntura econômica não era muito favorável mesmo com as iniciativas que vinham sendo bancadas pelo governo federal. Aparentemente, elas serviram muito mais para que o capital industrial buscasse recompor suas taxas de lucro do que para ampliar a produção, investir em maquinário, gerar empregos etc. Nas palavras da autora, “de fato, a maior parte das desonerações fiscais concedidas parece ter servido como política de transferência de renda para os mais ricos, contribuindo também para deteriorar sobremaneira as contas públicas” (Carvalho, 2018, p. 81).

Acrescenta-se ao quadro de desaceleração econômica a expansão de crédito subsidiado direcionado a empresas, novamente, pretendendo ativar o investimento com vistas ao crescimento econômico e a arrecadação tributária. Porém, a resposta do empresariado com a tomada de empréstimos não fora suficiente, afora que, em função da

Diferença entre a taxa de juros de captação do Tesouro e as taxas de juros – mais baixas – praticadas pelo BNDES em seus empréstimos, ao longo do tempo esses repasses geraram um custo sobre as finanças públicas (um subsídio implícito) e tiveram impacto direto sobre a chamada dívida bruta (Carvalho, 2018, p. 86).

Um dos argumentos mais fortes mobilizados por Carvalho (2018) para deslindar a deterioração das condições econômicas centra-se na estagnação do investimento público verificada no governo Dilma. Pode-se observar essa diminuição através do ajuste fiscal, dos incentivos ao setor privado e menos no investimento público direto, das desonerações

mencionadas, do crédito subsidiado, dos subsídios relacionados ao programa Minha Casa, Minha Vida e também das concessões temporárias à iniciativa privada na área de infraestrutura. Esse quadro só potencializou a degradação fiscal ao longo do primeiro mandato, tornando sempre mais difícil o alcance da meta estabelecida para o superávit primário ao ponto de ter, em 2014, passado para uma situação de déficit primário.

O que causou a redução do resultado primário no governo Dilma foi, na verdade, o aumento das despesas com subsídios e o crescimento menor das receitas. Os subsídios foram a rubrica que mais cresceu entre as despesas primárias no período: mais precisamente, 20,7% ao ano entre 2010 e 2014. Aí inclui-se a injeção de recursos no Minha Casa Minha Vida e o subsídio implícito nos empréstimos do BNDES (Carvalho, 2018, p. 97-98).

Também em 2014, a dívida pública que passara por uma queda progressiva desde 2004, volta a subir, aumentando ainda mais em 2015, tanto por conta de um novo ajuste fiscal, como dos juros altos e da eclosão da recessão econômica. Nesse cenário, o ajuste fiscal voltou a ser encarado como o remédio inevitável para pôr ordem na economia nacional. Com a reeleição da Presidenta Dilma e a formação da nova equipe econômica, o Ministro da Fazenda Joaquim Levy tratou de aplicar um rápido ajuste com cortes nos recursos do PAC, mudanças para o acesso a benefícios previdenciários e mudanças nas desonerações antes concedidas. Acontece que naquele cenário, a retração do investimento público só fez acentuar a crise econômica. Junta-se a isso, os preços administrados pelo governo foram reajustados de maneira abrupta, exercendo uma pressão sobre a inflação sobre a energia elétrica, o preço do gás e da gasolina. Diferentemente de 2014 em que a taxa de desemprego ainda se encontrava sob controle, em 2015, em meio à crise econômica, ele saltara e daí até o “impeachment” só piora.

O desemprego maior e, conseqüentemente, o poder de barganha menor dos trabalhadores levaram a uma queda de 2,7% no salário real médio. A elevação do desemprego e a queda dos salários de trabalhadores pouco qualificados também se encarregavam de reverter rapidamente a redução da desigualdade salarial conquistada nos anos 2000. Nesse contexto, as famílias passaram a reduzir os gastos para tentar honrar seus compromissos financeiros, o que explica uma redução de 3,9% no consumo. Foi o primeiro ano de retração no consumo das famílias desde 2003, quando houve queda de 0,5%. Com o PIB e a arrecadação menores, o déficit primário aumentou de 17 bilhões de reais em 2014 para 111 bilhões em 2015, apesar do corte de despesas. A dívida líquida do setor público, por sua vez, passou de 32,6% do PIB em dezembro de 2014 para 35,6% em dezembro de 2015. Já a dívida bruta saltou de 56,3% para 65,5% do PIB (Carvalho, 2018, p. 110-111).

Tratando especificamente da crise, o economista Pedro Rossi (2024) entende que a Brasil ela fora deflagrada em 2015 e agravada em 2016 em função do choque recessivo representado pela adoção de medidas econômicas ortodoxas por parte do segundo governo Dilma. O autor não ignora que a desaceleração econômica já se evidenciava no início do

primeiro governo da ex-Presidenta e em 2014 expressou um crescimento próximo de zero, mas observa também que neste último ano do primeiro mandato presidencial, a taxa de desemprego foi uma das mais baixas da série histórica do IBGE, o salário mínimo continuou tendo ganho real de valorização, o consumo das famílias cresceu 2,5% e a taxa de pobreza, a renda média das famílias e a desigualdade social mostraram índices positivos.

Partindo de uma interpretação multifacetada acerca das crises econômicas, segundo a qual “não há uma única causa que dê conta de explicá-las”, Rossi (2024, p. 52) vai ressaltar, no entanto, que em determinadas crises é possível localizar uma causa principal que, enredada a outras, desempenha um papel definidor. Para o autor, no caso concreto brasileiro em análise, “o fator decisivo” foi o choque recessivo representado em um conjunto de medidas, tais como “um ajuste fiscal, uma contração monetária, um choque de preços administrados e uma forte desvalorização cambial” (Rossi, 2024, p. 53).

Sobre o “choque fiscal” Rossi (2024) vai dizer que ele se expressou por meio das modificações para acesso a benefícios como o seguro-desemprego e o abono salarial, mas também através da revisão de algumas desonerações no lado da receita e com cortes de gastos, visando alcançar a meta de superávit primário, o que na prática resultou em queda de investimento público da ordem de 30% em comparação ao ano de 2014. A política de preços administrados sofreu igualmente uma mudança com a adoção da “estratégia de choque” pelo governo. Os preços subiram significativamente em 2015, provocando direta e indiretamente a elevação da inflação. Por efeito, foram aumentados os custos das empresas e diminuído o consumo das famílias.

A política cambial, com a nova equipe econômica empossada em 2015, passa por uma inflexão na qual o real é desvalorizado. Segundo o autor, “essa rápida mudança na taxa de câmbio teve impacto nas estruturas de custo e patrimônio das empresas e contribuiu para o aumento da taxa de inflação e, com isso, para a redução dos salários reais, impactando negativamente o consumo” (Rossi, 2024, p. 54). Nesse contexto, com o objetivo de conter a inflação, o Banco Central deu continuidade à elevação da taxa básica de juros, alcançando o patamar de 14,25%, medida esta que encareceu as operações de crédito, os custos para o investimento produtivo e acentuou a recessão econômica no país.

O economista ressalta que, embora os rumos da economia no Brasil já indicassem uma desaceleração, em especial, a partir de 2014, a eclosão da crise econômica no país só é passível de compreensão se se levar em consideração o que ele chamou de “choque recessivo” adotado pelo governo em 2015.

De fato, a virada na política econômica representou o fim do modelo distributivo, dos aumentos de salários reais e da melhoria na distribuição de renda. O pano de fundo é uma avaliação de que o modelo distributivo tinha ido longe demais. Nos governos Lula, enquanto o país crescia fortemente, as tensões políticas eram acomodadas; já a desaceleração do crescimento no primeiro governo Dilma acirrou o conflito de classes. [...] O choque recessivo foi uma primeira resposta à agenda distributiva diante do acirramento do conflito de classes. Do ponto de vista político, foi um erro que criou as condições econômicas para o golpe de 2016, ao fragilizar a presidente Dilma. Essa é a antessala do neoliberalismo, pois marca a passagem de bastão da agenda distributiva para a agenda de 2016 (Rossi, 2024, p. 58).

Embora discordemos da sugestão de que a crise e o golpe foram a antessala do neoliberalismo, como se antes este fosse um ausente, concordamos que a crise, bem como o golpe foram fundamentais para que a radicalização neoliberal pudesse se estabelecer plenamente sem encontrar grandes obstáculos. O cenário de profunda instabilidade política e econômica, configurando uma crise de hegemonia, foi decisivo para o processo de afastamento das frações da burguesia em relação ao governo Dilma Rousseff, e o protagonismo das mesmas no rumo do golpe jurídico-parlamentar de 2016, recrudescendo o seu estilo de atuação autocrático. No entanto, outros fatores também atuaram para viabilizar essa alteração nas relações de força.

### 5.2.3. Outros detonadores do recrudescimento autocrático burguês

Retomando o fio histórico dos acontecimentos, em 2014, a regulação lulista ou o bloco democrático avança em sua crise. Como mencionado, a Operação Lava Jato fora deflagrada e com a permanente difusão da grande mídia, coloca o PT, em meio às eleições, como o principal alvo de uma agressiva campanha baseada num suposto combate à corrupção. Esta investida atíca as principais tendências ideológicas conservadoras e o radicalismo neoliberal a apresentarem-se ativamente no terreno da luta de classes. Ressurge com força o anticomunismo revestido conjunturalmente de antipetismo, lançando-se com grande intensidade contra a já combalida hegemonia lulista, numa disputa pela mudança regressiva da sociedade. A atuação da OLJ influi no resultado das eleições de 2014, no impeachment de Dilma, na instabilidade do governo Temer e na eleição de 2018 ao prender o Presidente Lula, facilitando a vitória de Jair Bolsonaro. Apesar de não ter sido tão decisivo nas eleições de 2014, como fora nas eleições de 2018, o resultado muito apertado daquelas eleições foi questionado, levantando-se à suspeita de fraude. E embora a recontagem tenha confirmado o resultado já legitimado, a atmosfera de dúvida permaneceu pairando sobre aquela eleição presidencial.

Como podemos ver, os sinais de ruptura e de inviabilização da hegemonia lulista sobre as bases antes estabelecidas apareceram ao final do primeiro governo Dilma com a eclosão das jornadas de junho abalando sua aprovação e a deflagração da OLJ explorando o seu desgaste. No início do segundo, quando a então Presidenta adotou uma política econômica neoliberal, cedendo ao ajuste fiscal exigido pelas classes dominantes, e rompendo com o social-liberalismo de intenções desenvolvimentistas, a deterioração econômica, política e social avança. Essa escolha contrariou todo o seu discurso de campanha nas eleições de 2014 e, considerando que neste ano a economia estava em franca desaceleração, as opções feitas e implementadas por ela e pelo ex-funcionário do Banco Bradesco e então Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, agravaram o quadro de iminência da crise, fazendo-a detonar no ano de 2015<sup>141</sup>. As condições econômicas e sociais – a base objetiva do consenso – não estavam mais dadas.

Diante disso, tendo aplicado no Brasil uma política de retirada de direitos e de cortes de recursos para as políticas sociais, a Presidenta Dilma assistiu a uma parte de sua base social popular se desagregar<sup>142</sup>. O resultado da mudança de direção aliado aos anos de apassivamento pode-se constatar na imensa dificuldade e na ausência de mobilização da classe trabalhadora e dos setores populares para defender o governo Dilma quando do acolhimento do processo de impeachment, em dezembro de 2015<sup>143</sup>, até a finalização do mesmo, em agosto de 2016<sup>144</sup>, mas disso trataremos adiante.

Outra aliança fundamental que o PT perdeu foi na Câmara dos Deputados, no início de 2015. Com o começo da legislatura 2015-2019, o segundo governo Dilma deparou-se com o parlamento, que da formação de supermaiorias governistas transitou para a oposição oportunista ao PT. Se antes a Câmara configurou maiorias alinhadas ao Executivo Federal, a partir de 2015 ela tornou-se ator ativo na desestabilização política e econômica do governo, constituindo o quarto detonador do recrudescimento da autocracia em uma de suas manifestações mais explícitas: o desfecho do golpe em 2016.

---

<sup>141</sup> Entre o fim de 2014 e 2015 a Presidenta Dilma realizou mudanças que dificultaram o acesso a benefícios previdenciários como o auxílio-doença, pensão por morte, seguro defeso, abono salarial e seguro-desemprego, por meio das leis nº 13.134 e a nº 13.135. Ademais, naquele ano cortou \$80 bilhões do orçamento para áreas sociais e autorizou redução salarial com diminuição de jornada de trabalho, através do Plano de Proteção ao Emprego, atendendo a reivindicações do empresariado.

<sup>142</sup> “É a traição pelo então recém-eleito governo das expectativas populares despertadas por uma campanha presidencial vertebrada pela garantia dos empregos e da inviolabilidade dos direitos social e trabalhistas, o que explica a alienação das bases sociais petistas” (Braga, 2017, p. 243).

<sup>143</sup> Disponível em: [G1 - Eduardo Cunha autoriza abrir processo de impeachment de Dilma - notícias em Política \(globo.com\)](#). Acesso em: 09/11/2024.

<sup>144</sup> Disponível em: [G1 - Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume - notícias em Processo de Impeachment de Dilma \(globo.com\)](#). Acesso em: 09/11/2024.

De acordo com vários veículos da imprensa nacional, nas eleições de 2014 o povo brasileiro sufragou a legislatura mais conservadora para o Congresso Nacional desde a ditadura empresarial-militar<sup>145</sup>. Esse processo expressou também a ampliação do número de partidos no parlamento que saiu de 22, eleitos em 2010, para 28 eleitos em 2014, dificultando ainda mais a governabilidade<sup>146</sup>, tese que se confirmou com o permanente clima de instabilidade política desse período em diante. As comumente chamadas bancadas da bala, da bíblia e do boi (BBB) elevaram a sua presença no Congresso<sup>147</sup>, enquanto a representação total de sindicalistas diminuiu<sup>148</sup>. Candidatos ligados a pautas como a descriminalização do aborto, a legalização das drogas, a luta por demarcação de terras indígenas e direitos da população LGBTQIAPN+ teriam pouco espaço para fazerem progredir suas pautas entre os deputados e senadores eleitos. À época, parlamentares como Eduardo Cunha<sup>149</sup>, Jair Bolsonaro<sup>150</sup> e Marco Feliciano<sup>151</sup> conhecidos pelo conservadorismo que destilavam, ampliaram as suas margens de votos. As bancadas do PT e da centro esquerda de modo geral, diminuíram, enquanto as bancadas vinculadas à direita cresceram, tendo naquele momento o PSDB como o terceiro partido com maior número de deputados e senadores eleitos. O PMDB, em segundo, logo atrás do PT, ainda estava na base aliada cada vez mais infiel e sorradeira.

Essa legislatura, sob a presidência do ex-deputado federal, Eduardo Cunha, até a consumação do golpe de 2016, foi responsável por aprovar a PEC do orçamento impositivo (EC nº86/2015) que hoje se tornou um mecanismo de controle pelo Congresso Nacional sobre

<sup>145</sup> Disponível em: [diplomatie.org.br](http://diplomatie.org.br); [Congresso Nacional se enche de representantes ultraconservadores | Brasil | EL PAÍS Brasil](#); [Mais conservador, Congresso eleito pode limitar avanços em direitos humanos | Agência Brasil](#); [Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap - Estadão](#). Acessados em: 16/10/2025.

<sup>146</sup> O número de partidos na aliança que elegeu o segundo governo Dilma foi menor em relação ao primeiro. E o número de deputados base de apoio na Câmara dos Deputados também encolheu. No primeiro mandato, o governo reunia 11 partidos aliados [PT, PMDB, Pcdob, PDT, PRB, PR, PSB, PTC, PSC, PTN, PP]; no segundo, 9 partidos [PT, PMDB, PSD, PP, PR, PDT, PRB, PROS, Pcdob]. E em número de deputados era 373 deputados e 62 senadores. No segundo, 304 dos 513 deputados federais e 53 dos 81 senadores.

<sup>147</sup> “Deve crescer o número de parlamentares ligados à polícia, que passa para 55, um aumento de 30%. A *bancada da bala* defende mudanças como a [redução da maioria penal](#). Até o momento, o órgão já identificou 82 deputados, dez a menos que na legislatura anterior, que irão fazer parte da bancada evangélica, contrária ao aborto [...]E a Frente Parlamentar da Agropecuária, que busca um recrudescimento dos direitos indígenas previstos na Constituição também aumentará de 191 a 257 representantes” (El país, 08/10/2014). Disponível em: [Congresso Nacional se enche de representantes ultraconservadores | Brasil | EL PAÍS Brasil](#). Acessado em: 16/10/2025.

<sup>148</sup> De 83 as forças sindicalistas diminuíram para 46. Disponível em: [Congresso Nacional se enche de representantes ultraconservadores | Brasil | EL PAÍS Brasil](#). Acessado em: 16/10/2025.

<sup>149</sup> Recebeu 232.708 votos em 2014, sendo o terceiro candidato à câmara dos deputados mais votados do Rio de Janeiro. Em 2010 tinha conquistado 150.616 votos. Disponível em: [Congresso Nacional se enche de representantes ultraconservadores | Brasil | EL PAÍS Brasil](#). Acessado em: 16/10/2025.

<sup>150</sup> Deputado federal mais votado do Rio de Janeiro em 2014, com 464.572 votos, praticamente triplicando sua votação da eleição anterior. Disponível em: [Congresso Nacional se enche de representantes ultraconservadores | Brasil | EL PAÍS Brasil](#). Acessado em: 16/10/2025.

<sup>151</sup> Foi o terceiro deputado federal mais votado em São Paulo, com 398.087 votos – em 2010, ele teve 211.855. Disponível em: [Congresso Nacional se enche de representantes ultraconservadores | Brasil | EL PAÍS Brasil](#). Acessado em: 16/10/2025.

parte substancial do orçamento público<sup>152</sup>. Em 2011, quando sancionado o orçamento anual pela Presidenta Dilma, parte expressiva das emendas parlamentares foram congeladas<sup>153</sup> junto ao contingenciamento de 50 bilhões. Essa postura do governo provocou uma forte reação contrária por parte dos parlamentares tanto da oposição como dos aliados:

Insatisfeitos com o começo do governo nas indicações do segundo escalão e com o congelamento das emendas, deputados e senadores planejam se rebelar contra o Palácio do Planalto e aprovar um [salário] mínimo mais alto. [...] “Ela (Dilma) não precisa contingenciar as emendas. Se contingenciar, vai ter guerra. Essa casa vai ficar descontrolada. Ela pode segurar a liberação das emendas e não causar problemas”, afirmou um senador aliado da presidente Dilma. O líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN), foi enfático ao dizer que as emendas individuais não sofrerão com o corte do governo e não quis nem trabalhar com a hipótese de congelamento (Correio Braziliense, 09/02/2011).

Embora o governo, nessa situação, tenha recuado, a PEC do orçamento impositivo passou a ganhar força e foi uma das bandeiras de campanha de Eduardo Cunha<sup>154</sup> para a eleição da presidência da Câmara dos Deputados em 2015, da qual saiu vitorioso contra o candidato do PT, o deputado federal Arlindo Chinaglia<sup>155</sup>. Hoje, o orçamento impositivo se mostra como um dos mecanismos políticos de poder econômico em que o estilo autocrático de atuação da burguesia mais se dilatou, conferindo ponderável autonomia ao Congresso Nacional.

Afora isso, a gestão de Eduardo Cunha foi responsável pela aprovação das chamadas pautas bombas, como a desoneração tributária indiscriminada para diversos setores da economia, sobretudo a partir de 2015<sup>156</sup>, provocando um rombo na arrecadação tributária da União<sup>157</sup> e, por conseguinte, na capacidade de financiamento das políticas públicas; pela tentativa de aprovação do Estatuto da Família que definia família, excluindo as famílias

<sup>152</sup> “A primeira versão do Orçamento de 2025 previa R\$ 38,9 bilhões para as emendas impositivas, cuja execução é obrigatória. Com a inclusão das emendas de comissão, o valor final aprovado pelo Congresso chegou a R\$ 50,4 bilhões” (AGÊNCIA BRASIL, 29/08/2025). Disponível em: [Orçamento de 2026 reserva R\\$ 40,8 bi para emendas parlamentares | Agência Brasil](#). Acesso em: 16/10/2025.

<sup>153</sup> “A equipe econômica, encabeçada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, e pela ministra do Planejamento, Miriam Belchior, bateu o pé ao sinalizar que as emendas individuais deveriam ser congeladas” Disponível em: [Afetados com cortes no Orçamento, parlamentares ameaçam guerra ao Planalto](#). Acesso em: 16/10/2025.

<sup>154</sup> “Sr. Presidente, a motivação que me traz a esta tribuna neste momento requer um gesto mais simbólico e bastante importante para todos nós. Neste ano de 2013, a bancada do PMDB assumiu algumas posições, entre elas a posição maior, até defendida por V.Exa., de implementação do orçamento impositivo para as emendas parlamentares”. Disponível em: [Discurso do\(a\) Deputado\(a\) EDUARDO CUNHA em 17/12/2013 ♦s 17:20](#). Acesso em: 16/10/2025.

<sup>155</sup> Disponível em: [Eduardo Cunha é eleito presidente da Câmara dos Deputados - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados](#). Acesso em: 16/10/2025.

<sup>156</sup> Disponível em: [Empresários propõem a Cunha mudança no projeto da desoneração - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados](#). Acesso em: 16/10/2025.

<sup>157</sup> Disponível em: [Governo estima rombo com desoneração perto dos R\\$ 32 bilhões](#). Acesso em: 16/10/2025.

homoafetivas<sup>158</sup>. Em 2018, a matéria foi arquivada por estar em tramitação há mais de duas legislaturas, conforme estabelece o Regimento Interno da Câmara dos Deputados; pela tentativa inicial de aprovar o projeto de Lei Escola sem Partido, alegando doutrinação política e difusão da “ideologia de gênero” em ambiente escolar<sup>159</sup>. Essa pauta é até hoje um risco corrente; e pela aprovação da Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/2016), com apoio do Partido dos Trabalhadores e do governo federal, atentando contra movimentos sociais e militantes de esquerda em geral.

Desse modo a eleição de Eduardo Cunha para a Presidência da Câmara dos Deputados - posto que se constituiu como um ferrenho opositor da então Presidenta Dilma Rousseff - foi uma mudança decisiva para o deslanche das pautas conservadoras no Congresso e desgastar o governo. A crise aprofundou-se ainda mais com a perda das alianças na Câmara dos Deputados que, ao afastar-se do governo, agitou a atmosfera política noutra direção. A governabilidade como se tinha construído até então já não era mais possível. A base política do governo no Congresso Nacional ruiu e caminhou em direção ao golpe e à conformação do governo Michel Temer. Essa ruptura foi definidora para a derrubada do Partido dos Trabalhadores e a ascensão do radicalismo neoliberal-conservador, expresso na arregimentação governista do mandato Temer.

Também em 2015 e 2016 tivemos a entrada em cena das manifestações da direita e da extrema-direita pelo “impeachment” - e pela intervenção militar, sendo este o quinto detonador do recrudescimento da autocracia burguesa, alinhando a posição das forças golpistas da regressão reacionária. O elemento específico das manifestações consiste em ter fornecido uma base de massas do reacionarismo até hoje presente, embora com força de mobilização diminuída em relação aos dois anos citados e ao que se viria nos anos de governo Bolsonaro. A convergência dessas manifestações com os desdobramentos da Operação Lava Jato, a oposição do Congresso Nacional sob o pano de fundo da crise do capital, piorou consideravelmente o quadro conjuntural que se apresentava. Os aparelhos de hegemonia das classes dominantes lograram, a partir de uma direção conservadora, mobilizar massivamente

---

<sup>158</sup> O PL 6.583/2013, mais conhecido como PL do Estatuto da Família, foi aprovado em Comissão Especial da Câmara dos Deputados criada por Eduardo Cunha, mas acabou sendo arquivado em 2018. Disponível em: [Comissão aprova definição de família como união entre homem e mulher - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados](#). Acesso em: 16/10/2025.

<sup>159</sup> O projeto foi inicialmente apresentado em 2014, mas durante o ano de 2015 avançou na tramitação, encontrando, em seguida, obstáculos até o seu arquivamento que durou apenas um mês e foi desarquivado, voltando a tramitar. Hoje se encontra na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família. Disponível em: [Projeto de Lei Nº 7180/2014 - Matérias Bicamerais - Congresso Nacional](#). Acesso em: 16/10/2025.

amplos setores das camadas médias e, inclusive, embora em menor proporção, dos setores populares.

Nessa atmosfera densamente conservadora a direita tradicional e a extrema-direita em particular continuaram acumulando forças e galgando posições mais avançadas na luta de classes. É neste período que organizações desse espectro político emergem no cenário nacional, como por exemplo, o Movimento Brasil Livre, cuja liderança mais conhecida é o deputado federal Kim Kataguiri. Contudo, esta não é a única organização de direita a surgir: o Movimento Vem Pra Rua; o grupo Revoltados On-line Brasil; o grupo Estudantes Pela Liberdade ligado a organização internacional Students Of Liberty, todos esses desempenhando o papel de organizar maiores contingentes de adeptos do ideário da direita.

Além do aparecimento dessas organizações verifica-se também a expansão de iniciativas político-formativas financiadas por grandes empresários, como o Renova BR, Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), o grupo Politize; e também correlatos mais antigos que se fortaleceram enquanto aparelho de hegemonia da burguesia. São os casos do Instituto Millenium e do Instituto Liberal. Acrescenta-se ainda a grande audiência alcançada por intelectuais orgânicos liberais e conservadores, a exemplo de Rodrigo Constantino e Olavo de Carvalho (falecido em 2022), ambos apoiadores da gestão Jair Bolsonaro e, o último, uma das principais referências da extrema-direita organizada em torno do ex-presidente.

É importante frisar que o contexto de fortalecimento da direita e da extrema direita no Brasil coincide com o panorama internacional em que essas mesmas forças políticas conquistaram posições estratégicas em diversos países, sobretudo, após a crise estrutural do capital que se manifesta de maneira mais dura em 2007-2008 e segue atuante. Nos Estados Unidos, em diversos países da Europa e alguns da América Latina registraram tanto o crescimento da direita e extrema-direita como movimento de massas, como também a partir da ascensão política institucional de partidos e ou lideranças ligadas a este campo político-ideológico.

Todavia, de início, nem todos estavam convencidos da necessidade do “impeachment”, não existia consenso entre as frações da burguesia brasileira. Estas oscilaram durante um tempo sobre a urgência em se desfazer do Governo Dilma. Em meio ao clima golpista, eis que vem a público o documento elaborado pelo Partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), “Uma Ponte para o Futuro”, que apresenta uma série de medidas, coincidindo com os interesses das frações da burguesia brasileira e que encontra no, então, vice-presidente da República, Michel Temer, uma posição central para a aplicação daquela agenda. Com a piora

do desempenho econômico, a lentidão em aprovar as duras contrarreformas exigidas e a instabilidade política potencializada pelo Congresso Nacional<sup>160</sup> e o Vice-Presidente<sup>161</sup>, de um lado, e as manifestações pelo impeachment sincronizadas com a ofensiva da Operação Lava Jato, de outro, as frações da burguesia brasileira - parlamentar e extraparlamentar - alinharam-se em torno da interrupção do mandato da então Presidenta.

A fração industrial da burguesia brasileira representada na Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou uma nota às vésperas da votação do impeachment na Câmara do Deputados em que dizia:

No quadro atual, a indústria não vislumbra a possibilidade de recuperação do mercado interno. Da mesma forma, não vê meios de compensar essa derrocada com o aumento das exportações. Apesar de iniciativas positivas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o governo não demonstra capacidade para melhorar o ambiente de negócios, elaborar uma política econômica apropriada, e propor ações para fazer o Brasil retomar a trajetória do crescimento e do progresso. Em sentido oposto, parcelas do governo acenam com uma nova guinada na economia, justamente na direção da política que nos legou o descalabro das contas públicas e criou o cenário catastrófico em que hoje nos encontramos. Ao mesmo tempo, o governo tem sido complacente com grupos sociais que pregam a radicalização e o confronto como forma de impor suas ideias. Essa atitude pode levar a um acirramento ainda maior das tensões, insuflando a violência, com sérias consequências. Esse quadro negativo é ampliado pela falta de articulação do governo no Congresso, o que cria obstáculos para a aprovação das reformas de que o país necessita (CNI, 2016, p. 01).

E avança, anunciando quais são as reformas que o “Brasil precisa”:

Nessa nova etapa da vida nacional, o governo e o Congresso precisarão de coragem e determinação para adotar medidas duras, mas essenciais para a retomada do desenvolvimento. Entre elas, estão as reformas previdenciária, tributária e administrativa, a recomposição das contas públicas, a modernização das leis trabalhistas e a revisão dos marcos regulatórios. Só com iniciativas firmes e ousadas poderemos voltar a trilhar o caminho do desenvolvimento, do qual nos distanciamos nos últimos anos (CNI, 2016, p. 02).

Conclui afirmando que “é hora de mudar. Os empresários, assim como todos os brasileiros, esperam que nossos representantes no Congresso Nacional façam sua parte para que o Brasil possa voltar a sonhar com um futuro melhor” (CNI, 2016, p. 02). A Federação

---

<sup>160</sup> Sobre as pautas bombas: “indo de encontro aos interesses de suas próprias bases burguesas, a antiga Oposição de Direita se dedicou a criar um clima de instabilidade política que, por si só, inviabilizava a reversão da crise econômica, isto é, inviabilizava a recuperação da alta lucratividade do capital. Colocando, por assim dizer, a política acima da economia, a então Oposição de Direita, ao promover um cenário político periclitante, inadequado à acumulação capitalista, não deixou à burguesia outra opção senão perceber que a retirada do PT do governo federal seria uma condição necessária para o retorno à tranquilidade política, ou seja, uma condição necessária para que os seus interesses econômicos pudessem ser politicamente satisfeitos” (Demier, 2017, p. 97).

<sup>161</sup> O vazamento das cartas de Temer à Presidenta Dilma Rousseff temperaram ainda mais a instabilidade política. Disponível em: [G1 - Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma - notícias em Política \(globo.com\)](https://g1.globo.com/brasil/noticias/politica/noticia/2016/05/leia-a-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-a-dilma-noticias-em-politica-globo.com.html). Acesso em: 09/11/2024.

das Indústrias do estado de São Paulo (Fiesp) já havia declarado ser favorável ao impedimento desde o fim de 2015<sup>162</sup> e a Federação das Indústria do Rio de Janeiro (Firjan) se pronunciou em março de 2016<sup>163</sup> junto ao endosso da Fiesp. Bom destacar que estas são as duas maiores e mais influentes federações industriais do país que, em sintonia com a CNI, demonstraram o alinhamento predominante da fração industrial da burguesia brasileira ao processo de impeachment em 2016. Outras federações industriais também desembarcaram em Brasília para convencer os parlamentares a votarem favoravelmente no “impeachment”<sup>164</sup>.

A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), representando a fração ruralista ou o agronegócio brasileiro, também emitiu posicionamento público favorável ao processo de impedimento. Em breve nota e de forma direta a CNA diz:

O Brasil está vivendo uma gravíssima crise econômica originada por reiterados erros de política econômica e pelo colapso fiscal promovido pela ação do atual governo. A única saída para a recuperação do equilíbrio fiscal e para a retomada do crescimento econômico é a aprovação pelo Congresso Nacional de reformas que requerem a formação de amplas maiorias legislativas e grande consenso político. Como resposta à crise política, o governo federal mobiliza para sua defesa apenas organizações radicais e minoritárias da sociedade, aprofundando divisões e separando as pessoas. [...]. O governo da presidente Dilma Rousseff dá seguidas mostras de não reconhecer nem compreender a verdadeira natureza dos problemas que afligem o país, nem revela disposição de enfrentá-los. Diante de tudo isto fica cada vez mais claro que a presidente da República não tem mais a autoridade política para liderar o processo de reformas nem a capacidade de voltar a unir os brasileiros. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), diante da manifestação dos representantes dos produtores rurais em todo o país e em consonância com a sociedade brasileira, decide apoiar o movimento em favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff, conforme prevê a Constituição Federal e o Estado Democrático de Direito (CNA, 2016, p. 01).

Outra representação dessa fração da burguesia seguiu a mesma direção quanto ao processo de impedimento da ex-presidenta Dilma Rousseff, recebendo de maneira positiva a abertura do impeachment na Câmara dos Deputados. Trata-se da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)<sup>165</sup>, representação patronal de grande importância no setor. Outras representações ruralistas<sup>166</sup> também se posicionaram da mesma forma.

---

<sup>162</sup> Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/multimidia/apoio-formal-da-fiesp-ao-processo-de-impeachment/>. Acesso em: 09/11/2024.

<sup>163</sup> Disponível em: [Fiesp e Firjan defendem impeachment de Dilma - Jornal O Globo](#). Acesso em: 09/11/2024.

<sup>164</sup> Disponível em: [Como as federações empresariais se articularam pelo impeachment - Agência Pública](#). Acesso em: 09/11/2024.

<sup>165</sup> Disponível em: [Associação do agronegócio recebe decisão sobre impeachment "muito positivamente" | EESP \(fgv.br\)](#). Acesso em: 09/11/2024.

<sup>166</sup> Disponível em: [Entidades do agro repercutem votação a favor do impeachment de Dilma – Sociedade Nacional de Agricultura \(sna.agr.br\)](#). Acesso em: 09/11/2024.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), representante da fração comercial da burguesia brasileira, igualmente manifestou-se em favor dos rumos apresentados com a abertura do processo de impeachment, no entanto o seu pronunciamento<sup>167</sup> só veio a público após aprovação na Câmara dos Deputados. Ainda assim, estimulou os presidentes das federações filiadas a buscarem o convencimento dos senadores dos estados da federação para garantir a aprovação e consumação do “impeachment”: “concretizem a esperança que o comércio tem de o país poder sair do fosso desastroso da falta de ética, do caos político, financeiro e moral, recuperando a confiança que sempre desfrutou entre as nações” (CNC, 2016, p. 01).

A fração da burguesia financeira, cuja maior representante se expressa na Federação Brasileira de Bancos (Febraban), anunciou sua posição em favor do governo interino de Michel Temer também apenas depois da aprovação do “impeachment” na Câmara dos Deputados. Em nota à sociedade, “a Febraban associa-se aos que veem na nova equipe de governo capacidade de superar os desafios econômicos, e manifesta seu apoio, em especial, aos novos ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Romero Jucá” (Febraban, 2016, p. 01).

O alinhamento entre os diversos partidos políticos<sup>168</sup> da direita brasileira e as variadas frações das classes dominante, galvanizou o golpe jurídico-parlamentar que destituiu a ex-Presidenta Dilma Rousseff em 2016. Passados 9 anos - e mesmo antes de sua consumação -, o objetivo central do golpe de 2016 ficou evidente: radicalizar o máximo possível o programa contrarreformista neoliberal das frações da burguesia brasileira em favor da acumulação do capital. Para que tal objetivo fosse alcançado na velocidade e na radicalidade demandada, os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) foram interrompidos, o pacto social de conciliação de classes, desmantelado, ao menos temporariamente e a democracia de cooptação retraiu-se.

Recapitulemos os acontecimentos até o presente que representam o recrudescimento autocrático-burguês no Brasil. Em 2013, os alicerces dos governos petistas sofreram os primeiros abalos com a intensificação das lutas sociais. Abrem-se as primeiras fissuras graves da hegemonia lulista pelas quais, *in nuce*, tanto uma tendência de desenvolvimento à esquerda como outra de direita vão se apresentar no cenário nacional. Nesse momento, o primeiro feixe do espectro de regressão reacionária encandeia a luta de classes brasileira, mas de maneira

---

<sup>167</sup> Disponível em: [CNC se manifesta sobre o processo de impeachment – Fecomércio DF \(fecomerciodf.com.br\)](https://www.fecomerciodf.com.br/). Acesso em: 09/11/2024.

<sup>168</sup> Disponível em: [Impeachment de Dilma: saiba como votou cada um dos partidos na Câmara | Agência Brasil \(ebc.com.br\)](https://www.ebc.com.br/). Acesso em: 09/11/2024.

fugaz, aparentemente se volatilizando logo em seguida. Em 2014 é deflagrada a Operação Lava Jato, realizando uma grande devassa no meio político e econômico nacional. Eis um dos componentes de força da inicial vaga regressiva e reacionária no país que seria posteriormente relativizado em sua importância como característica definidora do espectro. Ainda em 2014, o resultado das eleições nacionais, embora reconduzindo Dilma Rousseff à Presidência da República, legou o Congresso Nacional mais conservador desde a ditadura empresarial militar, refletindo a expansão política do raio sombreado pela regressão reacionária e uma característica típica da autocracia burguesa ao restringir o acesso poder do Estado pelas camadas populares. As bancas da bíblia, da bala e do boi alargam sua representação indo ao encontro de determinações da autocracia burguesa em processo de recrudescimento. Em 2015 e 2016, com o agravamento da crise econômica e da crise política no Brasil convertido em crise de hegemonia, somado ao avanço da OLJ e às manifestações de rua pedindo “impeachment” e mesmo de intervenção militar, o governo Dilma se tornou insustentável. A unidade de vários partidos no Congresso Nacional e das frações da burguesia extraparlamentar em torno do golpe pela radicalização neoliberal destituiu a Presidenta Dilma Rousseff e estruturou o novo governo com Michel Temer, na clara demonstração do poder autocrático que se impõe de cima a baixo, bastando-se como fonte de sua própria legitimação. Este foi o golpe do Partido Neoliberal, da conjugação dos partidos MDB-PSDB-DEM, amparados num conservadorismo parlamentar antipetista crescentemente relevante. O caráter regressivo do espectro recobre toda a institucionalidade, mas, tendo que conviver com a falange reacionária por ele despertada, ameaçando tomar-lhe à dianteira. O então presidente Michel Temer pôs em andamento o programa neoliberal das frações da burguesia brasileira e reforçou a presença dos métodos coercitivos sobre uma base de sustentação social e politicamente conservadora. Recrudescimento autocrático-burguês consumado, mas não interrompido. Em decorrência dos desgastes das forças políticas protagonistas do golpe, decorrentes das próprias contrarreformas e das investidas da OLJ, estas perdem espaço na disputa para as forças reacionárias que conquistam o governo seguinte. Invertem-se, parcialmente, as posições. Os reacionários a frente, os regressistas atrás. O recrudescimento da autocracia burguesa não é apenas uma regressão contrarreformista. Ela é tendencialmente reacionária. O espectro se espraia por sobre a sociedade. Não é apenas um fenômeno político. É vocacionalmente social. O crescente conservadorismo, àquele momento ainda medianamente difuso, acelera a sua convergência para o que viria a constituir o bolsonarismo, a versão neofascista brasileira. As Forças Armadas e o militarismo, o radicalismo neoliberal e o irracionalismo-olavista, o neopentecostalismo evangélico e o combate à corrupção

lavajatista – este como peça temporária do arranjo reacionário - ganham influência e maior organização, passando a disputar os rumos da direção intelectual e moral da sociedade e, assim, a condição de grupo social dirigente que articula, subalternamente, os grupos aliados por ele dirigidos, buscando conformar uma síntese hegemônica a partir da eleição de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República do Brasil, isto é, o neofascismo bolsonarista como “vanguarda” do espectro da regressão reacionária, a fase particular do recrudescimento autocrático burguês. Um passo adiante e o espectro ameaça e assombra. A autocracia anuncia um novo clímax para a burguesia.

### 5.3. A tentativa do novo clímax da autocracia burguesa no Brasil

De um ponto de vista político, a contrarrevolução representa a ação das classes dominantes para interromper e derrotar o movimento ascensional, de fato ou potencialmente revolucionário das classes trabalhadoras, diante das possibilidades reais ou aparentes de ruptura com ordem do capital. A direção contrarreformista da burguesia, diferentemente, se debate com o movimento reformista da sociedade ou com os direitos já consolidados para desidratá-los e extingui-los. Em um contexto favorável a reformas, a burguesia contrarreformista, ainda assim, não enfrenta imediatamente um movimento revolucionário. No máximo, o encara como uma possibilidade mediata, que aí sim poderia dar vez a uma contrarrevolução preventiva, como registrado em nossa história<sup>169</sup>. De todo modo, o ímpeto contrarreformista no Brasil recente não produziu a supressão da institucionalidade democrática, erigindo um regime de exceção em seu lugar. Produziu um desmantelamento de importantes direitos consagrados na Constituição Federal de 1988, além da dilapidação de setores da economia e da sua vulnerabilização com a aplicação do receituário neoliberal. Já o espectro da regressão reacionária, mal tendo um oponente realmente reformista, tem representado a mobilização do anticomunismo, a restrição ainda maior da combalida democracia de cooptação, a intensificação de contrarreformas, a defesa da tradição, da família, de Deus, reforçando o ideário patriarcal, misógino, racista, bem como o ódio à população Lgbtqiapn+. Advoga um neoliberalismo radicalizado, do ponto de vista econômico, favorece ao capital financeiro e aprofunda a dependência estrangeira; propõe a retirada completa dos direitos, maior desregulamentação das relações de trabalho, restando apenas a livre negociação entre empregado e patrão. Esse fenômeno ganha expressão mais bem definida a partir de seu núcleo dirigente, neofascismo-bolsonarista, ainda que a ele não se limite.

---

<sup>169</sup> Ver *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (Fernandes [1975], 2020).

A eleição de Bolsonaro certamente representou a legitimação das frações de classe e perspectivas sociopolíticas mais alinhadas ao modo de dominação autocrática da burguesia no Brasil, expressa de forma cristalina na sua composição ministerial - objeto de análise no capítulo anterior - e nas suas medidas governamentais, especialmente, aquelas que miraram a mudança do regime político em vigor no país. Embora o governo Bolsonaro tenha sido marcado na pauta econômica por contrarreformas, independência do Banco Central, ajuste fiscal, privatizações etc., ele fez bem mais que isso.

No presente item trataremos de analisar especificamente os elementos da política de governo do ex-presidente Bolsonaro que mais escancararam a sua direção reacionária, articulando-os tanto ao que estamos chamando de espectro da regressão reacionária como enquadrando-os enquanto concretização do recrudescimento autocrático-burguês no Brasil. Poremos em destaque, primeiro, a tendência de militarização da sociedade brasileira promovida pelo governo; segundo, as suas investidas censoras contra a liberdade de imprensa; terceiro, o fechamento de espaços democráticos voltados à discussão de políticas sociais; e quarto, as ameaças constantes contra o regime democrático cujo ápice foi a tentativa frustrada de golpe de 2023.

No que se refere à tendência de militarização a analisaremos em alguns âmbitos: na participação direta e majoritária da Forças Armadas no governo; no aparelhamento de instância do Estado como a Polícia Federal (PF), a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), a criação de sua versão paralela e na atuação do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) com status de Ministério; no incentivo político à uma educação militarizada; e no investimento deliberado da política de flexibilização e liberalização do porte, da posse e da comercialização de armas para a população, alegando o direito à autodefesa e ação de política de segurança pública.

As Forças Armadas foram todas elas muito bem posicionadas nos Ministério do governo, bem como em estatais, autarquias e em postos dos demais escalões governamentais, como apontado no capítulo anterior. Chegando ao ponto de, em 2020, todos os ministros que despachavam diretamente no Palácio da Alvorada serem militares, portanto, do ciclo íntimo da Presidência da República. Foram eles: Ministro Chefe da Casa Civil Walter Souza Braga Netto (general do Exército), Gabinete de Segurança Institucional Augusto Heleno (general da reserva do Exército), Secretaria de Governo Luiz Eduardo Ramos (general do Exército) e Secretaria-Geral Jorge Oliveira (major da reserva da Polícia Militar do Distrito Federal)<sup>170</sup>. A

---

<sup>170</sup> Disponível em: [Com escolha de Braga Netto, só militares ocupam gabinetes de ministros no Planalto](#). Acesso em: 24/07/2025.

princípio poderia se pensar que a mera indicação de militares para os cargos ministeriais não implicaria, necessariamente, em tentativa de aparelhamento das Forças Armadas e policiais por parte do governo. No entanto, a realidade se mostrou outra. Não só houve uma tentativa, como ela foi parcialmente exitosa, vide os desdobramentos que levaram ao golpe tentado em 8 de janeiro de 2023 e as respectivas condenações. Tanto Walter Souza Braga Netto como Augusto Heleno foram condenados pelo STF nos casos da trama golpista, além do próprio ex-presidente Jair Bolsonaro (Capitão reformado do Exército), o almirante de esquadra da reserva da Marinha - Almir Garnier, o ex-diretor da ABIN - Alexandre Ramagem, o tenente-coronel - Mauro César Barbosa Cid, o general da reserva do Exército - Paulo Sérgio Nogueira; e o delegado da PF - Anderson Torres<sup>171</sup>.

Afora os ministérios referidos, as Forças Armadas também compuseram outros mais de caráter estratégico, como o Ministério da Defesa, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério de Minas e Energia, Ministério de Infraestrutura, Ministério da Controladoria-Geral da União, Ministério da Saúde. Compuseram também presidência de estatais, empresas públicas, fundações e autarquias federais: Correios, Ebserh, Petrobras, Itaipu; Funai, além da presença em bancos públicos como a Caixa Econômica e da expressiva soma total de mais de 6 mil militares compondo os diversos cargos no Executivo Federal<sup>172</sup>. As consequências extraídas dessa presença predominante das Forças Armadas no governo Bolsonaro serão devidamente exploradas na análise dos elementos a seguir.

As tentativas mais ou menos exitosas de aparelhamento da PF no governo Bolsonaro foram postas a público com o pedido de demissão por parte à época do Ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro. Segundo o então Ministro, o presidente estava solicitando a demissão de Maurício Valeixo, diretor geral da PF, para poder indicar um nome que fosse de sua confiança pessoal para que ele pudesse ter acesso e ser informado de investigações em andamento, mesmos as que corriam em sigilo<sup>173</sup>. As intenções do presidente ficaram expostas, confirmando a tentativa de aparelhar a PF, quando da divulgação do vídeo de uma reunião do governo em que o mesmo falou que “Se não puder trocar, troca o chefe dele! Não pode trocar

---

<sup>171</sup> Jair Messias Bolsonaro foi condenado a 27 anos e 3 meses de prisão; Walter Souza Braga Netto foi condenado a 26 de prisão; Augusto Heleno a 21 anos; Almir Garnier a 24 anos; Alexandre Ramagem a 16 anos; Mauro César Barbosa Cid a dois anos em regime aberto; Paulo Sérgio Nogueira a 19 anos; e Anderson Torres a 24 anos. Os membros das forças armadas, agora, serão julgados pelo Supremo Tribunal Militar que decidirá se mantém ou cassam as patentes dos mesmos.

<sup>172</sup> Disponível em: [Mais de 6 mil militares atuam em cargos civis no governo Bolsonaro, aponta estudo — Brasil de Fato](#). Acesso em: 08/05/2025.

<sup>173</sup> Disponível em: [Sergio Moro pede demissão do governo Bolsonaro por "interferência política" na PF — Brasil de Fato](#). Acesso em: 08/05/2025.

o chefe dele? Troca o ministro! E ponto final! Não estamos aqui pra brincadeira”<sup>174</sup>. Bolsonaro, em seguida da demissão de Maurício Valeixo, tentou empossar no cargo de Diretor Geral da PF o delegado da corporação Alexandre Ramagem, policial que tinha trabalhado na sua segurança na campanha eleitoral de 2018 e ocupava então o cargo de diretor da ABIN. No entanto, o Ministro do STF Celso de Mello suspendeu o decreto<sup>175</sup> que nomeava o delegado da PF indicado por Bolsonaro.

Ao longo do governo várias foram situações em que se levantaram suspeitas de aparelhamento político da instituição, como a troca da direção geral, afastamentos de superintendentes regionais e de delegados em condução de investigações etc. Analisando a investida de Bolsonaro sobre a PF, o cientista político André Singer pontuou,

O centro do conflito daquele momento era o controle da Polícia Federal (PF). Os presidentes pós-Fernando Collor de Mello, embora não obrigados por lei, trataram a poderosa PF como órgão de Estado e não de governo. [...] Impedido Collor em 1992, a blindagem da PF, composta hoje de 11 mil servidores espalhados pelo amplo território nacional, foi respeitada por Fernando Henrique, Lula e Dilma. [...] Bolsonaro, em nítida manobra autocrática, decidiu inverter a praxe e colocar os federais sob o seu talante, o que ficou evidente na reunião ministerial de 22 de abril de 2020, publicizada por Celso de Mello [...]. O vídeo, em tons chulos, projetava a sombra de uma tirania tosca sobre a nação e confirmava o alerta implícito de Sergio Moro ao se demitir do Ministério da Justiça, um mês antes: o mandatário estava disposto a tudo para aumentar o próprio poder, começando pela tomada da PF (Singer, 2022, p. 59-60).

Embora sofrendo enorme interferência, houve ainda assim resistência por parte de membros da PF para defender a sua autonomia. O caso da ABIN é ainda mais escandaloso. O presidente Bolsonaro teria dado ordem para constituir uma ABIN paralela diretamente subordinada a ele, ao seu filho Carlos Bolsonaro e dirigida por Alexandre Ramagem para manter sob vigilância e espionar políticos, autoridades, jornalistas que eram considerados adversários e ou opositores do ex-presidente. Entre as pessoas espionadas estão o Ministro do STF Alexandre de Moraes, os ex-deputados Jean Wyllys, Rodrigo Maia, Joice Hasselmann, o ex-governador de São Paulo João Dória e os jornalistas Leandro Demori e Mônica Bergamo. O esquema de espionagem ilegal e clandestina era viabilizado pelo software israelense First Mile

Um programa de espionagem capaz de rastrear celulares “reiteradas vezes” ao explorar vulnerabilidades nas redes de telefonia 2G e 3G do Brasil – brechas que, dada a complexidade do sistema, ainda são difíceis de eliminar.

---

<sup>174</sup> Disponível em: [Em reunião ministerial, Bolsonaro diz: ‘Eu não vou esperar foder a minha família toda’: assista](#). Acesso em: 08/05/2025.

<sup>175</sup> Disponível em: [Ministro do STF suspende decreto de nomeação do diretor-geral da PF | Agência Brasil](#). Acesso em: 08/05/2025.

O programa foi desenvolvido e vendido pela empresa de Israel, Cogyte (Apública, 17/02/2025<sup>176</sup>).

A reportagem feita pela Agência Pública mostra ainda que foram realizadas mais de 60 mil buscas contra alvos diversos ao longo do governo Bolsonaro e que em determinado momento, em 2020, veio a público um áudio no qual o presidente e o delegado Ramagem discutiam estratégias de como bloquear um inquérito fiscal contra Flávio Bolsonaro. Outra personagem extremamente importante nas ações para o recrudescimento dos mecanismos autocratizantes foi o ministro Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Relatório encaminhado pela PF à Procuradoria Geral da República (PGR) informa que o general atuou destacadamente para subverter o regime democrático, seja no planejamento, seja na execução de ações para desacreditar o sistema eleitoral brasileiro, estabelecendo, inclusive, diretrizes estratégicas para recobrir de suspeitas as urnas eletrônicas. O relatório também referiu que o chefe do GSI agiu para pressionar e coagir membros da PF a não cumprir ordens do STF, sob o pretexto de abuso de autoridade, solicitando forçadamente a Advocacia Geral da União (AGU) parecer apontando que ordens, entendidas manifestamente ilegais, não fossem cumpridas. A ação visava interditar o caminho da PF quando da necessidade de cumprimento de medidas judiciais contra agrupamento de apoiadores do bolsonarismo.

No desenvolvimento ainda não interrompido da tendência de militarização da sociedade se colocou uma importante ação estratégia, qual seja, a investida sobre a educação numa perspectiva que reivindica a adoção de escolas militares como modelo a ser seguido nacionalmente, proposta que coaduna com a ideia há muito defendida pelos setores conservadores e reacionários da Escola sem Partido. O ex-presidente defendera durante o seu mandato a imposição de escolas cívico-militares e diversos governos estaduais vem tentando transferir e materializar essa proposta. Sobre o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) do governo Bolsonaro,

De acordo com o MEC, os militares atuarão na disciplina dos alunos, no fortalecimento de valores éticos e morais, e na área administrativa, no aprimoramento da infraestrutura e organização da escola e dos estudantes. [...] O Ministério da Defesa vai destacar militares da reserva das Forças Armadas para o trabalho de tutores. Eles serão contratados por até dez anos e vão ganhar 30% da remuneração que recebiam antes de se aposentar. Os estados poderão ainda destinar policiais e bombeiros para ajudar na administração das escolas (Agência Brasil, 05/09/2019<sup>177</sup>).

---

<sup>176</sup> Disponível em: [Abin Paralela: espionagem, FirstMile e Bolsonaros](#). Acesso em: 08/09/2025.

<sup>177</sup> Disponível em: [Governo lança programa para escolas cívico-militares | Agência Brasil](#). Acesso em: 08/09/2025.

Embora o atual governo Lula tenha encerrado o projeto das escolas cívico-militares, em vários estados essa proposta tem prosperado, como, por exemplo, o Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Distrito Federal, todos estes governados por representantes da direita e da extrema direita. No Paraná o projeto de escolas cívico-militares já constitui uma realidade. O estado atualmente conta com 312 escolas<sup>178</sup>. Segundo matéria,

Quando passam ao modelo militar, as escolas do Paraná seguem um manual do governo sobre normas sociais e outras práticas. Ele inclui instruções sobre fardamento e também corte de cabelo e apresentação individual dos estudantes com orientações para gêneros masculino e feminino. Para o gênero feminino é recomendada, por exemplo, pouca maquiagem. No caso do gênero masculino, não é permitido cabelos raspados, com desenhos, pinturas ou cortes como o de tipo moicano ou desenhos nas sobrancelhas. Também não é permitido o uso de brincos ou piercing. Há revistas mensais dos cortes de cabelo dos estudantes (Apública, 14/05/2024).

Os militares da reserva contratados atuam também “na gestão na área de infraestrutura, patrimônio, finanças, segurança, disciplina, além de atividades, como hastear a bandeira do Brasil e cantar o hino nacional diariamente, antes do início das aulas” (Apública, 14/05/2024). De modo que a tendência de militarização não é um processo que se impõe apenas a partir da maior presença militar. Ele se espraia por meios ideológicos, objetivando engendrar uma reforma intelectual e moral na sociedade, difundindo valores “cívico-militares”, disciplina, autoridade, patriotismo, família etc., segundo a concepção de mundo defendida pelos que advogam essa perspectiva educacional.

Outra proposta desde sempre defendida por Bolsonaro foi a flexibilização e liberalização do porte, da posse e da comercialização de armas no Brasil, sob a justificativa de armar a população para o exercício do direito à autodefesa e como um meio de combate à criminalidade. Já no início do seu governo, Bolsonaro publicou inúmeros decretos para facilitar mais as regras de aquisição, registro e porte de armas. Segundo o BdF (12/04/2021), o ex-presidente “editou 31 atos, entre decretos, portarias e dois projetos de lei que vão contra estudos que mostram a importância do controle de armas e munições para reduzir a violência e o crime”<sup>179</sup>. As consequências dessa facilitação são diversas. De acordo com outra reportagem do BdF, em 2022, o número de Caçador, Atirador Esportivo e Colecionador (CAC) com porte de arma já superava o número de armas de policiais militares; o acesso a um tipo de armamento por parte dos CAC’s, antes restrito ao Exército, como um fuzil semiautomático calibre 7.62 foi facilitado. A flexibilização da posse e do porte ao elevar a

---

<sup>178</sup> Disponível em: [Escolas cívico-militares: modelo avança na rede estadual](#). Acesso em: 08/09/2025.

<sup>179</sup> Disponível em: [Decretos de Bolsonaro para flexibilizar armas entram em vigor nesta terça-feira — Brasil de Fato](#). Acesso em: 08/09/2025.

circulação de armas influiu também no aumento de homicídios, de violência doméstica e feminicídios e, ademais, favoreceu a compra de armas por grupos criminosos. Há que se mencionar ainda que a facilitação da comercialização de armas é um negócio altamente lucrativo, favorecendo às indústrias do ramo que por sua vez, visando preservar e ampliar seus interesses, investem no lobby junto ao Congresso Nacional. Mas não são apenas elas que lucram com a política armamentista. No Brasil, a partir de 2019, o número de clubes de tiro saltou de 151 casas para 2.038 unidades em funcionamento, em 2023 (O Globo, 13/08/2023) e as lojas de venda de armas também se ampliaram, acompanhando o ritmo de crescimento do negócio.

A participação protagonista dos militares em ministérios estratégicos do governo, o aparelhamento de instituições do Estado como a PF e a ABIN, o incentivo à educação militarizada e a política armamentista do governo Bolsonaro expressa muito bem como a tendência de militarização da sociedade brasileira, indicada por Florestan Fernandes, não é um componente lateral e episódico da conjuntura recente. Em verdade, constitui uma determinação do modo de dominação autocrático burguesa que, quando em momentos de impasse, tende a inflá-la como uma das principais expressões do seu recrudescimento e, no caso particular, da sua regressão reacionária.

Outrossim, a tendência de militarização aqui observada se relaciona fortemente à conformação da *face democrático-restrita* e à *face fascista* do Estado nacional dilatadas no governo Bolsonaro, pois, afora o que já citamos, o ex-presidente e seus aliados mais próximos atentaram constantemente contra outras instituições do Estado, sobretudo, contra o STF, a representação maior do Poder Judiciário, ameaçando intervenção, e contra o TSE, desacreditando as urnas eletrônicas, por conseguinte, a legitimidade das próprias eleições. Florestan já mencionara que a dominação de classes nos países de capitalismo dependente, frequentemente envolvia a combinação de mecanismos democráticos, autoritários e autocráticos num mesmo espaço e tempo:

Por causa da dependência e do subdesenvolvimento, o desenvolvimento capitalista passa a depender, em maior extensão e profundidade, de formas de dominação e controles políticos simultaneamente “democráticos”, “autoritários” e “autocráticos”, o mesmo sucedendo para as “relações pacíficas” entre as classes sociais (Fernandes, 2009, p. 102-103).

Essas tendências autocráticas, as posturas autoritárias conjugadas à manutenção de uma fachada democrática foi algo muito visível ao longo dos quatro anos de mandato do ex-presidente Bolsonaro, o que nos faz concluir que a sua gestão foi aquela que mais avançou

na direção do enrijecimento da autocracia burguesa recrudescida, preparando um desfecho classicamente golpista em que o *clímax* ou o *paraíso burguês* seria restaurado no Brasil.

Mas essa não foi a única tendência do recrudescimento da autocracia burguesa. O governo Jair Bolsonaro também foi caracterizado pelo trato autoritário despendido à imprensa e seus profissionais. São bastante conhecidos os constantes ataques e ameaças do governo, partindo inclusive do próprio presidente – e da base bolsonarista - contra parcela da imprensa, chegando ao ponto de jornalistas - especialmente mulheres - e cinegrafistas serem ameaçados e agredidos fisicamente. Rankings internacionais que mensuram o grau de liberdade de imprensa nos países apontaram uma deterioração no Brasil, fazendo com que o país caísse algumas posições. Segundo reportagem veiculada pelo sítio de notícia Uol (07/06/2022), um levantamento da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) mostra que o ex-presidente Bolsonaro foi responsável por 147 ataques a profissionais da imprensa num universo de 438 casos registrados naquele ano. O ex-presidente já foi condenado a pagar R\$100 mil por danos morais a jornalista em função dos seus constantes ataques. Ao longo do seu governo, Bolsonaro, além da agressividade típica em relação à imprensa e seus profissionais, também atribuía a ela o papel de disseminar desinformação, as chamadas fake News, com o intuito de descredibilizá-las, reforçando nas suas bases a desconfiança e a confusão, além de uma mentalidade conspiracionista. Também não foram raras as demissões de jornalistas que ousaram questionar o governo Bolsonaro ou outras representações do bolsonarismo. A tentativa de censurar a imprensa, portanto, constituiu uma das características desse governo, fragilizando um dos pilares da vida democrática que é a existência de uma imprensa livre, a despeito de sua liberdade ser condicionada também aos próprios interesses do capital.

Outra característica que marcou a conduta do governo Bolsonaro foi a sua investida contra espaços democráticos e participação popular, como ficou claro com o decreto<sup>180</sup> presidencial que extinguiu uma série de conselhos de direito<sup>181</sup>. De uma só vez o ex-presidente fechou 55 conselhos e colegiados - criados no período dos governos de Lula e Dilma - que incluíam comitês, comissões, grupos de gestão, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas e qualquer outro organismo colegiado que não tenha sido criado por lei, subordinados à administração federal. Esses espaços tinham representação do governo, da sociedade civil com a finalidade de formular, executar, monitorar e avaliar ações e iniciativas estatais e de

---

<sup>180</sup>

Disponível

em:

[DECRETO-No-9.784-DE-7-DE-MAIO-DE-2019-DECRETO-No-9.784-DE-7-DE-MAIO-DE-2019-DOU-Imprensa-Nacional.pdf](#); [integra.pdf](#). Acesso em: 08/09/2025.

<sup>181</sup> Disponível em: [Por meio de decreto, Bolsonaro extingue conselhos e | Política \(brasilefato.com.br\)](#). Acesso em: 08/09/2025.

órgãos públicos. Entre os órgãos extintos está Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) mais conhecido por “Conselhão”, e outros como o Grupo Interministerial de Acompanhamento do Plano Brasil sem Miséria; o Comitê de Acompanhamento do Programa Minha Casa Minha Vida; o Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social; o Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo; Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT; a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; e o Comitê Executivo do Programa Ciência sem Fronteiras. Outra mudança promovida pelo decreto foi também a extinção da Política Nacional de Participação Social (PNPS) e do Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), criados pela presidenta Dilma Rousseff. A meta do governo Bolsonaro era diminuir de 700 para menos de 50 o número de conselhos previstos no PNPS e no SNPS. Para o então Ministro da Casa Civil Onyx Lorenzoni os conselhos “resultavam em gastos com pessoas que não tinham nenhuma razão para estar aqui, além de consumir recursos públicos e aparelhar o Estado brasileiro”<sup>182</sup>. Segundo a Apública<sup>183</sup>, quando questionado a respeito do impacto econômico da extinção dos conselhos, o Ministério da Casa Civil não soube informar. O fechamento de colegiados como a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) é um claro ataque contra a participação da sociedade na busca por combater o trabalho escravo no Brasil. Em 2017, por exemplo, o Conatrae havia sido contrário a não publicação da lista de empregadores condenados por submeter trabalhadores a condições análogas à escravidão.

Por fim, destacaremos o recrudescimento na forma das ameaças contra democracia restrita e na tentativa de golpe, momentos esses inseparáveis um do outro. O ex-presidente, ao longo do mandato, em várias ocasiões mobilizou sua base social para defender algumas de suas posições e ao mesmo tempo atacar seus adversários, tantas vezes encarnados em instituições como Congresso Nacional e, especialmente, o Judiciário (STF e STE). Mas o episódio de maior repercussão fora a tentativa de golpe do 8 de janeiro de 2023 e o plano de assassinato mencionado em momentos anteriores.

A postura antidemocrática do ex-presidente e das Forças Armadas é uma fama que os precedia em muito ao governo de 2019-2022. O fato dessa característica ter se manifestado no curso do mandato, por isso, não causou surpresa. Não foi propriamente um acontecimento em particular naqueles anos enquanto presidente que fez despertar no mesmo - e nos seus

---

<sup>182</sup> Disponível em: [Participação em Foco - Extinção dos conselhos afeta participação social nas políticas públicas](#). Acesso em: 08/09/2025.

<sup>183</sup> Disponível em: [Governo federal não sabe quantos conselhos foram extintos nem qual será a redução de custos - Agência Pública](#). Acesso em: 08/09/2025.

principais aliados - o ímpeto golpista. Os elementos da gestão Bolsonaro que trouxemos até aqui confirmam o seu reacionarismo como regra. No entanto, quando os processos da Operação Lava Jato contra Lula são anulados e ele volta a ser um postulante nas eleições presidenciais, a reeleição de Bolsonaro passa a ser ameaçada, e a alternativa golpista clássica com mobilização e uso da força passa a ser planejada e posta no horizonte concreto de possibilidades do desfecho do governo em 2022, em caso de vitória de Luiz Inácio Lula da Silva.

A partir de então, de modo cada vez mais sistemático, o então presidente da república, Jair Bolsonaro difundiu dúvidas e suspeitas sobre o sistema eleitoral brasileiro, sobre a inviolabilidade das urnas eletrônicas e sobre a imparcialidade do Tribunal Superior Eleitoral. Um momento central da estratégia, portanto, foi desacreditar as eleições como estavam postas e a sua condução pelo TSE, criando um clima instável e de indignação na população frente a realidade disseminada pelo presidente e por seus aliados que estariam sendo, supostamente, vítimas de uma injustiça por parte daqueles que os queriam ver fora do governo. Essa ação seria fundamental para criar as condições favoráveis à saída golpista de intervenção sobre o Poder Judiciário, invalidação das eleições e manutenção de Bolsonaro à frente do Executivo Federal.

Nesse sentido, as lives realizadas pelo presidente, semanalmente, cumpriam uma importante função de difusão da desinformação e confusão quanto ao processo político-eleitoral em curso, antes mesmo de ter iniciado oficialmente o período de campanha eleitoral. E junto à desinformação, outra tática adotada desde o início do governo que desempenhou papel central na demonstração de força e capacidade de mobilização, foi a convocação regular de manifestações de rua de caráter antidemocrático, em que as ameaças a outros poderes, especialmente, o Poder Judiciário, constituíram uma constante.

Os preparativos golpistas, no entanto, foram acelerados no ano das eleições quando o candidato Lula passou a pontuar como primeiro colocado nas pesquisas de intenção de voto. Uma reunião ministerial foi convocada por Bolsonaro e o tom dado demonstrou inequivocamente as intenções de não reconhecer a legitimidade do resultado, em caso de derrota, e a agitação nacional para uma saída de força. O general Augusto Heleno, inclusive, a certa altura da reunião teria dito que “se tiver que virar a mesa, é antes das eleições”. Nesse mesmo mês (maio), no dia 18, o ex-presidente Bolsonaro convocara uma reunião com embaixadores e diplomatas para denunciar a possibilidade de fraude nas eleições e tentar angariar apoio internacional, sem ter conseguido obter êxito.

Outro episódio demonstra nitidamente a investida sistemática de desacreditar o processo eleitoral. Em vista da grande campanha de desinformação, o TSE, à época presidido pelo Ministro Luís Roberto Barroso, convidou as Forças Armadas para compor uma Comissão de Transparência do TSE como forma de conter as investidas golpistas de Bolsonaro e dos militares. No final, mesmo reconhecendo em relatório interno não terem encontrado falha ou vulnerabilidade nas urnas eletrônicas, as Forças Armadas passaram a endossar as suspeitas do presidente da república e a alimentar a confusão e a instabilidade política no país quanto à segurança do processo eleitoral.

Já no andamento das eleições uma das ações mais escancaradas de intervenção e aparelhamento de instituições do Estado para favorecimento do governo Bolsonaro foi a instrumentalização, no primeiro turno, de operações em estradas por parte da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em estados da região nordeste para dificultar o acesso aos locais a votação de muitos dos eleitores do candidato Lula. Os locais das operações foram definidos previamente às eleições e de forma minuciosa para comprometer parte da votação potencial do atual presidente da república.

A despeito da divulgação do relatório do Ministério da Defesa acerca da integridade das urnas eletrônicas, as críticas ao sistema eleitoral permaneceram intensas, sobretudo após o resultado do primeiro turno em favor de Lula. O objetivo era manter a militância bolsonarista ativa e predisposta a ingressar na aventura golpista do então presidente e dos seus apoiadores militares e civis, como forma também de atrair as Forças Armadas enquanto instituição para a iniciativa de estabelecimento do regime de exceção.

Após o resultado do segundo turno confirmando a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva e a derrota de Jair Bolsonaro, outras ações entraram em cena. Os kids pretos, militares com treinamento em operações especiais, buscaram obter apoio da alta cúpula do Exército para o desencadeamento de ações mais incisivas, dito de outra, conforme já apurado e esclarecido, para executar o plano de assassinato do atual presidente e vice-presidente, bem como de um Ministro do STF. O plano *punhal verde e amarelo*, como foi nomeado, teve anuência do presidente Bolsonaro, mas a sua execução foi abortada de última hora diante da não adesão do comandante do Exército. Agregado a isso, lembre-se que houve uma reunião na presença do então presidente e de seu ministro da defesa com os comandantes das três forças armadas, na qual foi apresentada uma minuta onde se inscrevia a convocação de um estado de sítio. O objetivo dessa reunião era conseguir o apoio destes dos três comandantes ao plano golpista. Mas, apenas o comandante da Marinha, Almir Garnier, decidiu aderir, dificultando o desenrolar dos planos golpistas.

Com a frustração dos preparativos abertamente golpistas, os protagonistas passaram a apostar em outras ações de desestabilização que pudessem desencadear uma intervenção militar. Daí a permanência dos acampamentos em frente aos quartéis do Exército Brasileiro que se mantiveram no sentido de alcançar o convencimento dos membros das Forças Armadas para a criação de um clima favorável à intervenção. A cartada final foi o 8 de janeiro de 2023. Naquele dia, um grande contingente de bolsonaristas, alguns massa de manobra, outros com atuação objetiva e profissional, invadiram e destruíram os prédios dos três poderes, visando instalar o caos e obrigar o Presidente Lula a decretar a necessidade da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), convocando o Exército a intervir e assim possibilitar a realização do golpe. Como é público e notório, o presidente não consentiu a GLO e contornou a situação sem se fazer necessário a convocação de nenhuma das Forças Armadas, não obstante todas as dificuldades que foram encontradas no dia da última tentativa golpista da história brasileira, até aqui, por enquanto.

Os elementos trazidos ao longo desse tópico, quais sejam, a militarização do governo e da sociedade, as tentativas de coagir a imprensa, o fechamento de diversos conselhos de participação social e a tentativa reiterada de golpe para a instauração de um regime de exceção, explicitam o caráter reacionário do governo Bolsonaro, bem como de seus apoiadores militares e civis, e a sua disposição em recrudescer a dominação de classes no país no sentido de estabelecer, como registramos em outros momentos, um novo clímax para a autocracia burguesa no Brasil.

#### 5.4. Governo Bolsonaro e neofascismo: uma aproximação

A trajetória política individual de Jair Bolsonaro, expandida aos membros de sua família e à composição sociopolítica de seu governo, ao reunir sujeitos políticos de origem reacionária, conservadora e neoliberal, indicava que os mecanismos tipicamente coercitivos tinham conquistado maior centralidade no aparato estatal e seriam, portanto, constitutivos do perfil da gestão ao longo dos quatro anos de mandato. Alicerçados no radicalismo neoliberalismo, no irracionalismo-olavista, na atuação política do neopentecostalismo evangélico, no combate à corrupção lavajatista e na grande presença das Forças Armadas, os ministérios foram montados, dando forma e conteúdo ao governo da extrema-direita no Brasil como expressão da autocracia burguesa recrudescida.

Findada a gestão, é possível realizar um balanço do que foi o governo: da política implementada, da postura frente à impasses circunstanciais, do espaço e preponderância das

forças políticas componentes, das contrarreformas realizadas<sup>184</sup>, das pautas agitadas pelo Executivo Federal, da relação com o Congresso Nacional, com o Judiciário, com a oposição política, com as frações da burguesia brasileira e estrangeira, ou seja, com a sociedade como um todo. Todos esses elementos e, certamente, outros mais, contribuem para uma caracterização apurada da experiência do bolsonarismo na Presidência da República, como expressão do espectro da regressão reacionária sob o recrudescimento da autocracia burguesa.

Mesmo antes de se tornar Presidente, Bolsonaro era conhecido pelo seu discurso de apologia à ditadura empresarial-militar (1964-1985), por conseguinte, à tortura, à perseguição aos comunistas - ou à esquerda de modo geral<sup>185</sup> -, que, ao fim e ao cabo, é um discurso que volta-se contra às instituições do Estado democrático de direito, contra a própria democracia como regime, portanto, um discurso autoritário, ainda que ele próprio tenha conquistado 8 mandatos eletivos justamente por meio e graças a essas instituições. Ainda nesse universo ideológico, o ex-Presidente sempre defendeu uma política de segurança pública abertamente punitivista e encarceradora, favorável à pena de morte e esterilização forçada; foi pró armamentismo e fervoroso defensor das polícias militar, civil, federal, rodoviária federal e, por óbvio, de todas as Forças Armadas, além de manter uma relação suspeita com milícias, como no caso da realidade do Rio de Janeiro. Bolsonaro tem por ideal um governo militarista e militarizado que deve se estender a toda a sociedade, regendo seu modo de ser e estilo de vida.

Como observado, o seu governo foi recheado de militares das Forças Armadas, presentes em vários e centrais Ministério, bem como em tantos outros cargos no Executivo Federal<sup>186</sup>. Sua relação com o ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro foi conturbada, mas há de se lembrar que os dois são responsáveis diretos pela aprovação do conhecido “pacote anticrime” que resultou numa revisão regressiva de algumas legislações, no endurecimento de penas, na maior dificuldade para progressão de regime, na vedação de concessão para liberdade provisória, em suma, no crescimento do punitivismo do Estado, através de seu sistema de justiça. A esse ato governamental associa-se de forma muito coerente o modo com que Bolsonaro sempre repercutiu suas opiniões a respeito dos direitos humanos e das pessoas envolvidas em práticas consideradas crime. Ademais, com o

---

<sup>184</sup> Neste momento não priorizamos a análise a respeito das contrarreformas, posto que foi objeto do capítulo 5º.

<sup>185</sup> “Em todos os seus postos legislativos, Bolsonaro defendeu sempre posições fascizantes, difundindo um discurso de ódio centrado em alguns elementos ideológicos basilares. O principal deles foi a defesa sistemática da ditadura militar e, particularmente, de suas dimensões de terrorismo de Estado, como a tortura e eliminação de opositores” (Mattos, 2020, p. 169).

<sup>186</sup> “Sobre a dimensão da presença militar no governo, basta mencionar que nenhum governo desde a ditadura militar (e mesmo na maioria dos governos daquele período) teve tantos militares em cargos de primeiro, segundo e terceiro escalão nomeados pelo presidente e seus ministros quanto o de Bolsonaro” (Mattos, 2020, p. 205).

argumento de defender o “cidadão de bem”, o governo facilitou significativamente a compra, o porte e a posse de armas, tendo por resultado, entre outras coisas, o aumento de violência praticada contra lideranças indígenas, camponesas e quilombolas, afora o maior e mais fácil acesso a armas por parte de organizações como as milícias e outros grupos ditos criminosos.

Sobre o elemento ideológico da liberdade de se defender, Mattos traz:

Desde sempre, Bolsonaro vinculou-se ao discurso reacionário de resposta à violência cotidiana nas cidades brasileiras através da violência estatal, ou miliciania, na fórmula “bandido bom é bandido morto”. Na campanha, o gesto imitando uma arma tornou-se a marca registrada do candidato e seus apoiadores. A proposta de mudar a legislação para facilitar compra, posse, porte e uso de armas foi um dos carros-chefes de seu discurso. Nisso, a ideologia bolsonarista se acopla a uma longa trajetória de exploração política e midiática da violência do Estado e do exercício da “justiça privada” pelos “cidadãos de bem” como melhores respostas ao cotidiano violento das grandes cidades brasileiras (Mattos, 2020, p. 180).

Por esses aspectos de composição da prática do governo é possível observar a eleição de uma causa dos problemas nacionais, de um alvo, adversário, isto é, de um inimigo a ser combatido. No caso do bolsonarismo ele é uno e diverso. Como alvo central ele foi o PT, um partido de moderadas reformas. Mas esse inimigo é também o “bandido”, as “minorias” (o povo negro, nordestino, Lgtbqiapn+, as mulheres), os “corruptos”, a classe trabalhadora organizada (MST, Mtst, sindicatos, partidos de esquerda) etc. Ter um inimigo para exterminar é um traço do fascismo e do neofascismo.

A ascensão da extrema-direita ao governo Federal, em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro suscitou uma série de debates - e ainda continua a suscitar - acerca da sua caracterização. As categorias de fascismo, neofascismo, bonapartismo ou semi-bonapartismo, nova direita, conservadorismo de novo tipo, foram mobilizadas num esforço de precisão teórica quanto ao caráter do conjunto de forças políticas e sociais que levaram o ex-Presidente ao cargo de Chefe do Estado brasileiro. Leandro Konder, numa tentativa de síntese em alto nível de abstração sobre fascismo, apresentou a seguinte definição:

O fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido,

bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro (Konder, 2009, p. 53).

Essa definição de Konder possui diversos elementos de particularidade e outros que contribuem para pensar o neofascismo, pois que são comuns aos dois. Por exemplo, a adoção do irracionalismo enquanto ideologia, a perseguição aos comunistas, o nacionalismo subalterno, a inclinação antidemocrática e a aliança com as grandes frações do capital. Por outro lado, o neofascismo surge no contexto de supremacia burguesa neoliberal e a ele não se opõe, diferente das características apresentadas por Konder a respeito da relação do fascismo com o liberalismo. Vê-se também o aspecto histórico: o fascismo aparece como fenômeno num momento particular de crise do capitalismo e disputa interimperialista, no período entre guerras do início do século XX, conduzidos por fortes partidos com larga penetração nas camadas médias, constituindo movimentos políticos com apelo de massas.

Outro elemento importante para considerar é que

O fascismo, em seu sentido clássico, é um regime político, uma forma política de dominação burguesa ao nível do Estado capitalista, como o são a democracia burguesa, o bonapartismo, a ditadura etc. Porém, também é abordado como um movimento e uma ideologia (Silva, 2021b, p. 4).

Esse apontamento de Silva (2021b) indica um traço particular ao fascismo clássico e ao mesmo tempo à própria forma variável dele se manifestar nas diferentes formações sociais capitalistas, ou seja, de ter se constituído classicamente como regime político, mas poder ser identificado também na forma de ideologia e movimento político, que segundo a autora, está presente no Brasil, ainda que sem constituir um regime político neofascista. Na verdade, o desenvolvimento do neofascismo tem se dado por meio e, aparentemente, graças à democracia burguesa, mesmo que se considere o seu esgarçamento depois de décadas neoliberais. Momentos de crise são oportunos para o fortalecimento de tendências regressivas.

O neofascismo no Brasil tem sido uma força funcional e necessária nesta fase a acumulação capitalista, em especial, quando precisa avançar violentamente sobre os direitos da classe trabalhadora, realidade que se acompanha aqui no país a partir da ascensão da extrema direita ao governo federal, motivo pelo qual se dá a sequência da análise. Considerando os elementos históricos particulares aos dois, fascismo e neofascismo, Mattos, em diálogo com Boito Jr., diz que este

Ressalta, no entanto, várias diferenças importantes, sobre, por exemplo, quais eram as esquerdas - organizadas em partidos de massa, social-democratas ou comunistas - a serem exterminados pelos fascistas no entre guerras, quando a ameaça concreta da revolução social pairava no ar depois de 1917, e quais são as esquerdas que o neofascismo, particularmente

o brasileiro defende exterminar no presente, sem dúvida reduzida ao reformismo - burguês, embora com bases populares (Mattos, 2020, p. 134).

Outro componente característico ao fascismo clássico e ao neofascismo é a existência de um movimento político que lhe sustente, podendo variar o seu nível de organicidade. No Brasil, esse foi um dos traços particulares à ascensão da extrema-direita. Desde as jornadas de junho de 2013, de forma molecular, mas em rápido desenvolvimento posterior, forças conservadoras e reacionárias mostraram que estavam bastante vivas na realidade nacional. Em 2015 e 2016, com as manifestações pelo impeachment da ex-Presidenta Dilma, essa extrema-direita, neste momento ainda sob a direção da direita tradicional, passou a disputar com ponderável força a direção política dos rumos do país. Com a consumação do impeachment e a continuidade das investidas da Operação Lava Jato contra figurões da direita tradicional sob a justificativa de combate a corrupção, a extrema-direita foi ganhando mais força e em 2018 conseguiu eleger Bolsonaro à Presidência.

No entanto, vale destacar uma diferença: esses movimentos não eram mobilizados por um partido bolsonarista, por assim dizer. Bolsonaro não constituiu um partido organicamente identificado com seus “ideais” conservadores, sempre precisou se acomodar em legendas de aluguel para se eleger, por isso também nos referimos a esse fenômeno como um espectro de regressão reacionária. O espectro é uma projeção disforme social, política e economicamente regressiva, mas com tendência reacionária. Nem todas as forças regressivas são reacionárias, delas se diferenciando mais quantitativa do que qualitativamente. Nem delas podem se desfazer, pois precisam de seu peso para ter força no enfrentamento com o progressismo limitado e limitante representado pelo PT. Sem elas, o regressismo fica facilmente cooptável aos recursos do progressismo no governo. Já os reacionários ainda não conformam uma força coesa e com capacidade imediata para hegemonizar, demandando o auxílio de outras forças regressivas. Pelo menos por enquanto. Elas se combinam e se retroalimentam.

Retornando a Bolsonaro. A sua mobilização foi operada a partir das redes sociais e das de seus aliados mais próximos, conformando aí sim um difuso movimento bolsonarista, mas não ainda um partido político. Essa seria uma característica específica ao neofascismo bolsonarista (Mattos, 2020).

Outra marca do governo mostrou-se ser o ultraneoliberalismo

Sobre a caracterização do governo Bolsonaro como ultraneoliberal é oportuno dizer que o uso desta terminologia é uma forma de expressar a fase mais bárbara e perversa do desmonte dos direitos, da precarização e privatização de empresas e serviços públicos vivido pelo país. É a forma de expressar o aprofundamento veloz e destrutivo do projeto neoliberal (Silva, 2021b, p. 07).

Sua agenda combinou a privatização de uma ampla lista de empresas públicas estatais, tendo privatizado um terço das estatais brasileiras até junho de 2022 com destaque para Eletrobrás<sup>187</sup>; o ajuste fiscal em que a contrarreforma da previdência é o exemplo mais estarrecedor; e a continuidade da contrarreforma trabalhista com novas rodadas de retiradas e flexibilização de direitos da classe trabalhadora brasileira, agora sofrendo um cerco no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Acrescenta-se a isso a conquista da antiga pauta das burguesias brasileira e estrangeira de independência do Banco Central. Como era de se esperar, no entanto, o desempenho econômico do governo foi pífio<sup>188</sup> e com consequências perversas para a classe trabalhadora em geral. Metade da população passou a viver em insegurança alimentar, entre essas 33 milhões passando fome; desemprego e informalidade<sup>189</sup> também alto; e com inflação elevada corroendo o poder de consumo da classe assalariada. Ademais, o presidente e as frações da burguesia, durante a pandemia de COVID 19 despenderam um tratamento verdadeiramente genocida ao povo brasileiro, tanto do ponto de vista das medidas de saúde quanto de medidas de proteção social. O resultado é público e notório. Milhares e milhares de mortos. Um cenário assustador.

Esses componentes políticos do governo Bolsonaro indicavam que ele tinha sido escolhido para continuar a implementação do programa contrarreformista da burguesia brasileira, justamente porque era o único que poderia oferecer às frações brasileiras e estrangeiras do capital a sua aplicação no nível de radicalidade requerida naquele momento da conjuntura nacional. Toma-se, novamente, a contrarreforma da previdência

Que generalizou o critério da idade mínima para a aposentadoria (adiando-a para os que já estavam submetidos a esse critério) e ampliou as barreiras para que a maioria da população trabalhadora possa conseguir aposentar-se. Se Temer avançou muito no desmonte da Consolidação das Leis do trabalho (CLT) com uma reforma trabalhista dura e a legalização da terceirização generalizada, Bolsonaro e Guedes caminharam a passos mais curtos, mas na mesma direção, apresentando medidas provisórias que combinaram desoneração fiscal para empresas com retirada de direitos trabalhistas, no modelo que foi apelidado pela imprensa de “minirreforma trabalhista” (Mattos, 2020, p. 214-215).

Esse conjunto de elementos extraídos do governo leva à conclusão, em acordo com Mattos (2020, p. 234), que a composição de forças políticas que formaram a gestão Bolsonaro tinha forte presença de elementos neofascistas, sendo assim uma tendência, mas estes

---

<sup>187</sup> O Brasil tinha 209 estatais e com o processo de privatizações realizado por Bolsonaro e Guedes, esse número foi reduzido para 133. Disponível em: [Bolsonaro já privatizou um terço das estatais | Geral \(brasildefato.com.br\)](https://brasildefato.com.br/bolsonaro-ja-privatizou-um-terco-das-estatais-geral/). Acesso em: 09/11/2024.

<sup>188</sup> Em 2019 o PIB foi de 1,2%; em 2020 marcou -3,3%; em 2021 5,0%; e em 2022 a perspectiva é que se confirme alta, conforme dados do IBGE.

<sup>189</sup> Disponível em: [O drama social por trás da informalidade no Brasil \(correioabraziliense.com.br\)](https://correioabraziliense.com.br/o-drama-social-por-tras-da-informalidade-no-brasil/). Acesso em: 09/11/2024.

componentes não foram predominantes nem tampouco conformaram um governo neofascista, mesmo que se admita a existência, em certas ocasiões, de uma sobrepujança daquela em relação às outras forças do governo, pois não foi estável a todo o tempo do mandato presidencial. Portanto, uma caracterização adequada deve refletir sim a tendência forte do neofascismo no governo, mas sem ter logrado alcançar a hegemonia incontestada nele, o que, evidentemente, não elimina a existência preocupante do movimento político, cuja referência é o neofascismo bolsonarista que lança o seu espectro por toda a sociedade.

Esse balanço expõe também que o avanço do radicalismo neoliberalismo em associação com o neofascismo foi o que caracterizou de maneira mais explícita o recrudescimento da autocracia burguesa no Brasil, com destaque para o revigoramento do regime de “democracia restrita” em que prevaleceu a ritualística das instituições articulada à diminuição de espaços acessíveis às demandas populares, mas aberta às classes altas; e a depreciação do valor da força de trabalho a gerar taxas mais elevadas de “apropriação dual do excedente econômico”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A dominação de classe no Brasil foi marcada, historicamente, por uma acentuada concentração de poder político e econômico nas mãos das frações da burguesia. Não reproduzindo o modelo clássico de revolução burguesa em que as reformas democráticas e nacionais constituíram características fundamentais da sociedade capitalista, no Brasil se realizou uma revolução autocrático-burguesa, em cujo marco a aliança dependente das classes dominantes nativas aos capitais estrangeiros foi responsável por um processo de transformação das relações sociais nas dimensões econômica, política, social e cultural da sociedade, não só bloqueando a participação das classes populares e do proletariado nascente na construção da civilização burguesa e no acesso aos seus ganhos, como transferindo-lhes o ônus da transformação capitalista. Isto é, se a revolução burguesa clássica, ao voltar-se vitoriosamente contra as antigas classes dominantes, trouxe consigo frações das classes populares possibilitando-lhes o acesso parcial às conquistas da revolução, as revoluções autocrático-burguesas se caracterizaram por serem feitas, em termos relativos, contra e às custas das classes populares, posto que produto de rearranjos do poder político e econômico dominante nos quais as antigas classes dominantes, dependentes da aliança com o capital externo, transitaram compositamente à condição burguesa, encerrando dentro desse círculo, em grande medida, o compartilhamento dos trunfos da sua revolução. Essa via de transformação capitalista determinou no Brasil o capitalismo dependente, no âmbito do qual se configurou a dominação de classe particularmente autocrático-burguesa.

O drama crônico como impossibilidade do desenvolvimento capitalista autônomo autopropelido aqui se apresenta, pois, não havendo ruptura com as estruturas sobre as quais se ergue o capitalismo dependente e a autocracia burguesa, ele se reproduz de modo aparentemente inevitável, como se não houvesse uma alternativa, ou ainda, como se a sua realização estivesse enredada a uma lógica de circuito fechado. Dessa forma, no presente o passado se repõe já anunciando inflexivelmente o futuro inelutável. Essa lógica de reposição, evidentemente, não é a mera repetição idêntica de um tempo congelado que avança na história. A história é luta de classes, conflito promovido pelo choque e ação de mulheres e homens na sociedade, é produção e reprodução das relações materiais e espirituais da vida social, portanto, não está aferrada a circuitos fechados por mais que, em muitas circunstâncias, eles se imponham com força tenaz. Assim, mesmo a realidade do capitalismo dependente e da autocracia burguesa envolta no seu forçoso drama crônico, é ela também passível de modificações, inclusive, daquelas que operam dentro dos seus próprios limites, variando formas de um mesmo conteúdo.

Para não cair em uma espécie de desparticularização ou numa abordagem ahistórica, buscamos evidenciar que a autocracia burguesa não é sinônimo de governo e nem de regime político, ainda que tanto um como outro possa potencializar e expressar de maneira mais explícita esse modo de dominação burguesa particular. De modo que mesmo durante um governo democrático e num regime democrático, certos elementos autocráticos penetram essas formas políticas específicas. A dominação de classe está para além das dimensões políticas do seu exercício. Ela envolve também a estrutura das relações econômicas, constituindo-se, assim, de uma totalidade complexa, contraditória e interagente, ainda que as superestruturas política, jurídica e ideológica, especialmente, o Estado, preencham função central na forma particular de dominação de classe nos países de capitalismo dependente. Podemos dizer, então, que a autocracia burguesa enquanto particularidade da dominação de classes nos países capitalistas dependentes é uma síntese da relação estrutura-superestrutura marcada socialmente pela profunda desigualdade socioeconômica e política entre as classes fundamentais; pelo controle politicamente exacerbado do Estado como instrumento de autodefesa dos interesses da burguesia e de seu uso repressivo, combinado à mediação da democracia restrita e de cooptação; e pela exploração economicamente baseada na depressão crônica e medular do valor da força de trabalho como fonte da apropriação dual do excedente econômico necessário à reprodução do capitalismo dependente. A autocracia burguesa é também um estilo histórico de atuação da burguesia brasileira configurado pelo particularismo, privatismo, autoprivilegiamento; pela imposição vertical de seus interesses;

pela associação pragmática entre os interesses nacionais e os seus; pela solidariedade intramuros; por sua identificação à tendência de militarização; por sua inclinação aos recursos coercitivos; e pelo seu elitismo social. E, por fim, é um modo de dominação de classes que não raras vezes se eleva à condição de regime, imprimindo maior saliência a sua face fascista e autocrática, ainda que combinada a dispositivos democráticos abertos aos mais iguais.

Porém, como falamos, nem sempre a dominação autocrático-burguesa se realiza de forma imediatamente ditatorial. A sua face democrática, em função da luta de classes nas diferentes conjunturas, pode prevalecer, recobrando a dominação de classes de uma aparência antagônica aos caracteres da dominação ultraviolenta, como se esses fatores da função dominante tivessem sumido e dado vez à forma substantivamente democrática, como pudemos observar na experiência histórica brasileira posterior à ditadura empresarial-militar. A eleição de um partido de origem popular e operária para o Executivo Federal brasileiro no início do século XXI e as suas três reeleições seguidas deram a impressão segura de que o passado autocrático da história nacional teria sido, finalmente, superado e a tarefa que se punha, então, era a de aperfeiçoar o regime democrático do país.

Contudo, quando a crise do capital anunciou a inviabilidade de manter as conquistas do Estado Democrático de Direito no Brasil nos termos alcançados, a realidade inescapável da autocracia burguesa no capitalismo dependente - sua “força selvagem”, sua “debilidade crônica” - emergiu dos recônditos profundos sob os quais ela se acomodou por menos de três décadas, rerepresentando as nossas “impossibilidades históricas” como num “círculo vicioso”. A dinâmica do capitalismo em crise irrompeu à conjuntura nacional, catalisando um processo progressivamente regressivo de recrudescimento do modo particular autocrático de dominar das classes proprietárias brasileiras, primeiro, ao depor, por meio de um golpe jurídico-parlamentar, o governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores para retomar, sem mediações parcialmente estranhas, o rígido controle sobre a direção do Estado; e, segundo, ao recorrer a forças conservadoras e reacionárias para aplicar o seu programa neoliberal e reestabelecer as condições necessárias à lucratividade de seus capitais. Afora os motivos elencados, a alteração na rota que se desenhava para o país no sentido pretendido pelas frações da burguesia brasileira só se tornou possível graças a uma conjunção de fatores de ordem conjuntural e estrutural.

Precipuamente, os fundamentos radicais do capitalismo dependente e da dominação autocrático-burguesa no Brasil, em último caso, no limite de suas margens, inviabilizam um modelo de desenvolvimento socioeconômico em que a modesta elevação real do valor da força de trabalho seja um dos seus pilares de sustentação no médio ou longo prazo. Nesse

caso, o capitalismo dependente revela, em pouco tempo, a sua baixa tolerância e a sua incapacidade de comportar um desenvolvimento baseado em ganhos reais do trabalho concomitantes aos ganhos duais dos apropriadores do excedente econômico. Com a desaceleração do crescimento econômico e a queda tendencial da taxa de lucro do capital no Brasil (nos anos 2014, 2015, 2016) paralelamente à valorização do valor da força de trabalho acima da taxa de produtividade, as condições políticas da governabilidade do mandato de Dilma foram passando por uma erosão cada vez mais acelerada. Nesse mesmo contexto, as frações da burguesia brasileira se afastaram do governo para em seguida apoiar a saída golpista contra a ex-presidenta, visando a retomada das suas taxas de lucro. Dessa forma, *uma das determinações profundas do recrudescimento da autocracia burguesa são os próprios fundamentos do capitalismo dependente*, ou seja, a inalterabilidade das condições estruturalmente reproduzidas mediante a preservação da *dupla articulação da economia dependente* – dominação imperialista externa e desenvolvimento desigual interno - e da *apropriação dual do excedente econômico*, são impeditivos estruturais para desenvolvimentos capitalistas que contemplem a apreciação real do valor da força de trabalho. A crise do capital, portanto, ao diminuir as margens de lucro das frações da burguesia brasileira, desencadeou o enrijecimento dos fatores políticos e sociais da dominação autocrático-burguesa no país, redirecionando os ventos históricos da breve experiência progressista a um sentido geral regressivo, de revitalização da democracia restrita, da tendência histórica de militarização. O golpe de 2016 deve ser inscrito nesse contexto. No entanto, não há entre o estreitamento das margens de lucro dos capitais brasileiros e o golpe de 2016 uma relação mecânica. Outras variáveis atuaram no cenário em questão, influenciando na aceleração dos acontecimentos e alterando as relações de força na conjuntura como detonadores do recrudescimento da autocracia burguesa. Apontamos o papel desempenhado pelas jornadas de junho de 2013 na derrubada de aprovação da ex-presidenta Dilma Rousseff, dificultando a governabilidade que depois escalou para uma crise política, ao mesmo tempo em que revelou um feixe da tendência reacionária em desenvolvimento. Nessa mesma conjuntura foi deflagrada a Operação Lava Jato com a sua cruzada contra a corrupção propagada pela mídia que impôs um desgaste atroz ao governo, este sim um dos determinantes fatais do golpe e constituinte do recrudescimento da dominação autocrática burguesa e do espectro de regressão reacionária.

Soma-se a esse quadro de determinações detonadoras do recrudescimento da dominação de classes a eleição do Congresso neoliberal-conservador de 2015-2019 que esgarçou ainda mais a governabilidade e a crise do governo Dilma e desfechou o golpe de 2016, além de ter

criado um mecanismo de controle de parte robusta do orçamento público expresso no orçamento impositivo, depois no orçamento secreto até hoje objeto de séria contenda de classes. Numa direção síncrona, apareceram as manifestações de rua da direita e da extrema-direita em 2015-2016, galvanizando os pedidos de impeachment e mesmo de intervenção militar que cumpriram função de desgastar a imagem pública e a aprovação da ex-presidenta. Tanto o Congresso como as manifestações se situam no contexto regressivo acentuando o caráter reacionário do recrudescimento da autocracia burguesa. O Congresso Nacional, que sempre foi um Poder dominado majoritariamente pelas frações da burguesia brasileira, além de ter esgarçado o próprio tecido da democracia de cooptação, ativando sua variante restrita com o golpe, foi palco das contrarreformas neoliberais e das tentativas menos exitosas de aprovar medidas propriamente conservadoras. A postura dos Congressistas revelou o estilo histórico de atuação da burguesia tanto no que se refere ao controle desse Poder de Estado, como naquilo que evidenciou a imposição de cima a baixo dos seus interesses independentemente da consideração e aprovação popular. Afora isso, foi no aproximar do golpe que, esse Poder do Estado, bem como o Executivo Federal, serviu de unificação pragmática das diversas frações do capital brasileiro e demonstração do seu particularismo, privatismo e autoprivilegiamento. As manifestações da direita e da extrema-direita, como mencionado em momentos anteriores, forjou a base de massas conferindo legitimidade social à investida golpista das frações da burguesia brasileira, de lideranças conservadoras e reacionárias e de instâncias do Estado brasileiro. Essas manifestações se relacionam tanto ao traço autocrático da dominação de classes como ao componente fascista da discussão que tem sido feita a esse respeito. Não foi a primeira vez na história brasileira que surgiram manifestações massivas de caráter conservador e reacionário, basta lembrarmos das marchas da Família com Deus pela Liberdade em apoio à ditadura empresarial-militar. No caso presente, as manifestações pediam inicialmente o impeachment de Dilma combinado também a pedidos de intervenção militar. Após o golpe contra Dilma e passado o governo Temer, as manifestações da direita e da extrema-direita convocadas pelo bolsonarismo tiveram por tônica o apoio ao presidente e às suas intenções golpistas, associadas à instrumentalização das Forças Armadas para intervir sobre o Poder Judiciário e em menor medida no Poder Legislativo. O apoio significativo a este intento expresso pelas manifestações refletira também um processo de universalização do projeto ideológico conservador e reacionário apreendido por parcela expressiva da população que não se beneficia por ele, reforçando mais uma vez o seu caráter fascizante. Assim, a irrupção dessas manifestações não constitui evento inédito na história brasileira e está arraigada às

determinações da autocracia burguesa, sobretudo, em momento de acirramento da luta de classes no capitalismo dependente brasileiro, o que nos levou a interpretar tal fenômeno como uma determinação pertinente a nossa realidade que cumpriu a função de, combinado a outros eventos, detonar o recrudescimento da autocracia burguesa.

Ora, foi a conjunção desses acontecimentos detonadores da alteração nas relações de força da conjuntura nacional, somada aos determinantes do capitalismo dependente e da autocracia burguesa, que desencadearam o golpe de 2016, o aparecimento das forças conservadoras e reacionárias e a aplicação radicalizada do programa neoliberal como expressão tanto do recrudescimento autocrático burguês quanto do regressismo que se impôs nessa quadra da história nacional. Esse momento, com certeza, representou a exasperação dos aspectos políticos, econômicos e sociais da dominação burguesa particularmente autocrática. Representou uma grande alteração nas relações de classe no país. Mas essa mudança funda nos rumos da história recente não se encerrou no desenlace do golpe e seus efeitos imediatos posteriores. O recrudescimento se manteve progressivo, permanente, lançando por toda a sociedade, expansivamente, seu espectro de regressão reacionária.

Se, do ponto de vista político, a aliança protagonista dos setores tradicionais da direita partidária no Congresso Nacional e na vice-presidência de Michel Temer com as frações da burguesia brasileira através de suas representações patronais como a CNI, CNA, CNC e Febraban, afora a grande mídia, tendo também por base de apoio as tendências mais reacionárias despertadas nessa conjuntura, foi imprescindível para o sucesso do golpe, do ponto de vista social ela não fora suficiente para manter a direita tradicional à dianteira do processo desatado, renovando algum dos seus quadros políticos nas eleições seguintes, como ficou explícito com o baixo desempenho de todas as candidaturas da direita associadas ao campo tradicional. Não obstante Bolsonaro também tivesse feito sua trajetória política nesse campo, o seu discurso antissistema, seu compromisso neoliberal, a sua vinculação às Forças Armadas, seu aceno aos evangélicos e sua aparente simpatia pela OLJ em sua cruzada no combate à corrupção, produziram as condições para que o mesmo, largando atrás do processo regressivo, passasse a figurar na vanguarda do reacionarismo. Mas, antes dele, veio o ex-presidente Michel Temer.

A cristalização de algumas tendências do recrudescimento autocrático-burguês se dá no governo Temer, na formação do seu ministério e na política que ele implementa. O governo foi resultado de um golpe, seus ministros foram fiéis e diretos representantes das frações da burguesia brasileira (ruralista, financeira, industrial e do comércio), da direita tradicional e fisiológica e do conservadorismo das FA. A sua política, orientada pelo programa Uma Ponte

Para o Futuro, nada mais significou que a adesão ao programa neoliberal da burguesia brasileira e do capital estrangeiro que exigia a aplicação radical de um conjunto estratégico de contrarreformas no sentido de sufocar o gasto público com investimento estatal e políticas sociais para geração de superávit primário e pagamento de juros da dívida pública; de deter o rigoroso controle da política monetária e cambial; de restringir duramente o acesso à previdência social pública, desmantelando-a para abrir mercado ao capital financeiro; de flexibilizar a legislação trabalhista para baratear o custo do trabalho e fragilizar sua capacidade de resistência e organização; de enxugar a administração pública, cortando gasto com pessoal; e de diminuir os impostos e unificá-los em benefício próprio. Esses objetivos vieram na forma da imposição do teto de gastos (EC nº 95), da contrarreforma trabalhista e da tentativa de contrarreforma da previdência, das privatizações, entre outras medidas que viriam ser contempladas nos governos seguintes, em especial, no governo Bolsonaro.

O programa neoliberal defendido pelas burguesias brasileiras, sua aplicação radicalizada no governo Temer, continuada no governo Bolsonaro e a sua hegemonia dirigindo, inclusive, o atual governo Lula é a determinação mais central do período histórico aberto com o fim da ditadura empresarial-militar a orientar o estilo de atuação autocrático da burguesia brasileira e que na conjuntura de crise do capital representou o conteúdo essencial do seu recrudescimento ao qual se agregaram outras características.

Ainda no governo Temer a OLJ – determinante e detonador do recrudescimento autocrático-burguês - se manteve em andamento e mirando vários representantes do governo, representantes da burguesia brasileira, políticos da direita tradicional e o próprio presidente, o que fez com que o ambiente político de crise de hegemonia se acentuasse ainda mais e favorecesse ao rápido acúmulo de forças da direita reacionária com inclinações fascistas, projetando-a como uma suposta alternativa ao *status quo*, em detrimento de expressões da direita que eram preferidas pelas frações das classes dominantes. Ademais, a OLJ, como registramos outras vezes, foi decisiva para a inviabilização da candidatura de Lula em 2018 e a sua prisão, deixando caminho livre para a vitória de Bolsonaro.

Mais um determinante que se evidencia de maneira explícita no governo Temer é a presença de militares em postos ministeriais (GSI e Defesa), em presidências de instituições como a Funai, no controle sobre a Abin subordinada ao Gabinete de Segurança Institucional, da proximidade maior aos comandantes das três forças armadas brasileiras e do número já bastante expressivo de militares em cargos do executivo que, segundo o Tribunal de Contas da

União, foi de 2.765<sup>190</sup>. Essa determinação manifestou a tendência acesa de militarização da sociedade brasileira enquanto característica do recrudescimento da dominação burguesa autocrática e do fortalecimento do elemento reacionário do espectro regressivo, exponenciado no governo Bolsonaro.

Essa dinâmica econômica, política e socialmente regressiva repercutiu, como apontado, no desgaste de seus próprios promotores, isto é, da direita tradicional, que se viu ultrapassada pela variável reacionária por eles manipulada oportunisticamente no curso dos acontecimentos. Se até o momento do governo Temer o componente reacionário do espectro se mantinha sob a direção das forças tradicionais regressivas hegemônicas, com as eleições de 2018 e o prolongamento da crise de hegemonia, abriu-se àquele componente a oportunidade de voos relativamente autonomizantes. Com a confirmação da vitória do candidato neofascista no pleito de 2018 altera-se a relação de predominância entre o componente genericamente regressivo e o particularmente reacionário do espectro que passa a ocupar posição estratégica e favorável para recrudescer ainda mais a dominação autocrática da burguesia, não obstante, o elemento regressivo continuasse a deter força suficiente para impor àquele suas demandas nem tão divergentes, que, inclusive, em não poucas ocasiões se viram indiferenciadas. Sob a liderança reacionária os componentes regressivos foram parcialmente atraídos a compor, pragmática ou organicamente, o campo daquela. Os evangélicos neopentecostais, os militares das FA e das polícias, o combate à corrupção lavajatista, o radicalismo neoliberal, o irracionalismo conservador olavista, com apoio protuberante das frações do capital, sobretudo, do agronegócio e do capital financeiro, compuseram diretamente o governo, sua base política no Congresso e de massas na sociedade, engendrando um processo de organificação no qual o espectro de regressão reacionária se expandia no sentido da conquista da direção intelectual e moral da sociedade como consolidação hegemônica. Uma hegemonia, por suposto, neofascista.

Dando continuidade à implementação do programa neoliberal da burguesia brasileira e estrangeira, o governo Bolsonaro avançou na contrarreforma da previdência, na aprovação da autonomia do Banco Central, no aprofundamento da contrarreforma trabalhista, no processo radical de privatização de ativos públicos, no desmonte de políticas sociais, realçando a característica privatista, particularista e de autoprivilegiamento do estilo autocrático de atuação da burguesia brasileira na sua relação com o Estado.

---

<sup>190</sup> Em reportagem sobre dados fornecidos pelo TCU, a CNN-Brasil compara os números de militares no governo Bolsonaro em relação ao governo Temer. Disponível em: [Número de militares em cargos civis cresce e passa de 6 mil no governo Bolsonaro | CNN Brasil](#). Acesso em: 16/8/2025.

No que se refere aos componentes propriamente ideológicos da sua direção, o bolsonarismo mobilizou ações contra os direitos das mulheres, contra a população Lgbtqiapn+, contra negros e negras, nordestinos, população quilombola, povos indígenas, ambientalistas, movimentos sociais, sindicais e de trabalhadores/as etc., enfeixadas nos ataques aos direitos humanos, à chamada “ideologia de gênero”, à ONG’s, à preservação ambiental, aos direitos trabalhistas, ao petismo e ao comunismo. Essas pautas mostraram ter considerável repercussão no público evangélico, entre militares, parcela da direita tradicional, conservadores, neonazistas e seguidores do irracionalismo-olavista, membros ou não do governo, além de frações do capital, notoriamente, os ruralistas, mineradores, garimpeiros, madeireiros, grandes varejistas e setores do capital financeiro. A aderência de seu discurso reacionário revelou-se no crescimento da violência cotidiana que teve por alvo representantes individuais e coletivos de cada um dos setores atacados acima citados. Sabe-se do assassinato de eleitores do PT, de agressões e assassinatos de homossexuais, de defesa de estupro corretivo dirigido às lésbicas, do crescimento dos casos de racismo contra população negra, quilombola e indígena, da xenofobia em relação aos nordestinos com ares separatistas, do negacionismo climático etc. Ressalte-se que muitos desses casos de violência promovidos por grupos neonazistas em franca expansão no sul e no sudeste brasileiro que se identificam em maior ou menor medida com o bolsonarismo. Essa ideologia associa-se em muito ao que é defendido pelo fascismo clássico e o neofascismo atual, ao fim e ao cabo, promovendo a inferiorização de diversos segmentos e a desumanização como antessala da justificação de políticas as mais reacionárias.

Ainda nas investidas ideoculturais se registrou a implementação do programa de escolas cívico-militares, uma das dimensões da tendência de militarização que também ganha ares fascistas, estabelecendo padrões de comportamento sob supervisão de militares da reserva no ambiente escolar, como a definição de cortes de cabelo adequados, uso de maquiagem, introjeção de valores de autoridade, disciplina, moralidade, respeito à bandeira e ao hino nacional etc. Esse programa, embora tenha sido encerrado pela atual gestão do governo federal, continuou a ser implementado por diversos governos estaduais, reiterando a militarização da sociedade como uma tendência de força que se capilariza socialmente como parte da reforma intelectual e moral associada ao processo de organificação do espectro de regressão reacionária que pretende dirigir hegemonicamente a sociedade. Os traços explicitamente fascistizantes não configuram ineditismo da autocracia burguesa. Florestan Fernandes já nos advertia que tanto esta era uma das faces do Estado no capitalismo dependente latino-americano, como as próprias contradições da economia dependente sob a

autocracia burguesa faziam emergir na sociedade um dinamismo que se orientava na direção do fascismo<sup>191</sup>, ainda que caracterizado em sua particularidade.

Outra marca do governo Bolsonaro foram as ameaças contra liberdade de imprensa que também se converteram de falas do ex-presidente e de seus aliados a agressões concretas contra profissionais do jornalismo, comunicadores, cinegrafistas e afins. Não só a intimidação verbal fez parte do trato do governo em relação à mídia. A abertura de processos judiciais, a censura em alguns programas de rádio e televisivos sob ameaça de demissão e a demissão de muitos profissionais foram uma realidade nesse período. Essa tem sido uma constante nos governos mundo afora identificados ao neofascismo, como é o caso emblemático do presidente estadunidense Donald Trump. Ao atacar a imprensa livre esses governos visam não só enquadrá-los numa espécie de censura política, como descredibilizá-los para legitimar suas ações de desinformação, fazendo deles a única fonte confiável.

O ataque à imprensa não constituiu a única investida contra o regime democrático mesmo em sua versão restrita. Se antes a efetividade da participação social na condução da política do Estado já era bastante diminuta e limitada a certas áreas não tão sensíveis ao capital, no governo Bolsonaro, logo nos seus primeiros cem dias de gestão, o presidente expediu um decreto também assinado pelo seu ministro da Casa Civil, em que diversos conselhos foram encerrados. A intenção escancarada e indisfarçável de bloquear o acesso de setores democráticos a todas às instâncias de decisão do Estado, mesmo àquelas mais inócuas aos interesses do capital, denunciava a direção autocratizante que seria seguida pelo governo. Esta não seria, entretanto, a sua face mais amedrontante.

A predominante presença de militares no governo combinada às inclinações golpistas destes e do então presidente da república convergiram facilmente para as intenções dos mesmos de manterem-se no poder e avançar no projeto reinstaurar o Estado autocrático-burguês e um novo clímax da dominação de classes no Brasil sob a regência pessoal de Bolsonaro amparada nas Forças Armadas. Nesse caso, a tendência de militarização e o encurtamento das possibilidades gestadas pelo regime democrático são duas faces do mesmo processo que revelaram o recrudescimento da autocracia burguesa no Brasil.

O governante e seus aliados, logo no início de seu mandato, buscaram se colocar acima dos demais poderes da república, seja por sua natureza autoritária e seu projeto ditatorial, seja por ver-se apoiado pelas FA que voltaram, finalmente, a ocupar posições estratégicas na condução do Estado nacional a partir da eleição do ex-capitão reformado. As investidas, sobretudo, contra o Poder Judiciário, se puseram então como momento predominante da

---

<sup>191</sup> Ver *Poder e contrapoder na América Latina* (Fernandes, 2015, p. 33-58).

estratégia de autopreservação no poder e de autocratização do Estado. A diferença em relação ao governo Temer não era apenas de garantir a fiel implementação do programa da burguesia brasileira e suas correspondentes estrangeiras em meio ao regime democrático restrito. Tratava-se naquele momento de avançar num projeto que autorizasse com o máximo de legitimidade possível, ainda que este fosse o mínimo necessário, para abandonar as liberdades democráticas e instaurar em seu lugar. As inúmeras ameaças golpistas, as várias mobilizações antidemocráticas, as ações de desestabilização, a propaganda contínua para desacreditar as urnas eletrônicas e a Justiça Eleitoral, as fartas provas documentais do planejamento do golpe, de andamento do plano e de sua execução, incluindo, o abortamento de uma tentativa de assassinato entre outras que estavam previstas e a tentativa golpista frustrada do 8 de janeiro de 2023, não deixam espaço para dúvidas a respeito de quais eram as reais e indissimuláveis intenções do ex-presidente Bolsonaro e de seus apoiadores militares e civis.

O golpe de estado foi uma possibilidade tangível e tentada, com direito a requintes típicos do terrorismo estatal, precedida de explosões em aeroportos, incêndios a ônibus, acampamentos em quartéis, conspirações palacianas e operações clandestinas que visavam o assassinato de autoridades democraticamente constituídas. Essa realidade nos espelha que o recrudescimento da autocracia burguesa tem determinações profundas, mediatas, inerentes ao capitalismo dependente. A sua direção nesta última década indica que a dominação de classes no Brasil se enrijeceu no que se refere às possibilidades de alargamento da democracia de cooptação e do acesso um pouco menos desiguais à riqueza econômica. Os dispositivos da cooptação não parecem eles mesmos ter mais a legitimação da burguesia para justificar uma conciliação em torno da valorização salarial, da ampliação de políticas de distribuição de renda, da geração de empregos formais com carteira assinada, da conquista de direitos sociais e trabalhistas por mais que precários e muito menos da elevação dos investimentos públicos para desenvolvimento econômico. Tampouco se vê no horizonte próximo a perspectiva de uma democratização do Estado naquelas instâncias contrarreformadas, privatizadas e entregues ao domínio direto e imediato da burguesia brasileira em sua associação dependente aos capitais estrangeiros. E diante disso, o recrudescimento autocrático burguês repõe-se em toda a sua desigualdade de poder político e econômico entre as classes sociais fundamentais. A depleção medular do valor da força de trabalho é sua lei, a apropriação dual do excedente econômico uma necessidade do capitalismo dependente, o Estado o seu instrumento de autopreservação.

Não obstante, o plano de fascistização total do Estado nesse último período, por enquanto e felizmente, fracassou. O seu principal líder e os demais artífices do golpe estão

presos. Porém, a fascistização da sociedade permanece como uma tendência em curso e com força não desprezível, projetando o seu espectro de regressão reacionária por todas as esferas da vida social, como demonstramos. A eleição de Lula e seu vice Geraldo Alckmin, embora representando uma derrota tática das forças reacionárias, não sustou essa determinação da realidade histórica recente da vida nacional. Os elementos regressivos ativadores do recrudescimento da autocracia burguesa estão compondo o governo federal, ainda que numa posição de menor protagonismo. O Congresso Nacional tem cada vez mais se revelado um Poder de Estado com força autonomizadora baseada não só na sua majoritária conservadora, neoliberal e reacionária, mas também no seu controle de mais de R\$50 bilhões do orçamento público em emendas parlamentares. Ali se consolida um partido reacionário, o PL, que aos poucos ganha contornos de partido fascista, congregando, no que é a maior bancada do Congresso, policiais, membros das FA, evangélicos neopentecostais, ruralistas, empresários etc. Mas o bolsonarismo não se restringe ao PL – o espectro da regressão reacionária projeta longe a sua sombra. Ele se encontra também em muitos outros partidos identificados ao centrão, como, por exemplo, o Republicanos, o União Brasil, o Progressistas e congêneres. O ano e as eleições que se avizinham anunciam uma nova batalha decisiva na luta de classes nacional e internacional que, se não podem ser enclausuradas às eleições, infelizmente, ainda dependem sobremaneira delas e da capacidade do progressismo limitado e limitante representado em Lula, no PT e em sua ampla aliança conquistarem uma nova eleição. Embora indiscutivelmente necessária, essa vitória apenas poderá dar uma pequena garantia de talvez alguns anos para que a classe trabalhadora possa melhor se preparar para enfrentar outros momentos decisivos. As chances de suplantarmos a *força selvagem* do capitalismo dependente sob a autocracia burguesa e com ela o seu *drama crônico*, dependerá fundamentalmente da capacidade da classe trabalhadora e da imensa massa da população vilipendiada anunciarem uma alternativa verdadeiramente emancipatória e subverterem toda a lógica do capitalismo, afugentando seus espectros sombrios. Dependerá da sua capacidade de extraírem a poesia do futuro a ser escrito.

Luz, quero luz.  
Sei que além das cortinas são palcos azuis  
E infinitas cortinas com palcos atrás  
Arranca vida, estufa veia  
E pulsa, pulsa, pulsa, pulsa,  
Pulsa mais  
Mais, quero mais!  
(Buarque, Vida, 1980).

## REFERÊNCIAS

### Bibliografia teórica e metodológica

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 09-23, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. As formas de dominação burguesa no Brasil: a contribuição crítica de Florestan Fernandes. **Ideias: revista do instituto de filosofia e ciências humanas** – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, ano 4, nº1/2, jan-dez, p. 115-124, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A importância da obra de Florestan Fernandes para as ciências sociais. **Boletim de Políticas Públicas**. Nº9, jan, p. 29-41, 2021.
- BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo monopolista**: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1966.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo público, valor e política social**. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2021.
- BOITO Jr., Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. 1. Ed. Campinas: Editora da Unicamp/ São Paulo: Editora da Unesp, 2018.
- BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: LOUREIRO, I.; SINGER, A. (Org.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 55 – 92.
- BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- CARDOSO, Mirim Limoeiro. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. **Ideias: revista do instituto de filosofia e ciências humanas** – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, ano 4, nº1/2, jan-dez, p. 99-114, 1997.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. CHESNAIS, François org. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 5, ano IV, p. 07-28, 2001.

COHN, Gabriel. Florestan Fernandes: a revolução burguesa no Brasil. MOTA, Lourenço Dantas (org). **Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos**. 3. Ed. São Paulo: SENAC, 2001.

COHN, Gabriel. Florestan Fernandes: grandes problemas, grandes interlocutores. CEPÊDA, Vera Alves; MAZUCATO, Thiago (orgs.). **Florestan Fernandes 20 anos depois: um exercício de memória**. São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições: UFSCar, p. 33-46, 2015.

COSTA, Jales Dantas da. Brasil, da “nova república” à autocracia dissimulada. DAL ROSSO, Sadi; BUENO, Fábio Marvulle (org). **Contribuições para as teorias do valor trabalho e dependência**. 1. Ed. Campinas: Pontes Editores, 2021.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. BRUNHOFF, Suzanne; CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; HUSSON, Michel (org). **A finança capitalista**. Ed. São Paulo: Alameda, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. Ed. São Paulo: Difel, 1974.

FERNANDES, Florestan. **Brasil em compasso de espera: pequenos escritos políticos**. Ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: TAQ, 1982.

FERNANDES, Florestan. **Nova República?** 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986a.

FERNANDES, Florestan. **Que tipo de república?** 2. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986b.

FERNANDES, Florestan. **Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo**. 1. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

FERNANDES, Florestan. **O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1991.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. Ed. São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. Ed. São Paulo: Global, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. São Paulo: Globo, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels e Lenin: história em processo**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Expressão Popular, 2014.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 1. Ed. Curitiba: Kottter editorial; São Paulo: Contracorrente, 2020.

FERNANDES, Heloísa. Capitalismo selvagem, dominação autocrático-burguesa e revolução dentro da ordem. **A Revolução Burguesa no Brasil e Pensamento e Ação, de Florestan Fernandes**. São Paulo, Editora Globo, 2006.

FERNANDES, Luís Eduardo da Rocha Maia. Apresentação: introdução aos estudos do imperialismo tardio. FERNANDES, Luís Eduardo da Rocha Maia (Org.). **Introdução ao imperialismo tardio**. 1. Ed. Recife: Ruptura, 2022.

FERNANDES, Luís Eduardo. **A internacional da Lava Jata: imperialismo, nova direita e o combate à corrupção como farsa**. São Paulo – SP: Autonomia Literária, 2024.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. **História do plano real: fundamentos, impactos e contradições**. 3. Ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** [livro eletrônico]: obra completa. Rio de Janeiro: IGS – Brasil, 2024.

GUTTMANN, Robert. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. **Novos Estudos**. São Paulo, Ed. 82, V. 27, N. 3, nov, p. 11-33, 2008.

HARVEY, DAVID. **A produção capitalista do espaço**. 2. Ed. São Paulo: Editora Annablume, 2006.

HARVEY, DAVID. **O neoliberalismo: história e implicações**. 3. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

IASI, Mauro Luis. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. SALVADOR, Evilásio [et al]. **Financeirização, fundo público e política social**. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IASI, Mauro Luis. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. 1. Ed. São Paulo: ICP, 2017.

KATZ, Cláudio. **Teoria da Dependência 50 anos depois**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LÓPEZ, Emiliano. Introdução: uma caixa de ferramentas para fechar as nossas veias. LÓPEZ, Emiliano (Org.). **As veias do sul continuam abertas: debates sobre o imperialismo do nosso tempo**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MACIEL, David. Neoliberalismo e autocracia burguesa no Brasil. **Cadernos Cemarx**. Campinas, n. 5, p. 195-210, 2009.

MANDEL, Ernest. **Capitalismo tardio**. 2. Ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137-194.

MARX, Karl. Teses contra Feuerbach. MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria, do sr. Proudhon**. 1 Ed. São Paulo: Expressão popular, 2009.

MARX, Karl. Glosas Críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”: de um prussiano”. In: MARK, Karl; ENGELS, Friedrich. **Luta de classes na Alemanha**. [apresentação de Michel Löwy; tradução Nélio Schneider]. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2010a. p. 25 – 52.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2010c.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011a.

MARX, Karl. **Guerra civil na França**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011c.

MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha**. Ed. São Paulo: Boitempo, 2012a.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2012b.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política - Livro I: o processo de produção do capital**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013a.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel – introdução**. 3. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013b.

MARX, Karl. **Os despossuídos**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **A ideologia alemã**. 1 Ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 1 Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, Alysson. **Crise e golpe**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidos e livres: Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. 2. Ed. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. 3. Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, Istvan. **Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MÉSZÁROS, Istvan. **A crise estrutural do capital**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011b.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, ano XVII, abr, p. 87-131, 1996.

NETTO, José Paulo. Florestan Fernandes: uma recuperação marxista da categoria revolução. **Marxismo impenitente**. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução**. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2012a.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e transformações societárias. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, jul/set, p. 413-429, 2012b.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. 2. Ed. São Paulo: ICP - Instituto Caio Prado Jr., 2015.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

PATNAIK, Utsa; PATNAIK, Prahbat. Capitalismo neoliberal em um beco sem saída. **Montly Rewie**. Jul, 2019.

PATNAIK, Prabhat. Notas sobre o imperialismo contemporâneo. **Introdução ao imperialismo tardio**. FERNANDES, Luis (Org.). 1. Ed. Recife: Ruptura, 2022.

PAULANI, Leda. M. **Caminhando sobre gelo fino: a política econômica do governo Bolsonaro**. São Paulo: Editora, 2021.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 1. Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

RIBEIRO, Isabela. Estado, planejamento e fundo público no capitalismo dependente brasileiro. **Revista de Políticas Públicas da UFMA**, v. 22, p. 465-482, 2018.

RICUPERO, Bernardo. Florestan Fernandes e as Interpretações do Brasil. CEPÊDA, Vera Alves; MAZUCATO, Thiago (orgs.). **Florestan Fernandes 20 anos depois: um exercício de memória**. São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições: UFSCar, p. 47-64, 2015.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, Mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Todavia, 2021.

ROSSI, Pedro. **Brasil em disputa: uma nova história da economia brasileira**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2024.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lécio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Jornadas de junho e revolução brasileira. In: SAMPAIO JR, Plínio de Arruda Sampaio (Org.). **Jornadas de junho: a revolta popular em debate**. São Paulo: ICP, 2014. p. 85 – 108.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SALVADOR, Evilásio. Financiamento tributário da política social no pós-Real. **Financeirização, fundo público e política social**. SALVADOR, Evilásio et al. (Org.). 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e conflito distributivo em tempos de ajuste fiscal no Brasil. **Brasil: Estado social contra a barbárie**. 1. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capital financeiro. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 131, p. 130-154, jan./abr. 2018.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. A previdência social no Brasil sob a mira e ingerências do capital financeiro nos últimos 30 anos e a tendência atual de capitalização. SILVA, Maria Lúcia Lopes da (Org.). **A contrarreforma da previdência social no Brasil: uma análise marxista**. Campinas: Papel Social, 2021a.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Neofascismo, ultraliberalismo e corrosão da essencialidade da previdência social no Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 20, n.1, p. 1-16. jan-dez. 2021b.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. A face abstrusa da previdência social lapidada pela ofensiva ultraneoliberal. **Temporalis**, Brasília (DF), v. 22, n. 43, p. 53-71. Jan-jun. 2022.

SILVEIRA JR., Adilson Aquino. Crise econômica, luta de classes e Serviço Social. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 1, jan/abr, p. 96-107, 2018.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: LOUREIRO, I.; SINGER, A. (Org.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 21 – 54.

SINGER, André. Regime autocrático e viés fascista: um roteiro exploratório. **Lua Nova**, São Paulo, 116: 53-82, 2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.

SOUZA, Jamerson. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2. Ed. São Paulo: Editor Dialética, 2024.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Fontes primárias e secundárias

ABIN Paralela: espionagem, FirstMile e Bolsonaros. **The Intercept Brasil**, 28 jan. 2023. Disponível em: <https://www.theintercept.com/brasil>. Acesso em: 6 out. 2025.

AFETADOS com cortes no Orçamento, parlamentares ameaçam guerra ao Planalto. **Congresso em Foco**, Brasília, 16 mar. 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

A restauração neoliberal sob o (des)governo Temer. **CartaCapital**, São Paulo, 30 mai. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

BÔAS, Eduardo Villas. Publicado em: 03/04/2018. Disponível em: [General Villas Boas no Twitter: "Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais?" / Twitter](https://twitter.com/eduardovillasboas/status/981111111111111111). Acesso em: 22/12/2022.

BOLSONARO escolhe Ricardo Salles para Ministério do Meio Ambiente. **Veja**, São Paulo, 10 dez. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

BOLSONARO prometeu esplanada com 15 ministérios, começou com 22 e chega a 23. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 14 out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

BOLSONARO cortou orçamento do Ibama, ICMBio e Inpe, órgãos-chave para combate ao desmatamento. **InfoAmazonia**, São Paulo, 28 abr. 2021. Disponível em: <https://infoamazonia.org>. Acesso em: 6 out. 2025.

BOLSONARO liberou 2.182 agrotóxicos em 4 anos, recorde para um governo desde 2003. **Repórter Brasil**, São Paulo, 28 dez. 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Discurso do Deputado Eduardo Cunha. Brasília, 17 dez. 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 20 set. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/l13874.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13874.htm). Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. **Ministério da Economia**. Carta aberta ao Presidente da República Federativa do Brasil - Reforma da Previdência. Brasília, 2019. Disponível em: [Link do documento]. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. **Presidência da República. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de recebimento da Faixa Presidencial**. Brasília, 1º jan. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br>. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Decreto nº 9.784, de 7 de maio de 2019. Altera o Decreto nº 9.758, de 11 de abril de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Defesa Cibernética. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 mai. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9784.htm). Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Ata da 15ª Sessão Deliberativa Ordinária. Brasília, 17 abr. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL DE FATO; BIANCHINI, Lia. **Após dois anos do golpe, Temer deixa um Brasil destroçado**. Publicado em: 28/12/2018. Disponível em: [Após dois anos do golpe, Temer deixa um Brasil destroçado | Geral \(brasildefato.com.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

BRASIL DE FATO; SUL 21. **Por meio de decreto, Bolsonaro extingue conselhos**. Publicado em: 12/04/2019. Disponível em: [Por meio de decreto, Bolsonaro extingue conselhos e | Política \(brasildefato.com.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

BRASIL DE FATO; DEISTER, Jaqueline. **Como o acesso facilitado a armas de fogo beneficia as milícias**. Publicado em: 02/12/2021. Disponível em: [Como o acesso facilitado a armas de fogo beneficia as milícias | Geral \(brasildefato.com.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

BRASIL DE FATO; CHAGAS, Rodrigo. **Armas no governo Bolsonaro: cresce risco à população**. Publicado em: 23/10/2022. Disponível em: [Armas no governo Bolsonaro: cresce risco à população e | Política \(brasildefato.com.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

BUARQUE, Chico. **Vida**. Rio de Janeiro, 01/01/1980.

CARTA CAPITAL. **Em livro, Villas Bôas confirma que pressão sobre o STF contra Lula foi articulada pela cúpula do Exército**. Publicado em: 10/02/2021. Disponível em: [Em livro, Villas Bôas confirma que pressão sobre o STF contra Lula foi articulada pela cúpula do Exército – Política – CartaCapital](#). Acesso em: 22/12/2022.

CARTA ÀS BRASILEIRAS E AOS BRASILEIRO EM DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. Publicado em: s/d. Disponível em: [Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito! \(usp.br\)](#). Acesso em: 12/01/2023.

CEPEA-Esalq/USP. **PIB do Agronegócio Brasileiro.** [PIB do Agronegócio Brasileiro - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA-Esalq/USP](#). Acesso em: 22/12/2022.

CEPEA-Esalq/USP. **Trabalhadores atuando no agro seguem crescendo e já superam número de pandemia.** [MERCADO DE TRABALHO/CEPEA: Trabalhadores atuando no agro seguem crescendo e já superam número pré-pandemia - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA-Esalq/USP](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNA. **Institucional.** Disponível em: [O Sistema CNA | Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil \(CNA\) \(cnabrazil.org.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNA. **O que esperamos dos próximos presidente 2015-2018.** Brasília, 2014. Disponível em: [O que esperamos do próximo presidente 2015-2018 \(slideshare.net\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNA. **Estatuto.** Brasília, 2015. Disponível em: [estatuto\\_cna.pdf \(cnabrazil.org.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNA. **CNA decide apoiar movimento em favor do Impeachment da Presidente Dilma Rousseff.** Publicado em: 07/04/2016. Disponível em: [CNA decide apoiar o movimento em favor do Impeachment da Presidente Dilma Rousseff | Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil \(CNA\) \(cnabrazil.org.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNA. **CNA e CNI dizem que reforma moderniza e dá segurança à relação de trabalho.** Publicado em: 08/03/2017. Disponível em: [CNA e CNI dizem que reforma moderniza e dá segurança à relação de trabalho - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNA. **Entidades patronais defendem reforma trabalhista.** Publicado em: 09/03/2017. Disponível em: [Entidades patronais defendem reforma trabalhista | Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil \(CNA\) \(cnabrazil.org.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNA. **Especialistas reunidos na CNA dizem que modernização da Lei Trabalhista dará segurança jurídica ao país.** Publicado em: 29/03/2017. Disponível em: [Especialistas reunidos na CNA dizem que modernização da Lei Trabalhista dará segurança jurídica ao país | Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil \(CNA\) \(cnabrazil.org.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNA. **Nota Oficial à Nação Brasileira.** Publicado em: 04/04/2018. Disponível em: [Nota Oficial à Nação Brasileira | Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil \(CNA\) \(cnabrazil.org.br\)](#)

CNA. **A CNA defende no STF legalidade do decreto de posse de armas.** Publicado em: 30/01/2019. Disponível em: [CNA defende no STF legalidade do decreto de posse de armas | Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil \(CNA\) \(cnabrazil.org.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNA. **O futuro é agro..** Brasília, 2022. Disponível em: [Plano-de-Estado-Completo-21x28cm-WEB-12-09.pdf \(cnabrazil.org.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNA. **O que esperamos dos próximos governantes 2022**. Brasília, 2022. Disponível em: [proximos\\_governantes\\_final.pdf \(cnabrasil.org.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNA. **Especialistas apontam melhora de cenário no Brasil e dúvidas serão superadas com definição de interinidade no Governo**. Publicado em: 07/07/2016. Disponível em: [Especialistas apontam melhora de cenário no Brasil e dúvidas serão superadas com definição de interinidade no Governo | Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil \(CNA\) \(cnabrasil.org.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNC. **Estatuto**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: [untitled \(stf.jus.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNC. **Opção pelo crescimento**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [2007\\_Opcao\\_pelo\\_crescimento-61ba52839e4e3.pdf](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNC. **Vencendo a crise**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: [2010\\_Vencendo-a-crise.pdf](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNC. **Um novo Brasil**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [2011\\_Um-novo-Brasil.pdf](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNC. **A visão do comércio**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: [2016\\_A-Visao-do-Comercio.pdf](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNC. **CNC se manifesta sobre o processo de impeachment**. Publicado em: 18/04/2016. Disponível em: [CNC se manifesta sobre o processo de impeachment – Fecomércio DF \(fecomerciodf.com.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNC. **Comércio 2018: Um novo dia**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [2018\\_Comercio-2018-Um-novo-dia.pdf \(azureedge.net\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNC. **Propostas e recomendações de políticas públicas do Comércio de Bens, Serviços e Turismo**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: [Propostas e Recomendações de Políticas Públicas do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.pdf \(agendadocomercio.org.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNI. **Mapa estratégico da indústria: 2007 – 2015**. Brasília, 2007. Disponível em: [Mapa\\_Estrategico\\_01 \(portaldaindustria.com.br\)](#). Acesso em: 05/01/2023.

CNI. **Mapa estratégico da indústria: 2013 – 2022**. Brasília, 2013. Disponível em: [https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer\\_public/19/38/19386bd6-37be-4b51-95ef-564bd3a87785/20130927152120322966i.pdf](https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/19/38/19386bd6-37be-4b51-95ef-564bd3a87785/20130927152120322966i.pdf). Acesso em: 26/01/2021.

CNI. **Mapa estratégico da indústria: 2018 – 2022**. Brasília, 2018. Disponível em: [https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer\\_public/ee/50/ee50ea49-2d62-42f6-a304-1972c32623d4/mapa\\_final\\_ajustado\\_leve\\_out\\_2018.pdf](https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/ee/50/ee50ea49-2d62-42f6-a304-1972c32623d4/mapa_final_ajustado_leve_out_2018.pdf). Acesso em: 26/01/2021.

CNI. **Estrutura institucional**. Publicado em: s/d. Disponível em: [Estrutura Institucional - Portal da Indústria \(portaldaindustria.com.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNI. **Reformas da Previdência e das leis trabalhistas devem ser prioridades de Temer, afirma presidente da CNI**. Publicado em 31/08/2016. Disponível em: [Reformas da](#)

[Previdência e das leis trabalhistas devem ser prioridades de Temer, afirma presidente da CNI - Agência de Notícias da Indústria \(portaldaindustria.com.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNI. **CNI homenageia presidente Michel Temer com Grande Colar da Ordem do Mérito Industrial**. Publicado em 30/10/2016. Disponível em: [CNI homenageia presidente Michel Temer com Grande Colar da Ordem do Mérito Industrial - Agência de Notícias da Indústria \(portaldaindustria.com.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNI. **Governo Temer encerra gestão com avanços importantes**. Publicado em 11/01/2019. Disponível em: [Governo Temer encerra gestão com avanços importantes - Agência de Notícias da Indústria \(portaldaindustria.com.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

CNI. **Estatuto**. Brasília, 2021. Disponível em: [Estatuto - Portal da Indústria \(portaldaindustria.com.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

COM Bolsonaro, desmatamento na Amazônia cresce 150%, pior marca já registrada pelo Imazon. **Brasil de Fato**, São Paulo, 20 jan. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

COM escolha de Braga Netto, só militares ocupam gabinetes de ministros no Planalto. **UOL**, Brasília, 30 mar. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

COMO as federações empresariais se articularam pelo impeachment. **Agência Pública**, São Paulo, 17 mar. 2016. Disponível em: <https://apublica.org>. Acesso em: 6 out. 2025.

CONHEÇA os 23 ministros da equipe de Michel Temer. **Agência Brasil**, Brasília, 12 mai. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

CONGRESSO EM FOCO. **Com 261 parlamentares, bancada ruralista apoio a Bolsonaro**. Publicado em: 02/10/2018. Disponível em: [Com 261 parlamentares, bancada ruralista declara apoio a Bolsonaro - Congresso em Foco \(uol.com.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

CORONAVÍRUS BRASIL. **Painel Coronavírus**. Publicado em: 10/01/2023. Disponível em: [Coronavírus Brasil \(saude.gov.br\)](#). Acesso em: 11/01/2023.

CORREIOBRAZILIENSE. **O drama social por trás da informalidade no Brasil**. Publicado em: 22/08/2022. Disponível em: [O drama social por trás da informalidade no Brasil \(correio braziliense.com.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

DAMARES Alves, a militante antiaborto alçada a pastora de Bolsonaro na Esplanada. **El País Brasil**, São Paulo, 10 dez. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com>. Acesso em: 6 out. 2025.

DEMARCAÇÃO: como Bolsonaro travou e como Lula pode destravar. **Deutsche Welle**, Brasília, 16 jan. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com>. Acesso em: 6 out. 2025.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Estudos e pesquisas: Balanço das greves em 2013**. n. 79, dez. 2015. Disponível em: [estPesq79balancogreves2013.pdf \(dieese.org.br\)](#). Acesso em: 10/10/2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Estudos e pesquisas**: Balanço das greves de 2016. n. 84, ago. 2017. Disponível em: [DIEESE - balanço das greves - Balanço das greves em 2016 - agosto/2017](#). Acesso em: 10/10/2022.

DEPOIS da pandemia, Osmar Terra surge com nova teoria negacionista. **Veja**, São Paulo, 10 mar. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

DESEMPREGO cai para 11,9% na média de 2019; informalidade é a maior em 4 anos. **Agência Brasil**, Brasília, 31 jan. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Febraban diz que Temer assume em momento difícil, mas com expectativas positivas**. Publicado em: 12/05/2016. Disponível em: [Febraban diz que Temer assume em momento difícil, mas com expectativas positivas | Economia: Diário de Pernambuco](#). Acesso em: 21/10/2022.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. **Portugal defende PEC do Teto de Gastos com período de longo prazo**. Publicado em: 12/09/2016. Disponível em: [Portugal defende PEC do Teto de Gastos com período de longo prazo - 12/09/2016 | Diário do Grande ABC \(dgabc.com.br\)](#). Acesso em: 05/01/2023.

DIREITA e centro dominam prefeituras no Brasil em 2024. **Portal Exame**, São Paulo, 6 out. 2024. Disponível em: <https://exame.com>. Acesso em: 6 out. 2025.

DOCUMENTO com críticas de militares à Comissão da Verdade reabre crise com governo. **Estadão**, Brasília, 24 abr. 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

EBC. **Impeachment de Dilma: saiba como votou cada um dos partidos na Câmara**. Publicado em: 18/04/2016. Disponível em: [Impeachment de Dilma: saiba como votou cada um dos partidos na Câmara | Agência Brasil \(ebc.com.br\)](#). Acesso em: 05/01/2023.

EBC. **Veja transcrição de trechos de áudio de reunião de Temer com dono da JBS**. Publicado em: 18/05/2017. Disponível em: [Veja transcrição de trechos do áudio de reunião de Temer com dono da JBS | Agência Brasil \(ebc.com.br\)](#). Acesso em: 05/01/2023.

EDUARDO Cunha é eleito presidente da Câmara dos Deputados. **Portal da Câmara dos Deputados**, Brasília, 1 fev. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

EESP; FGV. **Associação do agronegócio recebe decisão sobre impeachment “muito positivamente”**. Publicado em: 18/04/2016. Disponível em: [Associação do agronegócio recebe decisão sobre impeachment "muito positivamente" | EESP \(fgv.br\)](#). Acesso em: 05/01/2023.

EM reunião ministerial, **Bolsonaro** diz: ‘Eu não vou esperar foder a minha família toda’. YouTube, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso em: 6 out. 2025.

EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DA JUSTIÇA. Publicado em: 05/08/2022. Disponível em: [manifesto \(conectas.org\)](#). Acesso em: 12/01/2023.

ENTENDA como o governo Bolsonaro age para travar a titulações de terras quilombolas. **Brasil de Fato**, São Paulo, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

ESCOLAS cívico-militares: modelo avança na rede estadual. **Gov.br**, Brasília, 15 mar. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

"ESSE governo é de vocês", diz Bolsonaro à bancada ruralista. **Jornal GGN**, 5 mar. 2020. Disponível em: <https://jornalggn.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

ESTADÃO. **Na Câmara, Febraban defende limite de gastos públicos**. Publicado em: 12/09/2016. Disponível em: [Na Câmara, Febraban defende limite de gastos públicos - Estadão \(estadao.com.br\)](#). Acesso em: 05/01/2023.

FEBRABAN. **Institucional**. Publicado em: s/d. Disponível em: [FEBRABAN - A FEBRABAN](#). 05/01/2023

FEBRABAN. **Estatuto**. São Paulo, 2011. Disponível em: [ESTATUTO SOCIAL DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS \(febraban.org.br\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

FEBRABAN. **Relatório anual Febraban 2013**. São Paulo, 2013. Disponível em: [Relat%F3rio%20Anual%20FEBRABAN\\_2013.pdf](#). Acesso em: 05/01/2023.

FEBRABAN. **Relatório anual Febraban 2015**. São Paulo, 2015. Disponível em: [Febraban-RAO-2015.pdf](#). Acesso em: 05/01/2023.

FEBRABAN. **Relatório anual Febraban 2019**. São Paulo, 2019a. Disponível em: [Relatório anual 2019\\_pt.pdf \(febraban.org.br\)](#). Acesso em: 05/01/2023.

FEBRABAN. **Como fazer os juros serem mais baixos no Brasil**. São Paulo, 2019b. Publicado em: s/d. Disponível em: [febraban-como-fazer-os-juros-serem-mais-baixos-no-brasil-ed2-2019.pdf \(wordpress.com\)](#). Acesso em: 05/01/2023.

FEBRABAN. **Uma reforma para o Brasil voltar mais rápido**. Publicado em: 24/08/2020. Disponível em: [FEBRABAN - Notícias](#). Acesso em: 22/12/2022.

GOVERNO lança programa para escolas cívico-militares. **Agência Brasil**, Brasília, 11 set. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

GOVERNO federal não sabe quantos conselhos foram extintos nem qual será a redução de custos. **Agência Pública**, São Paulo, 10 abr. 2019. Disponível em: <https://apublica.org>. Acesso em: 6 out. 2025.

GI. SADI, Andréia. **Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma**. Publicado em: 07/12/2015. Disponível em: [G1 - Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma - notícias em Política \(globo.com\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

G1; PASSARINHO, Nathalia. **Eduardo Cunha autoriza abrir processo de impeachment de Dilma**. Publicado em: 02/12/2015. Disponível em: [G1 - Eduardo Cunha autoriza abrir processo de impeachment de Dilma - notícias em Política \(globo.com\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

G1; GARCIA, Gustavo; CALGARO, Fernanda; MATOSO, Filipe; LIS, Laís; RODRIGUES, Mateus. **Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume**. [G1 - Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume - notícias em Processo de Impeachment de Dilma \(globo.com\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

G1. Hora 1 - **Áudios vazados revelam planos de Romero Jucá para abafar Lava Jato**. Publicado em: 25/05/2016. [Hora 1 - Áudios vazados revelam planos de Romero Jucá para abafar Lava Jato \(globo.com\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

G1 ECONOMIA. **Fiesp anuncia apoio formal ao processo de impeachment de Dilma**. Publicado em 15/12/2015. Disponível em: [Economia - Fiesp anuncia apoio formal ao processo de impeachment de Dilma \(globo.com\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

G1 – Política – **Os ministros de Temer**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica>. Acesso em: 6 out. 2025.

G1. **Trabalho análogo À escravidão: entenda o que é, como reconhecer e como denunciar**. Publicado em: 04/02/2022. Disponível em: [Trabalho análogo à escravidão: entenda o que é, como reconhecer e como denunciar | Paraíba | G1 \(globo.com\)](#). Acesso em: 05/01/2023.

IMPEACHMENT de Dilma: saiba como votou cada um dos partidos na Câmara. **Agência Brasil**, Brasília, 18 abr. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

ÍNTEGRA do 1º pronunciamento de Temer como presidente; veja e leia. **G1**, Brasília, 12 mai. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 6 out. 2025.

JORNAL O GLOBO. **Fiesp e Firjan defendem impeachment de Dilma**. Publicado em: 17/03/2016. Disponível em: [Fiesp e Firjan defendem impeachment de Dilma - Jornal O Globo](#). Acesso em: 22/12/2022.

JOTA. **Mais militares assumiram cargos no Executivo no governo Bolsonaro**. Publicado em: 10/06/2022. Disponível em: [Mais militares assumiram cargos no Executivo no governo Bolsonaro- JOTA](#). Acesso em: 22/12/2022.

MAIS militares assumiram cargos no Executivo no governo Bolsonaro. **JOTA**, 15 abr. 2022. Disponível em: <https://www.jota.info>. Acesso em: 6 out. 2025.

MAIS de 6 mil militares atuam em cargos civis no governo Bolsonaro, aponta estudo. **Brasil de Fato**, São Paulo, 18 mai. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/18/mais-de-6-mil-militares-atuam-em-cargos-civis-no-governo-bolsonaro-aponta-estudo/>. Acesso em: 6 out. 2025.

MBL | **Movimento Brasil Livre**. Disponível em: <https://mbl.org.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

MINISTÉRIO da Defesa exonera comandante que criticou governo Dilma e políticos. **G1**, Brasília, 6 mai. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 6 out. 2025.

MINISTRO do STF suspende decreto de nomeação do diretor-geral da PF. **Agência Brasil, Brasília**, 29 abr. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

MOREIRA, Marli. **Febraban: medidas de Temer resgataram a confiança na economia**. Publicado em 24/05/2016. Disponível em: [Febraban: medidas de Temer resgataram a confiança na economia | Agência Brasil \(ebc.com.br\)](https://agenciabrasil.ebc.com.br/brasil/noticia/2016/05/24/febraban-medidas-de-temer-resgataram-a-confianca-na-economia). Acesso em: 22/12/2022.

NOVE governadores eleitos se aliam a Bolsonaro, e seis apoiam Lula. **CNN Brasil**, São Paulo, 4 out. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

NOVO chefe do MEC defende teorias de Olavo contra 'marxismo cultural'. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

NÚMERO de militares em cargos civis cresce e passa de 6 mil no governo Bolsonaro. **CNN Brasil**, São Paulo, 15 abr. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

OAB; CNI; CNT; CNS. **Carta à Nação**. Publicado em: 19/08/2015. Disponível em: [Microsoft Word - carta-logos-nacao-190815.docx \(portalindustria.com.br\)](https://portalindustria.com.br/portalindustria/2015/08/19/carta-a-nacao-190815.docx). Acesso em: 22/12/2022.

“OBJETIVO do governo Bolsonaro é desestruturar a Reforma Agrária”, denuncia MST em Coletiva. **MST**, 18 ago. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

OXFAM BRASIL. **Mortes evitáveis por COVID-19 no Brasil**. Publicado em: junho de 2021. Disponível em: [Mortes Evitáveis por Covid-19 no Brasil | Oxfam Brasil](https://oxfambrasil.org.br/pt-br/publicacoes/mortes-evitaveis-por-covid-19-no-brasil). Acesso em: 11/01/2023.

PARTIDO Republicano da Ordem Social (PROS) é incorporado ao Solidariedade. **Tribunal Superior Eleitoral**, Brasília, 11 out. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

PARTICIPAÇÃO em Foco - Extinção dos conselhos afeta participação social nas políticas públicas. **Ipea**, Brasília, 12 jun. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

'PASSANDO a boiada': Uma retrospectiva da gestão Bolsonaro no Meio Ambiente. **Greenpeace Brasil**, 26 out. 2022. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil>. Acesso em: 6 out. 2025.

PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: [Uma ponte para o futuro.pdf \(mdb-rs.org.br\)](https://www.mdb-rs.org.br/pt-br/uma-ponte-para-o-futuro). Acesso em: 22/12/2022.

PODER360. **7 ministro de Temer caíram por envolvimento em escândalo.** Publicado em: 06/07/2018. Disponível em: [7 ministros de Temer caíram por envolvimento em escândalos \(poder360.com.br\)](http://poder360.com.br). Acesso em: 22/12/2022.

POLÍTICA EM FOCO. **Presidente da CNI escreve aos deputados sobre o processo de impeachment contra Dilma.** Publicado em: 14/04/2016. Disponível em: [Presidente da CNI escreve aos deputados sobre processo de impeachment contra Dilma | Política em Foco \(politicaemfoco.com\)](http://politicaemfoco.com). Acesso em: 22/12/2022.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Parlamentares reagem a mudanças na caracterização do trabalho análogo à escravidão.** Publicado em 17/10/2017. Disponível em: [Parlamentares reagem a mudanças na caracterização do trabalho análogo à escravidão - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://camara.leg.br). Acesso em: 05/01/23.

QUEM são os discípulos de Olavo de Carvalho que chegaram ao governo e Congresso. **BBC News Brasil**, Londres, 4 out. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese>. Acesso em: 6 out. 2025.

REFORMA da Previdência prevê idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres. **Portal da Câmara dos Deputados**, Brasília. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

SENADO NOTÍCIAS. **Programa de oposição.** Publicado em: 30/10/2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/516666/noticia.html?sequence=1>. Acesso em: 11/01/2023.

SENADO NOTÍCIAS. **Promulgada emenda que prorroga desvinculação de receitas.** Publicada em: 08/09/2016.. Disponível em: [Promulgada emenda que prorroga desvinculação de receitas — Senado Notícias](#). Acesso em 05/01/2023.

SENADO NOTÍCIAS. **Projetos querem regulamentar expropriações a quem usa trabalho escravo.** Publicado em: 28/01/2022. Disponível em: [Projetos querem regulamentar expropriações a quem usa trabalho escravo — Senado Notícias](#). Acesso em: 05/01/2023.

SERGIO Moro pede demissão do governo Bolsonaro por "interferência política" na PF. **Brasil de Fato**, São Paulo, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

SNA. **Entidades do agro repercutem votação a favor do impeachment de Dilma.** Publicado em: 20/04/2016. Disponível em: [Entidades do agro repercutem votação a favor do impeachment de Dilma – Sociedade Nacional de Agricultura \(sna.agr.br\)](http://sna.agr.br). Acesso em: 05/01/2023.

TAXA média de desemprego cai a 9,3% em 2022, menor patamar desde 2015. **Agência Brasil**, Brasília, 31 jan. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

TEMER dá a militares controle sobre áreas sensíveis do governo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 mar. 2018. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/temer-da-a-militares-controle-sobre-areas-sensíveis-do-governo.shtml>. Acesso em: 6 out. 2025.

UOL. RAMALHOSO, Wellington. **Temer, o impopular: o que mudou no país em dois anos e meio de governo**. Publicado em 30/12/2018. Disponível em: [Temer, o impopular: o que mudou no país em dois anos e meio de governo - 30/12/2018 - UOL Notícias](#). Acesso em: 22/12/2022.

UOL. BOMFIM, Mariana. **Economia brasileira cresce 0,8% no 3º trimestre e 1,3% em um ano, diz IBGE**. Publicado em: 30/11/2018. Disponível em: [Economia brasileira cresce 0,8% no 3º trimestre e 1,3% em um ano, diz IBGE - 30/11/2018 - UOL Economia](#). Acesso em: 22/12/2022.

VALENTE, Gabriela. **Presidente da CNI defende desfecho ‘mais rápido’ para o impeachment**. Publicado em: 16/12/2015. Disponível em: [Presidente da CNI defende o desfecho ‘mais rápido’ para impeachment \(globo.com\)](#). Acesso em: 22/12/2022.

VALOR ECONÔMICO. **Importação de armas de fogo no Brasil dispara e é a maior em 25 anos**. Publicado em: 11/09/2022. Disponível em: [Importação de armas de fogo no Brasil dispara e é a maior em 25 anos | Brasil | Valor Econômico \(globo.com\)](#). Acesso em: 05/01/2023

VÍDEO: Minuto da Indústria - Presidente Bolsonaro recebe a Ordem do Mérito Industrial. **Agência de Notícias da Indústria**, 2020. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

VIEIRA, Daniel Marques. **Debate de extremos e provocações atrapalham pauta de reformas, avalia Moreira Franco**. Publicado em: 06/11/2020. Disponível em: [Debate de extremos e provocações atrapalham pauta de reformas, avalia Moreira Franco - O Brazilianista](#). Acesso em: 05/01/23.

VOCÊ sabe quem são esses ministros do governo Michel Temer? **BBC News Brasil**, Londres, 12 mai. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese>. Acesso em: 6 out. 2025.

VOU intervir! **revista piauí**, Rio de Janeiro, 18 fev. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

7 governadores de direita participam de ato de Bolsonaro para defender anistia a golpistas. **Brasil de Fato**, São Paulo, 10 ago. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 6 out. 2025.